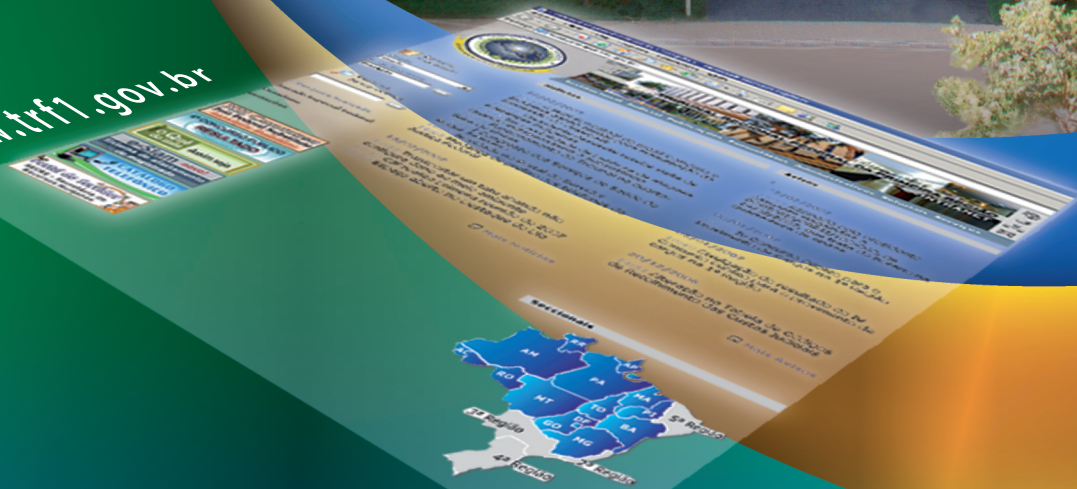




# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2006



[www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br)





---

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

---

# 2006

---

BRASÍLIA/DF

2006

© 2007. Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
Relatório de Atividades do TRF 1ª Região 2006

Edifício-Sede: Praça dos Tribunais Superiores, bloco A  
CEP: 70070-900 Brasília/DF  
PABX: (61) 3314-5225  
Fax: 3322-1150  
Site: www.trf1.gov.br

ELABORAÇÃO

Diretoria-Geral da Secretaria - DIGES  
Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – CENAG

REDAÇÃO

Divisão de Projetos Organizacionais e Apoio à Gestão - DIGET

PRODUÇÃO EDITORIAL

Divisão de Produção Editorial – DIEDI

REPRODUÇÃO E ACABAMENTO GRÁFICO

Divisão de Serviços Gráficos – DIGRA

COORDENAÇÃO GERAL

Felipe dos Santos Jacinto  
Diretor-Geral da Secretaria

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Wânia Maríça Araújo Vieira

CONSOLIDAÇÃO GERAL E REVISÃO DE CONTEÚDO

Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá  
Sandra Maria Alves Borges Costa  
Wânia Maríça Araújo Vieira

REDAÇÃO

Carlos Roberto de Jesus Domingues  
Eliane de Aguiar Marquez Lacombe Santos  
Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá  
Maria Angela Rocha Paes  
Maria Carolina de Souza Ribeiro  
Redivaldo Dias Barbosa  
Sandra Maria Alves Borges Costa

REVISÃO DE TEXTO

Carmen Lucia Prata da Costa  
Magda Giovanna Alves  
Maria Benáurea Santos  
Renato Cunha  
Samuel Nunes dos Santos

PROJETO GRÁFICO

André Sampaio da Silva  
Benvolio Evangelista da Silva  
Geraldo Martins Teixeira Júnior

CAPA

Benvolio Evangelista da Silva

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

André Sampaio da Silva  
Carmozina Vitorina Martins da Costa  
Danilo da Silva Grangeiro (prestador de serviços)  
Geraldo Martins Teixeira Júnior  
Lábio Filho Matini Matos (estagiário)  
Luciana Fernandes Menezes  
Ludmila Araújo (estagiária)  
Natan Mobley Bertolini (estagiário)

CONFECCÃO DE FOTOLITOS

TechnoArte

B823

Brasil. Tribunal Regional Federal. Região 1.

Relatório de Atividades do TRF 1ª Região : 2006. – Brasília :  
TRF 1ª Região, 2007.  
292 p. : il.

1. Tribunal Regional Federal, Relatório (2006). 1. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca do TRF 1ª Região.

# COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

---

# DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



ASSUSETE MAGALHÃES  
PRESIDENTE



CARLOS OLAVO  
VICE-PRESIDENTE



JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
CORREGEDOR-GERAL



TOURINHO NETO



CATÃO ALVES



ALOÍSIO PALMEIRA LIMA



CARLOS FERNANDO  
MATHIAS



OLINDO MENEZES



MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

# DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



LUCIANO TOLENTINO AMARAL



CÂNDIDO RIBEIRO



HILTON QUEIROZ



CARLOS MOREIRA ALVES



ÍTALO FIORAVANTI  
SABO MENDES



JOSÉ AMILCAR MACHADO



ANTÔNIO EZEQUIEL  
DA SILVA



DANIEL PAES RIBEIRO



LUIZ GONZAGA  
BARBOSA MOREIRA

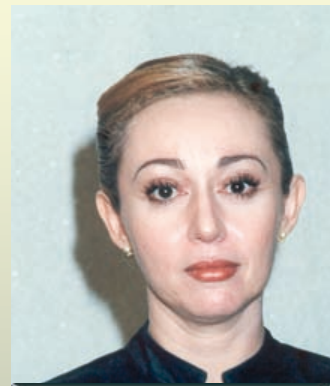
# DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



JOÃO BATISTA MOREIRA



SOUZA PRUDENTE



SELENE DE ALMEIDA



FAGUNDES DE DEUS



ANTÔNIO SÁVIO DE  
OLIVEIRA CHAVES



MARIA ISABEL  
GALLOTTI RODRIGUES



MARIA DO CARMO  
CARDOSO



LEOMAR AMORIM



NEUZA ALVES

# PLENÁRIO

DESEMBARGADORA	FEDERAL	ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CARLOS OLAVO PACHECO DE MEDEIROS – VICE-PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL	JIRAIR ARAM MEGUERIAN – CORREGEDOR-GERAL
DESEMBARGADOR	FEDERAL	FERNANDO DA COSTA TOURINHO NETO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ANTÔNIO AUGUSTO CATÃO ALVES
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ALOÍSIO PALMEIRA LIMA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	OLINDO HERCULANO DE MENEZES
DESEMBARGADOR	FEDERAL	MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	LUCIANO FRANCO TOLENTINO AMARAL
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CÂNDIDO ARTUR MEDEIROS RIBEIRO FILHO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	HILTON JOSÉ GOMES DE QUEIROZ
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CARLOS EDUARDO MAUL MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ITALO FIORAVANTI SABO MENDES
DESEMBARGADOR	FEDERAL	JOSÉ AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	DANIEL PAES RIBEIRO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE
DESEMBARGADORA	FEDERAL	SELENE MARIA DE ALMEIDA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	SEBASTIÃO FAGUNDES DE DEUS
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
DESEMBARGADORA	FEDERAL	MARIA ISABEL DINIZ GALLOTTI RODRIGUES
DESEMBARGADORA	FEDERAL	MARIA DO CARMO CARDOSO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
DESEMBARGADORA	FEDERAL	NEUZA MARIA ALVES DA SILVA



# CORTE ESPECIAL

DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – VICE-PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – CORREGEDOR-GERAL

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO  
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS  
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES  
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA  
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

## PRIMEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES  
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES

### PRIMEIRA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES

### SEGUNDA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA  
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES

## SEGUNDA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO  
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES  
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ  
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES

### TERCEIRA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO  
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES

### QUARTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ

## TERCEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE  
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA  
DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

### QUINTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA  
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA

### SEXTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

## QUARTA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO  
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM

### SÉTIMA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

### OITAVA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

# CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DESEMBARGADORA	FEDERAL	ASSUSETE MAGALHÃES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CARLOS OLAVO – VICE-PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL	JIRAIR ARAM MEGUERIAN – CORREGEDOR-GERAL
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CÂNDIDO RIBEIRO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	HILTON QUEIROZ
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CARLOS MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ITALO FIORAVANTI SABO MENDES
DESEMBARGADOR	FEDERAL	JOSÉ AMILCAR MACHADO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

# COMISSÕES PERMANENTES

## COMISSÃO DE REGIMENTO

DESEMBARGADOR	FEDERAL	CARLOS MOREIRA ALVES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CARLOS OLAVO – EFETIVO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	DANIEL PAES RIBEIRO – EFETIVO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA – SUPLENTE

## COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

DESEMBARGADOR	FEDERAL	JOSÉ AMILCAR MACHADO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – EFETIVO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	JOÃO BATISTA MOREIRA – EFETIVO
DESEMBARGADORA	FEDERAL	MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES – EFETIVO

## COMISSÃO DE PROMOÇÃO

DESEMBARGADOR	FEDERAL	JIRAIR ARAM MEGUERIAN – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL	JOSÉ AMILCAR MACHADO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CARLOS MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CÂNDIDO RIBEIRO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ITALO FIORAVANTI SABO MENDES
DESEMBARGADOR	FEDERAL	FAGUNDES DE DEUS
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	LEOMAR AMORIM

# COMISSÕES TEMPORÁRIAS

## COMISSÃO DE CONCURSO

DESEMBARGADOR	FEDERAL	TOURINHO NETO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL	LUCIANO TOLENTINO AMARAL – EFETIVO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	JOÃO BATISTA MOREIRA – EFETIVO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ITALO FIORAVANTI SABO MENDES – SUPLENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CARLOS OLAVO – SUPLENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL	SOUZA PRUDENTE – SUPLENTE

## COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO

DESEMBARGADOR	FEDERAL	JOSÉ AMILCAR MACHADO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	JOÃO BATISTA MOREIRA

## REVISTA DO TRIBUNAL

DESEMBARGADOR	FEDERAL	LUCIANO TOLENTINO AMARAL – DIRETOR
---------------	---------	------------------------------------

## ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

DESEMBARGADOR	FEDERAL	OLINDO MENEZES – DIRETOR
---------------	---------	--------------------------



# SECRETARIA DO TRIBUNAL

## DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES

Felipe dos Santos Jacinto

Diretor-Geral

CENTRO DE ESTUDOS E APOIO À GESTÃO ORGANIZACIONAL – CENAG

Wânia Maríça Araújo Vieira

SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU

Ênio Vidigal Oliveira

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – SECOR

Carlos Frederico Maia Bezerra

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE

José Maria de Andrade

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD

Ruiter Roberto Ramos

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SECIN

Márcio Cruz de Souza

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI

Ionice de Paula Ribeiro

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS – SECBE

Sônia Maria Garcez Teixeira

CONSELHO DO COLAR E DA MEDALHA DO  
MÉRITO JUDICIÁRIO MINISTRO NELSON HUNGRIA

CHANCELER

Desembargadora Federal Assusete Magalhães

MEMBROS

Desembargador Federal Carlos Olavo – Vice-Presidente

Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian – Corregedor-Geral

Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias

SECRETÁRIA

Andréa Balsini Ghisi

# CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL

## PRESIDENTE

Desembargadora Federal Assusete Magalhães

## REPRESENTANTE DOS MAGISTRADOS

Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

## DIRETOR-GERAL

Felipe dos Santos Jacinto

## DIRETORA DA SECBE

Sônia Maria Garcez Teixeira

## DIRETORA DA SECOI

Ionice de Paula Ribeiro

## REPRESENTANTE DOS SERVIDORES

Gilmar Saraiva da Paz

# APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos Senhores Desembargadores Federais, Senhores Servidores,

Por força do disposto no artigo 22, inciso XL, do Regimento Interno deste Tribunal, cumpre-me apresentar relatório circunstanciado dos trabalhos efetuados no ano de 2006 — que, na verdade, representa, nesta oportunidade, uma prestação de contas preliminar em relação aos compromissos assumidos quando fui empossada na Presidência do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em 19 de abril de 2006 —, bem como os mapas dos julgados.

Conforme ressaltei no discurso que proferi ao tomar posse, um dos grandes desafios da Administração deste Tribunal no biênio 2006-2008 é consolidar, de maneira definitiva, a interiorização da Justiça Federal na Primeira Região, dotando as varas federais instaladas nos últimos dois anos de melhor estrutura material e tecnológica.

Com o pensamento da Administração voltado para as dificuldades enfrentadas nas Subseções Judiciárias recentemente instaladas, de forma penosa em decorrência da falta de recursos orçamentários para fazer frente a tão relevante empreitada, foi assinado, no dia 21 de dezembro de 2006, o Sexto Termo Aditivo ao Convênio 3/2004, celebrado entre a União, por intermédio do TRF 1ª Região, e o Banco do Brasil S.A., no valor total de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), em 24 parcelas mensais de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), dos quais R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) serão aplicados em obras e instalações, como a construção de edifícios para as Subseções Judiciárias dos Estados que integram a Primeira Região da Justiça Federal; R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) serão destinados à aquisição de equipamentos e material permanente; R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), para pagamento de serviços de terceiros (pessoa jurídica), entre os quais a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto padrão para as sedes das novas Subseções Judiciárias, e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para pagamento de terceiros (pessoa física).

Tendo em vista a precariedade de algumas Seções e Subseções Judiciárias, buscou-se priorizar recursos para viabilizar a reforma e a construção de sedes, a fim de dotá-las de acomodações mais apropriadas e seguras.

Durante o ano de 2006, deu-se continuidade a obras em andamento, e novas frentes de trabalho foram iniciadas, destacando-se o início da construção das novas sedes de Juiz de Fora e Uberaba, em Minas Gerais, e de Rondonópolis, em Mato Grosso, bem assim a continuidade das obras de Imperatriz e de Caxias no Maranhão.

Nas Subseções Judiciárias recentemente instaladas, além da inadequação das instalações físicas, havia, ainda, muitas outras dificuldades, entre as quais exigem providências mais urgentes: a precariedade dos *links* de comunicação de dados com o Tribunal e a ausência de rede local de microcomputadores, ocasionando freqüentes interrupções das atividades cotidianas judiciais e administrativas; o quadro de pessoal incompleto em algumas localidades, em virtude da falta de candidatos do último concurso interessados em assumir as vagas oferecidas; a existência de muitos servidores recém-contratados, sem treinamento para atuação na Justiça Federal; a ausência de profissional de informática habilitado a dar suporte mínimo para funcionamento dos equipamentos em cada localidade; as deficiências de algumas edificações, como infiltrações, vazamentos, falta de adaptação ao trânsito de deficientes.

Com o objetivo de levantar as necessidades e providenciar seu atendimento, foi constituída a Comissão de Apoio Logístico às Varas Federais da Primeira Região criadas pela Lei 10.772/2003, composta pelos Diretores das Secretarias de Recursos Humanos, de Administração, de Tecnologia da Informação e de Planejamento Orçamentário e Financeiro. A Comissão, após amplo levantamento nas Seções e Subseções Judiciárias, identificou os principais problemas que afetavam a funcionalidade das varas federais, buscou imediata solução para as questões consideradas mais urgentes e promoveu estudos para as que exigiam medidas a médio prazo.

No tocante aos sistemas informatizados utilizados pelas Subseções recentemente instaladas, ficou definido que cada localidade receberá um equipamento servidor que atenda à demanda local, que armazene os arquivos produzidos pelas Subseções e aumente significativamente a velocidade de acesso às ações e informações centralizadas no Tribunal. Além disso, iniciou-se a contratação de empresas terceirizadas especializadas em manutenção de equipamentos de informática, para alocação de um profissional de nível médio em cada Subseção.

Para suprir os quadros de servidores, foi iniciado o IV Concurso Público para Provedimento de Cargos na Primeira Região, em convênio com a Fundação Carlos Chagas. O certame, além de permitir o preenchimento das vagas existentes na Primeira Região, criará

reserva de candidatos para atender a uma eventual ampliação do Tribunal ou da Justiça Federal de primeira instância. Como providência imediata, foram disponibilizados recursos para a contratação de estagiários.

Relativamente ao treinamento de servidores, coube a cada Seccional indicar as ações consideradas de maior urgência, incluindo-se imediatamente os servidores nos cursos programados para 2006. Os demais cursos serão priorizados na programação de 2007.

Quanto às instalações físicas, algumas reformas emergenciais já se encontram em andamento e outras são planejadas para 2007.

Também declarei, ao assumir a Presidência deste Tribunal, minha intenção de fortalecer a Justiça Federal de primeira instância e os juizados especiais federais, inclusive mediante parceria e interação com as universidades.

Como ponto de partida, foi assinado com a Universidade Federal do Piauí – UFPI, em 12 de junho de 2006, convênio de cooperação técnico-científica para instalação do Núcleo de Prática Jurídica e de Realização de Perícias Médicas nas dependências do edifício da Justiça Federal no Piauí, no mesmo local onde também funcionam os serviços de atermação e conciliação dos juizados especiais federais.

Uma das finalidades do referido convênio é promover o desenvolvimento de atividades práticas que contribuam para a formação profissional de futuros bacharéis em Direito, possibilitando a complementação educacional do corpo discente da UFPI, fornecendo instrumentos para ajudar na agilização da atividade jurisdicional, por meio de estágios práticos supervisionados, com seleção e encaminhamento de estagiários para a Justiça Federal, sem ônus. Outra importante finalidade é a realização de perícias médicas para jurisdicionados carentes, principalmente nas especialidades de ortopedia, reumatologia, psiquiatria, cardiologia e oftalmologia, pelos integrantes do corpo médico do Hospital Universitário da UFPI, considerando-se que, no ano de 2006, faltaram recursos para realização dessas perícias.

Ulterior iniciativa, nesse mesmo sentido, foi a assinatura, no dia 27 de novembro de 2006, de convênio com o Centro Educacional Hyarte-ML Ltda. (Faculdade Atenas), com sede na cidade de Paracatu/MG, para funcionamento de um posto avançado dos juizados especiais federais da Subseção Judiciária de Patos de Minas, Seccional de Minas Gerais, para atendimento às pessoas carentes.

Ainda no sentido de efetivar a interiorização da Justiça Federal, autorizei o funcionamento de 18 juizados especiais federais propostos pela COJEF, além da realização dos juizados especiais federais itinerantes, que atuaram em 27 localidades, para atender a camadas sociais menos favorecidas.

Estou ciente, todavia, de que o fortalecimento da Primeira Região, de dimensão continental, virá da integração do Tribunal com suas 14 Seções e 42 Subseções Judiciárias, principalmente pela transmissão de conhecimentos e pelo desenvolvimento da qualificação, da competência, das habilidades e do desempenho individual, funcional e organizacional. Assim, já estão sendo desenvolvidos estudos para a implantação, em curto prazo, da universidade corporativa da Primeira Região, que terá como finalidades principais: promover a formação profissional diversificada e de qualidade a todo o corpo de magistrados e servidores, contribuindo para o cumprimento de sua missão e o fortalecimento de seus valores institucionais; desenvolver, armazenar e transmitir o conhecimento necessário ao aprimoramento do capital intelectual da Primeira Região, utilizando-se recursos de treinamento presencial e a distância em cursos básicos, de formação, de graduação e pós-graduação; difundir os valores comuns e a cultura organizacional em toda a Primeira Região; otimizar a aplicação dos recursos financeiros utilizados com treinamentos externos; promover o aprendizado contínuo e progressivo das pessoas e da organização; atender às demandas de treinamento com flexibilidade de horário e praticidade metodológica orientada para as finalidades que lhe são próprias.

No que tange ao compromisso assumido de trabalhar para obter recursos orçamentários que permitam iniciar o projeto de construção de imóvel para abrigar todas as dependências do Tribunal, em terreno situado próximo ao egrégio Superior Tribunal de Justiça, foram envidados esforços que resultaram na aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 11.402, de 15/12/2006, que consignou à Justiça Federal crédito especial no valor de R\$ 6.652.000,00 (seis milhões, seiscentos e cinqüenta e dois mil reais). O orçamento de 2007 contempla crédito orçamentário de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) para dar início à construção.

Considerando-se que a construção da nova sede comporta desdobramentos de longo prazo, situação que recomenda decisões compartilhadas entre os membros desta Corte, foi instituída, por meio da Portaria/PRESI 600-446 de 31/10/2006, comissão composta pelos Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian, Cândido Ribeiro e João Batista Moreira, para, sob a presidência do primeiro, com o apoio da área administrativa da Secretaria do Tribunal, reunir informações com vistas a subsidiar a Presidência nas atividades necessárias à elaboração do projeto arquitetônico e à construção da nova sede da Corte.

Com a dotação orçamentária disponível, foi assinado contrato com o escritório de Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., para prestação de serviços técnicos referentes à elaboração do projeto arquitetônico de construção do futuro edifício-sede do Tribunal. O contrato prevê que o prazo de entrega de todos os projetos de arquitetura e de engenharia, devidamente aprovados pelos órgãos competentes, abrangendo uma área de 120.000 m<sup>2</sup>, possibilite o início da obra ainda no ano de 2007.

O novo edifício-sede está, portanto, a caminho de se tornar realidade. Todavia, a situação dos gabinetes dos 27 desembargadores federais que hoje compõem o Tribunal clama por medidas imediatas. Nesse propósito, começou a ser projetada em 2006 importante ampliação do atual Edifício-Sede, que permitirá a ocupação de espaço externo sob o 2º pavimento, no nível da Praça dos Tribunais Superiores, com acréscimo de aproximadamente 770 m<sup>2</sup> à área hoje existente. Adicionalmente, alguns gabinetes serão remanejados do Edifício-Sede para o Anexo I do Tribunal, duplicando-se as respectivas áreas de trabalho, inclusive dos que permanecerem no Edifício-Sede. A iniciativa será possibilitada pela transferência provisória de unidades administrativas para um prédio situado nas imediações do Tribunal, denominado edifício Funasa.

Para viabilizar a ampliação dos gabinetes, o edifício Adriana passa por reforma integral, contratada em 28 de dezembro de 2006, com conclusão prevista para julho de 2007, quando poderão ser reinstaladas algumas das unidades do Tribunal transferidas provisoriamente para os edifícios Cabo Frio, cedido pelo Conselho da Justiça Federal, e Funasa.

No que toca ao meu compromisso de também trabalhar para obter recursos orçamentários que permitam dotar as Seções Judiciárias da Primeira Região de sede própria, foram assinados, pelo Presidente da República, em dezembro, dois importantes decretos de desapropriação por utilidade pública.

O primeiro, de 14 de dezembro de 2006, destina à Seção Judiciária do Estado do Pará três imóveis contíguos, localizados em frente à atual sede da Seccional, com o que se objetiva facilitar o tráfego de pessoas e veículos e proporcionar futuras ampliações da área construída. Foram utilizados créditos orçamentários consignados no orçamento de 2006.

O segundo, de 21 de dezembro de 2006, declarou como de utilidade pública, para fins de desapropriação, três imóveis localizados na mesma área da Justiça Federal em Belo Horizonte, Minas Gerais, bem próximos ao prédio próprio, reunindo as condições para a formação de um corredor jurídico capaz de otimizar os serviços da Seccional.

A publicação do referido decreto, com o ajuizamento da respectiva ação de desapropriação por utilidade pública, fez-se possível graças ao crédito especial, no valor de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), aprovado pelo Congresso Nacional, mediante a Lei 11.391, de 15 de dezembro de 2006.

A desapropriação dos imóveis representa a possibilidade de conferir melhor acomodação à Justiça Federal em Belo Horizonte e, com isso, maior qualidade ao atendimento do cidadão, além de solucionar o grave problema dos elevados desembolsos mensais para pagamento de aluguel.

Vale a pena destacar, também, o desenvolvimento de dois projetos, com grandes reflexos na jurisdição federal da Primeira Região.



Ao assumir a Presidência, procurei incrementar e agilizar a implantação do Projeto de Conciliação – Sistema Financeiro de Habitação – segunda instância, autorizado pela Corte Especial do Tribunal e sistematizado pela Resolução 100-14/2005. Designei, então, o Juiz Federal em auxílio à Presidência, Reynaldo Soares da Fonseca, como Coordenador do Projeto, que contou com a participação de mais de 40 magistrados voluntários. Hoje, temos 51 juízes participando de tal iniciativa, com resultados exitosos.

Apenas para historiar, um mês após a posse da atual Administração do Tribunal (maio de 2006), a Presidência e a Vice-Presidência do Tribunal acompanharam os trabalhos da I Semana da Conciliação – SFH em Belo Horizonte, entregando, ao final, juntamente com as Presidências da Quinta e Sexta Turma do Tribunal, diversas cartas de baixa de hipoteca a mutuários que firmaram acordo com a Caixa Econômica Federal. Tal acontecimento foi seguido pelas demais Unidades Federativas da Primeira Região.

Os índices de acordo, na Primeira Região, têm sido superiores a 50%, com destaque especial para Minas Gerais, Pará, Amapá, Mato Grosso e Piauí, que já ultrapassaram o percentual positivo de 70% de acordos.

Ressalte-se, a propósito, que, a partir do mês de agosto de 2006, o Conselho Nacional de Justiça lançou o Projeto Conciliar é Legal, chamando todo o Poder Judiciário para a troca do paradigma do litígio pela cultura da conciliação, com o objetivo da pacificação social, sendo que, em diversas oportunidades, a Presidente Ministra Ellen Gracie tem ressaltado o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Até o momento, o referido projeto realizou 749 acordos, num percentual de aproveitamento de 51,59%.

Registre-se que, na linha do Projeto Conciliar é Legal, a Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região – COJEF passou a desenvolver, a partir de outubro de 2006, um outro projeto de conciliação nos JEFs, com índices igualmente excelentes.

Com efeito, os resultados alcançados demonstram que a Justiça Federal da Primeira Região está no caminho certo. A cultura do diálogo e da conciliação é uma grande ferramenta para a pacificação social e para agilizar a entrega da prestação jurisdicional, com redução, inclusive, dos custos do Estado-Juiz.

De outra parte, elegi também como prioridade o desenvolvimento do Projeto da Execução Fiscal Virtual, que tive a honra de acompanhar e incentivar quando fui Corregedora-Geral, no biênio 2004-2006.

Após árduo empenho da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal, sob a coordenação da Comissão de Magistrados, presidida pelo Juiz Federal da 18ª Vara da Seccional do Distrito Federal, Alexandre Machado de Vasconcelos, foi implantado, efetivamente, o projeto piloto na Seção Judiciária do Distrito Federal.

Para tanto, o Tribunal celebrou convênio com a Secretaria da Receita Federal, viabilizando, inclusive, o acesso virtual dos magistrados a dados considerados sigilosos, para facilitar a colheita de informações e dar à tramitação processual a necessária celeridade. Portanto, dados que, no passado, eram obtidos em três ou quatro meses, na melhor das hipóteses, são hoje acessados *on-line*, por meio do serviço INFOJUD – Informações ao Judiciário.

Nessa perspectiva, no dia 27 de outubro de 2006, este Tribunal e o Tribunal Regional Federal da Terceira Região apresentaram e implantaram, na sala de conferências do Superior Tribunal de Justiça, com a presença dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, e do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Raphael Barros Monteiro, os respectivos Projetos, que já estão em funcionamento antes mesmo da edição da nova Lei da Informatização Processual (Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006).

Quanto à organização dos serviços administrativos, promovi pequeno realinhamento, porém consistente, com o objetivo de eliminar pontos críticos do processo gerencial e do fluxo de serviços, equilibrar a distribuição de trabalho entre as áreas, reunir atividades afins e implementar novos projetos, além de sanar inúmeros problemas decorrentes da existência de estrutura paralela de funções, que foram informalmente deslocadas de suas áreas de origem. O projeto foi apreciado e aprovado pelo Plenário, na sessão de 10 de novembro de 2006, e regulamentado pela Resolução 600-9 de 13 de novembro de 2006.

A limitação de recursos, que, como sempre, tem sido um dos grandes entraves à administração, foi ainda mais dura ao se contingenciarem mais de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) da Primeira Região no exercício de 2006. Entretanto, empenhando todos os esforços em um trabalho árduo e consciente, foi possível à Administração estabelecer prioridades passíveis de execução orçamentária e financeira, sem deixar de atender a áreas e serviços de vital importância para o Tribunal e Seccionais.

Esforços também foram envidados por esta Administração perante os órgãos competentes, a fim de se conseguirem créditos suplementares e adicionais para projetos relevantes, o que gerou resultados substanciais.

Com tais verbas, conseguiu-se promover expressiva renovação do parque tecnológico do Tribunal, com instalação e configuração de 200 microcomputadores, em substituição aos equipamentos inferiores à configuração Pentium IV; instalação de leitores de código de barras nos gabinetes de desembargadores federais, padronizando-se quantitativo mínimo de sete unidades por gabinete; aquisição de novo servidor de *e-mails* e de aplicação para atender a necessidades das Subseções Judiciárias; aumento da capacidade de armazenamento de dados (disco W); aquisição de roteadores de *backup*; aquisição de equipamentos para o projeto de modernização da rede das Seções e Subseções Judiciárias.

Uma das grandes inovações em 2006 foi a implantação do sistema eletrônico para expedição de requisições de pagamento no âmbito da Primeira Região, objetivando dar maior celeridade ao desempenho das atividades e promover a desburocratização de diversos procedimentos atinentes aos recebimentos das requisições. O sistema eletrônico reduziu significativamente a complexa burocracia antes necessária à expedição de requisições de pagamento, com grande economia de material e de mão-de-obra, trazendo ainda total transparência e eficiência ao pagamento aos jurisdicionados.

A área administrativa foi atendida com novos sistemas eletrônicos ou remodelações dos já existentes, destacando-se os sistemas de folha de pagamento, do Pro-Social, de recursos humanos, de afastamento de magistrados, de jurisprudência, de recebimento e envio de correspondências.

O atendimento ao advogado e às partes do processo foi contemplado com o Sistema de Terminal de Auto-Atendimento – e-TAA: uma nova aplicação *web* desenvolvida para os terminais de auto-atendimento da Justiça Federal da Primeira Região, que proporcionou maior rapidez à consulta processual. Permitiu também vários tipos de consulta, tais como: pelo número do processo no Tribunal, nome das partes, número do processo de origem, número da OAB e CPF/CNPJ, possibilitando também a consulta a processos que estejam em tramitação tanto no Tribunal como nas Seções e Subseções da Primeira Região.

Para cada sistema implantado, foram ministrados treinamentos em diversos níveis, com vistas a atender os mais variados perfis de usuários.

Buscou-se adotar, na gestão de recursos humanos, o estabelecimento de linhas de comunicação mais eficientes com o servidor, como forma de melhor alcançar sua função institucional. Nesse sentido, foram criados dois importantes instrumentos: o Portal do Servidor, disponível na página eletrônica do Tribunal (intranet e internet), constituída de diversos *links*, que unificam todas as áreas de atuação da Secretaria e permitem ao usuário rápida resolução de suas demandas, e o *RH on-line*, periódico semanal eletrônico que trata de assuntos específicos e previamente selecionados, com abordagem simples e direta, acessível a todos os servidores.

Realizaram-se, ainda, em dezembro de 2006, os pagamentos de pessoal com base no novo Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário, com suas diferenças, e parte dos juros incidentes sobre a URV, ocasião em que, somadas as folhas ordinárias e de gratificação natalina, foram elaborados mais de 28 mil contracheques.

A Secretaria de Administração, além de atender às demandas do Tribunal decorrentes da aquisição e contratação de materiais e serviços, controle patrimonial, segurança e vigilância, execução financeira e comunicação administrativa, prestou grande apoio às Seções e Subseções Judiciárias no acompanhamento e fiscalização de obras, concluídas ou

em andamento. Realizou, ainda, o descarte de precatórios compreendidos no período de 1995 a 1997, eliminando 10.572 processos e liberando área de 73,08 metros lineares de depósito do arquivo. Também realizou o descarte de processos e documentos administrativos, alcançando a marca de 37 metros lineares de papéis eliminados, em um montante de 1.371 quilos de documentos fragmentados.

A arrecadação com a venda do papel foi destinada à Casa do Ceará, instituição beneficente sorteada pela Comissão de Avaliação Documental, presidida pelo Desembargador Federal Leomar Amorim.

Por meio da Secretaria de Controle Interno, buscou-se aprimorar a uniformização de procedimentos da Primeira Região e seguir a atualização do próprio conceito da atividade, que passou de mero fiscalizador de atos já ocorridos a gestor de ações preventivas e corretivas. Tal controle preventivo tem sido instrumento auxiliar da gestão, permitindo que a tomada de decisões seja amparada na racionalidade na aplicação dos recursos públicos; na legalidade e legitimidade dos atos; na adequação dos registros e controle do patrimônio público.

A qualidade de vida no trabalho, que já está inserida na cultura do Tribunal, abrangeu um conjunto de ações preventivas, curativas, sociais e culturais, objetivando promover o desenvolvimento humano multidimensional, sem, todavia, descuidar-se dos rigorosos controles que a atividade exige.

Penso, portanto, que, em oito meses de Administração, a atual direção cumpriu satisfatoriamente suas metas, pretendendo realizar, no ano de 2007, muito mais. E, para tanto, proponho-me a exercer minha administração pautada em programa de gestão focado em qualidade de serviços, compartilhamento, excelência na utilização e controle dos recursos públicos, transparência, aprimoramento contínuo e progressivo dos serviços e tecnologias, uniformização e simplificação de rotinas e procedimentos, motivação e engajamento do corpo funcional, promovendo, assim, a melhor relação entre recursos, ações e resultados.

Para finalizar, devo dizer que é tempo de reconhecer e agradecer. Reconheço o enorme esforço de todos os magistrados do primeiro e do segundo grau, dos servidores e de todas as unidades que compõem esta Casa na construção de uma Justiça Federal mais humanizada, rápida, eficiente, totalmente voltada para a prestação jurisdicional e comprometida com a pacificação social.

Agradeço, de forma especial:

- ▶ ao Vice-Presidente, Desembargador Federal Carlos Olavo, pela valiosa colaboração, inclusive em dividir com a Presidência a análise de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários, agilizando as decisões e a prestação jurisdicional;

- ao Corregedor-Geral, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais, Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, ao Diretor da ESMAF, Desembargador Federal Olindo Menezes, ao Diretor da Revista do Tribunal, Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, e aos Desembargadores Federais membros das Comissões, pelo apoio e pela colaboração que têm prestado na condução deste Tribunal, fazendo-o distinguir-se no meio jurídico pelo exemplo de bem servir;
- a todos os meus colegas, Desembargadores Federais membros desta Corte, com os quais tenho a alegria de dividir todo e qualquer mérito na elevação do nome desta Casa;
- ao Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, convocado para prestar auxílio permanente à Presidência, por seu desprendimento e elevada dedicação;
- a todos os Juízes Federais convocados para atuar em substituição ou auxílio a Desembargador Federal, pelos relevantes serviços que têm prestado;
- ao Diretor-Geral da Secretaria, Felipe dos Santos Jacinto, por sua inestimável colaboração na gestão administrativa;
- ao Secretário-Geral, Deyr José Gomes Júnior, por seu comprometimento e dedicação;
- ao corpo de dirigentes, pelo empenho com que conduzem as unidades, fazendo-as alcançar seus objetivos;
- aos meus assessores e demais colaboradores da Presidência, pelo auxílio e a compreensão com que suportam a enorme carga de trabalho;
- a todos os devotados servidores, partícipes e construtores das realizações deste Tribunal;
- à equipe do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – CENAG, pela dedicação na produção deste Relatório de Atividades.

Brasília, 8 de março de 2007.

Desembargadora Federal Assusete Magalhães  
Presidente

# QUADROS E GRÁFICOS

## PRESI

- Quadro 1 Varas instaladas na Primeira Região
- Quadro 2 Varas federais e especializações – 1ª Região
- Quadro 3 Processos no Projeto de Conciliação – 1ª fase
- Quadro 4 Processos encaminhados ao Projeto de Conciliação (por gabinete)
- Quadro 5 Resultado geral dos mutirões de audiência
- Quadro 6 Audiências de distribuição
- Quadro 7 Despachos/informações administrativas proferidos pela Presidente, Assusete Magalhães
- Gráfico 1 Demonstrativo da produtividade do Projeto de Conciliação
- Gráfico 2 Percentuais de acordo por jurisdição
- Gráfico 3 Resultado geral dos mutirões de audiência na Justiça Federal

## ASRET

- Quadro 8 Processos analisados
- Quadro 9 Movimentação processual
- Gráfico 4 Movimentação de processos
- Gráfico 5 Decisões e despachos exarados segundo a natureza

## ASESP

- Quadro 10 Siglas utilizadas
- Quadro 11 Projetos de interesse da Primeira Região na Câmara dos Deputados
- Quadro 12 Projetos de interesse da Primeira Região no Senado Federal
- Quadro 13 Projetos de interesse da Primeira Região no Congresso Nacional

## SEGEF

- Quadro 14 Publicação *O Quê do Mês*

## ASREP

- Quadro 15 Solenidades/eventos na Primeira Região
- Quadro 16 Exposições realizadas no Espaço Cultural do TRF 1ª Região

- Quadro 17 Programa de Visitas – *Bem-Vindo ao TRF 1ª Região*

## ASCOM

- Quadro 18 Prêmios recebidos
- Quadro 19 Registros jornalísticos realizados
- Quadro 20 Edições de publicações periódicas
- Quadro 21 Produção para a Rádio Justiça
- Quadro 22 Vídeos institucionais realizados
- Quadro 23 Programas editados

## VIPRE

- Quadro 24 Admissibilidade de recursos decididos pela Vice-Presidência
- Quadro 25 Presidência de órgão julgador
- Quadro 26 Substituição à Presidente em sessões de julgamento
- Quadro 27 Presidência na distribuição de processos
- Quadro 28 Participação em sessões de julgamento
- Quadro 29 Votos de desempate
- Quadro 30 Estatística processual

## COGER

- Quadro 31 Correções gerais ordinárias
- Quadro 32 Atividade administrativa/disciplinar realizada
- Quadro 33 Participação no Fórum Permanente de Corregedores-Gerais
- Quadro 34 Especialização das varas da Justiça Federal da Primeira Região
- Quadro 35 Dados estatísticos da primeira instância
- Quadro 36 Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas Seccionais
- Gráfico 6 Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas varas federais
- Gráfico 7 Processos distribuídos, julgados e em tramitação nos juizados especiais federais
- Gráfico 8 Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas turmas recursais
- Gráfico 9 Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas Seccionais

## COJEF

Quadro 37	Funcionamento dos juizados especiais federais nas varas de interior
Quadro 38	Processos físicos e processos virtuais nos JEFs
Quadro 39	Composição do acervo após a instalação do Sistema Virtual
Quadro 40	Processos físicos e processos virtuais nas turmas recursais
Quadro 41	Juizados especiais federais itinerantes realizados – competência: cível e previdenciária
Quadro 42	Desempenho dos JEFs no Dia da Conciliação
Quadro 43	Movimentação de processos nos JEFs
Quadro 44	Movimentação de processos nas turmas recursais
Quadro 45	Estatística da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência
Quadro 46	Resoluções aprovadas
Gráfico 10	Processos físicos e processos virtuais nos JEFs
Gráfico 11	Composição do acervo dos JEFs
Gráfico 12	Composição do acervo nas Turmas Recursais
Gráfico 13	Desempenho dos JEFs no Dia da Conciliação
Gráfico 14	Movimentação de processos nos JEFs – comparativo anual
Gráfico 15	Movimentação de processos nas turmas recursais – comparativo anual

## ESMAF

Quadro 47	Eventos realizados pela ESMAF
-----------	-------------------------------

## DIGES

Quadro 48	Projetos incluídos na proposta orçamentária preliminar de 2007
Quadro 49	Realinhamento administrativo – principais alterações

## ASMAG

Quadro 50	Sessões realizadas
Quadro 51	Posse de magistrados
Quadro 52	Quantitativo de cargos de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto
Quadro 53	Magistrados convocados para os gabinetes dos Desembargadores Federais
Quadro 54	Movimentação de Juiz Federal
Quadro 55	Movimentação de Juiz Federal Substituto

Quadro 56	Remoção de Juiz Federal
Quadro 57	Remoção de Juiz Federal Substituto
Quadro 58	Remoção de Juiz Federal Substituto de outras Regiões
Quadro 59	Permuta de magistrado na Primeira Região
Quadro 60	Permuta de magistrado entre Regiões
Quadro 61	Magistrados eleitos para compor os Tribunais Regionais Eleitorais

## COREJ

Quadro 62	Processos conclusos aos relatores
Quadro 63	Processamentos e pagamentos
Quadro 64	Precatórios e RPVs que aguardam pagamento em 2007
Quadro 65	Outras atividades
Gráfico 16	Pagamento de precatórios
Gráfico 17	Pagamento de RPVs
Gráfico 18	Beneficiários de RPVs e precatórios

## COJUD

Quadro 66	Acórdãos processados pela COJUD
Quadro 67	Correção de pendências de inteiro teor
Quadro 68	Acórdãos dos JEFs processados pela COJUD
Quadro 69	Publicação de súmulas
Quadro 70	Divulgação de jurisprudência
Quadro 71	Processos arquivados
Quadro 72	Processos emprestados ou desarquivados
Quadro 73	Atendimentos no Arquivo Judicial
Quadro 74	Atividades desenvolvidas pela Biblioteca
Quadro 75	Atividades desenvolvidas pela Comissão de Acervo Jurídico
Quadro 76	Atendimento ao usuário da Biblioteca
Quadro 77	Registro e processamento técnico de acervo
Quadro 78	Atividades relativas a periódicos
Quadro 79	Plano de trabalho da Biblioteca para 2007
Quadro 80	Apoio às Comissões de Concurso

## CENAG

Quadro 81	Histórico da implantação do PCTT na Primeira Região
Quadro 82	Resoluções relativas à estrutura organizacional da primeira instância
Quadro 83	Reprodução gráfica

## SECJU

Quadro 84	Petições iniciais e diversas protocolizadas
Quadro 85	Petições diversas recebidas
Quadro 86	Petições diversas recebidas nas Seções Judiciárias
Quadro 87	Petições diversas recebidas nas Subseções Judiciárias
Quadro 88	Protocolo descentralizado de petições iniciais
Quadro 89	Processos distribuídos por grupo no Tribunal
Quadro 90	Processos registrados
Quadro 91	Processos distribuídos e registrados (por magistrado)
Quadro 92	Processos redistribuídos (por magistrado)
Quadro 93	Sessões realizadas no Tribunal
Quadro 94	Desempenho dos órgãos julgadores
Quadro 95	Outras estatísticas
Quadro 96	Notas taquigráficas
Quadro 97	Movimentação dos recursos
Quadro 98	Publicações de decisões e despachos em recursos
Gráfico 19	Petições apresentadas ao Tribunal
Gráfico 20	Petições protocolizadas
Gráfico 21	Processos distribuídos e julgados no Tribunal e decisões/acórdãos publicados

## SECOR

Quadro 99	Orçamento aprovado para a Primeira Região
Quadro 100	Alterações à Lei Orçamentária
Quadro 101	Provisão orçamentária concedida
Quadro 102	Recebimento e distribuição dos limites financeiros
Quadro 103	Execução orçamentária (excluídos precatórios e RPVs)
Quadro 104	Execução de Restos a Pagar inscritos em 2005
Quadro 105	Aquisição de veículos
Quadro 106	Acompanhamento de projetos – obras
Quadro 107	Obras e reformas
Quadro 108	Precatórios e RPVs pagos
Quadro 109	Execução de precatórios e RPVs inscritos em Restos a Pagar
Quadro 110	Projetos priorizados para 2007
Quadro 111	Comparativo dos orçamentos de 2006 e 2007
Quadro 112	Emendas ao PL 15/2006 – Orçamento 2007, aprovadas na Comissão Mista de Orçamento
Quadro 113	Revisão do PPA 2004/2007 – limites da Primeira Região (2007/2010)

Quadro 114	Projetos contemplados na revisão do PPA 2004/2007 (3ª revisão 2007/2010)
Gráfico 22	Dotação por unidade orçamentária
Gráfico 23	Comparativo orçamentário: dotação e provisão
Gráfico 24	Provisão orçamentária concedida
Gráfico 25	Sub-repasse para as Seccionais

## SECRE

Quadro 115	Processos analisados sobre legislação de pessoal
Quadro 116	Força de trabalho da Primeira Região
Quadro 117	Movimentação de pessoal – TRF
Quadro 118	Movimentação de pessoal – Justiça Federal de primeiro grau
Quadro 119	Eventos externos de capacitação – com ônus
Quadro 120	Eventos externos de capacitação – sem ônus
Quadro 121	Eventos internos de capacitação
Quadro 122	Eventos regionais de capacitação
Quadro 123	Eventos realizados em parceria com outros órgãos
Quadro 124	Seleção interna para funções comissionadas
Quadro 125	Recrutamento, seleção e colocação de pessoal
Gráfico 26	Demonstrativo de participantes em eventos de capacitação externos

## SECAD

Quadro 126	Procedimentos de aquisição
Quadro 127	Procedimentos licitatórios
Quadro 128	Remessa de documentos
Quadro 129	Recebimento de documentos
Quadro 130	Atividades de comunicação e expedição
Quadro 131	Elaboração e acompanhamento de contratos
Quadro 132	Crédito provisionado e liquidado por categoria de gasto – Tribunal
Quadro 133	Crédito provisionado e liquidado por subprojeto/atividade
Quadro 134	Atividades relacionadas a material e patrimônio
Quadro 135	Apoio às Seções e Subseções Judiciárias
Quadro 136	Quantidade anual de acesso de pessoas às dependências do Tribunal
Quadro 137	Execução e controle de contratos de serviços gerais e segurança
Gráfico 27	Orçamento disponibilizado e execução da despesa



## SECIN

Quadro 138 Outras atividades relevantes

## SECOI

Quadro 139 Atividades desenvolvidas

Quadro 140 Auditorias realizadas

Quadro 141 Processos analisados

## SECBE

Quadro 142 atendimentos médicos e de enfermagem no Tribunal

Quadro 143 Serviços psicológicos

Quadro 144 atendimentos odontológicos no Tribunal

Quadro 145 atendimentos realizados pela rede credenciada na Primeira Região

Quadro 146 Atividades de credenciamento no Tribunal

Quadro 147 Receitas e despesas do PRO-SOCIAL

Quadro 148 Aplicação dos recursos do PRO-SOCIAL por benefício

Quadro 149 Aplicação dos recursos da União por benefício social

Gráfico 28 Clientela atendida pela assistência direta no Tribunal

Gráfico 29 Causas de afastamento do trabalho no Tribunal

Gráfico 30 atendimentos odontológicos por período

Gráfico 31 Beneficiários do PRO-SOCIAL

Gráfico 32 Acompanhamento financeiro do PRO-SOCIAL

Gráfico 33 Receitas do PRO-SOCIAL

Gráfico 34 Aplicação dos recursos do PRO-SOCIAL

# SUMÁRIO

## **PRESIDÊNCIA – PRESI, 1**

Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – ASRET, 35

Assessoria Especial da Presidência – ASEP, 39

## **SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA – SEGEP, 51**

Assessoria de Representação e Programação Social – ASREP, 55

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM, 63

## **VICE-PRESIDÊNCIA – VIPRE, 69**

## **CORREGEDORIA-GERAL – COGER, 75**

## **COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – COJEF, 95**

## **ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO – ESMAF, 109**

## **DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES, 115**

Assessoria de Assuntos da Magistratura – ASMAG, 125

Coordenadoria de Execução Judicial – COREJ, 135

Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJUD, 141

## **CENTRO DE ESTUDOS E APOIO À GESTÃO ORGANIZACIONAL – CENAG, 151**

## **SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU, 165**

## **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – SECOR, 183**

## **SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE, 205**

## **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD, 215**

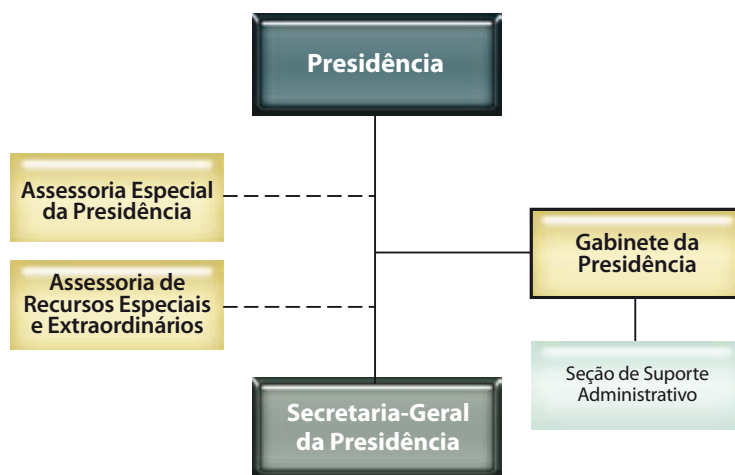
## **SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SECIN, 229**

## **SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI, 237**

## **SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS – SECBE, 243**

# PRESI

## Presidência



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

No dia 19 de abril, em sessão solene realizada no Plenário, a Desembargadora Federal Assusete Dumont Reis Magalhães tomou posse no cargo de Presidente do Tribunal, para gerir a Primeira Região durante o biênio 2006/2008, sucedendo o Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima.

Foram empossados, também, na mesma sessão solene, no cargo de Vice-Presidente do Tribunal, o Desembargador Federal Carlos Olavo Pacheco de Medeiros e, no cargo de Corregedor-Geral da Justiça Federal da Primeira Região, o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian.



Os empossados: Corregedor-Geral, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian; Presidente, Desembargadora Federal Assusete Dumont Reis Magalhães; Vice-Presidente, Desembargador Federal Carlos Olavo Pacheco de Medeiros.

Compuseram a Mesa diretora da solenidade o Vice-Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie Northfleet, o Procurador-Geral da República, Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, e o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves da Cunha.

Outras autoridades compareceram à cerimônia, entre as quais os Senadores Edison Lobão — representando o Presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros —, José Sarney, Renato Azevedo e ministros dos Tribunais Superiores, ministros de Estado,

procuradores da República, advogados da União e autoridades do Governo do Distrito Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil, além dos desembargadores e de juízes federais, servidores, convidados, amigos e familiares dos empossados.

O Presidente da República enviou mensagem escrita, na qual cumprimentou o Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, que concluiu o mandato de Presidente do Tribunal, e enviou congratulações aos Desembargadores Federais que passaram a assumir os cargos de direção da Corte.

## Gestão da Primeira Região

Em seu discurso de posse, a nova Presidente disse que assumia o cargo com os olhos voltados para o interesse público e com o firme propósito de envidar todos os esforços para bem servir a Casa.



Presidente do TRF 1ª Região,  
Desembargadora Federal Assuete Magalhães

Tais propósitos logo se fizeram notar, com a apresentação aos órgãos julgadores competentes de importantes projetos e medidas, voltados para o aprimoramento da gestão, das atividades e das instalações do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias integrantes da Primeira Região.

Prioridades dos anos anteriores foram reforçadas e novas diretrizes traçadas. Uma análise das principais realizações de 2006, comentadas a seguir, permite afirmar que, não obstante todas as dificuldades enfrentadas, os resultados alcançados foram extremamente positivos.

## Realinhamento administrativo da Secretaria do Tribunal

Em gestões passadas, em virtude de um pico avassalador na demanda pelos serviços judiciais, que

chegou ao ápice nos anos de 2000 e 2001, foram realizadas alterações na estrutura organizacional do Tribunal com prioridade absoluta para os gabinetes dos desembargadores federais e para a Secretaria Judiciária, reforçados com funções e servidores da área administrativa.

Reequilibrada a demanda judicial e fortalecida a área fim, em 2006 a Presidência buscou equacionar questões estratégicas e inadiáveis da Administração, por meio do reforço às áreas mais demandadas, permitido pelo remanejamento de cargos em comissão e funções comissionadas entre as próprias unidades administrativas e pela redistribuição de competências. Embora distante do ideal, o realinhamento refletiu as possibilidades imediatas do Tribunal, adstritas às disponibilidades orçamentárias da Primeira Região.

O projeto foi apreciado e aprovado pelo Plenário, na sessão de 10/11/2006, e regulamentado pela Resolução 600-9 de 13/11/2006.

## Execução Fiscal Virtual da Justiça Federal

Consciente de que a tecnologia da informação poderá combater o principal problema do Poder Judiciário — a morosidade —, a Administração deu máxima prioridade à substituição do processo físico, em papel, pelo processo totalmente eletrônico nos autos de execução fiscal.

O Processo Judicial Digital de Execução Fiscal – PJD-EF, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região, utiliza-se da mais moderna tecnologia de gerenciamento, fluxo, segurança e assinatura eletrônica de documentos, o que permite ainda garantir a acessibilidade e o compartilhamento de informações entre todos os segmentos e usuários envolvidos.

O modelo, idealizado para atender integralmente às necessidades das varas de execução fiscal, representa um marco na arrecadação judicial da Dívida Ativa da União, por interligar os sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional com os da Justiça Federal, levando rapidez à tramitação dos processos e maior eficiência à cobrança dos débitos dos contribuintes inadimplentes.

A solenidade de lançamento do sistema ocorreu na sala de conferências do Superior Tribunal de Justiça – STJ, no dia 27 de outubro, oportunidade em que a Presidente Assusete Magalhães informou que o Tribunal Regional Federal da Primeira Região está trabalhando para que o sistema seja estendido, em curto espaço de tempo, a todas as varas de execução fiscal da Justiça Federal da Primeira Região.

Durante o lançamento, foi possível demonstrar o êxito do novo sistema, com a realização do primeiro despacho em execução fiscal virtual exarado pelo Presidente da Comissão Fiscal Virtual da Primeira Região, Juiz Federal Alexandre Vasconcelos.

A virtualização dos processos de execução fiscal, pioneira na Justiça Federal, e já em funcionamento experimental na 18ª Vara do Distrito Federal desde 27/10/2006, proporcionará economia para o Estado e benefícios para toda a sociedade, uma vez que representa aumento da arrecadação tributária, que deve reverter em melhoria dos serviços públicos. Além disso, contribuirá para a eliminação gradativa da utilização de papel, com efeito positivo na preservação do meio ambiente.



A Presidente, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, apresenta o Processo Judicial Digital de Execução Fiscal – PJD-EF em solenidade realizada no Superior Tribunal de Justiça e demonstra, na prática, seu funcionamento, com o primeiro despacho em processo de execução fiscal virtual.

(Da direita para a esquerda: a Presidente, Desembargadora Federal Assusete Magalhães; o Presidente do STJ e do CJF, Ministro Barros Monteiro; a Presidente do STF e do CNJ, Ministra Ellen Gracie Northfleet, e o Coordenador-Geral da Justiça Federal, Ministro Fernando Gonçalves).

## Melhoria das instalações físicas do Tribunal

Os gabinetes dos 27 desembargadores federais que hoje compõem o Tribunal funcionam em espaço físico exíguo, correspondente ao existente na época da inauguração do Tribunal, quando havia menor número de desembargadores. Muitos transtornos são enfrentados no dia-a-dia dos gabinetes, como a falta de espaço para os servidores e até mesmo para o acervo de processos distribuídos aos relatores.

A situação vem sendo contornada, mas reclama medidas mais contundentes, que possibilitem aguardar a construção da nova sede. Nesse propósito, importante ampliação para o Edifício-Sede começou a ser projetada em 2006, que permitirá a ocupação de espaço externo sob o 2º pavimento, no nível da Praça dos Tribunais Superiores, com acréscimo de aproximadamente 770 m<sup>2</sup> à área existente. Adicionalmente, alguns gabinetes serão remanejados do Edifício-Sede para o Anexo I do Tribunal, duplicando-se as respectivas áreas de trabalho, inclusive dos que permanecerem no Edifício-Sede. A iniciativa será possibilitada pela transferência provisória de unidades administrativas para um prédio situado nas imediações do Tribunal, denominado edifício Funasa.

Até a construção da nova sede, a área administrativa funcionará em 5 prédios: edifício Anexo I, edifício D. Marta, edifício Adriana, edifício Cabo Frio, Base Operacional, para onde se mudará a Gráfica do Tribunal, além do CENTREJUFE.

O edifício Adriana passa por reforma integral, contratada em 28/12/2006, com conclusão prevista para julho de 2007, quando poderão ser reinstaladas unidades do Tribunal transferidas provisoriamente para os Edifícios Cabo Frio e Funasa.

O edifício Cabo Frio foi cedido pelo Conselho da Justiça Federal ao Tribunal. Situado em Brasília, na SEPN – quadra 510, bloco C, lote 8, o prédio conta com excelentes instalações, que foram adaptadas às necessidades imediatas do Tribunal e inauguradas em 15/03/2006. Para lá foram transferidas várias áreas que funcionavam no edifício Adriana, o que permitiu o iní-

cio da reforma desse prédio. Alguns andares do edifício Cabo Frio foram adaptados para instalação dos Juizados Especiais Federais do Distrito Federal.



Fachada do edifício Cabo Frio.

## Nova sede do Tribunal

Funcionando em 8 edifícios dispersos, sendo 5 fisicamente distantes, hoje o Tribunal enfrenta inúmeras adversidades para a realização e o bom equacionamento dos serviços.

Com a firme disposição de saná-las, a Administração procurou soluções duradouras, de longo prazo, priorizando medidas que atendessem às necessidades presentes e futuras do Tribunal. Dessa forma, grande parte dos esforços administrativos foi direcionada para a construção de nova sede, com possibilidade de atender, inclusive, a futuras ampliações do Tribunal.



Maquete da futura Sede do Tribunal.

Conseguidas, após as negociações cabíveis, as verbas orçamentárias necessárias para a contratação de serviços técnicos referentes à elaboração do projeto

arquitetônico, foi assinado o contrato com o escritório de Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., no dia 01/12/2006.



Assinatura do contrato para elaboração do projeto arquitetônico de construção da nova sede do TRF 1ª Região: Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian; Diretor-Geral, Felipe dos Santos Jacinto; Presidente, Assuete Magalhães; arquiteto Carlos Magalhães, do Escritório de Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer.

O prédio será edificado na quadra 5, lote 3, do Setor de Administração Federal Sul (SAF/SUL), vizinho às sedes do STJ e do TST, próximo ao Congresso Nacional e à Esplanada dos Ministérios.

O contrato prevê a entrega de todos os projetos de arquitetura e, também, de engenharia, abrangendo uma área de 120 mil m<sup>2</sup>. De acordo com o representante do escritório, os projetos devem ser elaborados em 250 dias, sendo que os 40 dias finais estão destinados às correções que se fizerem necessárias.

Para um desafio de tal monta, que transcenderá a atual gestão, a Presidente constituiu, por meio da Portaria/PRESI 600-446 de 31/10/2006, uma comissão, composta pelos Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian, Cândido Ribeiro e João Batista Moreira, para colaborar na definição dos princípios e critérios norteadores da contratação e elaboração dos projetos, bem como no acompanhamento da licitação, execução e pagamento das obras. A participação do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, como o próximo na linha sucessória à Presidente desta Corte, foi considerada imprescindível, para que não haja solução de continuidade.

## Melhoria das instalações físicas das Seções Judiciárias

Tendo em vista as dificuldades vivenciadas por algumas Seções e Subseções Judiciárias precariamente instaladas, buscou-se priorizar recursos para viabilizar a reforma e a construção de sedes para dotá-las de acomodações mais apropriadas e seguras.

Durante o ano de 2006, deu-se continuidade a obras em andamento e novas frentes de trabalho foram iniciadas. Destaca-se o início da construção das novas sedes de Juiz de Fora e Uberaba em Minas Gerais e de Rondonópolis em Mato Grosso, bem assim a continuidade das obras de Imperatriz e Caxias no Maranhão.

Além dessas, vale ressaltar:

### Inauguração da nova sede da Seccional do Piauí

Uma importante realização foi a inauguração da nova sede da Seção Judiciária do Estado do Piauí, ocorrida no dia 10/03/2006 e concretizada pelos grandes esforços da Diretoria do Foro e da Secretaria Administrativa da Seccional, com pleno apoio do Tribunal. Com projeto elaborado pela empresa Adriano Melo Arquitetura e Urbanismo, a construção foi iniciada em 22/01/2003 e concluída em 09/03/2006 pela empresa Paulo Otávio Construtora. Situada em Teresina, na Avenida Miguel Rosa, 7.315 – Redenção, a nova sede possui 15.838 m<sup>2</sup>, destinados a acomodar, além da administração, 5 varas federais e 1 vara de juizado especial federal, distribuídas em 5 andares.



Nova sede da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

A construção tem recebido constantes elogios e tornou-se referência para algumas construções públicas no Estado do Piauí e em outros Estados, especialmente para Seccionais do TRF 1ª Região, além de Seccionais da 3ª e 5ª Região.

### Inauguração da nova sede dos Juizados Especiais Federais de Salvador

Os Juizados Especiais Federais da Bahia também passaram a contar com instalações físicas próprias, em local adequado às especificidades dos JEFs, situado na Quarta Avenida, s/n, Centro Administrativo – Salvador/BA. Inauguradas dia 07/04/2006, as novas instalações possuem aproximadamente 8.100 m<sup>2</sup>, distribuídos em 6 pavimentos, onde funcionam a turma recursal e 6 juizados especiais federais.



Prédio dos Juizados Especiais Federais de Salvador.

### Desapropriação de prédios para a Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

A Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, até o ano de 1998, possuía 14 varas localizadas na capital. Na atualidade, Belo Horizonte conta com 32 varas, das quais 5 de juizados especiais federais. Conquanto tenha havido significativo crescimento, o número de varas é bem inferior à real necessidade da Seccional, haja vista que, nos últimos dez anos, a demanda processual cresceu de forma vertiginosa. Os processos distribuídos no período passaram de 94.014 para 534.944, com aumento de 581% — incluídos os processos distribuídos nos juizados especiais federais, a partir do ano de 2002.

Ademais, o gasto elevado com aluguéis pagos, R\$ 3.275.222,00 (três milhões, duzentos e setenta e cinco



mil, duzentos e vinte e dois reais) anuais, tem comprometido, consideravelmente, os recursos orçamentários da Justiça Federal.

A solução para a questão deu-se no final de 2006, quando o Tribunal conseguiu as verbas orçamentárias e a subsequente incorporação ao patrimônio da Justiça Federal mineira, mediante desapropriação por utilidade pública, de 3 imóveis localizados na mesma área do prédio próprio, Edifício-Sede I, com o qual reunirão as condições para formar um *corredor jurídico*, capaz de otimizar os serviços da Seccional, quais sejam:

#### Imóvel 1 – Edifício Líder Center

- ▄▄▄▄ Lote urbano na Rua Santos Barreto, 161, medindo 2.171,50 m<sup>2</sup>, com edificação de prédio de 20 pavimentos, com 16.130,96 m<sup>2</sup> de área construída.
- ▄▄▄▄ A Justiça Federal já ocupa onze andares do edifício, mediante contrato de locação.



Imóvel 1 — Edifício Líder Center.  
Desapropriado para sediar a SJ/MG.

#### Imóvel 2 – Edifício Moacyr Fioravante

- ▄▄▄▄ Lote urbano na Avenida Álvares Cabral, 1.741, medindo 2.152,38 m<sup>2</sup>, com edificação de prédio de 19 pavimentos, com 16.814,80m<sup>2</sup> de área construída.

- ▄▄▄▄ Separa-se do Edifício-Sede I da Seccional por apenas um edifício.



Imóvel 2 — Edifício Moacyr Fioravante.  
Desapropriado para sediar a SJ/MG

#### Imóvel 3 – Residencial

- ▄▄▄▄ Lote urbano na Rua Santos Barreto, 181, medindo 546 m<sup>2</sup>, com edificação de uma casa de alvenaria de 3 pavimentos, com 351 m<sup>2</sup> de área construída.
- ▄▄▄▄ Está localizado entre os dois outros edifícios.

O Decreto de Desapropriação foi publicado em 21/12/2006 e a imissão provisória na posse pela Justiça Federal de Minas Gerais ocorreu logo em seguida, no dia 27/12/2006.



Imóvel 3 — Residencial.  
Desapropriado para sediar a SJ/MG.



Vista dos edifícios pela Rua Coelho de Souza, formando corredor judiciário.

## Desapropriação de terrenos para a Seção Judiciária do Estado do Pará

A Justiça Federal do Estado do Pará, sediada em Belém, teve suas atuais instalações inauguradas em 23/09/1994, destinadas a abrigar, inicialmente, 4 varas federais.

Transcorridos quase 12 anos, a Seção Judiciária conta com 8 varas federais na capital, além de 4 varas no interior do Estado, nas cidades de Altamira, Castanhal, Marabá e Santarém, todas secundadas pela estrutura administrativa de Belém. O movimento forense cresceu vertiginosamente, no patamar de 546%, passando de 22.256 feitos em tramitação, em 1994, para 121.415, em 2005.

O acentuado incremento da demanda pelos serviços jurisdicionais exigiu providências em curto prazo,

que dependem da disponibilidade de áreas livres e desembaraçadas para as adequações indispensáveis ao tráfego de pessoas e veículos, bem como para futuras ampliações, haja vista o notório desconforto para acesso ao prédio da Seccional e a precariedade de vagas em seus arredores.

Com esse propósito, a Seção Judiciária do Estado do Pará e o Tribunal adotaram as medidas, inclusive encaminhando toda a documentação necessária ao Ministro da Justiça, para incorporar ao patrimônio da Seccional, mediante desapropriação por utilidade pública, 3 imóveis residenciais, todos contíguos, localizados em frente à atual sede da Seccional. O Decreto de Desapropriação foi publicado em 15/12/2006.

Os terrenos possuem boa localização, somam 586 m<sup>2</sup> e comportam as ampliações requeridas, cujos projetos já possuem verbas previstas no Plano Plurianual 2007/2010.

## Conclusão da instalação das novas varas criadas para a Primeira Região

Vencidos os desafios iniciais de projeto de tal monta, em 2006 foi possível concluir a instalação das 59 varas federais criadas pela Lei 10.772/2003.

Ainda sob a gestão do Presidente Aloísio Palmeira Lima, foram inauguradas 17 Subseções Judiciárias com as respectivas varas federais — 19 varas —, nas localidades relacionadas no Quadro 1, chegando-se, dessa forma, a um total de 194 varas em funcionamento na Primeira Região, sendo 145 nas capitais e 49 no interior, e 42 Subseções Judiciárias instaladas no interior.

**Quadro 1**  
**Varas instaladas na Primeira Região entre 2004 e 2006 – Lei 10.772/2003**

Seções Judiciárias	Varas criadas				Varas instaladas		
	Capital	Interior	Total	Localidade	2004	2005	2006
Acre	1		1	Rio Branco	4ª Vara		
Amapá	1		1	Macapá	3ª Vara		
Amazonas	1	1	2	Manaus	6ª Vara		
				Tabatinga	Vara Única		
Bahia	3	10	13	Salvador	21ª e 22ª Varas	23ª Vara	
				Barreiras		Vara Única	
				Campo Formoso		Vara Única	
				Eunápolis			Vara Única
				Feira de Santana		Vara Única	
				Guanambi			Vara Única
				Itabuna			Vara Única
				Jequié			Vara Única
				Juazeiro		Vara Única	
				Paulo Afonso			Vara Única
Vitória da Conquista			Vara Única				
Distrito Federal	4		4	Brasília	23ª e 24ª Varas	25ª e 26ª Varas	
Goiás	2	4	6	Goiânia	13ª Vara	14ª Vara	
				Aparecida de Goiânia			Vara Única
				Anápolis		Vara Única	
				Luziânia		Vara Única	
				Rio Verde			Vara Única
Maranhão	1	1	2	São Luís	7ª Vara		
				Caxias		Vara Única	
Mato Grosso	1	3	4	Cuiabá	6ª Vara		
				Cáceres		Vara Única	
				Sinop			Vara Única
				Rondonópolis			Vara Única

Seções Judiciárias	Varas criadas			Varas instaladas			
	Capital	Interior	Total	Localidade	2004	2005	2006
Minas Gerais	3	14	17	Belo Horizonte	30ª, 31ª e 32ª Varas		
				Divinópolis (2)			1ª e 2ª Varas
				Governador Valadares (2)			1ª e 2ª Varas
				Ipatinga			Vara Única
				Lavras			Vara Única
				Montes Claros			Vara Única
				Passos			Vara Única
				Patos de Minas			Vara Única
				Pouso Alegre			Vara Única
				São João del-Rei			Vara Única
				São Sebastião do Paraíso			Vara Única
				Sete Lagoas			Vara Única
				Varginha			Vara Única
				Pará	1	2	3
Altamira		Vara Única					
Castanhal			Vara Única				
Piauí	1	1	2	Teresina	6ª Vara		
				Picos		Vara Única	
Rondônia	1	1	2	Porto Velho	4ª Vara		
				Ji-Paraná			Vara Única
Roraima	1		1	Boa Vista	3ª Vara		
Tocantins	1		1	Palmas		3ª Vara	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>37</b>	<b>59</b>		<b>18</b>	<b>22</b>	<b>19</b>

### Sedes das Subseções instaladas em 2006



Ji-Paraná/RO



Jequié/BA



Divinópolis/MG



Vitória da Conquista/BA



Castanhal/PA



Paulo Afonso/BA



Guanambi/BA



Governador Valadares/MG



Rondonópolis/MT



Ipatinga/MG



Sete Lagoas/MG



Eunápolis/BA



Aparecida de Goiânia/GO



Itabuna/BA



São João del-Rei/MG



Rio Verde/GO



Sinop/MT

## Consolidação da interiorização da Justiça Federal

Transposto o período de instalação das novas varas federais, as atenções foram direcionadas à busca de melhores condições de funcionamento e dotá-las de sede própria.

Dando seqüência ao concurso de remoção para a magistratura da Primeira Região, realizado em decorrência da criação das novas varas descentralizadas, houve a posse dos juizes federais substitutos aprovados no X e no XI Concursos Públicos para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto, que ocuparam vagas remanescentes nas capitais e, principalmente, no interior. No mesmo ano, foi iniciado o XII Concurso, cuja conclusão dar-se-á no primeiro semestre de 2007.

No que concerne ao aspecto jurisdicional, muitas das varas recentemente instaladas no interior passaram a oferecer os serviços dos juzados especiais federais, com significativa ampliação do atendimento aos jurisdicionados. A Presidente, Assusete Magalhães, autorizou o funcionamento de 18 juzados especiais federais adjuntos.

O Quadro 2 demonstra o total de varas federais da Primeira Região com suas especializações, os juzados especiais federais e turmas recursais.

A difícil situação vivenciada nas varas descentralizadas recentemente instaladas levou um grupo de representantes dos juizes que nelas se encontram em exercício a marcar audiência com a Presidente do Tribunal, Assusete Magalhães, para apresentar as dificuldades existentes e pleitear as soluções necessárias.

Foram colocadas muitas questões a enfrentar, sendo as mais urgentes: a precariedade nos *links* de comunicação de dados com o Tribunal e a ausência de rede local de microcomputadores, situação que gera freqüentes interrupções das atividades cotidianas judiciais e administrativas; o quadro de pessoal incompleto em algumas localidades, em virtude da falta de candidatos do último concurso interessados em assumir as vagas oferecidas; a existência de muitos servidores recém-empossados, sem treinamento para atuação na Justiça Federal; a ausência de profissional de informática nas localidades, habilitado a dar um suporte mínimo para funcionamento dos equipamentos; as deficiências de algumas edificações, com infiltrações, vazamentos, dificuldade de acesso para deficientes etc.

Objetivando atender às solicitações apresentadas, foi instituída, por meio da Portaria/DIGES 600-164 de 25/05/2006, a Comissão de Apoio Logístico às Varas Federais da Primeira Região criadas pela Lei 10.772/2003.

**Quadro 2**  
**Varas federais e especializações – 1ª Região**

Especializações	Varas Federais	Varas de juzado	Tipos de JEFs			Turmas recursais
			Adjunto*	Destacado	Virtual**	
Cíveis	56	15				
Cíveis e agrárias	5					
Criminais	12		12			
Execuções fiscais	19					
Previdenciárias	3		5			
Cíveis e criminais	14	12	19	2		
Competência geral	58					
Subtotal	167	27	27	2	27	13
<b>Total de varas</b>	<b>194</b>					

\*Consideram-se somente os JEFs autorizados a funcionar.

\*\*Instalado somente nas varas de juzado das capitais.



Composta pelos Diretores das Secretarias de Recursos Humanos, Administração, Tecnologia da Informação e Planejamento Orçamentário e Financeiro, a Comissão, após amplo levantamento nas Seções e Subseções Judiciárias, identificou os principais problemas que afetavam a funcionalidade das varas federais, buscou imediata solução para as questões consideradas mais urgentes e promoveu estudos para as que exigiam medidas a médio prazo.

No tocante aos sistemas informatizados pelas Subseções, recentemente instaladas, cada localidade receberá um equipamento servidor que atenda à demanda local, armazenando os arquivos produzidos pelas Subseções e aumentando significativamente a velocidade de acesso às ações e informações centralizadas no Tribunal. A solução foi testada na Subseção Judiciária de Luziânia/GO e, tendo sido aprovada sua eficácia, será estendida até o final de 2007 às demais Subseções. Além disso, iniciou-se a contratação de empresas terceirizadas especializadas em manutenção de equipamentos de informática, para a alocação de um profissional de nível médio para cada Subseção.

Para suprir os quadros de servidores, foi iniciado o IV Concurso Público para o Provimento de Cargos na Primeira Região, mediante preparação e publicação do edital e contratação da Fundação Carlos Chagas para elaboração e aplicação das provas. O certame permitirá o preenchimento das vagas existentes na Primeira Região, além da criação de reserva de candidatos aprovados para atender a uma eventual ampliação do Tribunal

ou da Justiça Federal de primeira instância. Como providência imediata, a Comissão sugeriu a contratação de estagiários, realizada em 2006.

Relativamente ao treinamento de servidores, coube a cada Seccional indicar as ações consideradas de maior urgência, incluindo imediatamente os servidores nos cursos programados para 2006. Os demais cursos serão priorizados na programação de 2007.

No que tange às instalações físicas, algumas reformas emergenciais já se encontram em andamento e outras são planejadas para 2007. Sendo a questão orçamentária o principal impedimento à imediata realização das adequações necessárias às Subseções, foi celebrado, no dia 21/12/2006, entre a União, por intermédio do TRF 1ª Região, e o Banco do Brasil, importante aditivo ao Convênio 3/2004, no valor total de 18 milhões de reais. No quadro de investimentos previstos, constam a construção de edifícios para as Seções e Subseções e a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto padrão para as sedes das novas Subseções Judiciárias.

## Gestão do quadro da Magistratura da Primeira Região

O grande número de varas federais da Primeira Região, aliado à distância, isolamento e dificuldades de transportes de que muitas delas padecem, acarreta intensa movimentação de magistrados, fato que exige do Tribunal a constante realização de concursos para



Juizes Federais Substitutos empossados.

remoção, promoção ou preenchimento de vagas, de forma que se resguarde a prestação jurisdicional.

A magistratura da primeira instância passou a contar em 2006 com 41 novos juízes federais substitutos, aprovados no XI Concurso para Provisão de Cargos de Juiz Federal Substituto. O certame contou com 1.856 candidatos, tendo sido aprovados 43.

Com esse reforço, a Primeira Região encerrou o ano com um quadro de 343 magistrados, sendo 27 desembargadores federais, 191 juízes federais e 125 juízes federais substitutos.

Novo concurso foi iniciado em 2006, oferecendo 52 vagas, para as quais se inscreveram 3.212 candidatos. Para a realização, foi designada pela Presidência comissão examinadora, conforme o disposto no artigo 22, XXVIII, do RITRF 1ª Região e o decidido na sessão da Corte Especial Administrativa do dia 08/06/2006, com a seguinte composição:

- ▣ Presidente: Desembargador Federal Tourinho Neto;
- ▣ Membros efetivos: Desembargadores Federais Luciano Tolentino Amaral e João Batista Gomes Moreira; Advogado Paulo Roberto Moglia Thompson Flores, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Professor Márcio Nunes Iorio Aranha Oliveira, representante da Universidade de Brasília;
- ▣ Membros suplentes: Desembargadores Federais Ítalo Fioravanti Sabo Mendes, Carlos Olavo e Souza Prudente; Advogada Estefânia Ferreira de Souza de Viveiros, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Professor Menelick de Carvalho Neto, representante da Universidade de Brasília.

Os candidatos realizaram em 2006 a 1ª, a 2ª e a 3ª prova escrita. Prevê-se que, a partir de abril, tenham início a aplicação da prova oral e a avaliação de títulos.

## Projeto de Conciliação do Sistema Financeiro de Habitação

O elevado quantitativo de processos que se avolumam a cada dia nos Tribunais, a complexidade procedimental/recursal existente e o número reduzido de magistrados têm tornado o Judiciário brasileiro impotente para resolver, com a celeridade necessária, os conflitos que ingressam pela via recursal.

Diante de tal conjuntura, a conciliação vem-se consolidando como importante mecanismo de resolução de conflitos, dentro de entendimento de que é mais fácil chegar a um termo no processo pelo consentimento das partes do que pela sentença judicial.

Com essa concepção, o Projeto de Conciliação foi criado na Primeira Região, pela Resolução 100-14 de 25/05/2005, aprovada pela Corte Especial do Tribunal, para solucionar com rapidez questões relacionadas a contratos de financiamento imobiliário cujos processos se encontram no Tribunal. A decisão rápida tem imediata repercussão social, especialmente entre as camadas mais pobres da população, desonerando também o Tribunal e as Seccionais.

O Projeto assenta-se em uma parceria de sucesso entre o Tribunal e a EMGEA – Empresa Gestora de Ativos, instituição pública federal de natureza não-financeira, que, vinculada ao Ministério da Fazenda, administra os contratos de crédito imobiliário originários da Caixa Econômica Federal e de mais 56 agentes financeiros cujas carteiras imobiliárias foram cedidas ou compradas pela Caixa. Concebido em 2005, sua implementação se deu no ano de 2006, sob a coordenação do eminente Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, convocado para prestar auxílio à Presidência.

Os juízes, com sua valorosa e voluntária participação, atualmente em número de 51, e os servidores designados das Seccionais tiveram papel fundamental para o bom desempenho e resultado satisfatório do projeto em 2006. Aqueles, presidindo as audiências de conciliação; estes, desenvolvendo os procedimentos preparatórios relacionados à realização das audiências, sob supervisão da Secretaria Executiva de Apoio ao Projeto de Conciliação (instituída pela Portaria/PRESI 100-

511 de 23/09/2005), à qual couberam as atribuições de receber os processos dos gabinetes, realizar a triagem e controlar remessa aos núcleos das Seccionais.

Para se iniciarem as audiências propriamente ditas, algumas ações preliminares tiveram de ser observadas. À EMGEA incumbiu a tarefa de fornecer ao Tribunal lista com os processos que se encontravam pendentes de julgamento, tivessem o assunto relacionado ao SFH e fossem passíveis de conciliação. Para se realizar tal trabalho, conforme demonstrado no Quadro 3, foi criado pelo Tribunal um relatório com o quantitativo de processos concernentes ao assunto que aqui tramitavam. O número encontrado foi de 14.385, incluídos todos os "incentivados" (habitações populares) por Estado. Desses, a EMGEA listou 6.132 para conciliação.

Apresentada a lista da EMGEA e considerada como base, foram tomados como teto 500 processos por Unidade da Federação, completando-se esta por ordem de antiguidade dos processos no Tribunal. Chegou-se, então, a 3.002 processos apresentados inicialmente para

o Projeto, encaminhados, conforme Quadro 4, pelos gabinetes dos desembargadores.

**Quadro 4**  
**Processos encaminhados ao Projeto de Conciliação (por gabinete)**

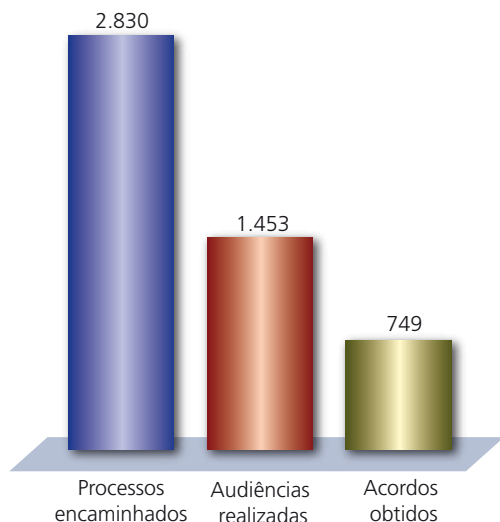
Órgãos julgadores	Desembargadores federais	Quantidade
Quinta Turma	Fagundes de Deus	498
	João Batista Moreira	501
	Selene de Almeida	501
Sexta Turma	Daniel Paes Ribeiro	501
	Maria Isabel Gallotti Rodrigues	499
	Souza Prudente	501

Dos 6.132 processos selecionados, em condições de conciliação, 3.002 foram encaminhados para a Secretaria Executiva de Apoio ao Projeto de Conciliação.

**Quadro 3**  
**Processos no Projeto de Conciliação – 1ª fase**

Seções Judiciárias	Quantidade de processos			
	Existentes no TRF (SFH)	Selecionados EMGEA	Encaminhados ao Projeto	Remanescentes no TRF
Acre	37	18	37	
Amapá	7	3	7	
Amazonas	245	72	72	173
Bahia	3.232	1.464	500	2.732
Distrito Federal	1.654	575	575	1.079
Goiás	2.229	912	500	1.729
Maranhão	141	44	44	97
Mato Grosso	939	470	470	469
Minas Gerais	5.119	2.314	500	4.619
Pará	398	155	155	243
Piauí	159	68	68	91
Rondônia	172	48	48	124
Roraima	2	2	2	
Tocantins	24	7	24	
<b>Total</b>	<b>14.358</b>	<b>6.132</b>	<b>3.002</b>	<b>11.356</b>

**Gráfico 1**  
**Demonstrativo da produtividade do Projeto de Conciliação**



Foram encaminhados às seccionais 2.830 processos, dos quais 1.453 resultaram em audiências, com 749 acordos obtidos. Alguns desses acordos permitiram, inclusive, a entrega a mutuários de carta de liberação de hipoteca de imóveis.

Tomando-se o número de audiências realizadas em comparação com os acordos firmados, o percentual de aproveitamento foi de 52,05% em toda a Primeira Região, em 2006.

As primeiras audiências de conciliação foram realizadas pela Seccional de Minas Gerais no dia 22/05/2006 e, a partir daí, o projeto foi implantado paulatinamente nas demais Seccionais.



A Presidente Assuete Magalhães, no Projeto de Conciliação de Minas Gerais, entrega as primeiras cartas de liberação de hipoteca a mutuários.

Os resultados do Projeto, desde sua implantação, são extremamente animadores, com altos índices de acordos, mostrando que o futuro da solução dos conflitos passa, obrigatoriamente, pela conciliação.



O Coordenador do Projeto de Conciliação, Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, entrega carta de quitação a mutuário.

Na esteira do sucesso atingido pelo Projeto de Conciliação no âmbito do Tribunal quanto aos processos referentes ao Sistema Financeiro da Habitação, a Presidência expediu a Portaria 600-468 de 30/11/2006, autorizando sua extensão aos processos em tramitação nas Seções Judiciárias da Primeira Região. Portaria do Diretor do Foro estabelecerá a data de funcionamento do projeto em cada Seccional.

Em 2007, a Presidência deste Tribunal continuará empenhada em consolidar o Projeto em toda a Primeira Região e aumentar consideravelmente o número de acordos.

## Dia Nacional da Conciliação

Os excelentes resultados alcançados com os projetos de conciliação no exterior e no Brasil levaram o Conselho Nacional de Justiça – CNJ a lançar o Movimento Nacional pela Conciliação, com a grande campanha Conciliar é Legal.

Como parte das atividades desse movimento, foi realizado, em todo o país, no dia 08/12/2006, o Dia Nacional da Conciliação, um gigantesco mutirão que envolveu 56 Tribunais, além de juizados especiais, dos 26 Estados da Federação e do Distrito Federal, nas esferas judiciais estadual, federal e trabalhista, e contou com a parceria de associações de juízes, como Associa-

ção dos Magistrados Brasileiros – AMB, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA e Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE, entre outras organizações, como o Conselho Federal de Psicologia, Ministério Público e defensorias.

O evento foi presidido pela Presidente do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Supremo Tribunal Federal – STF, Ministra Ellen Gracie, em solenidade sediada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJ/RJ.

Em seu discurso de abertura, a Ministra destacou que, no Brasil, uma série de iniciativas tem trazido resultados extremamente satisfatórios. “Temos o relato da Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, que, no Mato Grosso, em matéria de Sistema Financeiro de Habitação, o índice de conciliação é de 82%”, exemplificou a Ministra.

Do evento de lançamento no TJ/RJ, que abrangeu todas as regiões do País, foram abertos contatos com alguns dos núcleos de conciliação do Brasil, através de teleconferência em rede nacional: Itajaí/SC, Florianópo-

lis/SC, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Recife/PE e Belém/PA, com duração aproximada de 40 minutos.

Em Belém, o núcleo selecionado pelo CNJ para participar da videoconferência foi a sede da Seção Judiciária do Estado do Pará, de onde a Presidente do Tribunal, Assusete Magalhães, realizou o lançamento do Dia Nacional da Conciliação na Primeira Região.



Autoridades e convidados participam, na sede da Seção Judiciária do Estado do Pará, da abertura do Dia Nacional da Conciliação.



Solenidade de Abertura do Dia Nacional da Conciliação na Primeira Região – Belém/PA – 08/12/2006. Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, Coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região; Desembargadora Célia Pinheiro, representando a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do TRF 1ª Região; Juiz Federal José Alexandre Franco, Diretor do Foro da Seccional do Pará; Ana Júlia Carepa, Governadora eleita do Estado do Pará; Raimunda do Carmo Gomes Noronha, Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora do TRE do Estado do Pará; Ângela Serra Sales, Presidente eleita da OAB – Seccional Pará; Eugen Smarandescu Filho, Diretor de Recuperação de Créditos da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.

A Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assusete Magalhães, disse que não foi casual a escolha da Seção Judiciária do Estado do Pará para sediar o Dia Nacional da Conciliação na Primeira Região. “Em números, o Pará é o primeiro lugar, entre todas as Seções Judiciárias da Primeira Região, nos dois Projetos de Conciliação implementados pelo Tribunal (de contratos imobiliários, iniciado em maio de 2006, e de juizados especiais federais, de causas de pequeno valor, até 60 salários mínimos, iniciado em outubro de 2006). Desde o lançamento desses dois projetos naquele Estado, foram selecionados 4.045 processos, realizadas 2.019 audiências e homologados 1.251 acordos.”

Estiveram presentes em Belém, acompanhando os trabalhos da Seccional no Dia Nacional da Conciliação e entregando baixas de hipoteca para mutuários que, mediante acordos, quitaram seus financiamentos imobiliários, o Desembargador Federal Antônio Sávio

de Oliveira Chaves, Coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, as Desembargadoras Federais Selene de Almeida e Maria Isabel Gallotti Rodrigues, respectivamente Presidentes da Quinta e da Sexta Turma do TRF 1ª Região, órgãos que julgam contratos imobiliários, e, ainda, o Juiz Federal José Alexandre Franco, Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Pará. O Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, Coordenador do Projeto de Conciliação na Primeira Região, e a Juíza Federal Substituta em Auxílio à Coordenação dos Juizados Especiais Federais, Geneviève Grossi Orsi, acompanharam os trabalhos das audiências.

O resultado geral do Dia Nacional da Conciliação foi apresentado em 18/12/2007 pela Presidente do CNJ e STF, Ministra Ellen Gracie. Segundo ela, “Os números mostram que o país inteiro trabalhou em prol da conciliação, com destaque para a Justiça Federal, que conseguiu percentual de conciliação de 66%”.



Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, Coordenador do Projeto de Conciliação da Primeira Região; Juiz Federal Daniel Santos Rocha Sobral, Coordenador Seccional do JEF/PA; Desembargadora Federal Selene de Almeida; Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do TRF 1ª Região; Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues; Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, Coordenador dos Juizados Especiais Federais.

Os mutirões de conciliação totalizaram 83.987 audiências, em aproximadamente 550 cidades, superando as expectativas iniciais dos organizadores, que estimavam analisar cerca de 60 mil causas. O índice médio de acordos ficou em 55%, o que significa que, de cada 20 processos, 11 foram resolvidos, com soluções viáveis para as partes envolvidas, ficando comprovado, mais uma vez, que essa perspectiva de resolução de conflitos representa uma nova era para a Justiça.

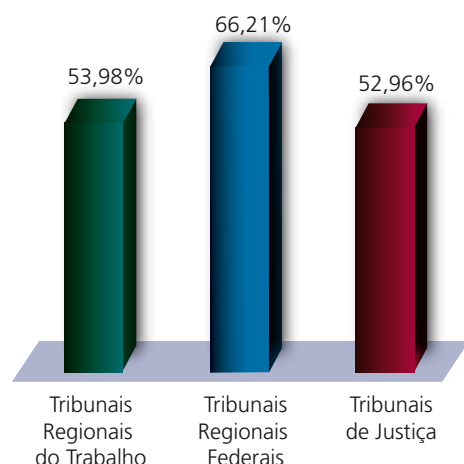
Nos projetos de conciliação, a Justiça Federal da Primeira Região tem atuado especialmente em ações

relativas a benefícios previdenciários, servidores públicos, FGTS (nos juizados especiais federais) e a questões habitacionais (nas varas cíveis).

Os expressivos resultados alcançados pela Primeira Região no Dia Nacional da Conciliação, com a participação das 14 Unidades da Federação que a integram, estão expressos na consolidação apresentada pelo Conselho Nacional de Justiça, constante nos Gráficos 2 e 3 e no Quadro 5.

Gráfico 2

## Percentuais de acordo por jurisdição



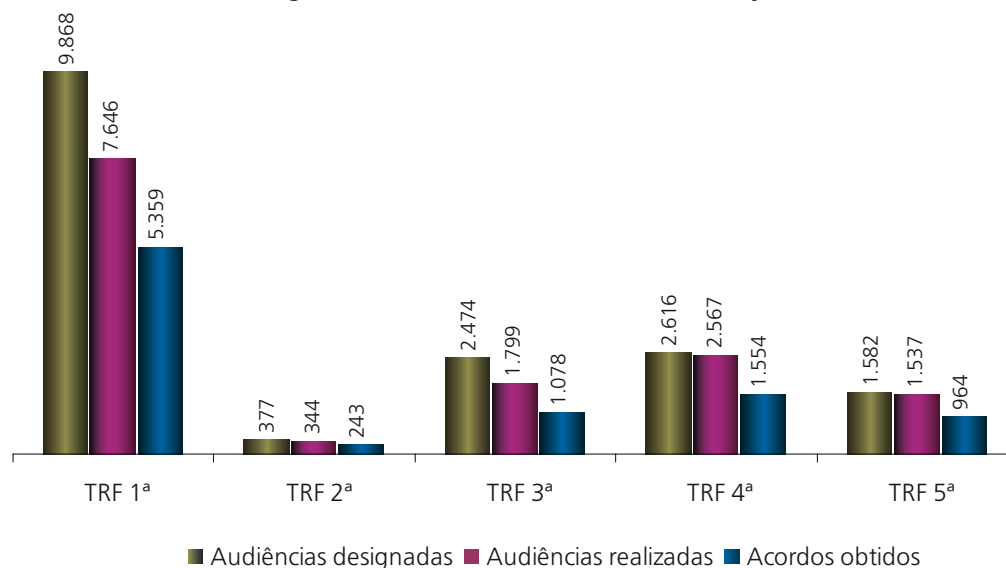
Quadro 5

## Resultado geral dos mutirões de audiência

Designação	Valor
Audiências designadas	112.112
Audiências realizadas	83.987
Acordos obtidos	46.493
Percentual de sucesso	55,36%

Gráfico 3

## Resultado geral dos mutirões de audiência na Justiça Federal





A Presidente, Assuete Magalhães, entrega carta de quitação de débito de casa própria para a mutuária Ângela Azevedo, encerrando um processo que começou há 15 anos.



Desembargadora Federal Selene de Almeida entrega carta de quitação de débito de casa própria a mutuária.



Juíza Federal Substituta em Auxílio à Coordenação dos Juizados Especiais Federais, Geneviève Grossi Orsi, entrega carta de quitação de débito a mutuário.



Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves entrega carta de quitação de débito de casa própria a mutuário.

## Fomento à tecnologia da informação

As facilidades propiciadas pela automatização foram definitivamente incorporadas ao dia-a-dia das organizações.

Na Primeira Região, deu-se seguimento às significativas mudanças que vêm sendo implementadas no segmento da tecnologia da informação. O número e a capacidade dos equipamentos instalados tiveram expressivo reforço, gerando maior rapidez e conforto laboral. O desenvolvimento e a manutenção de sistemas informatizados das Seções e Subseções foram centralizados no Tribunal e aprimorados, permitindo-se a padronização de procedimentos e o compartilhamento de produtos e serviços.

Os processos dos juizados especiais federais virtuais passaram pelo aperfeiçoamento necessário, reunindo as condições necessárias ao pleno funcionamento da Primeira Região. Os passos priorizados, a partir de 2007, serão a expansão da virtualização para outros segmentos judiciais e o reforço às medidas de segurança de dados.

## Sessões administrativas realizadas

Para a apreciação das alterações regimentais e matérias administrativas do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias, foram realizadas pelo Plenário, pela Corte Especial Administrativa e pelo Conselho de Administração, dirigidas pela Presidente e, em suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente e pelo Corregedor-Geral, 46 sessões que resultaram no julgamento de 341 processos.

Entre as diversas matérias apreciadas, algumas tiveram especial destaque:

► Alteração do Regimento Interno do Tribunal.

A Comissão de Regimento do Tribunal, sob a presidência do Desembargador Federal Carlos Moreira Alves, apresentou ao Plenário ampla proposta de alteração do texto regimental, cuja apreciação deverá ser concluída em 2007.

A maioria das alterações propostas objetivou adequar o Regimento às disposições da Emenda Constitu-



cional 45/2004, principalmente no que tange à determinação de que a atividade jurisdicional seja ininterrupta, vedadas férias coletivas, e à criação do Conselho Nacional de Justiça;

- Mandato de presidente de turmas recursais na Primeira Região, regulamentado pela Resolução 600-12 de 19/12/2006.
- Escolha e mandato de juízes coordenadores das turmas recursais e de coordenadores dos JEFs das Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região, regulamentados pela Resolução 600-11 de 19/12/2006.
- Citação e intimação eletrônica na *web*, sistema e-Cint, nos processos virtuais no âmbito dos juizados especiais federais da Primeira Região, regulamentadas pela Resolução 600-13 de 19/12/2006.
- Convocação de juízes federais para atuar em segundo grau, no âmbito do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, regulamentada pela Resolução 600-10 de 22/11/2006.
- Provimento dos cargos de diretor de secretaria de vara e de diretor de secretaria administrativa no âmbito da Primeira Região, regulamentado pela Resolução 630-7 de 19/09/2006.
- Regulamento do XII Concurso Público para Provisão de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região, aprovada pela Resolução 600-6 de 26/07/2006.
- Flexibilização do horário de atendimento externo para as varas do Juizado Especial Federal – JEF Cível da sede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, até 19/12/2006, nos termos da Resolução 600-3 de 14/06/2006.
- Modalidades de JEF e designação de juízes para atuar nos juizados especiais federais das Subseções Judiciárias, regulamentados pela Resolução 600-1 de 09/05/2006.

## Atividades judicantes da Presidência

A Presidente do Tribunal tem sob sua responsabilidade grande diversidade de incumbências relativas à gestão e representação do Tribunal e da primeira instância. Não obstante, suas atividades judicantes não cessam com a investidura na Presidência.

Dessa forma, consoante previsão regimental (art. 23, III, do RITRF 1ª Região), a Presidente Assusete Magalhães expediu a Portaria/PRESI 100-259 de 26/04/2006, que delegou ao Vice-Presidente do Tribunal competência para decidir sobre a admissibilidade de recursos especiais e extraordinários oriundos da Primeira Seção (Primeira e Segunda Turma) e da Segunda Seção (Terceira e Quarta Turma) do Tribunal. Permaneceram com a Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários, unidade responsável pelo assessoramento direto à Presidente, os feitos oriundos da Corte Especial, da Terceira Seção (Quinta e Sexta Turma) e da Quarta Seção (Sétima e Oitava Turma).

Durante o ano, foram publicados 12.529 despachos de admissibilidade de recursos especiais e de recursos extraordinários apreciados pela Presidente e pelo Vice-Presidente, dos quais 4.716 foram admitidos e 7.813 não foram admitidos.

Foram realizadas 248 audiências de distribuição em 2006, conforme o quadro a seguir.

**Quadro 6**  
**Audiências de distribuição**

Presidente	Audiências ordinárias	Audiências extraordinárias
Aloísio Palmeira Lima 1º/01/2006 a 19/04/2006	17	12
Assusete Magalhães 20/04/2006 a 31/12/2006	119	100
<b>Total de audiências</b>	<b>136</b>	<b>112</b>

**Quadro 7**  
**Despachos/informações administrativas proferidos pela Presidente, Assusete Magalhães**

Despachos	Quantidade
Despachos diversos na Secretaria Judiciária	501
Despachos em Precatórios	58
Informações em ações judiciais – área de assuntos da magistratura	9
Informações em mandados de segurança – área de recursos humanos	47
Informações em ações ordinárias – área de recursos humanos	20
Informações em procedimentos administrativos – área de recursos humanos	18
Informações para AGU – área de recursos humanos	8
<b>Total</b>	<b>661</b>

## Convênios

### Aditivo ao Convênio 3/2004, com o Banco do Brasil

Em 21/12/2006, o Tribunal firmou com o Banco do Brasil o Sexto Termo Aditivo ao Convênio 3/2004, para viabilizar a implementação de vários projetos que objetivam aprimorar o funcionamento do Tribunal e da Justiça Federal de primeiro grau.



O Diretor-Geral, Felipe dos Santos Jacinto; a Presidente, Assusete Magalhães, e o Vice-Presidente do Banco do Brasil, Ricardo Alves da Conceição, durante a assinatura do convênio.

O aditivo prevê a liberação de um total de R\$ 18 milhões, que serão desembolsados em 24 parcelas mensais de R\$ 750 mil. Do montante:

- ▀ R\$ 13 milhões serão aplicados em obras e instalações, como a construção de edifícios para as Subseções Judiciárias dos Estados que integram a Primeira Região da Justiça Federal;
- ▀ R\$ 3,5 milhões destinados à aquisição de equipamentos e material permanente, incluindo-se a implantação de sistema de videoconferência para integração de todas as unidades da Primeira Região;
- ▀ R\$ 1,4 milhão será empregado para pagamento de serviços de terceiros (pessoa jurídica), entre os quais a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto padrão para as sedes das novas Subseções Judiciárias;
- ▀ R\$ 100 mil para pagamento de terceiros (pessoa física).



Autoridades presentes à solenidade de assinatura do convênio com o Banco do Brasil.

## Convênio com a Secretaria da Receita Federal

Em 23/08/2006, foi firmado convênio entre o Tribunal e a Secretaria da Receita Federal para fornecimento de informações diretamente aos magistrados do Tribunal e da Justiça Federal de primeira instância — acesso *on-line* continuado às bases de dados da Receita Federal, por intermédio do serviço disponível no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte – e-CAC (Serviço INFOJUD – Informações ao Poder Judiciário), observada a segurança técnica necessária à proteção do sigilo fiscal de que trata o art. 198 da Lei 5.172, de 25/10/1996 – Código Tributário Nacional.

O convênio agilizará, sobremaneira, a prestação jurisdicional, dada a rapidez na solução dos processos em que são necessários dados dos contribuintes.

Inicialmente, o projeto piloto foi implantado nas varas de execução fiscal da Seccional do Distrito Federal, para posterior extensão às demais unidades jurisdicionais da Primeira Região.



A Presidente Assusete Magalhães, magistrados, autoridades da Receita Federal e dirigentes do Tribunal prestigiam solenidade de assinatura de convênio com a Secretaria da Receita Federal.

## Convênio com a Universidade Federal do Piauí

O Tribunal firmou convênio inédito com a Universidade Federal do Piauí – UFPI, no dia 12/06/2006, para cooperação técnico-científica entre a Universidade e a Justiça Federal do Estado do Piauí, com a instalação do Núcleo de Prática Jurídica e Realização de Perícias Médicas nas instalações da Seccional, no mesmo local destinado ao atendimento e às aterrações dos juizados especiais federais, a antiga sede da Seccional piauiense.

Uma das finalidades do referido convênio é promover o desenvolvimento de atividades práticas que contribuam para a formação profissional do corpo discente da UFPI, assim como agilizar a atividade jurisdicional, por meio de estágios práticos supervisionados, com seleção e encaminhamento de estagiários para a Justiça Federal sem ônus. Outra importante finalidade é a realização de perícias médicas para jurisdicionados carentes, principalmente nas especialidades de ortopedia, reumatologia, psiquiatria, cardiologia e oftalmologia, pelos integrantes do corpo médico do Hospital Universitário da UFPI, considerando-se que no ano faltaram recursos para realização dessas perícias, o que afetou principalmente aqueles que buscaram atendimento sobre questões previdenciárias.



Coodenador dos JEFs da 1ª Região, Antônio Sávio de Oliveira Chaves; Diretor do Foro da SJ/PI, Marcelo Oliveira; Presidente do TRF 1ª Região, Assusete Magalhães, e Reitor da UFPI, Luiz de Souza Santos Júnior, na solenidade de assinatura do convênio.

## Convênio com o Centro Educacional Hyarte-ML Ltda. (Faculdade Atenas), localizado em Paracatu/MG

Em 27/11/2006, o Tribunal firmou convênio com o Centro Educacional Hyarte-ML Ltda. (Faculdade Atenas), com sede na cidade de Paracatu/MG, para funcionamento de um posto avançado dos juizados especiais federais da Subseção Judiciária de Patos de Minas – Seccional de Minas Gerais, para atendimento às pessoas carentes.

A assistência jurídica aos litigantes necessitados será prestada por aluno-assistente, regularmente matriculado na instituição conveniada, sob a supervisão de professores com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, sem ônus para os assistidos.

A instituição de ensino fornecerá espaço adequado em suas dependências, mobiliário, equipamentos, bem como manterá serviço de malote para remessa de petições e outros documentos que se fizerem necessários para o juizado em Patos de Minas/MG, arcando com as despesas de energia elétrica, água, impostos,

entre outras, resultantes da utilização do imóvel que abrigará o Posto de Atendimento Avançado, como manutenção e limpeza, fornecendo, ainda, todo apoio material para a realização de audiências na cidade de Paracatu/MG.



Presidente, Assusete Magalhães, assina convênio na presença do Diretor-Geral da Faculdade Atenas e dos Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian e Antônio Sávio de Oliveira Chaves.



Diretor-Geral da Faculdade Atenas, Hiran Costa Rabelo, assina convênio.

## Audiências e visitas recebidas

Data	Evento
28/04	Audiência: Jorge Rachid – Secretário da Receita Federal. Assunto: assinatura de Convênio com a Receita Federal.
10/05	Visita do Procurador-Geral do Distrito Federal, Túlio Márcio Cunha e Cruz Arantes.
11/05	Audiência com o Secretário da Reforma do Judiciário, Pierpaolo Bottini, e do Juiz do TJ/AM, Cezar Luiz Bandiera. Assunto: informatização do TJ/AM e SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia.
12/05	Audiência com o Prefeito da cidade de Senhor do Bonfim/BA, Carlos Brasileiro, acompanhado pelo presidente da OAB, Zenon Campos Dias, e pelo advogado da Prefeitura, Antônio Raimundo. Assunto: Vara Federal de Campo Formoso.
17/05	Visita do Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, Hermínio Basso, do Gerente PAB/TRF, Luiz Carlos Silva de Araújo, e da Gerente Regional do Judiciário, Tereza Cristina Teixeira Freitas.



Presidente, Assusete Magalhães, recebe o Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

<b>Data</b>	<b>Evento</b>
22/05	Visita da Presidente da AJUFE, Juíza Federal Solange Salgado, e do Vice-Presidente da AJUFE, Juiz Federal Osmane Antônio dos Santos.
28/06	Visita de cortesia do Deputado Mauro Lopes.
25/07	Visita da Presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho.
	
Visita da Presidente da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho.	
08/08	Visita da Diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Juíza Federal Maria Edna Fagundes Veloso. Assunto: Diretoria do Foro.
13/08	Visita de cortesia do Ministro Valdésio Guilherme, do STM.
16/08	Visita do Procurador Regional da Fazenda Nacional na Primeira Região, José Luiz Gomes Rolo.
25/08	Visita de cortesia do Juiz Federal Rogério Volpatti, da Seção Judiciária do Distrito Federal.
10/10	Visita de cortesia do Subprocurador do BACEN, Luiz Ribeiro de Andrade.
23/10	Visita de cortesia do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República na Primeira Região, Antônio Carlos Bigonha.
07/11	Audiência com o Ministro da Justiça. Audiência com o Vice-Presidente da República.
19/12	Audiência com o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias – Brasília/DF.

## Participações no Conselho da Justiça Federal

<b>Data</b>	<b>Local</b>
27/04	Superior Tribunal de Justiça.
30/05	Superior Tribunal de Justiça.
29/06	Tribunal Regional Federal da Primeira Região.
07/08	Superior Tribunal de Justiça.
28/09	Superior Tribunal de Justiça.
27/10	Superior Tribunal de Justiça.
16/11	Recife/PE.
18/12	Superior Tribunal de Justiça.

## Solenidades e Comemorações

Data	Evento
03/05	Solenidade de comemoração da Data Nacional da Embaixada de Israel.
08/05	VI Jornada Jurídica da Justiça Federal, promovida pela Seção Judiciária do Estado do Tocantins. Solenidade de posse da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado do Tocantins.
12/05	Solenidade de posse da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal. Solenidade de posse da Juíza Federal Substituta Renata Mesquita.
15/05	Solenidade de posse da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia.
17/05	Solenidade de abertura do Dia das Mães – TRF 1ª Região.
19/05	Solenidade de posse da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.
	 <p>Diretora do Foro empossada, Maria Edna Veloso; Presidente do Tribunal, Assuete Magalhães; Vice-Diretor do Foro, Eduardo José Corrêa; Vice-Presidente do Tribunal, Carlos Olavo.</p>
26/05	Solenidade de encerramento da primeira fase do Projeto de Conciliação – Belo Horizonte/MG.
31/05	Solenidade de posse da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado de Goiás.
	 <p>Desembargador Federal João Batista Moreira; Diretor do Foro, Abel Cardoso; Presidente do Tribunal, Assuete Magalhães; Vice-Diretor do Foro, Jesus Crisóstomo de Almeida; ex-Presidente do Tribunal, Nelson Gomes da Silva.</p>
02/06	Solenidade de abertura do Curso de Francês na Escola de Magistratura Federal.

Data	Evento
------	--------

19/06	Solenidade de posse do Diretor da <i>Revista do TRF 1ª Região</i> .
-------	---



Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral é empossado na Diretoria da *Revista do TRF 1ª Região*.

08/08	Solenidade de posse da Ministra Maria Tereza Rocha de Assis Moura – STJ.
-------	--

18/08	Participação como presidente de Mesa no X Congresso Brasileiro de Direito Tributário – Belo Horizonte/MG.
-------	---

22/08	Solenidade de entrega de documentos de baixa de hipoteca no Projeto de Conciliação – Seção Judiciária do Distrito Federal.
-------	--

01/09	Solenidade de posse da Diretoria da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região.
-------	--



Desembargador Federal Olindo Menezes, novo Presidente da ESMAF, profere discurso.

06/09	4º Encontro Anual da AJUFER – Salinas do Maragogi/AL.
-------	---



Presidente profere discurso no 4º Encontro Anual da AJUFER.

Data	Evento
15/09	Solenidade de apresentação dos resultados da primeira fase do Projeto de Conciliação – Salvador/BA.
06/10	Solenidade de abertura do I Encontro do Projeto Um olhar para o Futuro – TRF 1ª Região.
18/10	Solenidade de abertura de Seminário sobre Conciliação na Justiça Brasileira – STJ.
	
<p>Presidente, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, e demais autoridades presentes na solenidade de abertura do Seminário sobre Conciliação – STJ.</p>	
23/10	Solenidade de posse dos Juízes Federais Substitutos – TRF 1ª Região.
27/10	Solenidade de comemoração do Dia do Servidor Público – TRF 1ª Região.
10/11	Solenidade do II Dia de Descarte Central de Documentos Administrativos – TRF 1ª Região.
27/11	Solenidade de abertura do Encontro das Áreas de Controle Interno da 1ª Região – Brasília/DF .
04/12	Culto de Ação de Graças – TRF 1ª Região.
08/12	Solenidade do Dia Nacional da Conciliação – Belém/PA.
11/12	Missa de Natal – TRF 1ª Região.
	
<p>Presidente do TRF 1ª Região, Assusete Magalhães, participa, com desembargadores federais e servidores do Tribunal, da Missa de Natal.</p>	
13/12	Solenidade de posse do Presidente do Tribunal de Contas da União.



## Palestras proferidas

Data	Local
12/06	Universidade Federal do Piauí. Teresina/PI.
04/09	Universidade Federal de Viçosa/MG.
06/09	Salinas do Maragogi/AL.
29/09	Universidade Católica de Brasília – Taguatinga/DF.
13/11	Seção Judiciária do Estado de Rondônia – Porto Velho/RO.
15/12	Seção Judiciária do Estado do Maranhão – São Luís/MA.

## Condecorações e homenagens recebidas

Data	Evento
09/06	Outorga da Medalha Alferes Tiradentes, conferida pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG.



Presidente, Assusete Magalhães, com a Medalha Alferes Tiradentes.

18/08	Homenagem oferecida pela Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG.
-------	--



Vice-Presidente, Carlos Olavo; Diretora do Foro da SJ/MG, Maria Edna Veloso; Presidente, Assusete Magalhães; Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian; Presidente da AJUFE/MG, José Carlos Machado Júnior.

13/11	Outorga de Placa de Honra ao Mérito e diploma, pela Seção Judiciária do Estado de Rondônia.
-------	---

Data	Evento
15/12	Outorga da Medalha Mérito Judiciário, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.



Presidente, Assusete Magalhães, com a medalha Mérito Judiciário – MA.

15/12	Outorga da Medalha Ministro Carlos Madeira, pela Seção Judiciária do Estado do Maranhão.
-------	--



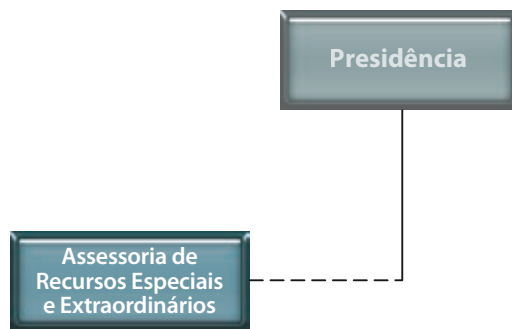
Presidente, Assusete Magalhães, com a Medalha Ministro Carlos Madeira, ao lado do Juiz Federal Marcelo Dolzani, Diretor do Foro da SJ/MA .

## Participação em Reuniões

Data	Atividade
25/09	Participação na banca examinadora do Prêmio Djaci Falcão – CJF.
21/11	Reunião sobre a Reforma do Judiciário – Deputados Paes Landim e Vicente Arruda.
	
<p>Presidente, Assusete Magalhães, e Desembargadores Federais recebem deputados Paes Landim e Vicente Arruda.</p>	
23/11	Reunião com o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – Deputado Gilmar Machado.
	
<p>Assessora Especial da Presidência, Helga Ferraz Jucá; Juiz Federal em auxílio à Corregedoria-Geral, Lincoln Rodrigues; Deputado Federal do PT/MG e Presidente da CMO, Gilmar Machado; Presidente do Tribunal, Assusete Magalhães; Juiz Federal em auxílio à Presidência, Reynaldo Soares da Fonseca; Diretor-Geral do Tribunal, Felipe dos Santos Jacinto.</p>	
24/11	Reunião do Fórum de Corregedores da Justiça Federal – Teresina/PI.
27/11	Reunião sobre a Reforma do Judiciário com Deputados Paes Landim e Vicente Arruda.

# ASRET

Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

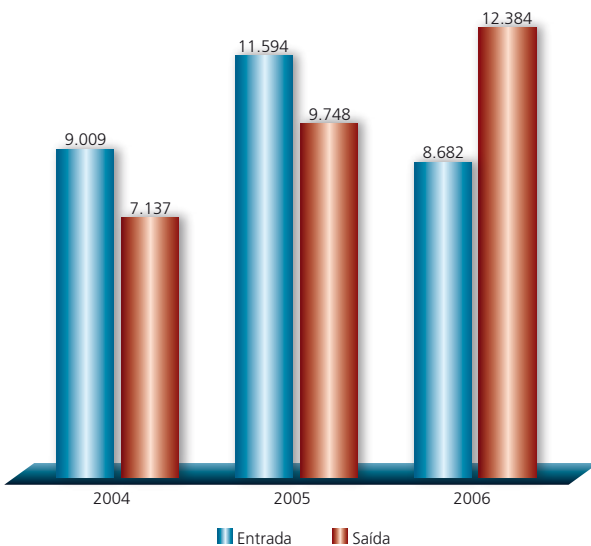
LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

A Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – ASRET, responsável pelo assessoramento ao Presidente do Tribunal em suas funções judicantes, em especial quanto à admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, pedidos de suspensão de segurança e decisões em medidas cautelares incidentais, teve relevante desempenho no alcance dos resultados.

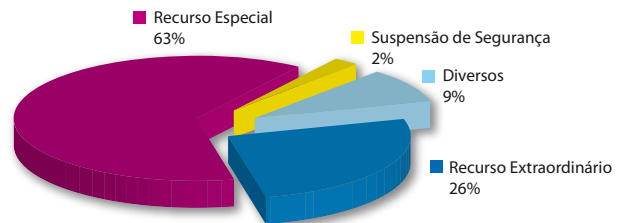
Após a posse da Desembargadora Federal Assusete Magalhães como Presidente do Tribunal, no que tange à admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, coube à ASRET analisar e preparar os despachos sobre os feitos oriundos da Terceira e Quarta Seção e respectivas Turmas, em decorrência da Portaria/PRESI 100-259 de 26/04/2006, que delegou ao vice-presidente a competência para decidir sobre a admissibilidade dos recursos oriundos da Primeira e Segunda Seção e respectivas Turmas.

**Gráfico 4**  
Movimentação de processos



Do total de 15.473 despachos e decisões exarados, a grande maioria refere-se a recursos especiais (9.757) e extraordinários (4.020). As decisões e despachos em suspensão de segurança registraram 317 processos analisados, somando 1.379 os demais casos.

**Gráfico 5**  
Decisões e despachos exarados (segundo a natureza)



Coube ainda à ASRET, durante os finais de semana e feriados e após o encerramento do horário de expediente do Tribunal, assessorar a Presidência no serviço de plantão judicial, em sistema de rodízio realizado entre todos os assessores, nos casos de comprovada urgência que não puderam ser atendidos no horário normal de expediente, bem assim naqueles que envolveram perecimento de direito e necessidade de adoção de medidas urgentes.

De abril a dezembro, foram proferidos pela Presidente, Assusete Magalhães, 31 despachos e 77 decisões em plantão judicial.

A partir de julho, coube à ASRET, por determinação da Presidente, preparar minutas de despacho e ofícios relativos a informações em medidas cautelares e *habeas corpus*, bem como concernentes ao cumprimento de decisões tomadas pelas Cortes Superiores, comunicando-as aos relatores, no Tribunal, e aos juízos competentes, sempre que necessário. O quantitativo de informações prestadas ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça pela Presidente totalizou 388 documentos.

**Quadro 8**  
**Processos analisados**

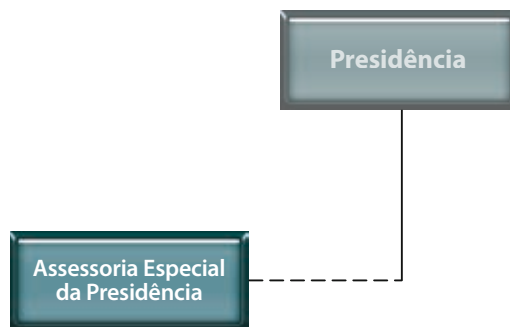
Natureza	Quantidade
Recurso extraordinário admitido	2.367
Recurso especial admitido	4.468
Recurso extraordinário não admitido	1.642
Recurso especial não admitido	5.243
Despacho diverso proferido	544
Decisão diversa proferida	220
Recurso especial adesivo admitido	12
Recurso especial adesivo não admitido	34
Recurso extraordinário adesivo admitido	4
Recurso extraordinário adesivo não admitido	7
Decisão em plantão	77
Despacho em plantão	31
Recurso especial retido	41
Suspensão de segurança deferida	37
Suspensão de segurança indeferida	78
Decisão diversa em suspensão de segurança	98
Despacho diverso em suspensão de segurança	104
Agravo regimental prejudicado	9
Agravo regimental não provido	39
Agravo regimental não conhecido	3
Embargos de declaração acolhidos	1
Embargos de declaração rejeitados	9
Embargos de declaração não conhecidos	18
Informações ao STF e ao STJ	388
<b>Total</b>	<b>15.474</b>

**Quadro 9**  
**Movimentação processual**

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Saldo anterior	5.016	5.083	5.505	5.871	1.164	900	1.261	1.211	1.253	1.438	1.483	1.321	5.016
Entradas	1.548	793	919	85	1.185	636	493	514	803	794	532	380	8.682
Saídas	1.481	371	553	4.792	1.449	275	543	472	618	749	694	387	12.384
Saldo atual	5.083	5.505	5.871	1.164	900	1.261	1.211	1.253	1.438	1.483	1.321	1.314	1.314

# ASESP

Assessoria Especial da Presidência



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

Incumbe à Assessoria Especial da Presidência – ASEP apoiar o Tribunal na articulação com o Poder Legislativo e acompanhar, de acordo com a determinação da Presidente, assuntos de interesse da Primeira Região em andamento em órgãos externos, nas esferas municipal, estadual e federal.

Vários assuntos de significativa importância e com grandes reflexos no dia-a-dia do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias integrantes da Primeira Região foram objeto de apreciação pelo Poder Legislativo, com especial destaque para os seguintes projetos de lei:

- ▣▶ PLN 20/2006, que abriu crédito especial possibilitando a contratação de empresa para a elaboração do projeto arquitetônico para construção do novo edifício-sede do TRF 1ª Região, em Brasília/DF. O PL foi transformado na Lei 11.402/2006, publicada no *DOU* de 15/12/2006;
- ▣▶ PLN 16/2006, destinado à 3ª revisão do Plano Plurianual 2004/2007 (Lei 10.933/2004). O PL foi apreciado pela Comissão Mista de Orçamento em 21/12/2006 e pelo Plenário do Congresso Nacional em 22/12/2006, com aprovação do substitutivo ao texto do relator. Por força de lei, as alterações no PPA têm relação direta com o orçamento de 2007, ano em que o Tribunal buscou maiores reforços nas dotações orçamentárias da Primeira Região, visando melhor instalar as Seções e Subseções Judiciárias;
- ▣▶ PLS 12/2006, que alterou a Lei 5.869/1973 (Código de Processo Civil), para que o Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conheça do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral. O PL foi transformado na Lei 11.418/2006, publicada no *DOU* de 20/12/2006;
- ▣▶ PLC 71/2002, que alterou a Lei 5.869/1973 (Código de Processo Civil), instituindo regras sobre a informatização do processo judicial. O PL, parcialmente vetado, foi transformado na Lei 11.419/2006, publicada no *DOU* de 20/12/2006;
- ▣▶ PL 5.845/2005, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União (PCS). O PL foi transformado na Lei 11.416/2006, com veto parcial, publicada no *DOU* de 15/12/2006.

### Quadro 10 Siglas utilizadas

Siglas	Descrição
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei da Câmara dos Deputados em tramitação no Senado Federal
PLS	Projeto de Lei do Senado Federal
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PLP	Projeto de Lei Complementar
PLN	Projeto de Lei do Congresso Nacional
CCJR	Comissão de Constituição e Justiça e Redação
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
CESP	Comissão Especial
CMPOF	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
CFT	Comissão de Finanças e Tributação



Siglas	Descrição
SSCL	Subsecretaria de Coordenação Legislativa
SSCLSF	Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal
SSCLCN	Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional

**Quadro 11**  
**Projetos de interesse da Primeira Região na Câmara dos Deputados**

Proposição/Ementa	Tramitação			
	Autor/início	Despacho inicial	Votações	Última ação
PL 2.161/1991 Dispõe sobre o arquivamento e eliminação de processos judiciais.	Dep. José Luiz Clerot PMDB/PB 20/02/1991	CCJR	18/10/2000 – Plenário da Câmara dos Deputados – Discussão em turno único do Substitutivo do Senado Federal. Retirado de pauta, da Ordem do Dia, de ofício. DCD de 19/10/2000, p. 51262, col. 2.	18/10/2000 – Retirado de pauta. Aguardando inclusão na Ordem do Dia – Plenário da Câmara dos Deputados para votação das alterações do Senado Federal.
PEC 230/1995 Inclui o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.  Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Curitiba/PR; o da 7ª Região, com sede em Belo Horizonte/MG; o da 8ª Região, com sede em Salvador/BA, e o da 9ª Região, com sede em Manaus/AM.	Dep. Abelardo Lupion PFL/PR 11/10/1995	CCJR	08/04/2003 – Desarquivado (RICD, art. 105). 02/05/2003 – Recebimento pela CCJR. 19/05/2003 – CCJC Parecer do relator, Dep. Osmar Serraglio, pela admissibilidade, com substitutivo.	19/05/2003 – CCJC – Aguardando inclusão na pauta.
PEC 137/1999 Estabelece limite para remuneração, subsídio, provento ou pensão, aplicável aos três Poderes Públicos e ao Ministério Público. (Subteto salarial)	Poder Executivo 22/10/1999	CCJR	13/11/2003 – Retirada de tramitação, em razão da aprovação da MSC 1.125/2002 – PEC 137/1999.	Leitura e publicação dos pareceres da CCJR e CESP. PEC 137-B/1999. Aguardando inclusão na Ordem do Dia – Plenário. 16/11/2004 – CCP – Ao arquivo. Memo. 305.

Proposição/Ementa	Tramitação			
	Autor/início	Despacho inicial	Votações	Última ação
PEC 406/2001 Acrescenta o § 5º ao art. 103 da Constituição Federal. Autoriza o Supremo Tribunal Federal, nos casos de incidente de constitucionalidade, para a ação direta de inconstitucionalidade, a suspender todos os processos para proferir decisão que verse exclusivamente sobre matéria constitucional, alterando a Constituição Federal. (Por desmembramento da PEC 382/2001.)	Poder Executivo 29/08/2001	CCJR	10/10/2001 – CCJR – Recebida manifestação do relator, Dep. André Benassi, pela admissibilidade. 27/02/2003 – Devolução da manifestação do parecer do relator, Dep. André Benassi, por força de sua saída da Comissão (CCJR).	10/04/2003 – CCJC – Designado relator o Dep. Sigmaringa Seixas.
PL 5.760/2001 Dá nova redação ao art. 6º e acrescenta o art. 10-A à Lei 9.469, de 10/07/1997, para, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional 30, de 2000, e o teor da Lei 10.099, de 19/12/2000, que altera a Lei 8.213, de 24/06/1991, regulamentando o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, (...), conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado — precatório. (Origem: PLS 255/2000)	Sen. Paulo Hartung PSDB/ES 26/11/2001	CFT CCJR	Origem – Senado Federal: PLS 255/2000. Câmara dos Deputados: PL 5.760/2001. 27/02/2003 – Devolução por força da saída do relator da comissão. 19/03/2003 – Designado relator o Dep. Luiz Carlos Haully. 03/04/2003 – Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas na CFT.	05/07/2005 – CCP – Encaminhado à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação publicado no DCD de 06/07/2005, letra A. 26/08/2005 – CCJC – Abertura de prazo para emendas ao projeto a partir de 29/08/2005. 02/09/2005 – Encerrado prazo para emendas. Não foram apresentadas.
PEC 544/2002 Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Curitiba/PR; o da 7ª Região, com sede em Belo Horizonte/MG; o da 8ª Região, com sede em Salvador/BA, e o da 9ª Região, com sede em Manaus/AM. (Altera o art. 27 do ADCT da Constituição Federal.)	Sen. Arlindo Porto PTB/MG 28/05/2002	CCJR	19/08/2003 – Encerrado o prazo para emendas. Foram apresentadas 2 emendas. Emenda do Dep. João Magno, do PT/MG, representando nosso Tribunal, e a emenda do Dep. Zé Gerardo. 08/09/2003 – Parecer do relator, Dep. Eduardo Sciarra, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da EMC 1/2003 e EMC 2/2003 e, no mérito, pela rejeição destas e pela aprovação da PEC 544/2002, com substitutivo. 10/09/2003 – Aprovado o parecer.	19/11/2003 – Plenário – Aprovado o requerimento do Dep. Devanir Ribeiro, na qualidade de líder do PT, que solicita a retirada de pauta. 19/11/2003 – Plenário – Retirado de pauta.

Proposição/Ementa	Tramitação			
	Autor/início	Despacho inicial	Votações	Última ação
<p>PL 6.954/2002 Altera a competência funcional dos juizados especiais cíveis regulada no art. 3º da Lei 9.099, de 26/09/1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais e dá outras providências. Dispõe que o juizado especial cível tem competência funcional obrigatória para conciliação e julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a R\$ 4.800,00. (Reforma Processual Civil.) (Origem: PLS-520/1999.)</p>	<p>Sen. Pedro Simon PMDB/RS  11/06/2002</p>	<p>CCJR</p>	<p>09/09/2002 – Apenso a este o PL 7.165/2002. 05/11/2002 – CCJC – Designado relator o Dep. Renato Vianna. 27/02/2003 – Devolução por força da saída do relator da comissão. 20/03/2003 – Designado novo relator o Dep. Sérgio Miranda.</p>	<p>16/11/2005 – CCJC – Parecer do relator, Dep. Sérgio Miranda (PDT/MG), pela constitucionalidade, juridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, do PL 3.914/1997, PL 3.947/1997, PL 4.000/1997, PL 4.021/1997, PL 4.275/1998, PL 4.404/1998, PL 6.429/2002, PL 6.910/2002, PL 3.594/2004 e do PL 3.283/1997, apensados, e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 7.165/2002, apensado.</p>
<p>PL 7.316/2002 Disciplina o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação.</p>	<p>Poder Executivo  07/11/2002</p>	<p>CCTCI CCJR</p>	<p>MSG – 962/2002 28/03/2005 – Abertura do prazo de emendas. 01/04/2005 – Foram apresentadas 12 emendas. 24/05/2005 – Parecer do relator, Dep. Maurício Rands (PT/PE), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, nos termos do substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, com emendas, e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das emendas apresentadas nesta comissão.</p>	<p>15/09/2005 – CCJC – Vista ao Dep. Mendes Ribeiro Filho. 19/09/2005 – CCJC – Prazo de vista encerrado. 16/12/2005 – CCJC – Parecer com complementação de voto do Dep. Maurício Rands (PT/PE), apresentadas as emendas nesta Comissão de subemenda 1, com subemenda 2, com subemenda, e 3 a 12.</p>
<p>PL 3.629/2004 Altera o art. 23 da Lei 10.259, de 12/07/2001. Prorroga, por até 5 anos, a autorização para que o Conselho da Justiça Federal limite a competência dos juizados especiais cíveis.</p>	<p>Poder Executivo  21/05/2004</p>	<p>Plenário</p>	<p>15/06/2004 – Abertura de prazo de emendas, a partir de 16/06/2004. Encerrado prazo para apresentação de emendas em 22/06/2004. Não foram apresentadas emendas. 30/06/2004 – Parecer do relator, Dep. Sigmaringa Seixas, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. 07/07/2004 – CCJC – Vista conjunta aos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e José Roberto Arruda.</p>	<p>27/05/2005 – Mesa – Deferida a MSG 263/2005 da Presidência da República, solicitando a retirada do Projeto. 15/06/2005 – CCJC – Retirado de pauta, de ofício, em virtude da MSG 236/2005 da Presidência da República, solicitando a retirada de tramitação do Projeto.</p>

Proposição/Ementa	Tramitação			
	Autor/início	Despacho inicial	Votações	Última ação
<p>PL 4.694/2004</p> <p>Dispõe sobre a criação de cargos e funções no Conselho da Justiça Federal e na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.</p>	<p>STJ</p> <p>20/12/2004</p>	<p>CTASP</p> <p>CTF</p> <p>CCJC</p>	<p>30/12/2004 – CCP – Encaminhado à publicação. Publicação inicial no DCD de 31/12/2004. DCD de 31/12/2004, p. 58039, col. 2.</p> <p>25/04/2005 – Mesa – Decisão da Presidência revendo o despacho apostado ao projeto para determinar que a CCJC se pronuncie quanto ao mérito. DCD de 26/04/2005, p. 14359, col. 1.</p>	<p>19/10/2005 – Mesa – Ato da Presidência decidindo suspender a tramitação desse Projeto, até que o Conselho Nacional de Justiça apresente à Casa os pareceres que lhe cabem, nos termos do art. 88, IV e V, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei 11.178, de 20/09/2005. DCD de 20/10/2005, p. 50936.</p>
<p>PL 4.825/2005</p> <p>Dispõe sobre a revisão geral e anual da remuneração de subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, autarquias e fundações públicas federais, de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal, referente a 2005.</p>	<p>Poder Executivo</p> <p>28/02/2005</p>	<p>CTASP</p> <p>Plenário</p>	<p>MSC – 107/2005</p> <p>02/03/2005 – Mesa – Às Comissões de Trabalho e Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (art. 54 do RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54, RICD) – art. 24, II.</p> <p>07/03/2005 – Recebimento pela CTASP.</p>	<p>22/02/2006 – CTASP – Designada relatora a Dep. Laura Carneiro (PFL/RJ).</p> <p>15/03/2006 – CTASP – Encerrado o prazo para emendas ao Projeto. Não foram apresentadas emendas.</p> <p>25/04/2006 – CTASP – Devolvida sem manifestação.</p>
<p>PL 5.819/2005</p> <p>Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.</p>	<p>STF</p> <p>25/08/2005</p>	<p>CTASP</p> <p>CFT</p> <p>CCJC</p>		<p>26/10/2006 – Mesa – Transformado em norma jurídica – Lei 11.364/2006. DOU de 27/10/2006, p. 2, col. 3.</p>

Proposição/Ementa	Tramitação			
	Autor/início	Despacho inicial	Votações	Última ação
<p>PL 5.829/2005 Dispõe sobre a criação de 400 varas federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos juizados especiais federais no País e dá outras providências.</p>	<p>STJ 31/08/2005</p>	<p>CTASP CFT CCJC</p>	<p>31/08/2005 – Plenário – Apresentação do Projeto de Lei pelo Superior Tribunal de Justiça. 31/08/2005 – Mesa – Às Comissões de Trabalho e Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (art. 54 do <i>RICD</i>) e Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do <i>RICD</i>). 05/09/2005 – CCP – Encaminhado à publicação. Publicação inicial no <i>DCD</i> de 06/09/2005, p. 43704, col. 2. 15/09/2005 – CTASP – Designado relator o Dep. Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN). 19/10/2005 – Mesa – Ato da Presidência decidindo suspender a tramitação desse Projeto, nos termos do art. 88, IV e V, da LDO. 15/12/2005 – Mesa – Ofício 77/GP de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, encaminhando cópia da certidão de julgamento e da decisão proferida em relação ao mérito do Projeto. Despacho: à vista da manifestação do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 88, IV, da Lei 11.178, de 20/09/2005, determinando a retomada da tramitação do Projeto.</p>	<p>02/02/2006 – CTASP – Parecer do relator, Dep. Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), pela aprovação. 20/03/2006 – CCP – À CTASP – Ofício 1.236/2005 – Câmara Municipal de Garça – SP, encaminhando requerimento dos Vereadores Cornélio César Kemp Marcondes e Wilson Alves. 27/04/2006 – CTASP – Devolvido ao relator, Dep. Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN). 05/09/2006 – CTASP – Parecer do relator, Dep. Henrique Eduardo Alves, pela aprovação, com substitutivo. 29/11/2006 – CTASP – Aprovado por unanimidade o parecer. 04/12/2006 – CFT – Recebimento.</p>
<p>PEC 358/2005 Altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134 da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B e 116-A e dá outras providências.</p>	<p>Senado Federal 10/01/2005</p>	<p>CCJC</p>	<p>30/08/2005 – CCJC – Aprovado por unanimidade o parecer com complementação de voto. 23/11/2005 – Plen. – Ato da Presidência: constitui Comissão Especial, nos termos § 2º do art. 202 do Regimento Interno.</p>	<p>06/12/2006 – Comissão Especial – Parecer do relator, Dep. Paes Landim (PTB/PI), pela inadmissibilidade das Emendas 21 e 35 oferecidas nesta Comissão, pela admissibilidade das demais emendas apresentadas nesta Comissão e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 358, de 2005.</p>

**Quadro 12**  
**Projetos de interesse da Primeira Região no Senado Federal**

Proposição/Ementa	Tramitação			
	Autor/início	Despacho inicial	Votações	Última ação
<p>PEC 83/1999</p> <p>Acrescenta parágrafos aos arts. 100 e 184, modifica a redação do art. 225 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao ADCT (dispõe sobre pagamento de indenizações devidas pela Fazenda Pública).</p>	<p>Sen. Antônio Carlos Magalhães PFL/BA</p> <p>06/10/1999</p>	<p>CCJC</p>	<p>08/11/2000 – CCJC – Recebido o parecer do relator, Sen. Romeu Tuma, com voto pela aprovação da matéria. Matéria pronta para pauta na Comissão.</p> <p>19/02/2003 – CCJC – Aguardando designação do relator.</p>	<p>28/02/2003 – CCJC – Redistribuída matéria ao Sen. Tasso Jereissati para emissão de relatório.</p>
<p>PEC 29/2000</p> <p>Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. (Volume XV)</p> <p>Reforma do Poder Judiciário. (Origem: PEC 96/1992 – Câmara dos Deputados.)</p>	<p>Dep. Hélio Bicudo e outros</p> <p>30/06/1992</p>	<p>CCJR</p>	<p>05/01/2005 – Transformada em norma jurídica a Emenda Constitucional 45/2004. Publicada no <i>DOU</i> de 252 de 31/12/2004, p. 9 a 12.</p> <p>28/01/2005 – SGM – Secretaria-Geral da Mesa. Presidente do Supremo Tribunal Federal solicita informações a fim de instituir as Ações Diretas de Inconstitucionalidade 3392 e 3367. À Advocacia do Senado Federal.</p> <p>03/02/2005 – SGM – Secretaria-Geral da Mesa. O Presidente do Supremo Tribunal Federal comunica que, nos autos da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.395, suspende, <i>ad referendum</i> do Plenário, toda e qualquer interpretação dada ao inciso I do art. 114 da Constituição Federal, na redação dada pela EC 45/2004, que inclui na competência da Justiça do Trabalho a apreciação de causas que sejam instauradas entre Poder Público e seus servidores. À Advocacia do Senado Federal.</p> <p>30/03/2005 – SGM – Secretaria-Geral da Mesa. Supremo Tribunal Federal solicita informações a fim de instruir os processos das ADIs 3.423, 3.431 e 3.432. À Advocacia do Senado Federal.</p>	<p>07/04/2006 – SSCLSF – Juntada à fl. 357 cópia de telex do STF sobre a Medida Cautelar em ADI 3.395, referente ao documento das fls. 84 a 92. À SSEXP.</p> <p>07/04/2006 – SSEXP – Recebida e encaminhada à SGM a pedido.</p> <p>10/04/2006 – Juntado à fl. 358 o Ofício 19-P/MC da Ministra Ellen Gracie, então Vice-Presidente, no exercício da Presidência do STF, sobre a Medida Cautelar em ADI 3.395, referente ao documento das fls. 84 a 92. À SSEXP.</p> <p>10/04/2006 – SSEXP – Recebida (volumes principal e XV).</p> <p>08/06/2006 – SSEXP – À ADVOSF a pedido. Acompanha volumes I ao XV da PEC 29/2000.</p> <p>30/06/2006 – ADVOSF – Devolução após consulta (volume principal XV).</p> <p>11/09/2006 – SSEXP – Subsecretaria de Expediente à SGM (volumes principal e XV).</p> <p>01/12/2006 – SGM – Juntado às fls. 359/406 o Ofício 7.099 de 28/11/2006 do Supremo Tribunal Federal (ADI 3.395).</p>

Proposição/Ementa	Tramitação			
	Autor/início	Despacho inicial	Votações	Última ação
PEC 50/2003 Modifica a Constituição Federal, para denominar como desembargadores federais os membros dos Tribunais Regionais Federais.	Sen. Romero Jucá PMDB/RR 25/06/2003	CCJC	25/06/2003 – Leitura. 08/07/2003 – CCJC – Distribuída à Sen. Roseana Sarney, para emissão de relatório. 13/08/2003 – CCJC – Recebido o parecer da relatora, Sen. Roseana Sarney, com voto pela aprovação da Proposta.	09/09/2004 – CCJC – Redistribuído ao Sen. José Jorge, para emissão de relatório. 24/11/2004 – CCJC – Recebido o relatório do Sen. José Jorge, com voto pela prejudicialidade da Proposta e seu conseqüente arquivamento. Matéria pronta para a pauta na Comissão.
PLS 567/1999 Regulamenta o <i>caput</i> e o § 3º do art. 100 da Constituição Federal. (Fixa o valor para o pagamento de créditos de natureza alimentícia.)	Sen. Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA) 06/10/1999	CCJC	22/03/2001 – CCJC – Recebido o relatório do Sen. Romeu Tuma, com voto pela aprovação da matéria, com as Emendas 1R, 2R e 3R, que apresenta. 13/03/2003 – CCJC – Redistribuído ao Sen. Marcelo Crivella, para emitir relatório.	29/04/2003 – CCJC – Recebido o relatório do Sen. Marcelo Crivella, com voto pela aprovação do Projeto, condicionada às emendas 1, 2 e 3, que apresenta. 22/10/2003 – CCJC – Pronto para pauta na comissão.
PEC 50/2001 Cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região.	Sen. Luiz Otávio PMDB/PA 22/11/2001	CCJC	25/06/2002 – CCJC – Recebido relatório do Sen. Reginaldo Duarte, matéria pronta para pauta na Comissão. 20/08/2002 – CCJC – A matéria será redistribuída em virtude do relator, Sen. Reginaldo Duarte, não mais pertencer à Comissão. 04/11/2002 – CCJC – Matéria redistribuída ao Sen. Luiz Pontes, para emitir o relatório.	28/10/2003 – CCJC – Recebido o relatório do Sen. José Maranhão – PMDB/PB, com voto pela rejeição da Proposta e das emendas a esta oferecidas. Matéria pronta para pauta na Comissão.
PLN 40/2005 Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006. Obs.: relatora setorial, Sen. Lúcia Vânia – PSDB/GO. Relator-Geral, Dep. Carlito Merss – PT/SC.	Presidência da República 31/08/2005	CMPOF		22/05/2006 – Transformada em norma jurídica. Presidência da República. Sancionada. Lei 11.306, de 2006. <i>DOU</i> de 17/05/2006, p. 1 a 11. Sancionada em 16/05/2006. Processo encaminhado à SGM.

**Quadro 13**  
**Projetos de interesse da Primeira Região no Congresso Nacional**

Proposição/Ementa	Tramitação			
	Autor/início	Despacho inicial	Votações	Última ação
<p>PLN 02/2006  Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.  LDO  Obs.: 30/06 é o prazo limite para sua votação; caso contrário, o Congresso Nacional não entra em recesso. Na CMO, os membros titulares fazem as emendas. O suplente o fará se ausente algum titular.</p>	<p>Presidência da República  17/04/2006</p>	<p>CMPOF</p>		<p>02/01/2007 – SSEXP – Transformada em norma jurídica, com veto parcial. Lei 11.439, de 2006. (Vetado, parcialmente. Vide MSG. 01.190 de 2006).  DOU de 29/12/2006, p. 1 a 67 (edição extra). Sancionada em 29/12/2006.  Republicado no DOU 2 de 03/01/2007, p. 1 e 2.</p>
<p>PLN 06/2006  Abre aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Presidência da República e do Ministério Público da União – crédito suplementar no valor global de R\$ 97.472.929,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>	<p>Presidência da República  24/07/2006</p>	<p>CMPOF</p>		<p>20/12/2006 – SSEXP – Transformada em norma jurídica. Lei 11.413, de 2006. DOU de 15/12/2006, p. 80 a 100. Sancionada em 15/12/2006.</p>
<p>PLN 11/2006  Altera os itens III.1, III.2, III.3 e III.4 do Anexo V da Lei 11.306, de 16/05/2006. (Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.)</p>	<p>Presidência da República  07/08/2006</p>	<p>CMPOF</p>		<p>04/12/2006 – SSEXP – Transformada em norma jurídica. Lei 11.375, de 2006. DOU de 04/12/2006, p. 4. Sancionada em 01/12/2006.</p>
<p>PLN 15/2006  Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.  LOA  Obs.: o Poder Judiciário encontra-se na área temática III.  Relator setorial, Sen. João Ribeiro – PFL/TO.  Relator-Geral, Sen. Valdir Raupp – PMDB/RO.</p>	<p>Presidência da República  04/09/2006</p>	<p>CMPOF</p>	<p>Valor: R\$ 1.560.926.775.284,00.  05/09/2006 – Entrada na CMO.  05/09/2006 – CMO – Designado relator o Sen. Valdir Raupp – PMDB/RO.  Apresentação das emendas de 14 a 28/11. Foram apresentadas 8.908 emendas.</p>	<p>21/12/2006 – CMO – Aprovado na CMO, por unanimidade, o relatório final do Relator-Geral, Sen. Valdir Raupp, favorável nos termos do substitutivo apresentado.  21/12/2006 – Saída da CMO. Parecer 124.  22/12/2006 – Plenário – Aprovado no Plenário do Congresso Nacional. À sanção.</p>



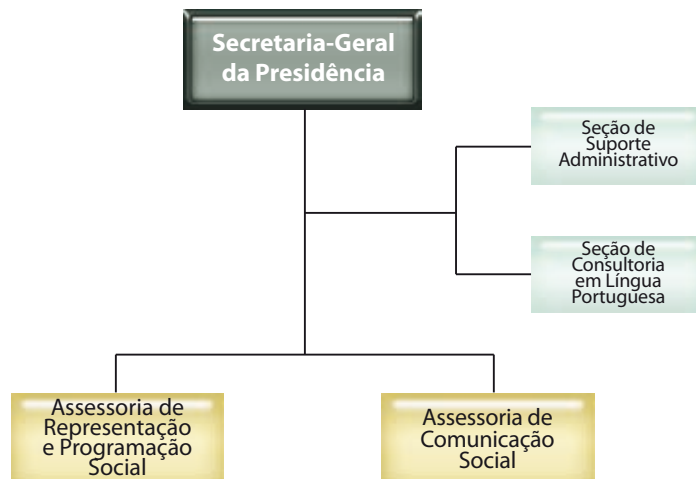
Proposição/Ementa	Tramitação			
	Autor/início	Despacho inicial	Votações	Última ação
PLN 42/2006 Abre o Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União – crédito especial no valor global de R\$ 67.516.647,00 para os fins que especifica, e dá outras providências.	Presidência da República  16/10/2006	CMPOF		20/12/2006 – SSEX – Transformada em norma jurídica. Lei 11.391, de 2006. <i>DOU</i> de 15/12/2006, p. 6 a 15 (edição extra). Sancionada em 15/12/2006.



Senador Romero Jucá reúne-se com Helga Ferraz Jucá, Assessora do TRF 1ª Região, e Assessores do Conselho da Justiça Federal e outros Tribunais.

# SEGEP

Secretaria-Geral da Presidência



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

**LEGENDA**

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

No decorrer do ano, a Secretaria-Geral da Presidência – SEGEp prestou apoio e assessoramento administrativo à Presidência do Tribunal, realizando, entre outras tarefas, a coordenação das atividades da Consultoria em Língua Portuguesa e das Assessorias de Comunicação Social e de Representação e Programação Social.

## Consultoria em Língua Portuguesa

O realinhamento administrativo do Tribunal, ocorrido no mês de novembro, criou, na estrutura da SEGEp, a Seção de Consultoria em Língua Portuguesa – SEPOR, para abrigar as atividades que eram desenvolvidas pelo projeto Consultoria em Língua Portuguesa, em funcionamento desde o ano de 2004.

A SEPOR, além de revisar documentos assinados pela Presidência, também presta auxílio na área de língua portuguesa a todos os magistrados e servidores da Primeira Região.

No ano de 2006, foi prestada consultoria *in loco* aos gabinetes da Desembargadora Federal Selene de Almeida (Módulo I), do Desembargador Federal Cândido Ribeiro (Módulos I e II) e do Desembargador Federal João Batista Moreira (Módulo II). Encontra-se em fase de preparação de material a consultoria *in loco* aos gabinetes da Desembargadora Federal Selene de Almeida (Módulo II) e dos Desembargadores Federais Leomar Amorim e Aloísio Palmeira Lima (Módulos I e II).

Além da consultoria *in loco*, é prestada consultoria por telefone diariamente aos servidores do Tribunal.

Um dos serviços mais importantes da Consultoria em Língua Portuguesa é a consulta via *e-mail* (consultoria.portugues@trf1.gov.br). Durante o ano, foram dirimidas mais de 600 dúvidas pelo correio eletrônico. É um meio que permite auxiliar não só magistrados e servidores do Tribunal mas todas as pessoas, inclusive de outros países, que buscam a assistência na área de redação e gramática.

Por fim, deve-se destacar *O Quê do Mês*, publicação mensal, à disposição na página do Tribunal, que tem recebido as melhores críticas internas e externas por sua metodologia e apresentação.

# o Quê do mês

dezembro 2006

## 13 Pronomes de tratamento

por Ana Guimarães Toledo

Uma publicação eletrônica do TRF 1ª Região

Uma vez que é obrigatório o uso dos pronomes e das locuções de tratamento nas correspondências oficiais, veremos neste *O Quê do Mês* como empregá-los corretamente. Eis algumas normas:

- Destinatário é o nome que se dá a quem recebe a correspondência.
- Signatário é o nome que se dá a quem assina a correspondência.
- Vocativo — ou vocativo epistolar — é o nome que se dá à invocação do destinatário. Virá antes do início do texto, seguido de vírgula.
- Quando nos dirigimos a uma pessoa, escrevemos (ou dizemos) Vossa Excelência, Vossa Senhoria etc.
- Quando nos referimos a uma pessoa, escrevemos (ou dizemos) Sua Excelência, Sua Senhoria etc.
- O tratamento para os chefes dos três Poderes da República e para o presidente da Câmara dos Deputados jamais será abreviado.
- O verbo que acompanha o pronome de tratamento deverá estar sempre na 3.ª pessoa, bem como os pronomes possessivos e os pronomes pessoais oblíquos.  
Ex.: Vossa Senhoria está convidado para a solenidade.  
Vossas Senhorias estão convidados para o evento.  
Vossa Excelência e seus filhos foram convidados para a posse da nova diretoria.
- Os adjetivos concordam em gênero (feminino ou masculino) e número (singular ou plural) com a(s) pessoa(s) que recebe(m) o tratamento.  
Ex.: Vossa Excelência estava tão assoberbada (se mulher)/ assoberbado (se homem) com os processos que não quis interrompê-la(lo).
- O presidente do Congresso Nacional é o presidente do Senado Federal.
- O nome do destinatário virá abaixo e à esquerda da primeira página do documento. Não constará o endereçamento postal, que deverá vir somente no envelope.
- Não se abreviará o tratamento quando o destinatário for hierarquicamente superior ao signatário.
- Você é pronome de tratamento que adveio de vosmecê, que, por sua vez, adveio de vossa mercê.
- São oficiais-generais das Forças Armadas os generais, brigadeiros e almirantes.

consultoria.portugues@trf1.gov.br

Publicação *O Quê do Mês* – dezembro/2006.

**Quadro 14**  
**Publicação *O Quê do Mês***

Mês	Tema	Autor
Janeiro	Flexão do infinitivo	Professores Magda Giovanna Alves e Samuel Nunes
Fevereiro	O emprego dos porquês	Professora Ana Guimarães Toledo
Março	Não entre pelo dente	Professor Renato Cunha
Abril	Quando se quer o sequer...	Professor Renato Cunha
Maiio	Emprego do hífen com prefixos greco-latinos	Professora Ana Guimarães Toledo
Junho	Esse tal de Ene Bolinha	Professor Renato Cunha
Julho	Trata-se ou tratam-se?	Professor Samuel Nunes
Agosto	Onde, aonde e donde	Professora Ana Guimarães Toledo
Setembro	O mesmo, esse famoso curinga	Professor Samuel Nunes
Outubro	O dito-cujo	Professor Renato Cunha
Novembro	Não troque nenhum por qualquer	Professora Ana Guimarães Toledo
Dezembro	Pronomes de tratamento	Professora Ana Guimarães Toledo

# ASREP

Assessoria de Representação e Programação Social



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

A Assessoria de Representação e Programação Social – ASREP planejou e executou todas as solenidades e sessões solenes, eventos de integração e atividades de comunicação interna, com destaque para o Espaço Cultural e o Programa de Visitas.

A Assessoria supervisiona e assessora todas as Seções Judiciárias da Primeira Região em assuntos referentes a cerimonial, bem como presta auxílio e encaminha representantes da unidade a solenidades de instituições públicas e privadas e acompanha os desembargadores federais em eventos externos, a fim de zelar pelo fiel cumprimento das normas do cerimonial público.

A ASREP é, atualmente, referência em cerimonial público, estendendo suas atividades à participação em congressos e cursos especializados. Em novembro, durante o XIII Congresso de Cerimonial Público, realizado em São Paulo, a chefe da Assessoria, Andréa Ghisi, recebeu o Prêmio Mérito Cerimonial, outorgado pelo Comitê Nacional do Cerimonial Público – CNCP, pelo destaque nos eventos realizados. Na ocasião, a servidora foi também eleita para o cargo de Diretora para assuntos do Poder Judiciário do CNCP.

Entre os eventos realizados em 2006, destacam-se: inaugurações de Subseções Judiciárias, inauguração das novas instalações da Seção Judiciária do Estado do Piauí e posse dos novos dirigentes do Tribunal.

## Inauguração de Subseções Judiciárias

As 18 Subseções Judiciárias inauguradas em 2006 contaram com a presença de autoridades locais e estaduais, parlamentares, chefes dos Poderes Executivo e Legislativo e da sociedade civil, que demonstraram satisfação em poder contar com mais serviços da Justiça. A parceria feita com as prefeituras locais e outros colaboradores estatais possibilitou a concretização dos eventos.

## Inauguração das novas instalações no Piauí

Em relação às novas instalações da Seccional do Piauí, evento que, seguramente, ficará registrado na

memória de todos os presentes, a organização impecável contou com a presença de cerca de 2 mil convidados. Banda de música, queima de fogos, realização de homenagens e entrega de certificados contribuíram para o sucesso da inauguração.

## Posse da nova Administração do Tribunal

O planejamento da posse dos novos dirigentes começou meses antes da eleição. Ao se confirmar a data, todas as ações que permeiam eventos dessa natureza, como confecção de convites, expedição de requerimentos, foram cuidadosamente efetivadas.

No dia da sessão solene de posse, para receber quase 2 mil convidados, a ASREP contou com o auxílio de servidores dos gabinetes dos empossandos, com uma comissão de recepção formada por servidoras aposentadas, além de voluntários.

## Eventos de final de ano

O final do ano foi marcado por várias atividades:

- ▀ Missa de Natal, que contou com a presença de aproximadamente 300 servidores;
- ▀ Concerto de Natal, sob a coordenação do Coral Habeas Cantus, que dividiu a apresentação com outros excelentes corais de várias instituições públicas;
- ▀ entrega de donativos ao Lar da Criança Padre Cícero e ao Lar São José, proporcionando a 250 crianças e 60 idosos um Natal mais feliz;
- ▀ festa de encerramento das atividades do TRF 1ª Região, intitulada Em Cartaz, atingindo seu objetivo: confraternização e integração dos servidores.



Entrega de donativos ao Lar da Criança Padre Cícero



Festa de encerramento das atividades do TRF 1ª Região.

## Espaço cultural

O Espaço Cultural do Tribunal recebeu em torno de 6 mil visitantes nas 12 exposições artísticas realizadas, destacando-se o TRF Mix do Dia das Mães e o TRF Mix de Natal, que propiciaram a servidores e convidados oportunidades de expressar seus dons artísticos, tornar suas artes conhecidas e ter seus trabalhos valorizados.

Outro evento relevante foi realizado por ocasião do mês das crianças, outubro, quando foi organizada, na intenção de integrar trabalho e família, uma oficina de bonecas, muito prestigiada por filhos de servidores.

Ao tornar-se veículo de integração e melhora da qualidade de vida, o Espaço Cultural tem-se consagrado nacionalmente. A Assessoria registra requisições de artistas plásticos de todo o território brasileiro, solicitando inclusão na agenda para apresentação de suas

obras, em razão das referências e indicações que recebem.

Há de se mencionar o processo de humanização das diversas unidades e gabinetes desta Corte, que objetiva tornar mais agradável e acolhedor o ambiente de trabalho, com as obras de arte doadas por ocasião das exposições, dispostas em diversos ambientes do Tribunal.



Espaço Cultural – TRF Mix do Dia das Mães.

## Programa de Visitas – Bem-vindo ao TRF 1ª Região

A partir da nova abordagem proporcionada pela regulamentação em 2005 do Programa de Visitas de Estudantes, a iniciativa da ASREP se expandiu, incluindo-se entre suas atividades as sessões de julgamento simulado. Nas próprias salas de sessões, com a valiosa participação de magistrados e membros do Ministério Público em interação com estudantes de ensino fundamental, as crianças utilizam becas e seguem roteiro especialmente elaborado para a ocasião, tendo oportunidade de emitir voto e justificar sua decisão.

Além disso, o Tribunal recebeu estudantes de escolas públicas para visitas especiais, com a finalidade de despertar neles o espírito de cidadania.

A apresentação do vídeo institucional *Tramitação Processual na Justiça Federal e TRF 1ª Região*, a nova versão da publicação *Bem-vindo ao TRF 1ª Região* e o material didático especialmente direcionado a esse público (pastas contendo revistas e cartilhas elaboradas pelo Tribunal) são instrumentos apresentados ou distri-

buídos durante as visitas, que aproximam o Tribunal da sociedade e contribuem para o aperfeiçoamento dos estudantes, em especial daqueles que intencionam seguir a carreira jurídica.

O programa também conta com a eficiente colaboração de servidores de outras unidades do Tribunal, por meio de palestras e esclarecimentos sobre o funcionamento das áreas visitadas.

No total, 380 alunos de cursos de Direito do Distrito Federal e de outros Estados, bem como de escolas de ensino fundamental, acompanhados por seus professores e monitores, participaram do programa em 2006.



Programa de Visitas de Estudantes – alunos do UNICEUB.

## Indicador de Autoridades

O *Indicador de Autoridades* permanece como uma das principais ferramentas da Assessoria. Sua atualização constante é tarefa primordial, permitindo não apenas à Assessoria mas também a outros usuários, a exemplo da ASCOM e das Seções Judiciárias, o acesso às informações dele constantes: composição de órgãos do Judiciário e Ministério Público e informações detalhadas sobre a composição e dados importantes do TRF 1ª Região e das Seções e Subseções Judiciárias que o compõem.

### Quadro 15 Solenidades/eventos na Primeira Região

Data	Nome	Local
13/01	Instalação da Subseção Judiciária de Ji-Paraná	Ji-Paraná/RO
17/01	Instalação da Subseção Judiciária de Divinópolis	Divinópolis/MG
20/01	Instalação da Subseção Judiciária de Castanhal	Castanhal/PA
25/01	Instalação da Subseção Judiciária de Jequié	Jequié/BA
26/01	Instalação da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista	Vitória da Conquista/BA
01/02	Instalação da Subseção Judiciária de Paulo Afonso	Paulo Afonso/BA
07/02	Instalação da Subseção Judiciária de Guanambi	Guanambi/BA
14/02	Instalação da Subseção Judiciária de Rondonópolis	Rondonópolis/MT
17/02	Reunião do Conselho do Colar e da Medalha	TRF 1ª Região
21/02	Instalação da Subseção Judiciária de Sete Lagoas	Sete Lagoas/MG
22/02	Implantação do Sistema de Certificação Digital com Biometria (impressão digital) na Primeira Região	Salão Nobre do TRF 1ª Região



Data	Nome	Local
07/03	Instalação da Subseção Judiciária de Governador Valadares	Governador Valadares/MG
08/03	Instalação da Subseção Judiciária de Ipatinga	Ipatinga/MG
08 a 10/03	Dia Internacional da Mulher	TRF 1ª Região
10/03	Inauguração do prédio da Justiça Federal do Piauí	Teresina/PI
14/03	Inauguração do Edifício Cabo Frio	TRF 1ª Região
17/03	Inauguração do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Imperatriz	Imperatriz/MA
20/03	Instalação da Subseção Judiciária de Eunápolis	Eunápolis/BA
21/03	Instalação da Subseção Judiciária de Itabuna	Itabuna/BA
27/03	Instalação da Subseção Judiciária de Rio Verde	Rio Verde/GO
28/03	Instalação da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia	Aparecida de Goiânia/GO
29/03	Instalação de JEF Virtual na Seção Judiciária do Estado de Goiás	Goiânia/GO
30/03	17º Aniversário do TRF 1ª Região	TRF 1ª Região
31/03	Instalação da Subseção Judiciária de São João del-Rei	São João del-Rei/MG
03/04	Posse dos juízes federais substitutos	ESMAF
03/04	Instalação da Subseção Judiciária de Sinop	Sinop/MT
04/04	Entrega dos portes de arma	TRF 1ª Região
07/04	Inauguração do Edifício-Sede do JEF da Bahia	Salvador/BA
18/04	Concurso de Monografia do TRF 1ª Região	TRF 1ª Região
19/04	Posse dos novos dirigentes TRF 1ª Região	TRF 1ª Região
08/05	Posse do Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Tocantins	Palmas/TO
11 e 12/05	TRF Mix do Dia das Mães	TRF 1ª Região
12/05	Posse do Diretor do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal	TRF 1ª Região
12/05	Posse da Magistrada Renata Mesquita	TRF 1ª Região
15/05	Posse do Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia	Salvador/BA
22 a 26/05	Conciliação da CEF – Minas Gerais	Belo Horizonte/MG
26/05	Sustentação oral da UNIDF – 20 estudantes e 5 professores	TRF 1ª Região
31/05	Posse do Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Goiás	Goiânia/GO
19/06	Posse do Diretor da Revista do TRF 1ª Região	TRF 1ª Região
23/06	Reunião do CNPq	TRF 1ª Região
24/06	Festa Junina – promovida pela ASSEJUFE	TRF 1ª Região
29/06	Reunião do Conselho da Justiça Federal	TRF 1ª Região
11/08	Entrega da Medalha do Mérito do Trabalho	TST
18/08	Abertura da Campanha Odontológica Prodentinho	TRF 1ª Região

Data	Nome	Local
19 e 20/08	Dia dos Pais – festa promovida pela ASSEJUFE	CENTREJUFE
21/08	Conciliação – ESMAF	TRF 1ª Região
23/08	Implantação do INFOJUD	TRF 1ª Região
25/08	Correição – Seção Judiciária do Distrito Federal	Brasília/DF
28/08	Projeto de Execução Fiscal Virtual	TRF 1ª Região
01/09	Posse do Diretor da ESMAF	TRF 1ª Região
06/09	Abertura do Projeto Viva Melhor – PGQVT	TRF 1ª Região
06 a 10/09	Encontro da AJUFER	Maragogi/AL
15/09	Solenidade de entrega de Certificados de Baixa de Hipoteca do Sistema Financeiro de Habitação – SFH	Salvador/BA
15/09	Sustentação Oral da UNIDF	TRF 1ª Região
17/09	Execução Fiscal – Ministério da Fazenda	Ministério da Fazenda
21/09	Reunião dos diretores-gerais e de orçamento dos TRFs e das Seções Judiciárias	TRF 1ª Região
12/10	Semana da Criança	TRF 1ª Região
23/10	Almoço do Banco do Brasil	Sede do Banco do Brasil
23/10	Posse dos juízes federais substitutos	TRF 1ª Região
25/10	Oficina de Bonecas – Crico e Daniel (material reciclado)	TRF 1ª Região
27/10	Execução Fiscal – CJF	STJ
28/10	Dia do Servidor	TRF 1ª Região
06/11	Jantar festivo em Montes Claros	Montes Claros/MG
08/11	Inauguração dos retratos do juízes federais – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	Belo Horizonte/MG
10/11	Dia do Descarte Central de Documentos e Processos Administrativos	TRF 1ª Região
13/11	3ª Jornada de Palestras da Justiça Federal de Rondônia	Porto Velho/RO
21/11	Reunião com o Deputado Paes Landim (PEC)	TRF 1ª Região
24/11	Encontro de Corregedores	SJ/PI
04/12	Culto de Ação de Graças	TRF 1ª Região
11/12	Confraternização dos magistrados	TRF 1ª Região
11/12	Os Novos caminhos da Justiça Federal no Século XXI – palestra	SJ/MA
13/12	Missa de Natal	TRF 1ª Região
15/12	Eventos no Maranhão	São Luís/MA
15/12	Concerto de Natal com o Coral Habeas Cantus e outros corais convidados	TRF 1ª Região
04 a 15/12	Árvore da Solidariedade	TRF 1ª Região
19/12	Em Cartaz – Confraternização de Natal	TRF 1ª Região
21/12	Assinatura de Convênio com o Banco do Brasil	TRF 1ª Região

**Quadro 16**  
**Exposições realizadas no Espaço Cultural do TRF 1ª Região**

Período	Exposição
06 a 17/03	Exposição comemorativa do Dia Internacional da Mulher
15 a 19/05	Dia das mães – fotografias
29/05 a 09/06	Prof. Vitor Hugo-Bravo Romero – arte cusquenha
19 a 30/06	Revier pintando a Obra de Deus – Irmã Santos
10 a 21/07	Tânia Maria Miranda Carneiro Cardoso – quadros
01 a 11/08	Patrícia Costa – quadros
21/08 a 01/09	Ciranda do Mosaico – Margareth, Rosângela e outros artistas
11 a 15/09	Said Santiago – escultura sacra
25/09 a 06/10	Caleidoscópio – Marco Aurélio
16 a 20/10	Cidadania e Meio Ambiente – pintura – alunos portadores de altas habilidades e talentos
23 a 27/10	Mulheres da Vida – Arte em Boneca – Crico e Daniel
06 a 17/11	Arte em Design – José Alberto e Mirias (gravuras)
27/11 a 08/12	Pôr-do-sol Rastro de Luz e de Lua – Wilson Santos
11 a 15/12	TRF Mix de Natal – bazar de natal
11 a 15/12	Telas Natalinas – Mauro Menezes

**Quadro 17**  
**Programa de Visitas – Bem-vindo ao TRF 1ª Região**

Data	Instituição	Visitantes/ estudantes
31/01	STJ – Estagiários de Direito	46
06/04	Aeronáutica	25
17/05	Secretaria de Educação do Distrito Federal (com julgamento simulado)	30
24/05	Faculdade de Direito da UEMG	–
21/06	UNICEUB	45
21/07	STJ – Estagiários de Direito	30
28/09	UNIDF	20
10/10	Advogados da União	40
23/10	Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia	27
22/11	UNICEUB	47
29/11	Universidade Católica	40

# ASCOM

Assessoria de Comunicação Social



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

**LEGENDA**

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

A Assessoria de Comunicação Social – ASCOM assessorou os desembargadores federais nas relações com a imprensa do Brasil interessada nas decisões advindas do Tribunal, fazendo um liame entre os gabinetes e os jornalistas, buscando divulgar, de forma mais precisa, os trabalhos dos magistrados e da Administração.

Houve esclarecimentos por telefone e atendimento pessoal aos repórteres interessados nos assuntos mais polêmicos julgados pelo Tribunal. Entre eles estão os processos referentes aos pilotos envolvidos no acidente da empresa aérea Gol, à Avestruz Master, aos fiscais de Unaí, a Hidelbrando Pascoal, a João Arcajo, ao transporte interestadual de idosos, à máfia dos sanguessugas e às causas relacionadas ao direito ambiental.

A ASCOM enviou à imprensa, por *e-mail*, as principais notícias emanadas do Tribunal, principalmente aquelas de utilidade pública ou de cunho social.

## Assessoria de Imprensa

A equipe de jornalistas da ASCOM, no papel de assessores de imprensa, acompanhou a Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor-Geral do Tribunal e demais desembargadores federais, em entrevistas realizadas no Tribunal e em emissoras de rádio e de TV e nos eventos internos e externos, inclusive nos Estados que compõem a Primeira Região, em um total de 35 assessoramentos no Distrito Federal e 43 em viagens.

Destaque-se a assessoria à Presidente, Assusete Magalhães, na videoconferência realizada, em Belém do Pará, no Dia Nacional da Conciliação — 8 de dezembro de 2006. Naquela ocasião, autoridades de dez localidades do Brasil falaram sobre o que vêm realizando em termos de conciliação. Os trabalhos foram conduzidos pela Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Ministra Ellen Gracie.



Presidente, Assusete Magalhães, durante vídeoconferência realizada no Dia Nacional da Conciliação.

Também merecem destaque as entrevistas concedidas, ao vivo, nos estúdios da TV Justiça, no STF, pela Presidente Assusete Magalhães e pela Desembargadora Federal Neuza Alves, acompanhadas pela ASCOM, por ocasião da posse da Presidente do STF, em 27/04/2006.

## Premiações

Três matérias televisivas produzidas na ASCOM foram premiadas em 2006, após exibição do Programa Via Legal na TV Justiça e na TV Cultura.

Sob a coordenação da ASCOM, as matérias foram produzidas pela repórter e editora regional Vera Carpes. Contaram ainda com a edição de Luiz Augusto Cals, filmagem de Uanderson Pontes e Tony Gomes, produção de Conceição Maciel e Cristiane Szyrnwelski, pesquisa de Sônia Maria Alvim Martins, direção de Giovana Cunha, chefia de edição de Dione Tiago e finalização de Elisa Castro.



Da esquerda para a direita: Raquel Haw, gerente de comunicação da AMB, ladeando a equipe premiada (Vera, Conceição, Uanderson e Luiz).

**Quadro 18**  
**Prêmios recebidos**

Matéria	Nome do Prêmio	Categoria	Colocação	Data
Juizado Especial Federal Itinerante em São João do Piauí	III Prêmio AMB de Jornalismo	Jornalismo Nacional/Segmento TV	1º lugar	11/12/2006
Scuderie Le Cocq I e II	XXVIII Prêmio Nacional Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos	Documentário/Especial de TV	Menção honrosa	25/10/2006
Scuderie Le Cocq I e II	XXIII Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a OAB do Rio Grande do Sul.		2º lugar	08/12/2006

**Coberturas jornalísticas**

As equipes de jornalismo impresso e *on-line* (internet/intranet), telejornalismo, radiojornalismo e fotojornalismo, sempre que solicitadas, estiveram presentes aos eventos ocorridos em Brasília e nos Estados que compõem a Primeira Região para o registro histórico e jornalístico dos fatos relacionados ao Tribunal.

As coberturas referem-se a solenidades oficiais e sociais, internas e externas do Tribunal, além das ocorridas nas sedes das Seções e Subseções Judiciárias. Entre elas, destacam-se os trabalhos do Projeto de Conciliação e dos juizados itinerantes, condecorações e entregas de medalhas a desembargadores federais e cursos da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região.

**Quadro 19**  
**Registros jornalísticos realizados**

Reportagens no Distrito Federal	165
Coberturas fora do Distrito Federal	43

**Jornalismo *on-line***

Além de produzir publicações impressas, preocupando-se com a qualidade das matérias apresentadas e a objetividade dos textos publicados, a ASCOM empenhou-se no aperfeiçoamento das divulgações *on-line*.

**Internet e intranet**

A grande inovação foi a separação, por público-alvo, das notícias divulgadas na página eletrônica do Tribunal. As matérias de interesse do público interno

(Tribunal, Seções e Subseções Judiciárias) passaram a ser divulgadas exclusivamente na intranet e as destinadas à imprensa e ao público em geral tanto na intranet como na internet.

Também houve a intensificação do número de notícias eletrônicas divulgadas na rede, principalmente as referentes às decisões do Tribunal.



Edição de matéria para a página eletrônica do Tribunal.

**Informações pela rede (serviço mensageiro)**

Sempre que solicitada, a ASCOM enviou para a tela dos computadores do Tribunal pequenos comunicados urgentes. Assuntos como falta de energia, desligamento de equipamentos de informática, pertences encontrados pela segurança, veículos com vidros abertos ou mal estacionados fizeram parte do rol de mensagens dirigidas ao público interno do Tribunal. No total, 540 notas foram divulgadas na internet e 565 na intranet.

## Publicações

### Revista *Destaque Especial* de dois anos de gestão do Presidente

Em abril, circulou edição especial com 84 páginas, intitulada *Destaque Especial: dever cumprido*, que apresentou, de forma resumida e objetiva, as principais ações realizadas na gestão do Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, durante os dois anos à frente da Presidência do TRF 1ª Região (abril de 2004 a abril de 2006).

### *Destaque do Dia*

O *Destaque do Dia* teve sua logomarca modificada e passou a ser publicado em até 3 edições diárias, conforme necessidade de divulgação de notas importantes para o público interno e externo do Tribunal e de acordo com a quantidade de eventos ocorridos.



### *Destaque Aniversariantes e Destaque Mensagem*

O *Destaque Aniversariantes* e o *Destaque Mensagem* passaram a ser uma só publicação, chamada *Variedades*, com uma nova proposta visual. Nele estão os classificados (somente de interesse de servidores, prestadores, magistrados e estagiários) e a lista de aniversariantes (servidores e magistrados).

**Quadro 20**  
Edições de publicações periódicas

Publicação	Quantidade	Periodicidade
Revista Destaque	4	trimestral
Destaque do Dia	286	diário
Destaque Extra	15	espórádico
Destaque Aniversariantes	35	semanal
Destaque Mensagem	35	semanal
Destaque Variedades	4	semanal

## Clipping – notícias de interesse do Poder Judiciário e do Tribunal

A partir do segundo semestre, a publicação voltou a ser distribuída, em meio impresso, de segunda a sexta-feira, totalizando 90 edições dirigidas aos desembargadores federais. Foi mantida a divulgação em meio eletrônico, via internet, na página virtual, com o total de 365 edições.

## Fotojornalismo

Por meio de serviço terceirizado, foi realizado o registro fotográfico (fotografias institucionais) de eventos oficiais do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região e de eventos externos que tiveram a participação dos membros ou representantes do TRF 1ª Região.

O material produzido passou a fazer parte do acervo histórico do Tribunal e serviu para ilustrar as publicações da Corte e de meios de comunicação externos, em resposta às solicitações de assessorias de imprensa e veículos impressos.

## Radiojornalismo

A ASCOM deu continuidade aos trabalhos do Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística – SIDJOR, produzindo notícias para TV e rádio sobre decisões relevantes, eventos institucionais e projetos da Primeira Região.



Gravação de programa para a Rádio Destaque.

**Quadro 21**  
**Produção para a Rádio Justiça**

Programas e matérias	Quant.
Programa Painele de Notícias – Integralmente produzido pela ASCOM, possui notícias da Corte ou das Seções e Subseções. Vai ao ar aos sábados, na Rádio Justiça.	39
Matérias isoladas produzidas pela ASCOM e inseridas durante a programação da Rádio Justiça, incluindo-se <i>A Voz do Brasil</i> .	117

A *Rádio Destaque* manteve a programação musical e os programas informativos, com notícias institucionais e de serviços para os servidores do Tribunal. Todas as notas divulgadas no *Destaque do Dia* e intranet foram veiculadas na Rádio Destaque.

Por ocasião do Descarte Central, foram produzidos *spots*, veiculados na Rádio e também na Rádio Justiça. A Rádio também produziu depoimentos dos candidatos ao cargo de representante dos servidores no Conselho Deliberativo do Pro-Social. Foram realizadas, esporadicamente, promoções para os ouvintes, com sorteio de brindes doados, em sua maioria, pelo Banco do Brasil, ocasiões em que a participação do público foi bastante satisfatória.

## Telejornalismo

A Assessoria produziu/desenvolveu:

- ▶ 93 *videotapes* (vts) sobre decisões relevantes, eventos e solenidades para veiculação no Jornal da Justiça, que vai ao ar diariamente às 13 e às 19h;
- ▶ 14 programetes para veiculação na TV Justiça, que apresentaram desembargadores federais do Tribunal e juízes federais da Primeira Região esclarecendo temas e termos jurídicos nos intervalos da programação da TV Justiça;
- ▶ 4 vídeos institucionais, que passaram a fazer parte do acervo histórico do Tribunal e da videoteca da ASCOM. Os interessados podem ter acesso, por empréstimo, às fitas ou aos DVDs, que contêm palestras, coberturas de eventos e vídeos institucionais.

**Quadro 22**  
**Vídeos institucionais realizados**

Vídeos	Quant.
Interiorização da Justiça Federal	1
JEFs Itinerantes	1
Dia do Servidor Público	1
Retrospectiva TRF 2006	1

- ▶ Filmagem de eventos, 23 dos quais na íntegra;
- ▶ apoio técnico especializado (iluminação, som) nos locais dos eventos.

A TV Destaque ofereceu maior diversificação, com palestras da ESMAF e da área de recursos humanos, apresentação do Programa Via Legal, Programa Fórum, Momento Jurídico, Lições de Direito, vídeos institucionais e serviços produzidos pela Assessoria, além de exibir a programação da TV Justiça, das 19 às 15h do dia seguinte.

No Programa Via Legal, produzido em parceria com as assessorias de comunicação social dos cinco TRFs e com o Conselho da Justiça Federal, foram veiculados os seguintes assuntos: CPI dos Bingos, transposição do Rio São Francisco, regularização de condomínios, orkut, mobilização indígena, cartéis de combustíveis, fogos de artifícios, Colônia Agrícola Vicente Pires, inadimplência no ensino superior, varas agrárias, Projeto de Conciliação e juizados especiais federais da Primeira Região, núcleo de prática jurídica, súmula vinculante.

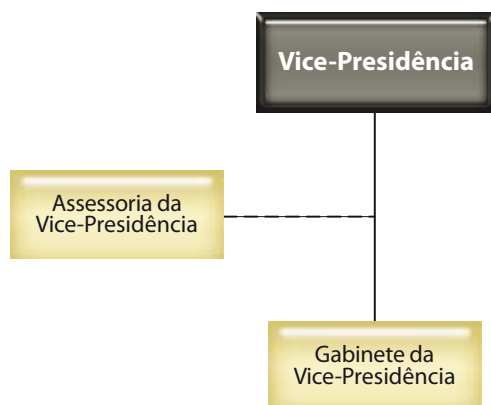
**Quadro 23**  
**Programas editados**

Programa	Edições	Veiculação
<b>Programa Via Legal</b> <b>Rede de TV Educativa</b> Sábados, às 8h30 <b>TV Nacional/DF</b> Sábados, às 7h30 <b>Rede Cultura</b> Sábados, às 9h <b>TV Justiça</b> Domingos, às 23h30 Sky, Net, MTV	47	semanal



# VIPRE

## Vice-Presidência

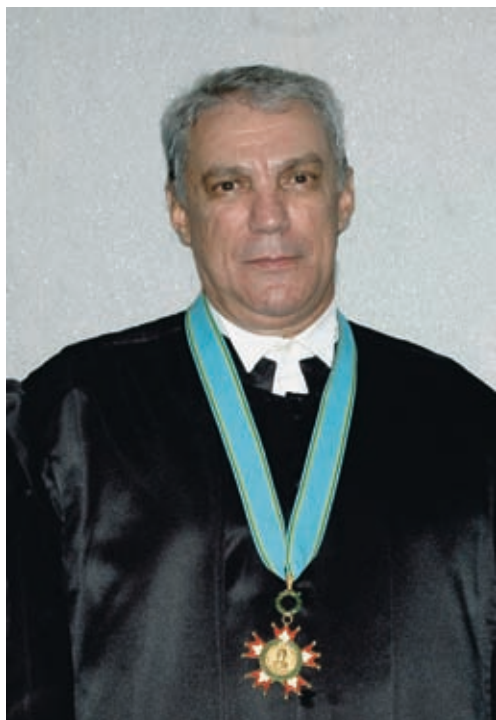


ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

A Vice-Presidência – VIPRE do Tribunal Regional Federal da Primeira Região é exercida, desde 19/04/2006, pelo Desembargador Federal Carlos Olavo sucedendo a gestão do Desembargador Federal Mário César Ribeiro.



Desembargador Federal Carlos Olavo, Vice-Presidente eleito para o biênio 2006-2008.

Por delegação da Presidente Assusete Magalhães, conforme Portaria/PRESI 100-259 de 26/04/2006, passaram à competência do Vice-Presidente as decisões sobre a admissibilidade de recurso especial – REsp e recurso extraordinário – RE oriundos da Primeira Seção (Primeira e Segunda Turmas) e da Segunda Seção (Terceira e Quarta Turmas) do Tribunal. A medida está amparada em normas legais e fundamenta-se na idéia democrática da administração participativa e da descentralização do poder decisório, com benefícios diretos aos jurisdicionados.

#### Quadro 24 Admissibilidade de recursos decididos pela Vice-Presidência

Atividades	Quantidade
REsp admitido	1.256
REsp não admitido	1.928
RE admitido	456
RE não admitido	744
<b>Total</b>	<b>4.384</b>

Dados das gestões dos Desembargadores Federais Mário César Ribeiro e Carlos Olavo.

#### Presidência das Seções

Em conformidade com as disposições regimentais, o Vice-Presidente presidiu, em caráter permanente, as 4 Seções do Tribunal, além de proferir decisões e despachos na condição de relator.

#### Quadro 25 Presidência de órgão julgador

Órgão julgador	Quantidade de sessões
Primeira Seção	15
Segunda Seção	19
Terceira Seção	15
Quarta Seção	14

Dados das gestões dos Desembargadores Federais Mário César Ribeiro e Carlos Olavo.

#### Substituição à Presidente

#### Quadro 26 Substituição à Presidente em sessões de julgamento

Órgão julgador	Data
Corte Especial	04/06
	29/06
	13/08
Corte Especial Administrativa	23/02
	28/09
Conselho de Administração	06/04
	07/12

**Quadro 27**  
**Presidência na distribuição de processos**

Tipos de distribuição	Quantidade
Ordinária	33
Extraordinária	28
<b>Total</b>	<b>61</b>

Dados das gestões dos Desembargadores Federais Mário César Ribeiro e Carlos Olavo.

Fonte: CORIP.

Em regime de plantão judiciário, o Vice-Presidente apreciou *habeas corpus* e, em ausências eventuais da Presidente, despachos em suspensão de segurança e expedientes provenientes da Diretoria-Geral da Secretaria, da Assessoria de Assuntos da Magistratura, da Coordenadoria de Execução Judicial, Secretaria Judiciária e da Secretaria de Recursos Humanos.

**Quadro 28**  
**Participação em sessões de julgamento**

Órgão julgador	Quantidade de sessões
Corte Especial	9
Corte Especial Administrativa	14
Conselho de Administração	7
Plenário	6
<b>Total</b>	<b>36</b>

Dados das gestões dos Desembargadores Federais Mário César Ribeiro e Carlos Olavo.

**Quadro 29**  
**Votos de desempate**

Órgão julgador	Quantidade de votos
Primeira Seção	2
Segunda Seção	3
Terceira Seção	57
Quarta Seção	2
<b>Total</b>	<b>64</b>

Dados das gestões dos Desembargadores Federais Mário César Ribeiro e Carlos Olavo.

## Estatísticas

**Quadro 30**  
**Estatística processual**

Atividades	Quantidade
REsp admitido	1.256
REsp não admitido	1.928
RE admitido	456
RE não admitido	744
RO admitido	3
Despachos diversos	1.076
Decisões diversas	145
REsp retido	7
RE retido	2
Acórdão (relator)	5
Decisão em plantão	14
Despacho em plantão	2
Suspensão de segurança deferida	7
<b>Total</b>	<b>5.645</b>

Dados das gestões dos Desembargadores Federais Mário César Ribeiro e Carlos Olavo.

## Matérias publicadas

### Em jornais

Assunto	Jornal	Data
Dever Constitucional do Estado	Correio Braziliense (Opinião)	19/07/2006
Corruptíssima República	Correio Braziliense (D&J)	21/08/2006
As Causas da Violência	Jornal Estado de Minas	Ago. 2006

### Em revistas

Assunto	Revista	Data
O Conto do Vigário	Revista de Cultura AJUFE	Nov. 2006, n. 3
Justiça ao Judiciário	Revista TRF 1ª Região	Ago. 2006
Perguntas ao Desembargador	Revista Destaque	Nov./Dez. 2006

## Viagens oficiais

- Dia 11/05 – posse da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.



Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Maranhão, Marcelo Dolzany da Costa, empossado; Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso; Vice-Presidente do TRF 1ª Região, Carlos Olavo; Desembargadores Federais, Alberto Tavares Vieira da Silva, Cândido Ribeiro e Leomar Amorim; demais autoridades do Poder Judiciário e do Ministério Público no Maranhão.

- Dia 19/05 – posse da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.
- Dia 09/06 – homenagem de outorga do título de Cidadão Ilheense ao Desembargador Federal Catão Alves (representando a Presidente).
- Dia 04/12 – solenidade de instalação do Tribunal de Justiça do Pará.



Vice-Presidente Carlos Olavo, Presidente do TJ/PA, Desembargador Milton Nobre, e a sua esposa, Olga Nobre, e Presidente do STF, Ministra Ellen Gracie.

## Condecoração

- Colar de mérito da Corte de Contas do Estado de Minas Gerais – TC/MG “Ministro José Maria de Alkmin”, em 11/09.

A homenagem teve um significado especial para o Vice-Presidente, que comentou que a distinção tinha um valor afetivo, pois seu pai fora Procurador-Geral do Tribunal de Contas do Estado.

Dedicou a condecoração ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região.



Vice-Presidente Carlos Olavo recebe a comenda do Conselheiro Eduardo Carone Costa.

## Participação em palestras e seminários

▮ Abertura da audiência de conciliação em processos do Sistema Financeiro de Habitação – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, em 22/05.



Da esquerda para a direita: Juiz Federal Ricardo Machado; Diretora do Foro, Juíza Federal Maria Edna Fagundes, e Vice-Presidente do Tribunal, Desembargador Federal Carlos Olavo.

▮ Abertura dos trabalhos do *workshop* sobre execução fiscal virtual, que discutiu a uniformização do sistema em todos os Tribunais Regionais Federais (representando a Presidente da Corte), na sede do TRF 1ª Região, em 28/08.



Vice-Presidente do Tribunal, Desembargador Federal Carlos Olavo, Ministro do Superior Tribunal de Justiça Fernando Gonçalves e Juíza Federal Kátia Balbino, da Seção Judiciária do Distrito Federal.

## Comemorações

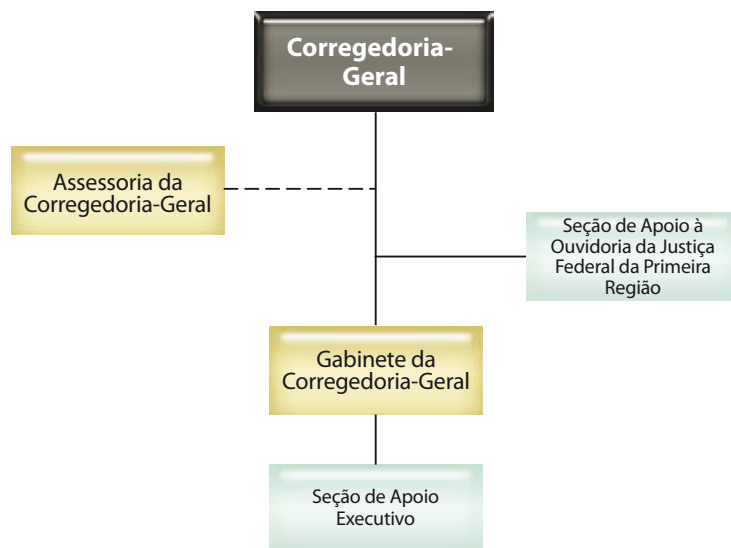
No dia 17/04/2006, o Desembargador Federal Mário César Ribeiro reuniu-se com a equipe da VIPRE e de outras unidades do Tribunal, para comemorar o encerramento dos trabalhos de sua gestão.



Desembargador Federal Mário César Ribeiro, então Vice-Presidente, reunido com servidores da área administrativa e da Vice-Presidência.

# COGER

## Corregedoria-Geral



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

A Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região – COGER foi conduzida, de 19/04/2004 até o dia da posse da nova administração do Tribunal, 19/04/2006, pela Desembargadora Federal Assusete Magalhães, atual Presidente da Corte e, a partir dessa data, pelo Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian.

## Correições gerais ordinárias

A COGER adotou, nos procedimentos de correição, a realização de reuniões com magistrados e servidores, com o objetivo de firmar a atuação preventiva e aperfeiçoar e racionalizar os serviços prestados pela Justiça Federal.

O Quadro 31 demonstra as correições gerais ordinárias realizadas nas Seções e Subseções Judiciárias, das quais 5 já apreciadas e aprovadas pela Corte Especial Administrativa.



Desembargador Federal Jirair Meguerian, Corregedor-Geral da Justiça Federal da Primeira Região eleito em 19/04/2006.

**Quadro 31**  
**Correições gerais ordinárias**

Processo	Seção/ Subseção Judiciária	Período	Varas	Juízes participantes	Julgamento
2005/00399	Amazonas	15 a 19/08/2005	Todas as varas da SJ/AM e Subseção de Tabatinga	Evaldo de Oliveira Fernandes, filho Antonio Oswaldo Scarpa Reynaldo Soares da Fonseca	09/02/2006
2005/00460	Pará	12 a 21/09/2005	Todas as varas da SJ/PA e Subseções de Santarém e Marabá	Mônica Neves Aguiar da Silva Lincoln Rodrigues de Faria Cândido Moraes Pinto Filho Marcelo Dolzany da Costa	09/02/2006
2005/00541	Mato Grosso	03 a 11/10/2005	Todas as varas da SJ/MT e Subseção de Cáceres	Sônia Diniz Viana Reynaldo Soares da Fonseca	09/02/2006
2005/00596	Bahia	21/11 a 02/12/2006	Todas as varas da SJ/BA e Subseções de Barreiras e Campo Formoso	Sônia Diniz Viana Rosimayre Gonçalves de Carvalho Fonseca Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas Reynaldo Soares da Fonseca	09/03/2006
2005/00563	Rondônia	24 a 27/10/2006	Todas as varas da SJ/RO	Reynaldo Soares da Fonseca Rafael Paulo Soares Pinto	23/02/2006
2006/00223	Ilhéus	26 e 27/06/2006	Única	Lincoln Rodrigues de Faria	
2006/00224	Itabuna	28 e 29/06/2006	Única	Lincoln Rodrigues de Faria	

Processo	Seção/ Subseção Judiciária	Período	Varas	Juízes participantes	Julgamento
2006/00399	Maranhão	31/07 a 09/08/2006	Todas as varas da SJ/MA, Subseções e turma recursal	Sônia Diniz Viana Lincoln Rodrigues de Faria Ricardo Machado Rabelo Francisco Neves da Cunha	
2006/00477	Goiás	21 a 25/08/2006 e 28/08 a 01/09/2006	Todas as varas SJ/GO, Subseções e turma recursal	Iran Velasco Nascimento Francisco Neves da Cunha Roberto Carvalho Veloso Lelis Gonçalves Souza	
2006/00488	Piauí	11 a 15/09/2006	Todas as varas da SJ/PI, Subseção e turma recursal	Lincoln Rodrigues de Faria Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas Daniele Maranhão Costa	
2006/00519	Distrito Federal	25 a 29/09/2006 e 02 a 06/10/2006	Todas as varas da SJ/DF e turma recursal	Lincoln Rodrigues de Faria Cândido Moraes Pinto Filho Alexandre Jorge Fontes Laranjeira Ângela Maria Catão Alves	
2006/00543	Amapá	16 a 20/10/2006	Todas as varas da SJ/AP	Lincoln Rodrigues de Faria	
2006/00630	Minas Gerais	08 a 10/11/2006, 13 a 17/11/2006 e 20 a 24/11/2006	Todas as varas da SJ/MG, Subseções de Uberlândia, Uberaba e Juiz de Fora e turmas recursais	Francisco Neves da Cunha Adverci Rates Mendes de Abreu Anselmo Gonçalves da Silva Hind Ghassan Kayath Daniela Maranhão Costa	

### Virtualização de correições

A COGER, buscando modernizar e agilizar procedimentos, implantou o sistema de correição virtual nos juizados especiais federais virtualizados.

Dessa forma, sob o comando do Corregedor-Geral, os magistrados que auxiliam nas correições já podem verificar, *on-line*, se todos os procedimentos legais

estão sendo efetuados em cada processo. Por exemplo, a distância, é possível saber se as partes foram devidamente citadas ou intimadas, se os documentos necessários foram juntados ao processo, se os prazos legais foram respeitados. A ferramenta virtual, denominada Módulo de Correição Virtual dos Processos, foi criada pela Secretaria de Tecnologia da Informação – SECIN, de acordo com orientação da COGER.



Tela do Módulo de Correição Virtual dos Processos.



A ferramenta, que permite fazer a verificação dos processos de qualquer ponto do mundo, foi utilizada, pela primeira vez, na correição geral ordinária do Estado do Maranhão, no JEF de São Luís, sob a supervisão da Juíza Federal em auxílio eventual à COGER Sônia Diniz Viana e com as atividades encerradas em 17 de agosto. Logo após, de 21 de agosto a 1º de setembro, houve a segunda correição, no JEF de Goiânia, Seccional de Goiás, sob a supervisão do Juiz Federal em auxílio eventual à COGER Roberto Carvalho Veloso. Também a Seccional do Piauí foi contemplada com a novidade, sendo a atividade jurisdicional realizada sob a respon-

sabilidade da Juíza Federal em auxílio à COGER Gilda Maria Sigmaringa Seixas.

Antes da experiência do TRF 1ª Região, somente a 5ª Região dispunha dessa ferramenta na Justiça Federal do País.

## Documentos oficiais

A COGER vem aperfeiçoando os serviços da Justiça Federal de primeiro grau mediante a expedição de provimentos, orientações normativas e portarias, consoante quadro abaixo:

### Provimentos

Provimento COGER 24, de 11/04/2006 – altera dispositivos do Provimento COGER 3 de 26/03/2002, institui o Boletim Estatístico “tipo 4” e dá outras providências.

Provimento COGER 25, de 07/06/2006 – altera a redação do *caput* do art. 1º do Provimento COGER 19, de 15/08/2005, que regulamenta a redistribuição de processos decorrente da criação de varas federais em novas Subseções Judiciárias da Primeira Região e dá outras providências.

### Orientações Normativas

Orientação Normativa COGER 23, de 04/09/2006 – orienta os juízes federais substitutos da Primeira Região em relação à expedição de cartas precatórias para localidades que estejam fora da sede de Seção ou de Subseção Judiciária e contem com órgão próprio da Justiça Estadual.

### Portarias

Portaria COGER 36 de 18/04/2006 – fixa regras de associação e atribuição de processos a juízes federais titulares e substitutos e dá outras providências.

Portaria COGER 37 de 18/04/2006 – altera registros de códigos de movimentação processual, em face das disposições do art. 26, VIII, da Lei 11.178/2005, que trata da necessidade de tornar obrigatório o registro, no sistema processual, da data do trânsito em julgado dos provimentos judiciais.

Portaria COGER 43 de 30/05/2006 – autoriza o preenchimento dos novos modelos de boletins estatísticos sem registro nos campos de sentenças idênticas, até a definição dos critérios dessa classificação pelo Conselho da Justiça Federal.

Portaria COGER 47 de 26/06/2006 – designa gestor e co-gestor do sistema processual da primeira instância.

Portaria COGER 55 de 01/09/2006 – republica o Anexo V do Provimento Geral Consolidado, de 03/03/2002, que divulga as datas sobre as quais recaem os feriados nacionais, estaduais e municipais.

Portaria COGER 61 de 22/11/2006 – designa integrantes do Grupo Técnico de Auxílio à gestora do sistema processual de primeira instância.

## Inspeções anuais

As varas da Justiça Federal da Primeira Região apresentaram o calendário do período de realização das inspeções anuais, enviando o respectivo relatório. A COGER vem analisando o conteúdo e as reivindicações contidas, encaminhando-as aos setores competentes para verificar a possibilidade de atendimento.

A Corte Especial Administrativa, em 2006, analisou 188 inspeções ordinárias.

## Âmbito administrativo/disciplinar

Consoante disposições regimentais, a COGER realizou intenso trabalho de sindicância e procedimentos diversos, tendo o Corregedor-Geral presidido também

inquéritos destinados à apuração de infrações penais. Tais procedimentos são sigilosos e serão encaminhados, quando concluídos, à Corte Especial, para decisão.

Existe ainda, na COGER, correições parciais, representações e processos avulsos, que investigam supostas falhas procedimentais, como pode ser observado no quadro seguinte:

**Quadro 32**  
**Atividade administrativa/disciplinar realizada**

Atividade	Quantidade de processos autuados	Número de decisões*	Número de despachos*
Consulta	42	33	84
Correição extraordinária			1
Correição geral ordinária	8		10
Correição parcial	126	116	16
Expediente administrativo	229		162
Inquérito	2	10	2
Inspeção ordinária	191	23	214
Processo administrativo	113	49	127
Processo avulso	206	55	192
Representação	19	6	22
Sindicância			2
Vitaliciamento	37	3	37
Recurso em processo administrativo	2		
<b>Total</b>	<b>825</b>	<b>295</b>	<b>869</b>

Fonte: COGER.

\*Valores estimados.

A COGER promoveu a organização do arquivo da unidade, ordenando-o por classe e por período, em armários individualizados e identificados, o que otimizou o tempo de localização dos processos, que, de acordo com o Sistema de Controle de Tramitação Interna e Externa de Documentos – SISDOC, apresentaram intensa movimentação: 3.071 documentos recebidos, 825 processos autuados e 2.179 arquivados.

## Boletim Estatístico Gerencial

Os boletins estatísticos atuais são a evolução dos antigos mapas estatísticos implementados pelo Conselho da Justiça Federal na década de 1980, posteriormente utilizados pelo antigo Tribunal Federal de Re-

curso – TFR e, finalmente, absorvidos pelos Tribunais Regionais Federais – TRFs quando de sua instalação em 1989. Desde então, receberam mudanças importantes, sendo, agora, também utilizados pelos juizados especiais federais e turmas recursais. Sua criação, vale registrar, tinha por objetivo atender ao art. 39 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, cuja redação dispunha sobre a necessidade de o magistrado informar ao órgão corregedor competente os feitos em seu poder com prazos para despacho ou decisão excedidos e indicar o número de sentenças proferidas no mês anterior.

O *Boletim Estatístico Gerencial*, instituído mediante o Provimento 24/2006 – COGER, apresenta os processos da vara em tramitação, discriminados pela última

movimentação registrada no cadastro dos feitos. Assim, é possível saber o total de processos em tramitação em fase de carga, de citação, conclusos ou com o diretor de secretaria para ato ordinatório, por exemplo. Além disso, há indicação do saldo de processos nessas fases parados há mais de 60 e 180 dias. Para cada total encontrado, é possível listar a relação dos processos que o compuseram.

Por resumir em apenas uma única folha toda a movimentação processual, tornou-se uma relevante ferramenta de gestão para magistrados e servidores, na medida em que possibilita uma espécie de “visão fotográfica” da situação do acervo processual, dividindo-o pela última movimentação processual.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA

Página: 1  
Hora de Impressão: 08/02/2007 13:40

BOLETIM ESTATÍSTICO GERENCIAL TIPO 4 -

Situação em:

Juiz:

Códigos de Movimentação	Descrição da Última Movimentação Processual	Total em Tramitação	Sem Movimentação	
			Entre 60 e 180 dias	Há mais de 180 dias
5106 a 5140	Audiência			
5190	Cargas			
5200	Carta Precatória/ Rogatória			
5220	Citação			
5060/1	Classe processual alterada			
5230 a 5260	Conclusos			
5380 a 5460	Devolvidos			
5000 a 5055 (-) 5045	Distribuídos e redistribuídos			
5530	Inicial			
5560 a 5580	Intimação			
5630	Mandados			
5640	Ofício			
5660/1	Petição/ Ofício/ Documento: recebido(o) em secretaria			
5680/1	Precatório: Ordenado/ deferida expedição			
5680/2	Precatório: Remetidos ao TRF/ aguardando pagamento			
5150/1	Recebidos em Secretaria			
5150/9	Recebidos pelo Diretor de Sec. para Ato Ordinatório			
5150/3	Recebidos do TRF/ Turma Recursal			
5150/8	Recebidos de outro juízo/ Tribunal			
5160/9	Remetidos à Procuradoria Geral da República			
5760/1 e 2	RPV: Ordenado/ deferida expedição			
5760/4 e 5	RPV: Remetidos ao TRF/ aguardando cumprimento			
5760/3	RPV: Outras			
5830, 5860 e 5870	Arq. Provisório, reunião cumprida, sobrest. e suspensão.			
OUTRAS: demais códigos de movimentação utilizados (exceto suspensos, arquivados, reunidos e sobrestados)				
<b>TOTAL DA TRAMITAÇÃO AJUSTADA</b>				
5830, 5860 e 5870 Arq. Provisório, reunião cumprida, sobrest. e suspensão.				
<b>TOTAL EM TRAMITAÇÃO</b>				
DIRETORIA DA SECRETARIA		JUIZ FEDERAL		
NOME:		NOME:		
MATRÍCULA:		MATRÍCULA:		
ASSINATURA:		ASSINATURA:		

Boletim Estatístico Gerencial.

Para a COGER, trata-se de instrumento importante, uma vez que o boletim e sua conferência auxiliam na preparação e execução das correições gerais ordinárias. Devido à concentração estruturada de informações, possibilita não só a visualização de eventuais gargalos na tramitação dos processos nas varas correccionadas mas também a identificação de problemas, facilitando a busca de soluções.

## Sistema de Afastamento de Magistrados

Em sintonia com a realidade de que o aprimoramento da qualidade dos serviços passa, necessariamente, pela melhor utilização dos recursos de informática e novas tecnologias, a COGER solicitou à área de tecnologia da informação desta Corte a criação do Sistema de Afastamento de Magistrados – e-SIAM.

O sistema, desenvolvido em 2006 e que passará a ser utilizado a partir do início de 2007, possibilitará a realização, de forma mais célere e econômica, de uma das onerosas tarefas realizadas pela COGER: análise e concessão dos afastamentos de juizes federais e juizes federais substitutos por menos de 30 dias.

## Ouvidoria

O realinhamento administrativo do Tribunal contemplou a Ouvidoria da COGER com duas funções comissionadas. Essa ação visa contribuir para a maior fluidez dos serviços administrativos da Ouvidoria, cuja demanda por parte dos jurisdicionados vem crescendo anualmente.

Os trabalhos da Ouvidoria estão adstritos ao âmbito da Justiça Federal de primeiro grau. Registre-se que, durante o ano de 2006, foram expedidos 664 ofícios aos juizes das Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região e a outros órgãos, comunicando as providências adotadas para cada caso.

Em média, são realizados diariamente, 30 atendimentos, por telefone, a jurisdicionados e, mensalmente, 15 atendimentos pessoais. De janeiro a novembro de 2006, foram respondidos 1.950 e-mails e 216 cartas.

## Vitaliciamento, movimentações, remoções e promoções de juizes federais substitutos

Em 2006, foram considerados aptos ao vitaliciamento 4 juizes federais substitutos, consoante decisões do Tribunal Pleno de 10/11/2006. Foram realizadas 2 reuniões da Comissão de Promoção — em 20/06/2006 e 04/12/2006 — para examinar processos relativos a vitaliciamento de juizes federais substitutos.

A COGER manifestou-se em 8 processos de movimentação, 5 de remoção, 2 de remoção por permuta e 6 de afastamento de magistrados.

## Sistema processual

Em continuação às ações voltadas à uniformização do procedimento de classificação de processos judiciais na Justiça Federal, o Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian, designou as Juízas Federais Daniele Maranhão Costa e Geneviève Grossi Orsi como gestora e co-gestora, respectivamente, do sistema processual de primeira instância da Justiça Federal da Primeira Região.

Com o apoio de um grupo técnico de servidores, vêm sendo realizados estudos com a finalidade de atualizar a tabela de movimentação processual e, com isso, uniformizar o procedimento entre os Tribunais Regionais Federais. O objetivo final é atender o disposto na

Resolução 471, de 05/10/2005, do Conselho da Justiça Federal, que instituiu a Tabela Única de Movimentação Processual da Justiça Federal – TUMP.

## Sessões

O Corregedor-Geral representou a Presidente do Tribunal na Turma Regional de Uniformização realizada em 29/09/2006, em 4 sessões do Tribunal Pleno, 12 da Corte Especial Administrativa e 7 do Conselho de Administração.

## Fórum de Corregedores-Gerais

A COGER teve ativa participação no Fórum de Corregedores-Gerais, realizado sob a coordenação do Conselho da Justiça Federal, com o objetivo de discutir propostas para aprimorar a prestação jurisdicional, conforme demonstra o quadro seguinte.

### Quadro 33

#### Participação no Fórum Permanente de Corregedores-Gerais

Data	Evento
20/03/2006	A então Corregedora-Geral, Assusete Magalhães, junto com o Juiz Federal em auxílio à Corregedoria, Reynaldo Soares da Fonseca, apresentou nota técnica elaborada pelo grupo de trabalho instituído com o objetivo de padronizar as atividades judiciais na Justiça Federal. A nota contém orientações para aplicação da Resolução 441 do CJF, que estabelece regras de distribuição dos processos, e deverá ser remetida a todos os juízes federais, conforme decidiram os corregedores na reunião. Brasília/DF.
08/05/2006	O Fórum contou com a presença do Corregedor-Geral, Jirair Aram Meguerian. Entre as ações realizadas, aprovou-se proposta referente à necessidade de se cientificarem as partes acerca da efetivação de depósito, porém não se exigindo, como condição para levantamento dos valores, que a comunicação já tenha se concretizado. Também foi aprovada proposta de exigência de procuração, com informação que permita identificar o beneficiário, para levantamento de valores alusivos a precatórios e requisições de pequeno valor – RPVs. Foi abordada, ainda, especialização de varas em crimes de lavagem de dinheiro e questões tributárias. Brasília/DF.
28/08/2006	Na ocasião, discutiu-se, entre outros assuntos, estorno de depósitos não levantados de precatórios e requisições de pequeno valor; instituiu-se diploma que obriga o lançamento de toda liminar concedida na Justiça Federal; aprovou-se minuta de resolução que institucionaliza a utilização do sistema BACEN JUD na Justiça Federal. Brasília/DF.
24/11/2006	Classificação de sentenças de juízes federais e de juízes federais substitutos no âmbito da Justiça Federal e remuneração de advogados dativos foram os principais temas tratados na reunião do Fórum Permanente de Corregedores-Gerais da Justiça Federal, que aconteceu em Teresina, na sede da Seção Judiciária do Estado do Piauí, sob a presidência de Fernando Gonçalves, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Coordenador-Geral da Justiça Federal. A Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente do TRF 1ª Região, compôs a mesa de trabalhos, a convite do Ministro Fernando Gonçalves. O Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva representou o Corregedor-Geral da Justiça Federal da Primeira Região. O Juiz Federal em auxílio à COGER da Primeira Região, Lincoln Rodrigues de Faria, presenciou os debates. Teresina/PI.



Presidente do Tribunal, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Ministro do STJ, Fernando Gonçalves, e o Desembargador Federal Antônio Ezequiel.

## Condecorações

**31/03/2006**

A então Corregedora-Geral da Justiça Federal da Primeira Região, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, recebeu a medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, no grau Alta Distinção, outorgada pelo Superior Tribunal Militar – STM, em solenidade realizada no Edifício-Sede do STM, em comemoração aos 198 anos da Justiça Militar da União.



Desembargadora Federal Assusete Magalhães, então Corregedora-Geral, e o Ministro do STM, José Coêlho Ferreira.



**11/08/2006**

Outorga da medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho pelo Tribunal Superior do Trabalho ao Corregedor-Geral, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian.

**23/10/2006**

O Corregedor-Geral foi agraciado com a medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau Oficial pelo Ministério da Aeronáutica.



## Solenidades

Data	Solenidade	
08/03/2006	A então Corregedora-Geral, Assusete Magalhães, fez a abertura oficial do evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, realizado no edifício Cabo Frio. Na ocasião, foi ministrada a palestra A Fisioterapia Especializada na Saúde da Mulher, pela Coordenadora do Serviço de Fisioterapia Uroginecológica do Hospital Universitário de Brasília, Maria Lúcia Gonçalves.	
Desembargadora Federal Assusete Magalhães e a palestrante Maria Lúcia Gonçalves.		
05/04/2006	O Juiz Federal em auxílio à COGER, Reynaldo Soares da Fonseca, recebeu, a pedido do Corregedor Nacional, Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, assessores da Corregedoria Nacional de Justiça e a equipe técnica da área de informática do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para apresentação do Sistema Processual da Corregedoria-Geral da Primeira Região. O CNJ pretende criar, com base no sistema utilizado pela COGER, uma rede de informações computadorizada, com todos os órgãos correccionais do País, que possibilite consultas de situações disciplinares <i>on-line</i> .	
02/06/2006	O Corregedor-Geral da Justiça Federal da Primeira Região, Jirair Aram Meguerian, presidiu, em Porto Velho, representando a Presidente do Tribunal, a solenidade oficial de apresentação dos novos Diretor e Vice-Diretor do Foro da Seccional de Rondônia, Juizes Federais Geraldo Magela e Élcio Arruda, respectivamente.	
Corregedor-Geral Jirair Aram Meguerian e autoridades compõem a mesa solene.		
22/09/2006	Palestra: O Controle do Judiciário por Meio do Conselho Nacional de Justiça, proferida em Porto Velho/RO, por ocasião da solenidade de comemoração dos 23 anos da Justiça Federal naquele Estado.	
Corregedor-Geral Jirair Aram Meguerian recebe do Diretor do foro da SJ/RO, Geraldo Magela, Placa de Homenagem.		
29/09/2006	Plenário do Tribunal. O Corregedor-Geral Jirair Aram Meguerian compareceu à solenidade de abertura da sessão de julgamento dos 76 processos lançados em pauta da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.	

Data	Solenidade
06/11/2006	<p>O Corregedor-Geral da Justiça Federal da Primeira Região, Jirair Aram Meguerian, representou a Presidência do TRF 1ª Região na solenidade de comemoração do primeiro ano de funcionamento da Subseção Judiciária de Montes Claros, durante um jantar no Automóvel Clube daquela cidade. O evento foi prestigiado pela Diretora do Foro da Seccional de Minas Gerais, Juíza Federal Maria Edna Fagundes Veloso; pelo Diretor da Subseção de Montes Claros, Juiz Federal Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, e pelo Juiz Federal Substituto Paulo Alkmin Costa Júnior.</p> <p>O Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian encerrou a solenidade e foi aplaudido pela platéia ao anunciar que levará à Presidência do TRF 1ª Região os anseios da sociedade e da OAB (de Montes Claros e dos 98 municípios jurisdicionados à Subseção).</p>
24/11/2006	O Corregedor-Geral esteve presente na solenidade de assinatura pela Justiça Federal de Minas Gerais e pela Dharma Construtora Ltda. do contrato de construção da nova sede da Subseção de Uberaba.

## Dados das Seções Judiciárias

Os dados relativos à especialização e à estatística processual das Seções Judiciárias da Primeira Região encontram-se demonstrados nos quadros e gráficos seguintes.

**Quadro 34**  
**Especialização das varas da Justiça Federal da Primeira Região**

Seções/Subseções Judiciárias	Competência												Total	
	Cível e criminal ou competência geral		Criminal		Execução fiscal		Previdenciária		Cível e agrária		JEF			
	Qtd.	Varas	Qtd.	Varas	Qtd.	Varas	Qtd.	Varas	Qtd.	Varas	Qtd.	Varas		
Acre	3	1ª/2ª/3ª										1	4ª	4
Amapá	2	1ª/2ª										1	3ª	3
Amazonas	4	1ª/2ª/3ª/4ª			1	5ª						1	6ª	6
Tabatinga	1	1ª												1
Bahia	11	1ª/3ª/4ª/6ª/ 8ª/ 10ª/ 11ª/12ª/ 13ª/14ª/16ª	2	2ª/17ª	3	18ª/19ª/ 20ª			1	7ª	6	5ª/9ª/ 15ª 21ª/22ª /23ª	23	
Barreiras	1	1ª												1
Campo Formoso	1	1ª												1
Eunápolis	1	1ª												1
Feira de Santana	1	1ª												1
Guanambi	1	1ª												1
Ihéus	1	1ª												1
Itabuna	1	1ª												1
Jequié	1	1ª												1
Juazeiro	1	1ª												1

Seções/Subseções Judiciárias		Competência												Total	
		Cível e criminal ou competência geral		Criminal		Execução fiscal		Previdenciária		Cível e agrária		JEF			
		Qtd.	Varas	Qtd.	Varas	Qtd.	Varas	Qtd.	Varas	Qtd.	Varas	Qtd.	Varas		
	Paulo Afonso	1	1ª												1
	Vitória da Conquista	1	1ª												1
	Distrito Federal	17	1ª/2ª/3ª/4ª/ 5ª/6ª/7ª/ 8ª/9ª/13ª/ 14ª/15ª/ 16ª/17ª/ 20ª/21ª/22ª	2	10ª/12ª	3	11ª/18ª/ 19ª					4	23ª/24ª 25ª/26ª		26
Goiás		8	1ª/2ª/3ª/4ª/ 6ª/ 7ª/8ª/9ª	2	5ª/11ª	2	10ª/12ª					2	13ª/14ª		14
	Aparecida de Goiânia	1	1ª												1
	Anápolis	1	1ª												1
	Luziânia	1	1ª												1
	Rio Verde	1	1ª												1
Maranhão		2	5ª/6ª	2	1ª/2ª	1	4ª			1	3ª	1	7ª		7
	Caxias	1	1ª												1
	Imperatriz	1	1ª												1
	Minas Gerais	17	3ª/5ª/6ª/7ª/ 8ª/10ª/ 11ª/13ª/ 14ª/15ª/ 16ª/17ª/ 18ª/19ª/ 20ª/21ª/22ª	2	4ª/9ª	5	23ª/24ª/ 25ª/26ª/ 27ª	2	28ª/29ª	1	12ª	4	1ª/2ª/30ª 31ª/32ª		32
	Divinópolis	2	1ª/2ª												2
	Governador Valadares	2	1ª/2ª												2
	Ipatinga	1	1ª												1
	Juiz de Fora	2	2ª/3ª					1	1ª						3
	Lavras	1	1ª												1
	Montes Claros	1	1ª												1
	Passos	1	1ª												1
	Patos de Minas	1	1ª												1
	Pouso Alegre	1	1ª												1



Seções/Subseções Judiciárias		Competência											Total	
		Cível e criminal ou competência geral		Criminal		Execução fiscal		Previdenciária		Cível e agrária		JEF		
		Qtd.	Varas	Qtd.	Varas	Qtd.	Varas	Qtd.	Varas	Qtd.	Varas	Qtd.		Varas
	São João del-Rei	1	1ª											1
	São Sebastião do Paraíso	1	1ª											1
	Sete Lagoas	1	1ª											1
	Uberaba	2	1ª/2ª											2
	Uberlândia	3	1ª/2ª/3ª											3
	Varginha	1	1ª											1
Mato Grosso		3	2ª/3ª/5ª			1	4ª			1	1ª	1	6ª	6
	Cáceres	1	1ª											1
	Rondonópolis	1	1ª											1
	Sinop	1	1ª											1
Pará		2	1ª/2ª	2	3ª/4ª	2	6ª/7ª			1	5ª	1	8ª	8
	Altamira	1	1ª											1
	Castanhal	1	1ª											1
	Marabá	1	1ª											1
	Santarém	1	1ª											1
Piauí		4	1ª/2ª/3ª/5ª			1	4ª					1	6ª	6
	Picos	1	1ª											1
Rondônia		3	1ª/2ª/3ª									1	4ª	4
	Ji-Paraná	1	1ª											1
Roraima		2	1ª/2ª									1	3ª	3
Tocantins		2	1ª/2ª									1	3ª	3
<b>Total</b>		<b>128</b>		<b>12</b>		<b>19</b>		<b>3</b>		<b>5</b>		<b>27</b>		<b>194</b>

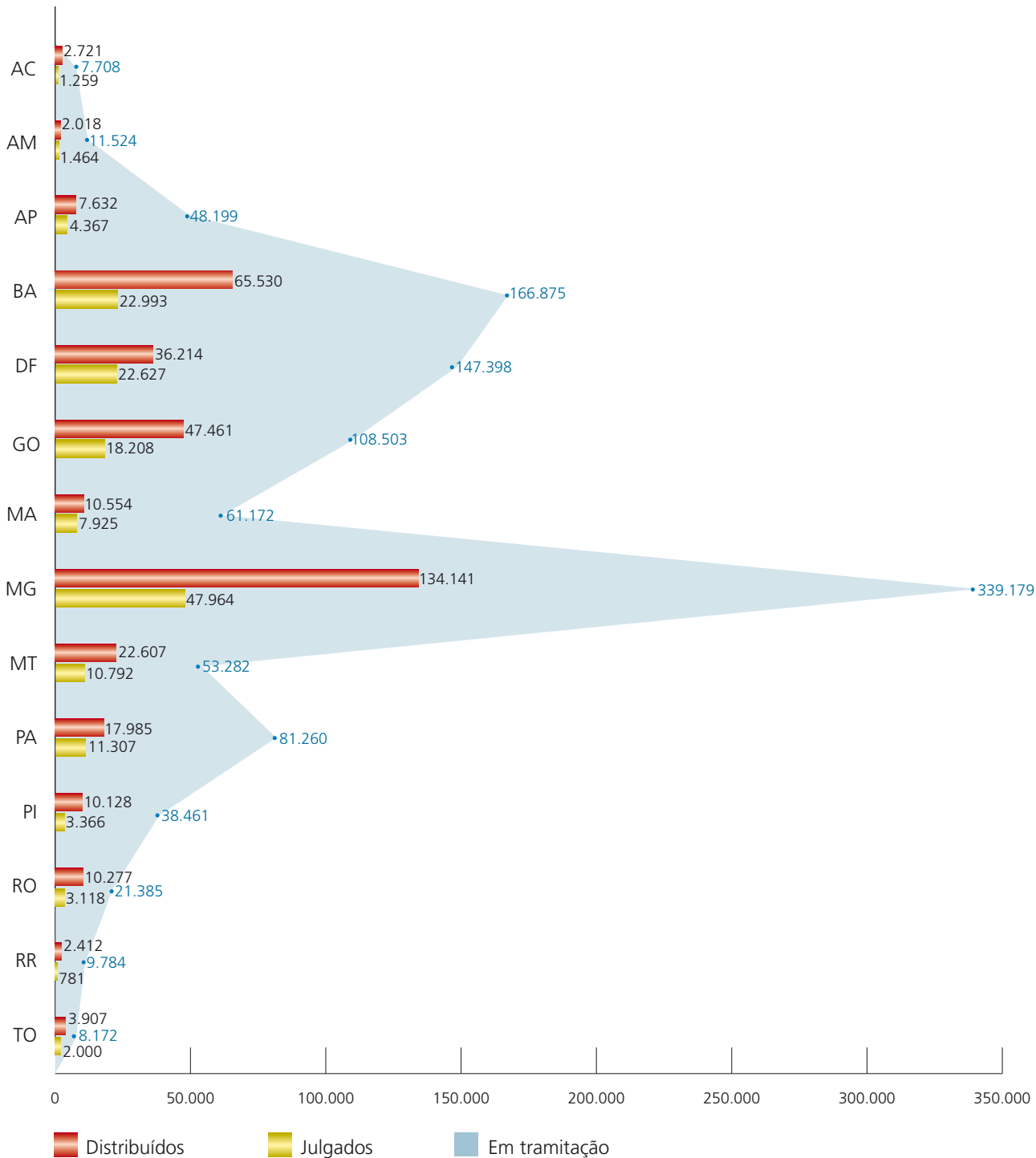
**Quadro 35**  
**Dados estatísticos da primeira instância**

Seções Judiciárias		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Em tramitação
AC	Varas	2.721	1.259	7.708
	Juizados	6.982	8.673	8.461
	Turma Recursal	2.949	4.839	4.330
AP	Varas	2.018	1.464	11.524
	Juizados	6.391	4.481	6.581
	Turma Recursal	Funcionamento conjunto com a SJ/PA		
AM	Varas	7.632	4.367	48.199
	Juizados	8.067	9.521	18.844
	Turma Recursal	1.961	2.633	1.427
BA	Varas	65.530	22.993	166.875
	Juizados	24.116	40.710	70.347
	Turma Recursal	25.795	5.241	25.088
DF	Varas	36.214	22.627	147.398
	Juizados	37.719	47.744	50.443
	Turma Recursal	7.215	5.996	9.648
GO	Varas	47.461	18.208	108.503
	Juizados	31.983	27.386	36.522
	Turma Recursal	5.778	6.251	2.501
MA	Varas	10.554	7.925	61.172
	Juizados	44.956	30.460	73.271
	Turma Recursal	3.907	5.033	4.360
MG	Varas	134.141	47.964	339.179
	Juizados	65.001	96.781	181.183
	Turma Recursal	20.469	14.615	20.744
MT	Varas	22.607	10.792	53.282
	Juizados	11.733	9.668	20.564
	Turma Recursal	946	1.197	268
PA	Varas	17.985	11.307	81.260
	Juizados	26.461	34.891	56.463
	Turma Recursal	3.520	1.974	4.926

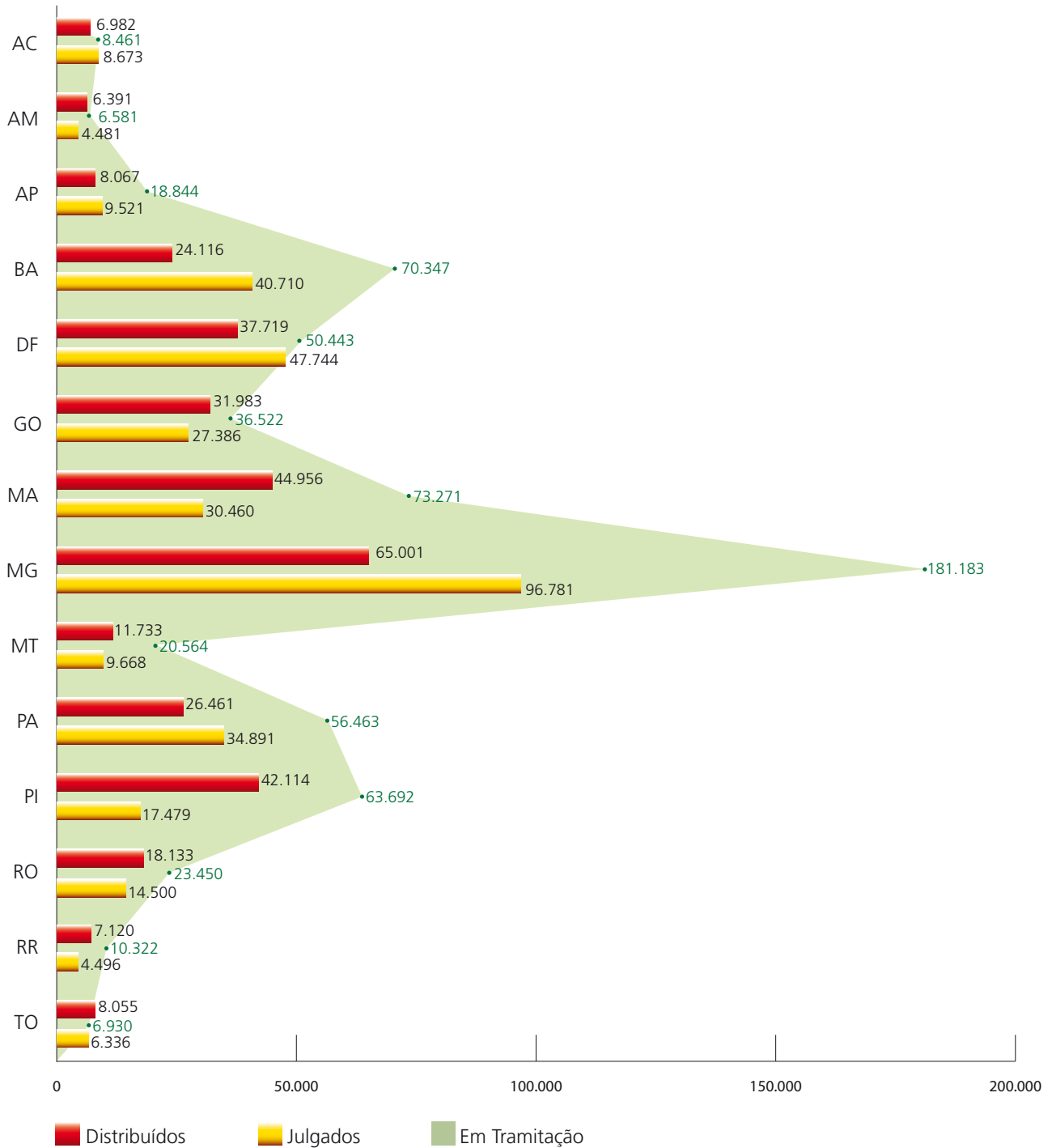
Seções Judiciárias		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Em tramitação
PI	Varas	10.128	3.366	38.461
	Juizados	42.114	17.479	63.692
	Turma Recursal	910	611	499
RO	Varas	10.277	3.118	21.385
	Juizados	18.133	14.500	23.450
	Turma Recursal	2.593	2.116	1.277
RR	Varas	2.412	781	9.784
	Juizados	7.120	4.496	10.322
	Turma Recursal	Funcionamento conjunto com a SJ/AM		
TO	Varas	3.907	2.000	8.172
	Juizados	8.055	6.336	6.930
	Turma Recursal	2.712	2.019	1.615
<b>Totais</b>	<b>Varas</b>	<b>373.587</b>	<b>158.171</b>	<b>1.102.902</b>
	<b>Juizados</b>	<b>338.831</b>	<b>353.126</b>	<b>627.073</b>
	<b>Turma Recursal</b>	<b>78.755</b>	<b>52.525</b>	<b>76.683</b>

Fonte: Sistema Processual da Primeira Instância – DIEST.

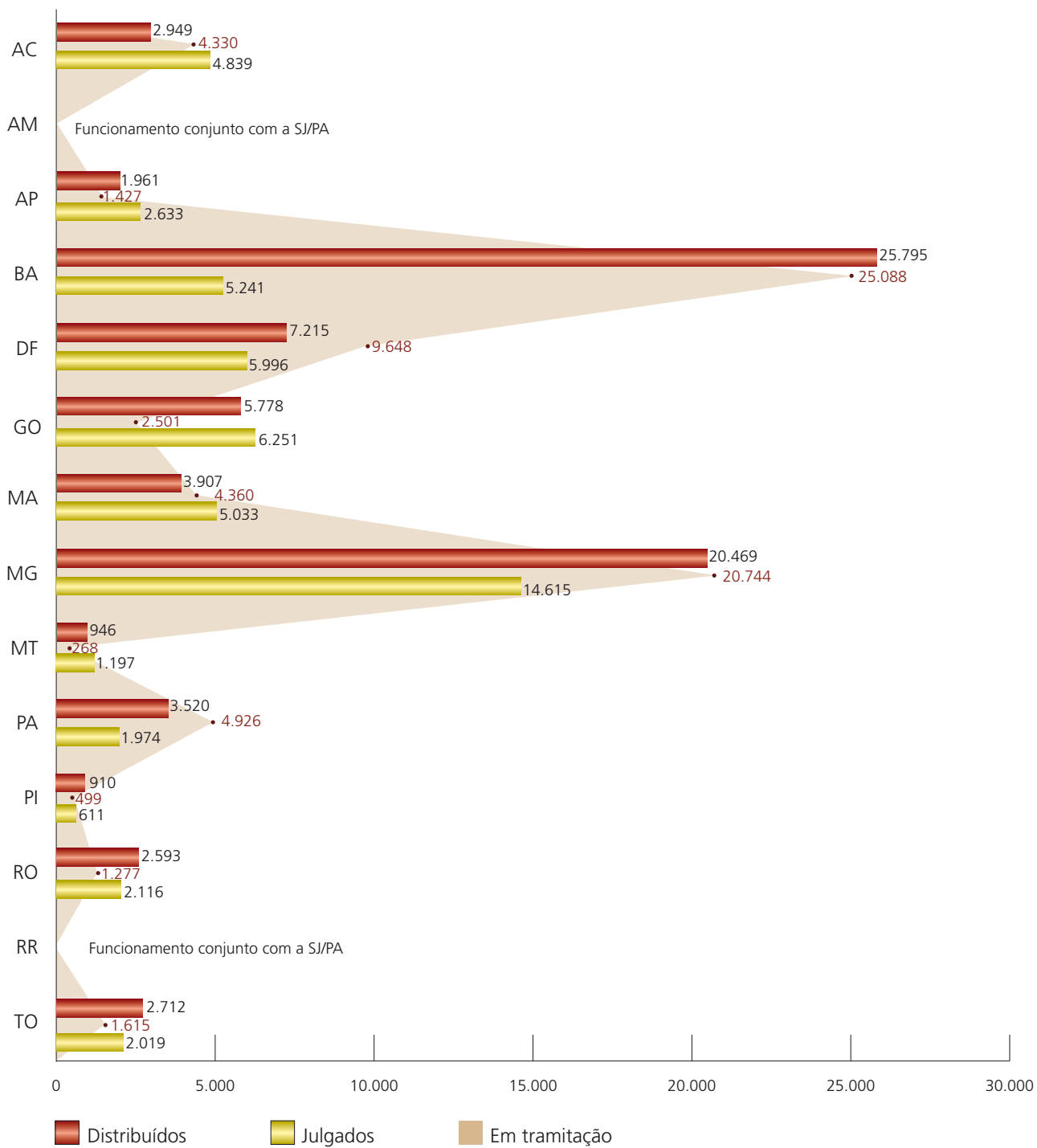
**Gráfico 6**  
**Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas varas federais**



**Gráfico 7**  
**Processos distribuídos, julgados e em tramitação nos**  
**juizados especiais federais**



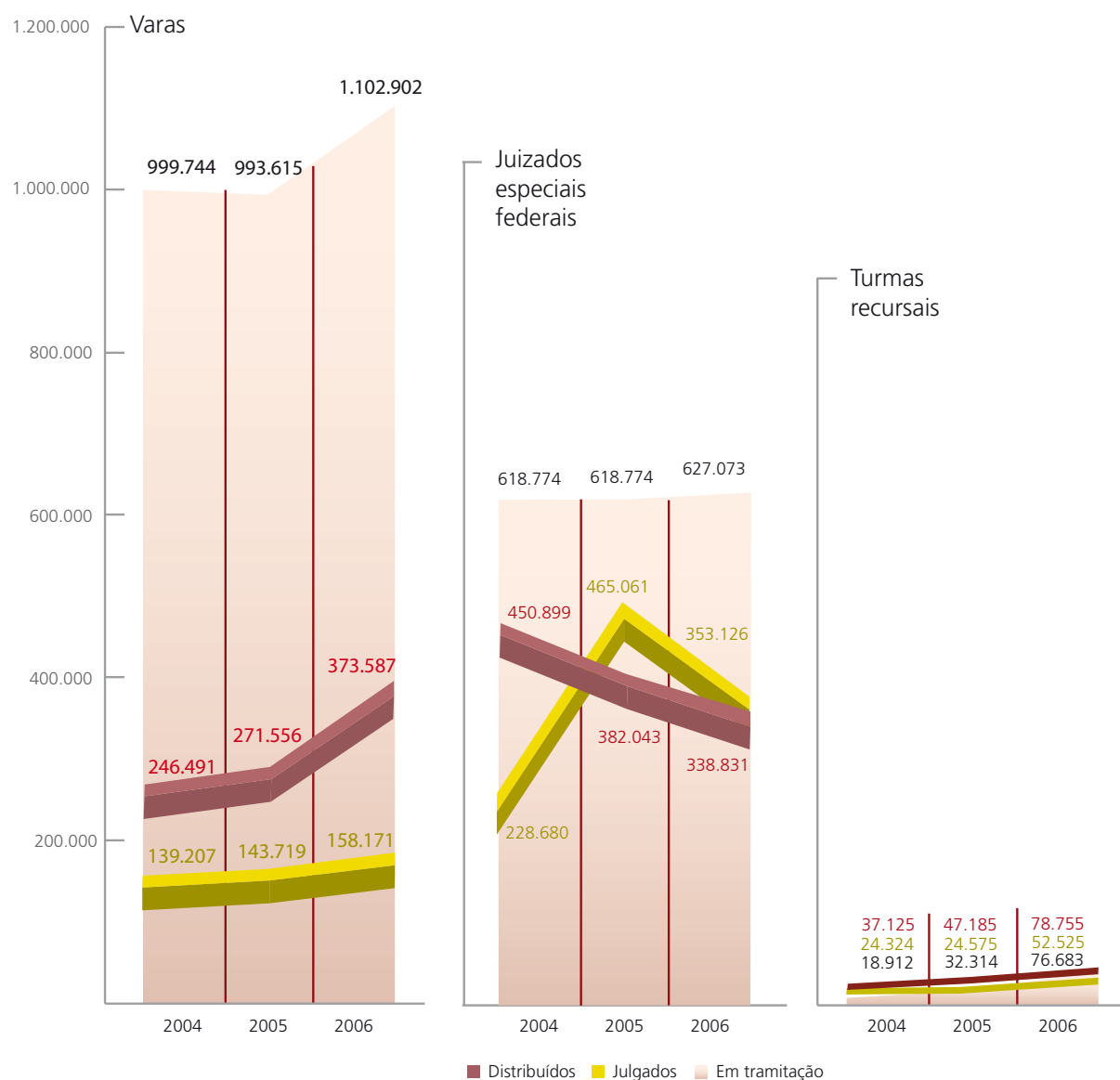
**Gráfico 8**  
**Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas turmas recursais**



**Quadro 36**  
**Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas Seccionais**

Órgãos Julgadores	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Varas	246.491	271.556	373.587	139.207	143.719	158.171	999.744	993.615	1.102.902
Juizados	450.899	382.043	338.831	228.680	465.061	353.126	618.774	618.774	627.073
Turmas recursais	37.125	47.185	78.755	24.324	24.575	52.525	18.912	32.314	76.683
<b>Total</b>	<b>734.515</b>	<b>700.784</b>	<b>791.173</b>	<b>392.211</b>	<b>633.355</b>	<b>563.822</b>	<b>1.637.430</b>	<b>1.709.804</b>	<b>1.806.658</b>

**Gráfico 9**  
**Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas Seccionais**



# COJEF

Coordenação dos Juizados Especiais Federais



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica



A Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região – COJEF priorizou o início de funcionamento dos JEFs já implantados e o melhoramento das condições de funcionamento dos juizados e das turmas recursais na Primeira Região.

## Melhorias no funcionamento

Na busca de melhores condições para a efetiva prestação jurisdicional, com maior rapidez e qualidade, a COJEF implementou diversas atividades, entre as quais se destacam:

- ▀ reuniões de trabalho com os procuradores do INSS, CEF e AGU;
- ▀ ações que facilitaram a designação de magistrados para atuar no JEF;
- ▀ adoção de critérios objetivos para a seleção de juízes para participar dos JEFs itinerantes;
- ▀ recomposição do quadro de juízes para atuar nas sessões de julgamento das turmas recursais;
- ▀ atuação na Presidência para a ampliação do número de estagiários destinados aos juizados e turmas recursais;
- ▀ propostas de regulamentação apresentadas à Corte Especial Administrativa relativas ao mandato dos presidentes das turmas recursais da Primeira Re-

gião, à escolha e mandato de juízes coordenadores das turmas recursais e de coordenadores dos JEFs das Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região e ao Sistema de Citação e Intimação Eletrônica na *web* – e-CINT.

- ▀ encaminhamento, no Tribunal, de propostas das Coordenações Seccionais para parcerias com entidades educacionais e celebração de convênios;
- ▀ apoio a mutirão com magistrados da Seção Judiciária do Estado do Maranhão, com a participação de juízes de outras Seccionais na realização de audiências.

## Interiorização de juizados

A COJEF apresentou proposta de revisão do modelo de juizado adotado na Primeira Região, que prioriza a efetiva interiorização da Justiça Federal por meio do funcionamento dos JEFs em todas as unidades do interior, aproximando a Justiça do cidadão.

Aprovada pela Corte Especial Administrativa, na sessão de 27/04/2006, a proposta resultou na edição da Resolução/PRESI 600-1 de 09/05/2006.

Com amparo na nova regulamentação, a COJEF propôs à Presidência do Tribunal o início do funcionamento dos JEFs em 18 subseções, mediante prévia análise estatística e manifestação das instâncias envolvidas.

**Quadro 37**  
**Funcionamento dos juizados especiais federais nas varas de interior**

Seções Judiciárias	Municípios	Datas de início de funcionamento	Portarias/PRESI
Bahia	Campo Formoso	31/07/2006	600-369 de 27/07/2006
	Guanambi	27/11/2006	600-456 de 10/11/2006
	Itabuna	28/11/2006	600-453 de 10/11/2006
	Vitória da Conquista	04/12/2006	600-458 de 20/11/2006
	Barreiras	16/01/2007	600-503 de 19/12/2006
	Juazeiro	01/03/2007	600-502 de 19/12/2006
	Eunápolis	11/12/2006	600-459 de 20/11/2006

Seções Judiciárias	Municípios	Datas de início de funcionamento	Portarias/PRESI
Goiás	Luziânia	27/11/2006	600-457 de 10/11/2006
	Aparecida de Goiânia	09/02/2007*	600-470 de 30/11/2006
	Rio Verde	12/02/2007	600-469 de 30/11/2006
Maranhão	Caxias	13/04/2007*	600-408 de 27/09/2006
Minas Gerais	Divinópolis	11/09/2006	600-396 de 01/09/2006
	Patos de Minas	30/10/2006	600-432 de 19/10/2006
	São João del-Rei	27/11/2006	600-455 de 10/11/2006
	Lavras	1º/11/2006	600-440 de 27/10/2006
Pará	Altamira	02/10/2006	600-409 de 27/09/2006
	Castanhal	16/10/2006	600-410 de 27/09/2006
Piauí	Picos	04/12/2006	600-454 de 10/11/2006
<b>Total</b>	<b>18 JEFs adjuntos</b>		

\*Funcionamento adiado.

## Juizado virtual

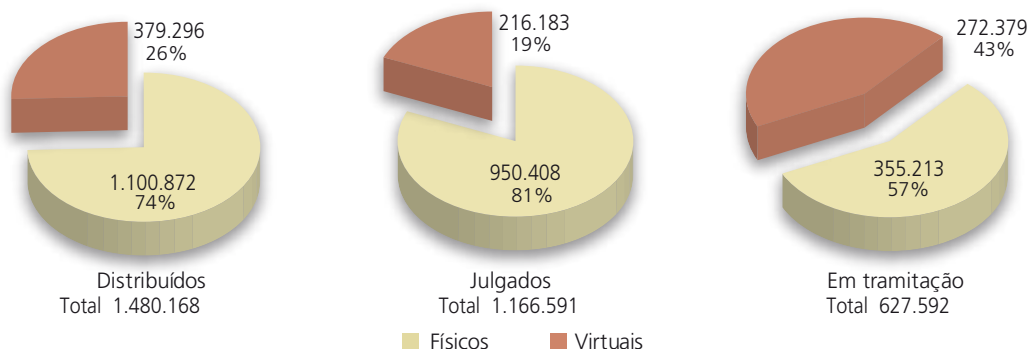
O sistema processual virtual para os juizados especiais federais e turmas recursais se propõe a eliminar a movimentação física de processos, com a conseqüente redução do serviço burocrático e maior celeridade no processamento, julgamento e tramitação dos feitos.

Iniciado em 2004, com instalação na Seção Judiciária do Distrito Federal, o sistema está atualmente implantado, em sua totalidade, nas 14 Seccionais da Primeira Região. Em 2006, foi realizada a última instalação, na Seção Judiciária do Estado de Goiás.

**Quadro 38**  
**Processos físicos e processos virtuais nos JEFs**

Tipos de processos	Acervo acumulado de 2002 a 2006		
	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
Físicos	1.100.872	950.408	355.213
Virtuais	379.296	216.183	272.379
<b>Total do acervo</b>	<b>1.480.168</b>	<b>1.166.591</b>	<b>627.592</b>

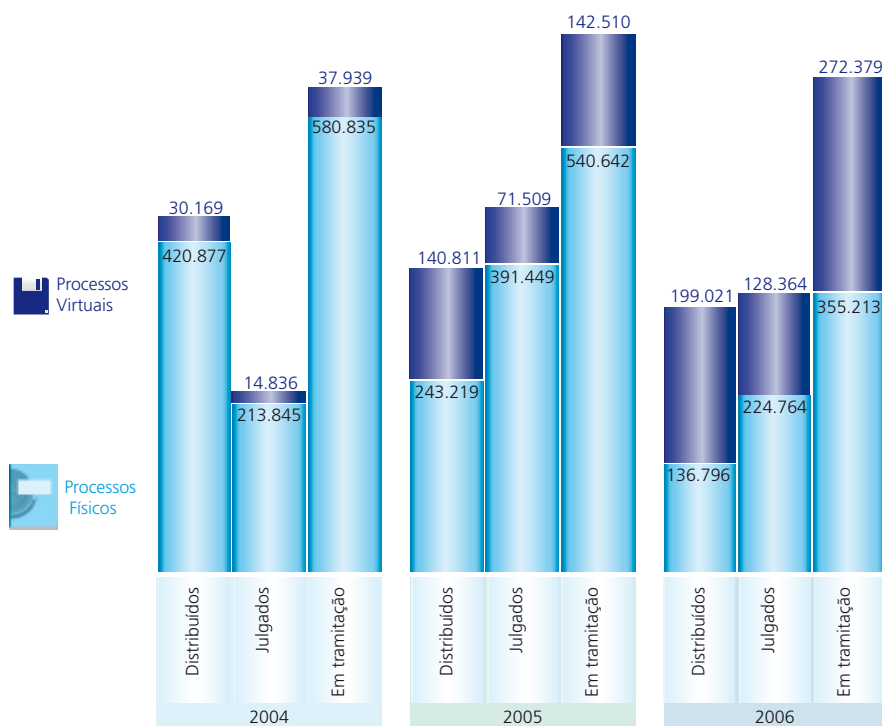
**Gráfico 10**  
Processos físicos e processos virtuais nos JEFs



**Quadro 39**  
Composição do acervo após a instalação do sistema virtual

Tipos de processos	2004			2005			2006		
	Distribuídos	Julgados	Em tramitação	Distribuídos	Julgados	Em tramitação	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
Físicos	420.877	213.845	580.835	243.219	391.449	540.642	136.796	224.764	355.213
Virtuais	30.169	14.836	37.939	140.811	71.509	142.510	199.021	128.364	272.379
<b>Total</b>	<b>451.046</b>	<b>228.681</b>	<b>618.774</b>	<b>384.030</b>	<b>462.958</b>	<b>683.152</b>	<b>335.817</b>	<b>353.128</b>	<b>627.592</b>

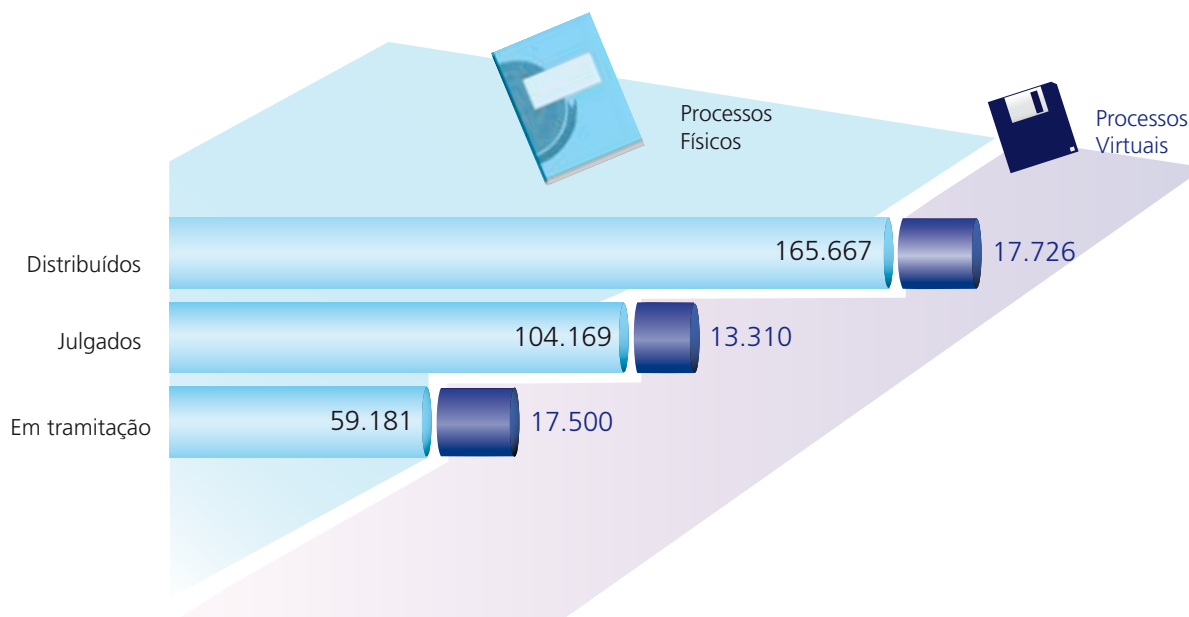
**Quadro 11**  
Composição do acervo dos JEFs



**Quadro 40**  
Processos físicos e processos virtuais nas turmas recursais

Tipos de processos	Acervo acumulado de 2002 a 2006		
	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
Físicos	165.667	104.169	59.181
Virtuais	17.726	13.310	17.500
<b>Total</b>	<b>183.393</b>	<b>117.479</b>	<b>76.681</b>

**Gráfico 12**  
Composição do acervo nas turmas recursais



## Sistema de Citação e Intimação Eletrônica

O sistema e-CINT foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal, sob a coordenação da COJEF e o acompanhamento da COGER. Para o levantamento dos requisitos do sistema, na fase de desenvolvimento, foi ouvido também o público interessado (AGU, INSS, CEF e servidores das varas).

O objetivo do e-CINT é disponibilizar as intimações e citações de forma rápida. As partes (autores, advoga-

dos particulares e advogados de entidades) que fizerem opção por esse canal de comunicação poderão também visualizar as peças processuais, ler despachos e decisões proferidas bem como peticionar via *web*, sem a necessidade de deslocamento.

O e-CINT entrou em funcionamento experimental no Distrito Federal e em Minas Gerais. Posteriormente, foi ampliado para os Estados do Acre, Maranhão e Rondônia. Em 2007, o sistema será estendido às demais Seccionais.



Autoridades e servidores de JEFs participam da cerimônia de apresentação do e-CINT, realizada pela COJEF e SECIN no mês de agosto.

## Juizados itinerantes

No decorrer do ano, 27 localidades foram contempladas com o projeto Juizados Especiais Federais Itinerantes: A Justiça Vencendo Distâncias, iniciativa que visou dar continuidade à política de aproximação ao jurisdicionado, levando justiça e cidadania para regiões muito pobres e de difícil acesso.

O projeto representa o deslocamento da Justiça Federal de sua sede para atender às camadas sociais menos favorecidas, formadas, na maioria, por trabalhadores rurais que vivem da agricultura familiar ou sem nenhuma fonte de renda, oferecendo a oportunidade de solucionar, de forma célere e simplificada, causas previdenciárias no valor de até 60 salários mínimos.



Carreta do JEF itinerante.



JEF itinerante em São João do Piauí/PI.



Comunidade aguarda atendimento do JEF itinerante no Gama/DF.



JEF itinerante no Gama/DF.

**Quadro 41**  
**Juizados especiais federais itinerantes realizados**  
**Competência: cível e previdenciária**

Seções Judiciárias	Cidades	Fases	Períodos	Quantidade			
				Ações ajuizadas	Pessoas atendidas	Audiências realizadas	Processos sentenciados
Acre	Sena Madureira	Divulgação	01 a 03/08/2006	945	1.700	942	945
		Atermação	14 a 18/08/2006				
		Audiências	17/11/2006				
Amapá	Ferreira Gomes e Porto Grande	Divulgação	31/03 a 04/04/2006	118	202	118	132
		Atermação	17 a 19/04/2006				
		Audiências	07/07/2006				
	Amapá e Calçoene	Divulgação	08 a 10/10/2006	86	113	Aguardando realização em 2007.	
		Atermação	24 a 27/10/2006				
		Audiências	15/12/2006				
	Pedra Branca e Serra do Navio	Divulgação	24 a 26/08/2006	17	40	17	132
		Atermação	28 a 30/08/2006				
		Audiências	20 a 25/11/2006				
Amazonas	Boca do Acre e Pauini	Divulgação		5	1.600	458	555
		Atermação					
		Audiências	08 a 13/03/2006				
	Lábrea e Canutama	Divulgação		60	1.600	491	151
		Atermação					
		Audiências	23 a 30/04/2006				
	Tapauá	Divulgação		71		239	24
		Atermação					
		Audiências	31/05 a 06/06/2006				
	Beruri	Divulgação		209	800	182	200
		Atermação					
		Audiências	13 a 19/08/2006				
	São Paulo de Olivença	Divulgação		480	Aguardando realização em 2007.		
		Atermação	28/08/2006				
		Audiências	11/02/2007				

Seções Judiciárias	Cidades	Fases	Períodos	Quantidade			
				Ações ajuizadas	Pessoas atendidas	Audiências realizadas	Processos sentenciados
	Santo Antônio do Itá	Divulgação		454	Aguardando realização em 2007.		
		Atermação	28/08/2006				
		Audiências	18/02/2007				
Distrito Federal	Gama e adjacências	Divulgação		556	960	201	201
		Atermação	24 a 28/04/2006				
		Audiências	28 a 30/08/2006				
Goiás	Porangatu	Divulgação	10/02/2006	1.978	1.978	1.927	1.844
		Atermação	11/03/2006				
		Audiências	21/05/2006				
	Jussara	Divulgação	12 e 13/07/2006	600	600	600	600
		Atermação	14 a 18/08/2006				
		Audiências	11/11/2006				
Mato Grosso	Alto Araguaia	Divulgação	08/03/2006	560	613	581	492
		Atermação	20 a 24/03/2006				
		Audiências	24/04 a 05/05/2006				
	Juína	Divulgação	12/05/2006	1.175	1.305	1.103	991
		Atermação	25 a 29/09/2006				
		Audiências	17/11/2006				
	Barra do Garças	Divulgação	13/09/2006	1.582	1.800	1.613	1.517
		Atermação	25 a 29/09/2006				
		Audiências	17/11/2006				
Minas Gerais	Viçosa	Divulgação	29/05 a 02/07/2006	820	1.035	341	297
		Atermação	07/07/2006				
		Audiências	28/08 a 01/09/2006				
	Taiobeiras	Divulgação		88	150	93	85
		Atermação	10 e 11/12/2005				
		Audiências	24 a 28/04/2006				
	Januária	Divulgação	20 a 26/03/2006	849	1.371	678	639
		Atermação	27 a 31/03/2006				
		Audiências	22 a 26/05/2006				

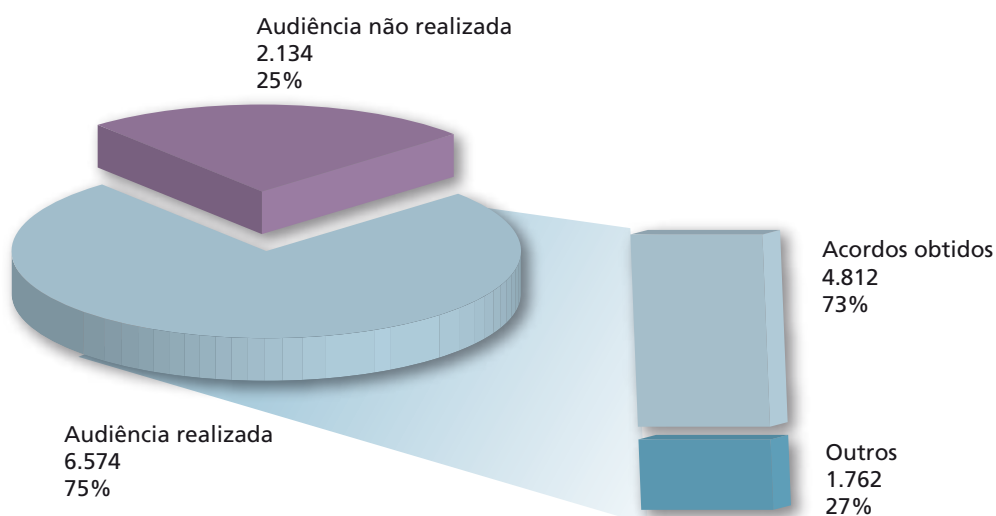
Seções Judiciárias	Cidades	Fases	Períodos	Quantidade			
				Ações ajuizadas	Pessoas atendidas	Audiências realizadas	Processos sentenciados
	Projeto Vale do Jequitinhonha (Teófilo Otoni e Itambacuri)	Divulgação		165	290	93	
		Atermação	28 e 30/05/2006				
		Audiências	17 a 21/07/2006				
	Almenara	Divulgação	04/09 a 02/10/2006	1.400	1.563	1.106	860
		Atermação	07/10/2006				
		Audiências	27/11 a 02/12/2006				
Pará	Vigia	Divulgação	10, 16 e 17/02/2006	1.243	2.342	939	1.240
		Atermação	10/03/2006				
		Audiências	30/06/2006				
	Tomé-Açu	Divulgação		1.681	2.500	1.300	1.650
		Atermação	11/08/2006				
		Audiências	20/11 a 08/12/2006				
Piauí	São João do Piauí	Divulgação	22 a 27/01/2006	4.540	5.100	2.860	4.440
		Atermação	09 a 18/02/2006				
		Audiências	01 a 22/08/2006				
Rondônia	Ariquemes	Divulgação	16 a 18/08/2006	339	690	242	298
		Atermação	29/08 a 01/09/2006				
		Audiências	20 a 24/11/2006				
Tocantins	Bico do Papagaio	Divulgação		350	325	325	312
		Atermação					
		Audiências	06 a 17/11/2006				
<b>Total</b>				<b>20.371</b>	<b>28.677</b>	<b>16.449</b>	<b>17.341</b>

## Conciliação

A COJEF aderiu ao movimento pela conciliação, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça: Conciliar é Legal, que resultou em grande mobilização da Primeira Região para realizar o Dia da Conciliação, ocorrido em 08/12/2006, de forma integrada e concomitante nas sedes das 14 Seccionais da Primeira Região, com resultados bastante expressivos.



**Gráfico 13**  
**Desempenho dos JEFs no Dia da Conciliação**



**Quadro 42**  
**Desempenho dos JEFs no Dia da Conciliação**

Seções/ Subseções Judiciárias	Audiências designadas	Audiências não realizadas	Audiências realizadas	Acordos obtidos
Acre	266	115	151	148
Amapá	218	158	60	25
Amazonas	84	22	62	62
Bahia	339	80	259	196
Distrito Federal	92	3	89	27
Goiás	963	57	906	358
Maranhão	886	223	663	338
Mato Grosso	46	1	45	23
Minas Gerais	278	68	210	147
Pará	2.545	414	2.131	1.331
Piauí	66	10	56	44
Rondônia	1.661	250	1.411	1.359
Roraima	687	643	44	406
Tocantins	403	90	313	174
Uberaba	174	0	174	174
<b>Total</b>	<b>8.708</b>	<b>2.134</b>	<b>6.574</b>	<b>4.812</b>

## Estatísticas

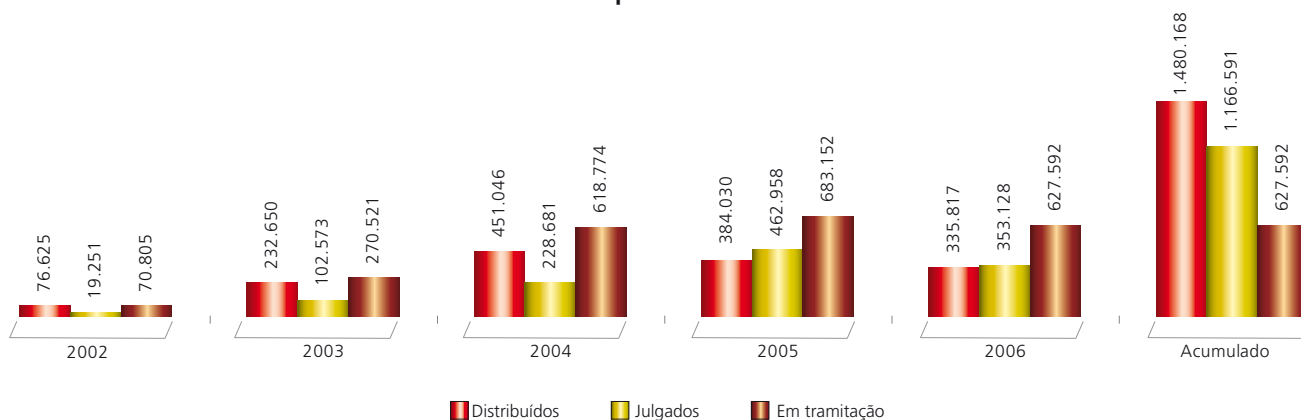
**Quadro 43**  
**Movimentação de processos nos JEFs**

Ano	Distribuídos	Julgados	Em tramitação *
2002	76.625	19.251	70.805
2003	232.650	102.573	270.521
2004	451.046	228.681	618.774
2005	384.030	462.958	683.152
2006	335.817	353.128	627.592
<b>Acumulado</b>	<b>1.480.168</b>	<b>1.166.591</b>	<b>627.592</b>

\*Os valores se referem aos processos em tramitação no final do período.

Fonte: DIEST.

**Gráfico 14**  
**Movimentação de processos nos JEFs**  
**Comparativo anual**



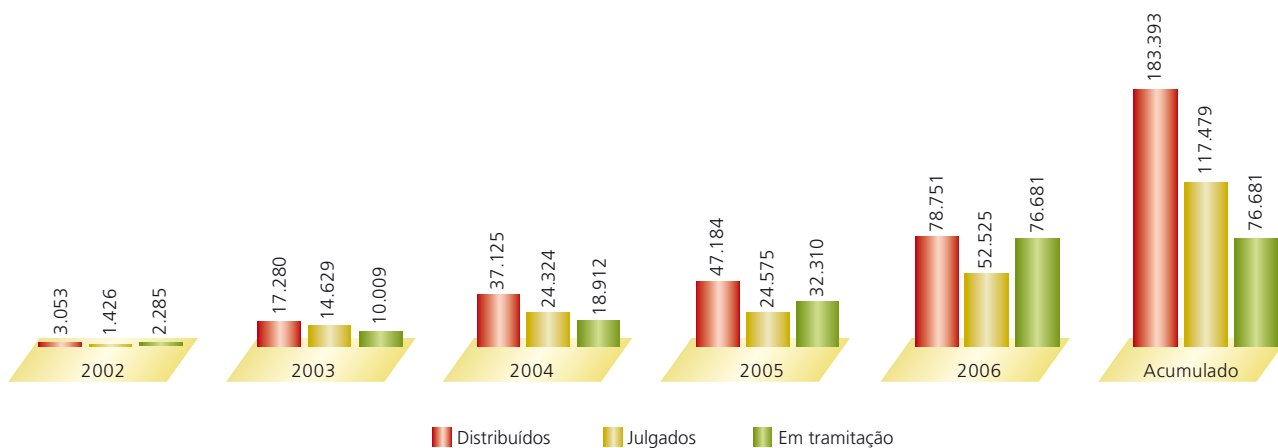
**Quadro 44**  
**Movimentação de processos nas turmas recursais**

Ano	Distribuídos	Julgados	Em tramitação *
2002	3.053	1.426	2.285
2003	17.280	14.629	10.009
2004	37.125	24.324	18.912
2005	47.184	24.575	32.310
2006	78.751	52.525	76.681
<b>Acumulado</b>	<b>183.393</b>	<b>117.479</b>	<b>76.681</b>

\*Os valores se referem aos processos em tramitação no final do período.

Fonte: DIEST.

### Gráfico 15 Movimentação de processos nas turmas recursais Comparativo anual



## Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência

No decorrer do ano, a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das turmas recursais dos juizados especiais federais da Primeira Região realizou 3 sessões de julgamento:

- Dia 21/06/2006, com o julgamento de 295 incidentes de uniformização.



Coordenador dos JEFs, Antônio Sávio de Oliveira Chaves, abre os trabalhos da Turma de Uniformização de Jurisprudência dos JEFs.

- Dia 29/09/2006, com o julgamento de 50 incidentes de uniformização.



Coordenador dos JEFs e presidentes das Turmas Recursais.

- Dia 15/12/2006, com o julgamento de 100 incidentes de uniformização.



Procurador-Chefe Antônio Carlos Bigonha; Vice-Presidente do Tribunal, Carlos Olavo; Coordenador dos JEFs, Antônio Sávio de Oliveira Chaves.

**Quadro 45**  
**Estatística da Turma Regional de Uniformização**  
**de Jurisprudência**

Atividades		Quantidade
Sessão de julgamento		3
Incidente de jurisprudência julgado		425
Recurso extraordinário	Interposto/recebido	375
	Admitido	0
	Não admitido	20
	Prejudicado	355
Agravo de instrumento remetido ao STF		51

## Propostas normativas

A COJEF apresentou propostas de regulamentação que, aprovadas pela Corte Especial Administrativa, resultaram na emissão de 3 resoluções, conforme se demonstra no quadro abaixo.

**Quadro 46**  
**Resoluções aprovadas**

Normas publicadas	Assunto
Resolução 600-1 de 09/05/2006	Dispõe sobre o modelo de JEF e sobre a designação de juizes para atuar nos Juizados Especiais Federais das Subseções Judiciárias.
Resolução 600-11 de 19/12/2006	Dispõe sobre a escolha e o mandato de juizes coordenadores das turmas recursais e de coordenadores dos JEFs das Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região.
Resolução 600-12 de 19/12/2006	Dispõe sobre o mandato de presidente de turmas recursais na Primeira Região.
Resolução 600-13 de 19/12/2006	Dispõe sobre a citação e intimação eletrônica na <i>web</i> , sistema e-CINT, nos processos virtuais dos juizados especiais federais da Primeira Região.

# ESMAF

Escola de Magistratura Federal da Primeira Região



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

A Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – ESMAF, com o objetivo de auxiliar na otimização da prestação jurisdicional e na construção de um Poder Judiciário mais moderno, rápido e sintonizado com a realidade social, tem destacado papel no treinamento e aperfeiçoamento dos magistrados.

Eleitos pela Corte Especial para o biênio 2006-2008, tomaram posse, em 01/09/2006, os Desembargadores Federais Olindo Menezes, no cargo de Diretor, e Cândido Ribeiro, no cargo de Vice-Diretor da ESMAF.



O Diretor da ESMAF, Olindo Menezes, a Presidente do Tribunal, Assusete Magalhães, e o Vice-Diretor da ESMAF, Cândido Ribeiro.

O ano foi marcado pelo aumento significativo de eventos planejados e realizados pela ESMAF. Foram oferecidos aos magistrados e servidores 11 cursos, entre eles: latim, inglês, alemão, francês e italiano, em módulos com diversos níveis de dificuldade, do básico ao avançado.

Sob o comando da Presidente do Tribunal, a ESMAF sediou, em 21 e 22/08/2006, encontro de juízes federais das 5 regiões, de representantes da Caixa Econômica Federal – CEF e da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA — criada para administrar os contratos problemáticos da CEF —, para discussão do tema Audiência de Conciliação em Processos do SFH.

Em parceria com o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, foi realizado, na Seção Judiciária do Estado de Rondônia, em 11 e 12/05/2006, o VIII Seminário de Direito Ambiental.

## Curso de formação para juízes federais substitutos aprovados no XI concurso

No período de 27/03 a 04/04/2006, a ESMAF promoveu curso de formação, com 57 horas de duração, para 40 juízes federais substitutos aprovados no XI concurso realizado pelo Tribunal.

O objetivo do curso é preparar e formar os magistrados recém-empossados para o desempenho das atividades judicantes, inerentes à magistratura federal.

## VIII Encontro de Juízes Federais

Foi realizado, na Seção Judiciária do Estado da Bahia, em 06 e 07/04/2006, o VIII Encontro de Juízes Federais, cujo tema foi Propriedade Intelectual – Marcas, Patentes e Direitos Autorais.

No evento, que contou com 12 horas de duração, foram discutidos assuntos como capacitação dos juízes para as questões de propriedade intelectual, além do direito autoral em relação a internet e *software*. Os trabalhos foram encerrados com conferência do Embaixador Roberto Jaguaribe Gomes, Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, que falou sobre a importância da propriedade industrial nos dias de hoje, por ser um instrumento de capacitação e progresso.

### Palestra: Controle de Constitucionalidade no Direito Americano

O tema foi apresentado pelo Juiz Charles Simpson, membro da Assembléia Jurídica dos Estados Unidos, que explicou como são estruturados o Poder Judiciário americano, o sistema de controle de constitucionalidade do Direito americano e o trabalho dos juízes naquele País, onde a Suprema Corte julga anualmente apenas 80 casos. Apesar de serem poucos, possuem grande relevância, uma vez que esses processos criam precedentes com força obrigatória para os juízes e tribunais americanos.



Controle de Constitucionalidade no Direito Americano.

### Palestra: A Proteção do Meio Ambiente no Marco Internacional

Proferida pelo Professor José Juste Ruiz, catedrático de Direito Internacional da Universidade de Valência, Espanha, a palestra abordou temas como o empre-

go de armas nucleares, o Direito humanitário, o papel da Corte Internacional de Justiça de Haia e os valores que fundamentam o Direito Internacional.



A proteção do Meio Ambiente no Marco Internacional.

Sobre a América Latina, o Professor disse que o foco principal das ações deve ser a proteção da diversidade biológica, em especial na região amazônica, prioridade do continente.

### Padronização do ensino das escolas de magistratura

O Diretor da ESMAF, Desembargador Federal Olindo Menezes, e os diretores das escolas das outras quatro regiões, além do Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE, Walter Nunes, participaram, em 12/09/2006, de reunião com o Coordenador-Geral da Justiça Federal, Ministro Fernando Gonçalves, com o objetivo de discutir medidas para uniformizar o sistema de ensino das cinco escolas de magistratura, hoje praticado de forma diversa em cada Tribunal Regional Federal.

Na ocasião, os diretores de escolas debateram sobre a implantação de um comitê superior para planejar o sistema nacionalmente, o que vai garantir, também, otimização de recursos. A necessidade de alinhar as ações de capacitação de magistrados foi reforçada pela exigência constitucional — introduzida pela Emenda 45 (art. 93, II e IV) — de se incluir a frequência e o aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento nos critérios para a promoção de magistrados.

## Outras atividades

► Elaboração de pareceres em processos referentes a afastamento de magistrados para realização de cursos.

► Acompanhamento e encaminhamento à Corregedoria-Geral dos relatórios de atividades de juizes federais afastados para freqüência a curso ou seminário de aperfeiçoamento, em conformidade com a Resolução 21 de 17/12/1997 do TRF 1ª Região.

**Quadro 47**  
**Eventos realizados pela ESMAF**

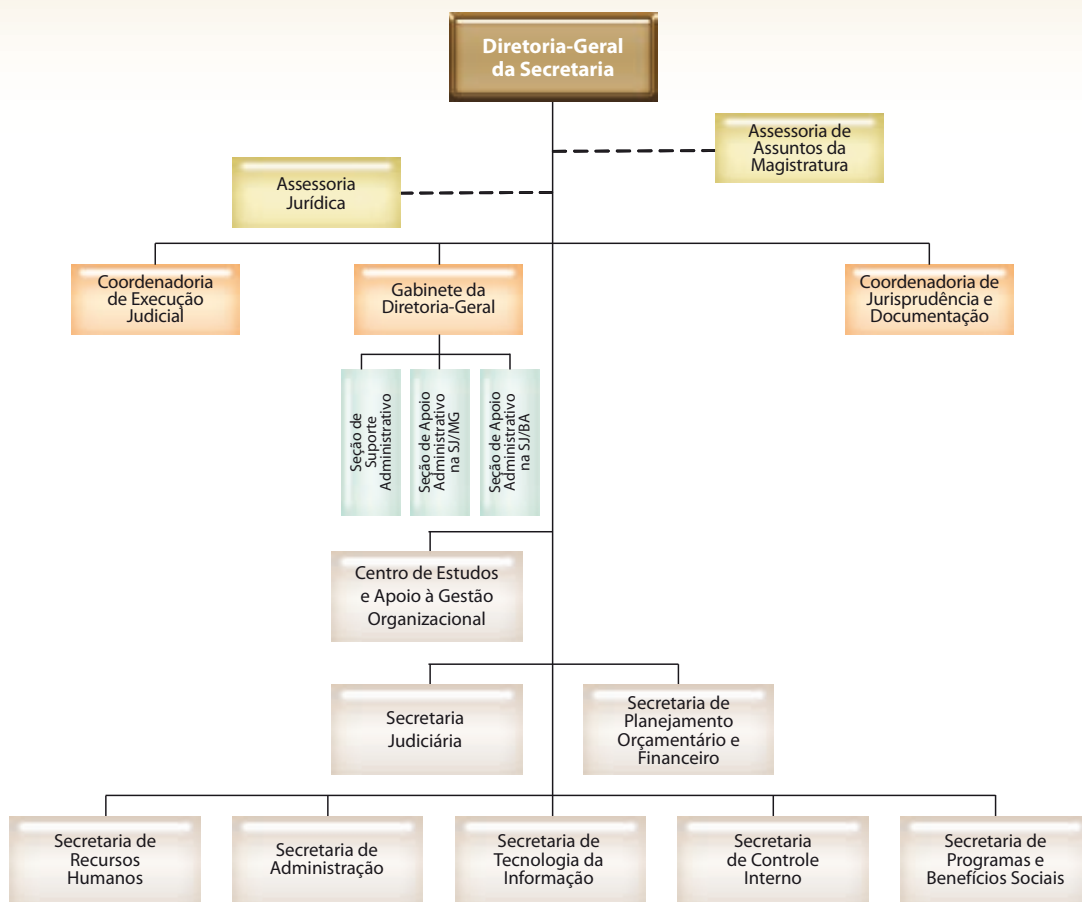
Evento	Período	Carga horária	Participantes*
Curso de Latim – básico (módulo I)	março a dezembro	140 h	20
Curso de Latim – avançado (módulo II)	março a dezembro	66 h	6
Curso de Inglês – básico	março a dezembro	128 h	12
Curso de Inglês – intermediário	março a dezembro	128 h	12
Curso de Inglês – avançado	março a dezembro	128 h	12
Curso de Alemão Instrumental	março a dezembro	128 h	12
Curso de Francês – básico	junho a novembro	64 h	12
Curso de Francês – intermediário	junho a novembro	64 h	12
Curso de Francês – avançado	junho a novembro	64 h	12
Curso de Italiano – básico	agosto a dezembro	64 h	15
Curso de Italiano – intermediário	agosto a dezembro	64 h	15
Curso de formação para juizes federais substitutos da Primeira Região aprovados no XI concurso	27/03 a 04/04	57 h	40
VIII Encontro de Juizes Federais da ESMAF – Propriedade Intelectual – Marcas, Patentes e Direitos Autorais, realizado em Salvador/BA.	06 e 07/04	12 h	76
Palestra: Controle de Constitucionalidade no Direito Americano	26/04	2 h	15
Palestra: A proteção do meio ambiente no marco internacional	26/04	2 h	12

\*Os números referentes aos participantes dos cursos de línguas traduzem a quantidade de alunos matriculados em cada curso.



# DIGES

## Diretoria-Geral da Secretaria



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

Iniciada a nova administração do Tribunal para o biênio 2006-2008, foi empossado, em abril de 2006, como Diretor-Geral, Felipe dos Santos Jacinto, sucedendo Washington Luiz Ribeiro da Silva. Na ocasião, foram também empossados os novos dirigentes do Tribunal.



Felipe dos Santos Jacinto assina termo de posse no cargo de Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal.



Presidente, Assusete Magalhães, ladeada por novos dirigentes empossados no Tribunal.

A Diretoria-Geral da Secretaria – DIGES, não obstante o volume e a complexidade de suas atividades, bem como as adversidades orçamentárias enfrentadas, desempenhou, mais uma vez, papel decisivo e destacado na busca da eficiência, da qualidade e da mobilização de esforços, o que permitiu o crescimento e o aprimoramento da Primeira Região.

O atendimento às demandas dos desembargadores federais e dos magistrados da primeira instância foi realizado com seriedade e rapidez, facilitado pela integração da Assessoria de Assuntos da Magistratura – ASMAG à estrutura da DIGES, especialmente no tocante

às providências necessárias às remoções, promoções, marcações de férias e outras questões relativas à magistratura.

O modelo de gestão da Diretoria-Geral é sustentado pelo engajamento pessoal de seu Diretor no dia-a-dia da Primeira Região, sem deixar de lado a necessária antevisão das providências a serem tomadas. O compartilhamento dos objetivos e das decisões com a equipe diretiva bem como o estímulo à participação e à liderança para a solução dos problemas conferem versatilidade ao gerenciamento do Tribunal.

No que tange ao segmento de recursos humanos, consoante a política de valorização de pessoal, o direcionamento adotado para o biênio 2006-2008 foi buscar a aproximação com os servidores, abrindo-se novos e mais ágeis canais de comunicação.

Nesse sentido, foram criados o Portal do Servidor e o *RH on-line*. Tais instrumentos revelaram-se valiosos meios de interação entre a administração do Tribunal e o corpo funcional, permitindo que dúvidas fossem sanadas e orientações repassadas a todos, diretamente pelos *e-mails* dos servidores e pela intranet. As facilidades proporcionadas serão paulatinamente expandidas aos usuários internos e externos, inclusive com a disponibilização permanente de informações sobre remoção no âmbito da Primeira Região e concurso para provimento de cargos.

Ainda dentro dessa política, foram iniciados os estudos e mapeamentos para a criação do Sistema de Aposentadorias da Primeira Região, com o objetivo de automatizar os procedimentos e otimizar o cálculo, a análise das solicitações, o pagamento, os controles e demais operações referentes às aposentadorias e pensões pagas pela Primeira Região. O sistema entrará em funcionamento em 2007.

Prioridade absoluta foi conferida à realização do concurso para preenchimento das vagas de Analista Judiciário, Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário na Primeira Região. O último concurso realizado teve vigência até 24/06/2006, deixando ao Tribunal, desde então, apenas a alternativa de suprir as vagas existentes na Primeira Região com concursados de outros órgãos. Para a condução dos trabalhos pertinentes à elabora-

ção do edital do concurso e apoio à contratação de instituição responsável por sua realização, foi instituída comissão, pela Portaria/DIGES 630-289 de 08/05/2006, composta por servidores do Tribunal. O certame deverá ser concluído no primeiro semestre de 2007 e permitirá, além do preenchimento das vagas existentes, a criação de reserva para cargos criados futuramente na Primeira Região.

Legítimos interesses de magistrados e servidores foram considerados. A DIGES empenhou-se fortemente nas negociações e providências para liquidação de pendências laborais, que resultaram no pagamento de juros moratórios incidentes sobre a URV dos magistrados, correspondentes ao período de abril/1994 a janeiro/1995; na diferença dos valores retroativos ao período de maio a dezembro/2006, referentes à implementação do novo plano de cargos e salários dos servidores do Poder Judiciário; no pagamento de 49,5% de todo o valor correspondente aos juros moratórios sobre a URV dos servidores ativos, no período de abril/1994 a dezembro/2000; no pagamento de 22,5% de todo o valor correspondente aos juros moratórios sobre os 11,98% dos servidores inativos e beneficiários de pensão civil.

Na área de programas e benefícios sociais, a ênfase nas ações preventivas foi mantida e priorizada, considerando-se que este é o meio de promover a saúde de titulares e dependentes de forma efetiva e duradoura, além de concorrer para significativa economia de recursos financeiros.

Uma vez que a ampliação da primeira instância, decorrente da criação de novas varas, representou incremento do número de beneficiários do PRO-SOCIAL superior a 10%, entendeu-se recomendável revisar os benefícios, receitas e despesas do programa, visando a garantir seu funcionamento a longo prazo. Esse foi um dos principais propósitos de se instituir comissão, formada pelos diretores da SECBE, SECRE, SECOI e SECOR, para realizar estudos e oferecer sugestões de revisão do Regulamento Geral do PRO-SOCIAL. O relatório da comissão foi apresentado à consideração superior e será apreciado em 2007.

Na área de tecnologia da informação, a completa infra-estrutura da Primeira Região e a virtualização de

procedimentos podem ser destacadas como as principais frentes adotadas. O parque de equipamentos recebeu significativo reforço, tanto no Tribunal como nas Seções e Subseções Judiciárias, especialmente com a aquisição de equipamentos diversos e a alocação de servidores para que as Subseções tenham autonomia de funcionamento, mantido o vínculo de comunicação com o Tribunal.

Após nova licitação, a empresa prestadora de serviços de tecnologia da informação contratada para apoiar a área técnica do Tribunal trouxe um novo conceito ao desenvolvimento de sistemas, com o lançamento da Fábrica de Softwares, que utiliza metodologia e ferramentas que formalizam os processos de trabalho e soluções desenvolvidas, além de privilegiar o cumprimento de prazos e custos.

Importantes melhorias foram auferidas pelas varas e pelos jurisdicionados com as mudanças realizadas no sistema eletrônico para expedição de requisições de pequeno valor e de precatórios. Além de conferir maior automatização ao processamento, os métodos e procedimentos de trabalho foram racionalizados e otimizados, de maneira que as requisições passaram a ser realizadas de forma mais simples, ágil e segura; os dados foram disponibilizados em caráter permanente na internet para os usuários; houve significativa redução de tempo e custos na tramitação.

Outro ponto de incremento no atendimento ao jurisdicionado deu-se com a substituição dos terminais de consulta alocados nas portarias do Tribunal e com a adoção de nova solução *web*, o Sistema de Terminal de Auto-Atendimento – e-TAA, implantado a partir de abril de 2006, os terminais passaram a oferecer recursos mais amplos, com maior interatividade e possibilidade de acesso a informações de toda a Primeira Região.

Para conferir total transparência à execução financeira do Tribunal e da Primeira Região e garantir maior segurança jurídica aos contratos de especial relevância, a área de controle interno passou a atuar preventivamente, por meio do exame dos instrumentos formais utilizados. O trabalho, realizado em parceria com a Secretaria de Administração e a Assessoria Jurídica da DIGES, também facilitou a atuação do Di-

retor-Geral como ordenador de despesas do Tribunal, atribuindo ainda maior racionalidade na aplicação dos recursos e melhor adequação dos registros e controles do patrimônio público.

Com vistas a manter a indispensável interação da primeira instância com esta Corte e ainda oferecer a sustentação necessária ao seu desempenho administrativo e judicial, a DIGES proporcionou amplo apoio material, operacional, técnico e administrativo às Seções e Subseções Judiciárias.

Uma das iniciativas marcantes nesse sentido foi a realização, nos dias 27 a 29/11/2006, do Encontro das Áreas de Controle Interno da Primeira Região. A Presidente do Tribunal, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, realizou a abertura do evento, que teve como principal objetivo permitir maior integração entre os responsáveis pelo controle interno no Tribunal e nas 14 Seções Judiciárias. Foram debatidas normas, orientações e propostas com a finalidade de se buscarem melhorias no controle interno da primeira instância e de se desenvolver a mentalidade de que esse controle deve perder o caráter investigativo para dar lugar ao caráter preventivo e de busca de resultados.

## Obras e reformas

As instalações prediais receberam especial atenção da DIGES, devido à grave situação enfrentada pelo Tribunal, em especial pelos gabinetes dos desembargadores federais e pelas Subseções Judiciárias.

A instalação de grande parte da área administrativa do Tribunal é provisória devido à falta de espaço físico ou à precariedade dos edifícios.

A sistemática busca de soluções e o denodado esforço da DIGES e das áreas técnicas trouxeram resultados concretos de curto, médio e longo prazos para a Primeira Região, entre os quais destacam-se:

- ▀ mapeamento da situação atual e prospecções de demandas futuras do Tribunal para balizar a empresa contratada para a elaboração dos projetos arquitetônicos da nova sede do Tribunal;
- ▀ contratação da empresa Arquitetura e Ubarismo Oscar Niemeyer S/C Ltda. para elaboração do pro-

jeto arquitetônico da nova sede do Tribunal a ser construída no Setor de Autarquias Federais;

- ▀ estudos para readequação e ampliação imediata dos gabinetes dos desembargadores federais, cujas áreas úteis serão duplicadas, o que possibilitará que se aguarde, em condições mais produtivas e ergonômicas, a construção da futura sede do Tribunal.
- ▀ início do projeto de ampliação do Edifício-Sede, que resultará em acréscimo superior a 700 m<sup>2</sup> para melhor acomodação dos gabinetes dos desembargadores federais. Em 2006, foi contratada empresa para análise estrutural. A ampliação deverá ser concluída até o final de 2007;
- ▀ reforma do edifício Adriana, na qual foram investidos em 2006 R\$ 2.094.000,00. Com previsão de conclusão até julho de 2007, a reforma permitirá o remanejamento de unidades instaladas provisoriamente nos edifícios Cabo Frio (Asa Norte) e Funasa (SAS);
- ▀ total impermeabilização da laje do 3º pavimento do Edifício-Sede do Tribunal, iniciada em 2006;
- ▀ modernização tecnológica dos elevadores do Edifício-Sede;
- ▀ desenvolvimento de estudos de projeto de padrão para construção de sedes de Subseções Judiciárias, possibilitando-se a otimização das obras pela redução de custos e de prazos de execução;
- ▀ reforma do prédio locado para a Subseção de Rondonópolis/MT, iniciada e concluída em 2006;
- ▀ obras para as instalações dos JEFs de Sete Lagoas.

As obras de construção da nova sede da Seccional do Piauí e de reforma do prédio dos juzizados especiais federais de Salvador/BA contaram com total envolvimento da DIGES em todas as fases. Os novos prédios foram inaugurados em 10/03/2006 e em 07/04/2006, respectivamente.

A expressiva ampliação do número de unidades jurisdicionais no interior da Primeira Região, ocorrida a partir de 2004, conduziu à priorização, em 2006, de recursos para viabilizar a construção e reforma das sedes das Subseções Judiciárias, tanto as que funcionam há mais tempo quanto as recentemente instaladas.

Uma das principais obras em andamento é a construção da sede da Subseção de Imperatriz/MA, em que foram investidos em 2006 cerca de R\$ 1.700.000,00. Estima-se que será possível o pronto e ideal funcionamento já no segundo semestre de 2007.

Seguem também, a passos largos, as construções de outras Subseções, com prazos de conclusão previstos até o primeiro trimestre de 2008, como das novas sedes de Juiz de Fora e de Uberaba, em Minas Gerais, cujos contratos foram assinados no último trimestre de 2006, a partir de uma dotação orçamentária de R\$ 7.135.412,00; construção em Caxias/MA e em Rondonópolis/MT, para as quais foram reservadas dotações em 2006, no montante de R\$ 1.837.000,00.

Além disso, foram implementados e vistoriados pelo Tribunal projetos de reforma e modernização das instalações físicas, execução de pequenas e médias adaptações para as Seções Judiciárias, à exceção do Acre.

## Instalação e funcionamento das novas varas

Criadas 59 varas pela Lei 10.772, de 21/11/2003, a DIGES deu cumprimento ao cronograma de instalação das varas federais estabelecido pela Presidência, mobilizando as áreas técnicas do Tribunal e das Seccionais envolvidas, bem como as empresas de informática, telefonia e outras contratadas para a realização de projeto de tamanha envergadura.

A conclusão das instalações ocorreu em março de 2006, tendo sido instaladas 18 varas em 2004, 22 em 2005 e 19 em 2006.

A partir de abril, nova frente de trabalho foi iniciada para melhorar as acomodações prediais e as condições de funcionamento das novas varas. Atendendo reivindicações de juízes federais representantes dos magistrados que atuam nas novas Subseções, foi constituída comissão especial, pela Portaria/DIGES 600-164 de 25/05/2006, composta dos diretores das principais áreas envolvidas: recursos humanos, informática, administração e orçamento.

Ouvidas as Seções e Subseções pela comissão, os pleitos de natureza técnica e operacional foram atendi-

dos ou encaminhados, com destaque para as questões relativas à precariedade das instalações físicas e para a solução das dificuldades das Subseções de acesso às bases de dados do Tribunal, onde estão centralizados todos os sistemas informatizados utilizados nas unidades descentralizadas. Excetuando-se as questões relativas ao preenchimento de vagas existentes no quadro de pessoal da primeira instância, as demais soluções apontadas pela comissão passam pelas possibilidades orçamentárias da Primeira Região, o que motivou grande empenho da DIGES para o levantamento de verbas complementares nos orçamentos de 2006 e de 2007.

## Recursos orçamentários

Em termos orçamentários, o ano de 2006 assemelhou-se aos anteriores, com o corte das propostas formuladas para a Primeira Região e vários contingenciamentos. O redirecionamento de metas e a redefinição de prioridades foram definitivamente incorporados à gestão orçamentária da Primeira Região, em um desafio diário, vencido com soluções criteriosas e muito arrojo.

Ainda que premidos pela escassez orçamentária, com grande habilidade e perseverança para obter alterações e suplementações orçamentárias, foram assegurados recursos para, entre outros, o pagamento de parcelas remuneratórias aos magistrados e servidores, o reajuste para bolsa estágio, a aquisição de mobiliário, equipamentos e divisórias para as novas instalações das Seções Judiciárias dos Estados do Piauí, Mato Grosso, Bahia e Maranhão.

Destacaram-se ainda os créditos adicionais especiais para a construção do Edifício-Sede do TRF, com oferecimento de receita própria no valor de R\$ 6.652.000,00, e para a desapropriação de 3 imóveis para sediar a Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, no valor de R\$ 45.000.000,00. Ambos os créditos resultaram de amplas negociações e muita perseverança da Administração do Tribunal e do Conselho da Justiça Federal perante a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A desapropriação de 3 terrenos para ampliação da sede da Seccional do Pará, em Belém, também foi concretizada com a desapropriação no valor de R\$ 210.553,00.

Da provisão concedida à Primeira Região, no total de R\$ 1.299.411.423,79, foram descentralizadas as dotações orçamentárias no montante de R\$ 1.048.175.421,92, para a primeira instância, e de R\$ 251.236.001,87, para o Tribunal.

A extrema habilidade na gestão dos recursos e na reformulação de prioridades permitiu a liquidação de 99,83% dos créditos provisionados em 2006.

A proposta orçamentária preliminar para 2007 foi elaborada com o valor de R\$ 2.127.883.161,00, posteriormente ajustado para R\$ 1.299.347.088,00, em decorrência do limite orçamentário definido para a Justiça Federal da Primeira Região em agosto de 2006. O denodado esforço da DIGES e da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro resultou na inclusão de recursos para os seguintes projetos.

**Quadro 48**  
**Projetos incluídos na proposta orçamentária preliminar de 2007**

Projetos	Valor (R\$)
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da Primeira Região	17.000.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG	2.500.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberaba/MG	2.500.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rondonópolis/MT	439.587,00
Ampliação do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Manaus/AM	2.500.000,00
Modernização de instalações da Justiça Federal (Tribunal)	2.500.000,00
Modernização de instalações da Justiça Federal (Seções Judiciárias)	4.000.000,00
<b>Total</b>	<b>31.439.587,00</b>

Em relação ao orçamento do ano anterior, o orçamento de 2007 apresentou modesto crescimento global, de apenas 0,37%, enquanto o acréscimo de 2006 em relação a 2005 foi da ordem de 8%. A drástica redução aponta para dificuldades na manutenção administrativa e para a necessidade de restrição das despesas.

### Convênio com o Banco do Brasil

As conhecidas restrições orçamentárias não podem se cristalizar como óbices às realizações públicas. Com esse mister, a DIGES foi incansável na busca de parcerias e convênios, que culminou com a assinatura, em dezembro de 2006, de aditivo ao Convênio 3/2004, com o Banco do Brasil, pelo qual serão liberados para o Tribunal R\$ 18 milhões, em 24 parcelas mensais de R\$ 750 mil, que serão investidos principalmente em

equipamentos de informática e de comunicação e em obras civis e projetos para o Tribunal, para as Seções e Subseções Judiciárias.

### Realinhamento administrativo do Tribunal

Em consonância com sua competência de propor políticas, diretrizes e planos gerais de ação para o Tribunal e Seções Judiciárias, a DIGES formulou para a Presidência vários estudos e propostas para aprimorar funcionamento do Tribunal e da primeira instância, que, em sua expressiva maioria, foram aprovados. Entre os projetos de maior relevância e impacto, destacou-se o realinhamento administrativo da Secretaria do Tribunal, aprovado pelo Plenário em 10/11/2006, consoante Resolução 600-9 de 13/11/2006.

O realinhamento foi a mola mestra para a reorganização das equipes e a mobilização dos meios e recursos necessários ao funcionamento do Tribunal, com maior produtividade e, principalmente, de forma planejada, integrada.

Em sua concepção, buscou-se preservar, ao máximo, os ocupantes de cargos e funções comissionadas, a fim de manter a motivação dos servidores; promover o equilíbrio da distribuição de trabalho entre as áreas, pela reunião de atividades afins e ainda implementar novos projetos, tendo em vista conferir maior fluidez à área administrativa.

As mudanças propostas não foram grandes, mas bastante significativas para o bom desempenho dos trabalhos, tendo por fundamentos:

a) prioridade para as atividades essenciais, que não podiam ser interrompidas, reduzidas ou adiadas discricionariamente;

b) adoção de medidas de caráter evolutivo, principalmente relacionadas à modernização, simplificação e automatização de serviços e produtos, como forma de reduzir o volume de trabalho da área administrativa e conferir maior celeridade a sua realização, em consonância com a natural transformação técnica e institucional;

c) resgate da correspondência entre as normas e a prática, no que se refere aos desvios de funções comissionadas entre as áreas.

As principais alterações efetuadas são apresentadas no quadro que segue.

**Quadro 49**  
**Realinhamento administrativo – principais alterações**

Unidade	Alteração
Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – ASREST	Reforço do quantitativo de funções comissionadas.
Corregedoria-Geral da Justiça Federal – COGER	Criação da Seção de Apoio à Ouvidoria da Justiça Federal da Primeira Região.
Assessoria de Assuntos da Magistratura – ASMAG e Coordenadoria de Execução Judicial – COREJ	Remanejamento – da Presidência para a Diretoria-Geral.
Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJUD	Remanejamento – da Secretaria Judiciária para a Diretoria-Geral.
Diretoria-Geral – DIGES	Criação do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – CENAG como unidade de assessoramento e consultoria técnica da DIGES e de coordenação de unidades executivas remanejadas de outras Secretarias.
Coordenadoria de Taquigrafia – COTAQ/SECJU	Reforço ao quadro de funções.
Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária – SECOR	Alteração da denominação para Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro.
Secretaria de Informática – SECIN	Reforço e alteração da denominação para Secretaria de Tecnologia da Informação.
	Desdobramento da Divisão de Análise de Sistemas em Divisão de Sistemas Judiciais e Divisão de Sistemas Administrativos.
Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJUD	Remanejamento de um Setor da Secretaria de Administração – SECAD para unificação dos arquivos judicial e administrativo em uma única Divisão, que também incorporou novas atividades relacionadas à preservação da memória institucional.

## Gestão de documentos

O Tribunal adota política de gestão de documentos, consubstanciada na Instrução Normativa IN-14-18, com a finalidade de definir e disciplinar os critérios e procedimentos para tratamento da massa de documentos de natureza jurídica e administrativa, no que se refere a sua avaliação, seleção, arquivamento, preservação histórica e descarte.

Tal política, que engloba todo o processamento dos documentos, da emissão e tramitação até o arquivamento e descarte, visa a:

- ▶ reduzir, racionalizar e organizar a massa de documentos;
- ▶ permitir um tratamento homogêneo da massa de documentos;
- ▶ preservar adequadamente documentos de importância pública ou social (documentos legais, históricos, culturais e artísticos);
- ▶ maximizar a utilização das instalações físicas do Tribunal e das Seccionais, por meio da guarda de documentos pelo período estritamente necessário;
- ▶ aumentar a rapidez na recuperação das informações.

Em 2006, o Tribunal realizou mais um Dia do Descarte Central, quando foram eliminados 10.572 processos de precatórios executados nos anos de 1995 a 1997 e 2.461 processos administrativos — do total de 8.872 processos analisados — e ainda 146 caixas de documentos administrativos, o que resultou na liberação de mais de 110 metros lineares de área de depósito.

Os processos e documentos de valor histórico e aqueles que ainda não atingiram a temporalidade para descarte foram sistematicamente classificados e receberam adequado tratamento de higienização e acondicionamento.

## Assessoria jurídica

A atuação da Assessoria Jurídica da DIGES é centrada no controle da legalidade dos procedimentos e atos administrativos, por meio de opiniões fundadas nas

normas legais, nos regulamentos ou atos normativos e princípios que informam a gestão administrativa.

Em face do princípio da legalidade a que está junta a Administração, não há quase espaço para teses. Interpretam-se as normas para que a Administração cumpra seu dever jurídico de boa e regular gestão.

Em 2006, a maioria dos processos recebidos versava sobre:

- ▶ subsídio e vantagens pessoais a magistrados;
- ▶ pessoal – diárias, remoções, redistribuições, indenizações, gratificações;
- ▶ licitação – exame de minutas, impugnações a editais, recursos;
- ▶ execução contratual – imposição de sanções, recursos (deste Tribunal e de Seccionais);
- ▶ PRO-SOCIAL – credenciamentos e outros assuntos ligados aos beneficiários;
- ▶ convênios – juizados especiais federais, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social, Ministério da Defesa, Secretaria da Receita Federal etc.;
- ▶ contratos – exame de minutas e termos aditivos.

Quanto às informações prestadas, a maioria tratava de:

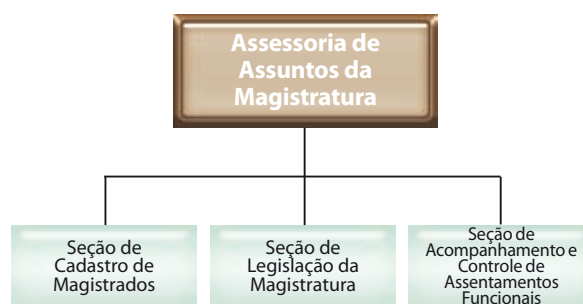
- ▶ processos judiciais – mandados de segurança, reclamações trabalhistas de cooperados que prestaram serviço neste Tribunal — Justiça e Advocacia-Geral da União;
- ▶ processos administrativos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público Federal.

Todas as unidades que compõem a DIGES desempenharam suas tarefas com elevado comprometimento, entusiasmo e criatividade, transformando em resultados os desafios de qualquer dimensão, conforme poderá ser verificado no relato individualizado que se segue.



# ASMAG

Assessoria de Assuntos da Magistratura



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

A Assessoria de Assuntos da Magistratura – ASMAG, que, no processo de realinhamento administrativo do Tribunal, voltou a ser vinculada à Diretoria-Geral da Secretaria – DIGES, organizou e consolidou as pautas, atas e extratos de decisão das sessões do Plenário, Corte Especial Administrativa e Conselho de Administração e secretariou as 46 sessões realizadas, com 341 processos julgados.

**Quadro 50**  
**Sessões realizadas**

Sessão	Processos julgados
Plenária	22
Corte Especial Administrativa	141
Conselho de Administração	178
<b>Total</b>	<b>341</b>

Foram preparados 705 atos, autuados 442 processos, efetuadas 4.038 transmissões via fac-símile, expedidos 493 ofícios e 53 circulares firmados pela Presidente, além de 88 ofícios/ASMAG relacionados às atividades que lhe são próprias.

A ASMAG executou todas as ações necessárias para dar suporte à posse dos magistrados selecionados no X e XI Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da Primeira Região, acompanhou, registrou e controlou as convocações para o segundo grau, as férias e as movimentações dos magistrados, bem como as remoções e as permutas, mantendo acompanhamento sistemático de todas as situações.

Acrescente-se que, quanto ao X Concurso, apenas 3 Juízes Federais Substitutos (Murilo Mendes, Alaor Piacini e Lívia Cristina Marques Peres) foram empossados em 2006, em decorrência de decisão do Conselho Nacional de Justiça referente aos autos dos Processos Administrativos PCA 25/2005 – CNJ e 7.894/2006 – TRF. Os demais já haviam assumido anteriormente suas funções.

**Quadro 51**  
**Posse de magistrados**

Juízes Federais Substitutos	Seções/Subseções Judiciárias
<b>Data da posse: 03/04/2006</b>	
Alexandre Ferreira Infante Vieira	Minas Gerais
Adelmar Aires Pimenta da Silva	Tocantins
Ana Carolina Dias Lima Fernandes	Bahia
Alysson Maia Fontenele	Acre
Paulo Ricardo de Souza Cruz	Distrito Federal
Lucyana Said Daibes Pereira	Pará
Fernando Cleber de Araújo Gomes	Goiás
Maria Cecília de Marco Rocha	Distrito Federal
Marina Rocha Cavalcanti Barros	Distrito Federal
Leonardo Tochetto Pauperio	Bahia
Natália Floripes Diniz	Distrito Federal
Márcio Sá Araújo	Maranhão
Tales Krauss Queiroz	Distrito Federal
Marcelo Meireles Lobão	Goiás
Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar	Bahia
Roberto Luis Luchi Demo	Distrito Federal
Sabrina Ferreira Alvarez de Moura Azevedo	Distrito Federal
Bruno Souza Savino	Bahia
Pablo Zuniga Dourado	Distrito Federal
Gustavo André Oliveira dos Santos	Distrito Federal
Hugo Otávio Tavares Vilela	Goiás
Dayse Starling Lima Castro	Bahia
Helena Bicalho	Bahia
Flávio da Silva Andrade	Rondônia
Ana Paula Serizawa Silva Podedworny	Amazonas
Gustavo Soratto Uliano	Uberlândia/MG
Naiber Pontes de Almeida	Distrito Federal
Emília Maria Velano	Distrito Federal
George Ribeiro da Silva	Pará

Juízes Federais Substitutos	Seções/Subseções Judiciárias
Joaquim Lustosa Filho	Bahia
Karin Almeida Weh	Feira de Santana/BA
Henrique Gouveia da Cunha	Uberlândia/MG
Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes	Uberaba/MG
Karine Costa Carlos	Ilhéus/BA
Ricardo Augusto Soares Leite	Distrito Federal
José Gutemberg de Barros Filho	Pará
Maurício Rios Júnior	Tocantins
<b>Data da posse: 12/05/2006</b>	
Renata Mesquita Ribeiro Moreno	Distrito Federal
<b>Data da posse: 23/10/2006</b>	
Alaor Piacini	Mato Grosso
Murilo Mendes	Mato Grosso
Lívia Cristina Marques Peres	Amapá



Solenidade de Posse dos Juízes Federais Substitutos.

**Quadro 52**  
**Quantitativo de cargos de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto**

Seções Judiciárias	Juiz Federal		Juiz Federal Substituto	
	Providos	Vagos		Vagos
AC	4	0	1	3
AM	6	1	3	4
AP	3	0	1	2
BA	34	0	24	10
DF	26	0	22	4
GO	18	0	11	7
MA	9	0	7	2
MG	54	0	43	11
MT	9	0	4	5
PA	11	1	5	7
PI	7	0	1	6
RO	4	1	1	4
RR	3	0	0	3
TO	3	0	2	1
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>3</b>	<b>125</b>	<b>69</b>

Consoante suas competências regulamentares, a ASMAG elaborou atos de convocação de magistrados para o Tribunal e publicou editais de remoção, conforme demonstrado nos quadros a seguir.

**Quadro 53**  
**Magistrados convocados para os gabinetes dos Desembargadores Federais**

Desembargadores Federais	Juízes convocados	Seções/Subseções Judiciárias de origem
Assusete Magalhães – Presidente	Reynaldo Soares da Fonseca	Distrito Federal
Carlos Olavo – Vice-Presidente	Guilherme Mendonça Doehler	Minas Gerais
Jirair Aram Meguerian – Corregedor-Geral	Daniele Maranhão Costa	Distrito Federal
	Lincoln Rodrigues de Faria	Uberlândia/MG
Tourinho Neto	Maria Lúcia Gomes de Souza – somente férias	Amazonas
Catão Alves	Francisco Renato Codevila	Roraima

Desembargadores Federais	Juízes convocados	Seções/Subseções Judiciárias de origem
Aloísio Palmeira Lima	César Cintra Fonseca	Bahia
	Mônica Neves Aguiar da Silva	Bahia
Carlos Fernando Mathias	Osmane Antonio dos Santos	Pará
Olindo Menezes	Saulo José Casali	Bahia
	Jamil Rosa de Jesus Oliveira	Distrito Federal
Mário César Ribeiro	Klaus Kuschel	Divinópolis/MG
Luciano Tolentino Amaral	Rafael Paulo Soares Pinto	Bahia
Cândido Ribeiro	José Magno Linhares Moraes	Maranhão
	Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	Amapá
Hilton Queiroz	Ney de Barros Bello Filho	Maranhão
Carlos Moreira Alves	Iran Velasco Nascimento	Distrito Federal
	Antonio Claudio Macedo	Minas Gerais
I'talo Fioravanti Sabo Mendes	Rosimayre Gonçalves de Carvalho Fonseca	Minas Gerais
José Amílcar Machado	Simone dos Santos Lemos Fernandes	Minas Gerais
Antônio Ezequiel da Silva	Anamaria Reys Resende	São Sebastião do Paraíso/MG
Daniel Paes Ribeiro	Carlos Augusto Pires Brandão	Piauí
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	Itelmar Raydan Evangelista	Minas Gerais
João Batista Moreira	Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	Tocantins
Souza Prudente	Moacir Ferreira Ramos	Distrito Federal
Selene de Almeida	Ávio Mozar José Ferraz de Novaes	Bahia
Fagundes de Deus	Vallisney de Souza Oliveira	Distrito Federal
	Cesar Augusto Bearsi	Mato Grosso
Antônio Sávio de Oliveira Chaves	Manoel José Ferreira Nunes – convocado para 1ª Turma TRF	Goiás
	Miguel Angelo de Alvarenga Lopes	Minas Gerais
	Geneviève Grossi Orsi – COJEF	Minas Gerais
Maria Isabel Gallotti Rodrigues	Leão Aparecido Alves	Goiás
	David Wilson de Abreu Pardo	Acre
Maria do Carmo Cardoso	Mark Yshida Brandão	Goiás
Leomar Amorim	Roberto Carvalho Veloso	Maranhão
Neuza Alves	Kátia Balbino de Carvalho Ferreira	Distrito Federal

**Quadro 54**  
**Movimentação de Juiz Federal**

Juízes Federais	Origem	Destino
Moacir Ferreira Ramos	24ª Vara – SJ/DF	17ª Vara – SJ/DF
José Godinho Filho	3ª Vara – SJ/TO	2ª Vara – SJ/TO
Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira	6ª Vara – SJ/PI	3ª Vara – SJ/PI
Daniel Santos Rocha Sobral	8ª Vara – SJ/PA	7ª Vara – SJ/PA

**Quadro 55**  
**Movimentação de Juiz Federal Substituto**

Juízes Federais Substitutos	Origem	Destino
José Valterson de Lima	2ª Vara – SJ/MA	3ª Vara – SJ/MA
Lincoln Pinheiro Costa	31ª Vara – SJ/MG	20ª Vara – SJ/MG
Gabriela de Alvarenga Silva Murta	28ª Vara – SJ/MG	13ª Vara – SJ/MG
João César Otoni de Matos	2ª Vara – SJ/MG	19ª Vara – SJ/MG
Alexandre Buck Medrado Sampaio	9ª Vara – SJ/MG	4ª Vara – SJ/MG
Marco Antonio Barros Guimarães	30ª Vara – SJ/MG	15ª Vara – SJ/MG
Neian Milhomem Cruz	7ª Vara – SJ/MA	15ª Vara – SJ/MA
Regivano Fiorino	25ª Vara – SJ/MG	18ª Vara – SJ/MG
Gustavo Moreira Mazzilli	14ª Vara – SJ/MG	16ª Vara – SJ/MG
Brunno Christiano Carvalho Cardoso	6ª Vara – SJ/PI	5ª Vara – SJ/PI
Daniela Paulovich de Lima	22ª Vara – SJ/BA	8ª Vara – SJ/BA
Raquel Soares Chiarelli	25ª Vara – SJ/DF	21ª Vara – SJ/DF
Rogério Volpatti Polezze	24ª Vara – SJ/DF	22ª Vara – SJ/DF
Joaquim Lustosa Filho	22ª Vara – SJ/BA	12ª Vara – SJ/BA
Ricardo Augusto de Sales	4ª Vara – SJ/AM	2ª Vara – SJ/AM
José Gutemberg de Barros Fiho	5ª Vara – SJ/PA	6ª Vara – SJ/PA
Maurício Rios Júnior	3ª Vara – SJ/TO	2ª Vara – SJ/TO
Fernando Cleber de Araújo Gomes	13ª Vara – SJ/GO	2ª Vara – SJ/GO
Márcio José de Aguiar Barbosa	26ª Vara – SJ/DF	20ª Vara – SJ/DF
Candíce Lavocat Galvão Jobim	7ª Vara – SJ/DF	2ª Vara – SJ/DF
José Márcio da Silveira e Silva	23ª Vara – SJ/DF	14ª Vara – SJ/DF
Marília Gurgel Rocha de Paiva e Sales	6ª Vara – SJ/AM	4ª Vara – SJ/AM
Valter Leonel Coelho Seixas	12ª Vara – SJ/BA	1ª Vara – SJ/MG
Marla Consuelo Santos Marinho	5ª Vara – SJ/BA	6ª Vara – SJ/BA

Juízes Federais Substitutos	Origem	Destino
Cristiane Pederzoli Rentzsch	8ª Vara – SJ/DF	17ª Vara – SJ/DF
Rodrigo de Godoy Mendes	12ª Vara – SJ/MG	7ª Vara – SJ/MG
Naiber Pontes de Almeida	25ª Vara – SJ/DF	4ª Vara – SJ/DF
Renata Mesquita Ribeiro Moreno	4ª Vara – SJ/DF	25ª Vara – SJ/DF
Rodrigo Rigamonte Fonseca	26ª Vara – SJ/MG	12ª Vara – SJ/MG
Ricardo Augusto de Sales	2ª Vara – SJ/AM	5ª Vara – SJ/AM
Valter Leonel Coelho Seixas	12ª Vara – SJ/BA	1ª Vara – SJ/BA
Fernando Cleber de Araújo Gomes	13ª Vara – SJ/GO	2ª Vara – SJ/GO
Joaquim Lustosa Filho	22ª Vara – SJ/BA	12ª Vara – SJ/BA
José Gutemberg de Barros Filho	5ª Vara – SJ/PA	6ª Vara – SJ/PA
Maurício Rios Júnior	3ª Vara – SJ/TO	2ª Vara – SJ/TO

**Quadro 56**  
**Remoção de Juiz Federal**

Juízes Federais	Origem	Destino
Vallisney de Souza Oliveira	2ª Vara – SJ/AM	23ª Vara – SJ/DF
Rui Costa Gonçalves	3ª Vara – SJ/PI	24ª Vara – SJ/DF
Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto	SSJ/Tabatinga/AM	4ª Vara – SJ/AC
Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	7ª Vara – SJ/PA	6ª Vara – SJ/PI
Cleberson José Rocha	4ª Vara – SJ/AC	3ª Vara – SJ/TO
Márcio Luiz Coelho de Freitas	Vara Única – SSJ/Ji-Paraná/RO	2ª Vara – SJ/AM
Herculano Martins Nacif	Vara Única – SSJ/Altamira/PA	Vara Única – SSJ/Ji-Paraná/RO

**Quadro 57**  
**Remoção de Juiz Federal Substituto**

Juízes Federais Substitutos	Origem	Destino
Ubirajara Teixeira	7ª Vara – SJ/MG	1ª Vara – SSJ/Juiz de Fora/MG
Leandro Saon da Conceição Bianco	13ª Vara – SJ/GO	3ª Vara – SSJ/Juiz de Fora/MG
José Airton de Aguiar Portela	1ª Vara – SJ/PA	12ª Vara – SJ/DF
Renato Grizotti Junior	19ª Vara – SJ/BA	2ª Vara – SSJ/Juiz de Fora/MG
Geneviève Grossi Orsi	1ª Vara – SJ/AM	3ª Vara – SJ/MG
Giovanny Morgan	SSJ/Passos/MG	24ª Vara – SJ/MG
Fabiano Verli	SSJ/Santarém/PA	28ª Vara – SJ/MG

Juízes Federais Substitutos	Origem	Destino
Carlos Alberto Gomes da Silva	SSJ/Campo Formoso/BA	13ª Vara – SJ/BA
Nair Cristina Corado Pimenta de Castro	4ª Vara – SJ/BA	5ª Vara – SJ/MG
Márcio José de Aguiar Barbosa	20ª Vara – SJ/DF	10ª Vara – SJ/MG
Newton Pereira Ramos Neto	SSJ/Caixas/MA	6ª Vara – SJ/MA
Daniel Carneiro Machado	3ª Vara – SSJ/Uberlândia/MG	21ª Vara – SJ/MG
João Pedro Ayrimoraes Soares Júnior	6ª Vara – SJ/GO	6ª Vara – SJ/PI
Waldemar Cláudio de Carvalho	2ª Vara – SJ/GO	13ª Vara – SJ/DF
Daniel Castelo Branco Ramos	1ª Vara – SJ/BA	11ª Vara – SJ/MG
Pedro Pereira Pimenta	15ª Vara – SJ/BA	1ª Vara – SJ/MG
Eduardo Henrique Lauar Filho	18ª Vara – SJ/BA	31ª Vara – SJ/MG
Felini de Oliveira Wanderley	3ª Vara – SJ/TO	1ª Vara – SSJ/Uberlândia/MG
Jader Alves Ferreira Filho	2ª Vara – SJ/PA	30ª Vara – SJ/MG
Raquel Vasconcelos Alves de Lima	SSJ/Ilhéus/BA	30ª Vara – SSJ/MG
Valter Leonel Coelho Seixas	6ª Vara – SJ/PA	12ª Vara – SJ/BA
Karley Correa da Silva	1ª Vara – SJ/RO	29ª Vara – SJ/MG
Maria da Penha Gomes Fontenele Meneses	2ª Vara – SJ/RO	2ª Vara – SJ/PI
Rodrigo Pinheiro do Nascimento	1ª Vara – SJ/RR	4ª Vara – SJ/PI
Rosilene Maria Clemente de Souza Ferreira	3ª Vara – SJ/RO	25ª Vara – SJ/MG
Rafael Webber	1ª Vara – SJ/AC	11ª Vara – SJ/DF
José Alexandre Essado	3ª Vara – SJ/AP	SSJ/Lavras – MG
Rubem Lima de Paula Filho	17ª Vara – SJ/DF	2ª Vara – SJ/MA
Rodrigo Rigamonte Fonseca	4ª Vara – SJ/RO	26ª Vara – SJ/MG
Olívia Mérilin Silva	1ª Vara – SJ/AP	7ª Vara – SJ/BA
Mei Lin Lopes Wu Bandeira	3ª Vara – SJ/RR	5ª Vara – SJ/BA
George Ribeiro da Silva	3ª Vara – SJ/PA	4ª Vara – SJ/MA

**Quadro 58**  
**Remoção de Juiz Federal Substituto de outras Regiões**

Juízes Federais Substitutos	Origem	Destino
Ailton Schramm de Rocha	TRF 2ª Região	SSJ/Eunápolis/BA
Paulo Alkmin Costa Júnior	TRF 4ª Região	SSJ/Montes Claros/MG
Raphael Cazelli de Almeida Carvalho	TRF 4ª Região	SSJ/Cáceres/MT



**Quadro 59**  
**Permuta de magistrado na Primeira Região**

Juízes Federais	Origem	Destino
Dirley da Cunha Júnior	Vara Única – SSJ/Itabuna/BA	5ª Vara – SJ/BA
Maízia Seal Carvalho Pamponet	5ª Vara – SJ/BA	Vara Única – SSJ/Itabuna/BA

**Quadro 60**  
**Permuta de magistrado entre Regiões**

Juízes Federais Substitutos	Origem	Destino
Daniela Paulovich de Lima	SJ/BA	TRF 3ª Região
Lilian Oliveira da Costa Tourinho	TRF 3ª Região	SJ/BA
João Carlos Cabrelon de Oliveira	SJ/BA	TRF 3ª Região
Fabio Stief Marmund	TRF 3ª Região	SJ/BA
Marcos Alves Tavares	SJ/MT	TRF 3ª Região
Camile Lima Santos	TRF 3ª Região	SJ/MT

Quanto aos magistrados eleitos para compor os Tribunais Regionais Eleitorais, o Quadro 61 relaciona os representantes, por Estado.

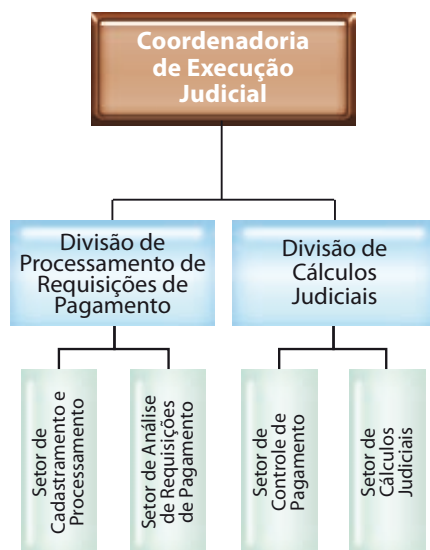
**Quadro 61**  
**Magistrados eleitos para compor os Tribunais Regionais Eleitorais**

Estados	Membros	
	Titular	Substituto
Amazonas	Antonio Francisco do Nascimento	Reginaldo Márcio Pereira
Mato Grosso		Adverci Rates Mendes de Abreu
Minas Gerais	Francisco de Assis Betti	Renato Martins Prates
Pará	Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	José Alexandre Franco
Rondônia		Geraldo Magela e Silva Meneses
Roraima	Atanair Nasser Ribeiro Lopes	Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho
Tocantins		Cloves Barbosa de Siqueira

Registre-se, ainda, a aposentadoria dos Juízes Federais Maísa Costa Giudice, da Seccional do Distrito Federal, e Amaury Silveira Martins, da Seccional de Minas Gerais.

# COREJ

Coordenadoria de Execução Judicial



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

A Coordenadoria de Execução Judicial – COREJ é responsável pelas atividades relativas ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, no que se refere às requisições de pagamento de precatório, art. 100 da Constituição Federal, e de pequeno valor, Lei 10.259/2001, devidas pela União, autarquias e fundações públicas.

Assim, a atividade principal da COREJ é, além de processar todas as requisições de pagamento obedecendo à ordem de entrada no Tribunal, em especial as ações previdenciárias, assegurar aos jurisdicionados o recebimento de seus créditos dentro do prazo legal.

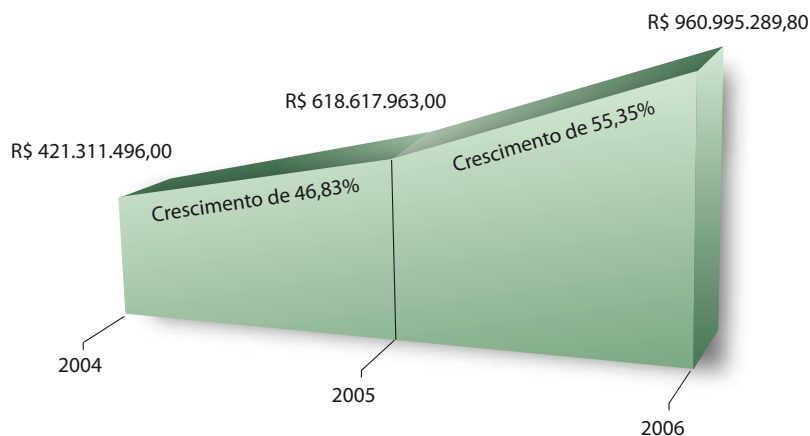
Uma das grandes inovações em 2006 foi a implantação do sistema eletrônico para expedição de requisições de pagamento no âmbito da Primeira Região,

que objetiva dar maior celeridade ao desempenho das atividades e promover a desburocratização de diversos procedimentos atinentes ao recebimento das requisições.

Todas as requisições de pagamento foram processadas e pagas, identificando-se nominalmente cada beneficiário, com seu respectivo CPF/CNPJ, em obediência aos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000 e da Resolução do Conselho da Justiça Federal 438, de 30/05/2005.

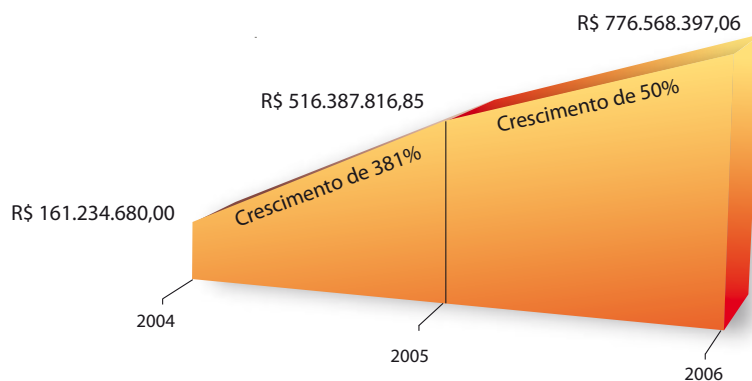
Para se efetuar o pagamento de todos os precatórios da União e das entidades de natureza alimentar e comum, inclusos na proposta orçamentária de 2006, foi executado o total de R\$ 960.995.289,80.

**Gráfico 16**  
**Pagamento de precatórios**



Para se efetuar o pagamento de todas as requisições de pequeno valor – RPVs, foi executado o total de R\$ 776.568.397,06.

**Gráfico 17**  
**Pagamento de RPVs**

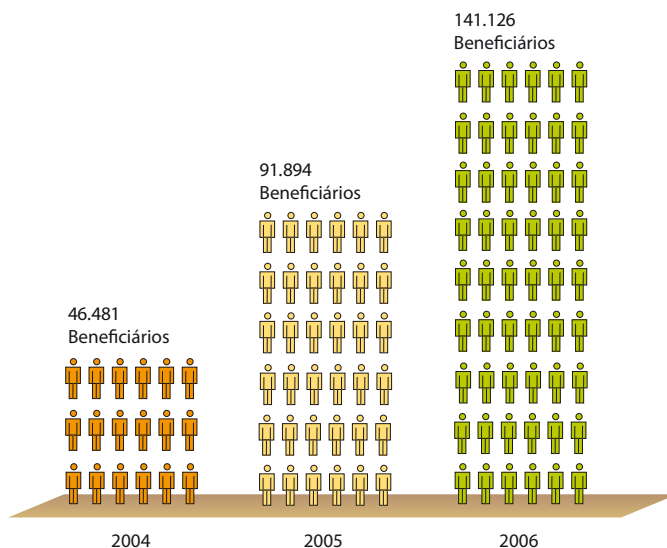


Com a instalação de novos juizados especiais federais, bem como de novas varas federais no âmbito da Primeira Região, a demanda das requisições de pagamento aumentou significativamente, considerando-se o enorme crescimento na quantidade de jurisdicionados beneficiados com as decisões judiciais transitadas

em julgado, conforme gráfico a seguir, referente às principais atividades desempenhadas pela COREJ.

No decorrer do exercício, foram pagas 85.595 requisições de pequeno valor, com 121.579 beneficiários diretos, e 4.369 precatórios, com 19.547 beneficiários.

**Gráfico 18**  
**Beneficiários de RPVs e precatórios**



Outro grande aumento no exercício ocorreu na quantidade de processos concluídos aos relatores, após elaboração de parecer ou de planilha de cálculo em

processos judiciais relativos a diversas modalidades e graus de dificuldades.

**Quadro 62**  
**Processos concluídos aos relatores**

Ano	2004	2005	2006
Quantidade	270	190	455

**Quadro 63**  
**Processamentos e pagamentos**

Atividades	Quantidade	
	Processos	Beneficiários
Pagamento de precatórios não alimentares da União em 2001 – 6ª parcela	121	179
Pagamento de precatórios não alimentares da União em 2002 – 5ª parcela	86	133
Pagamento de precatórios não alimentares da União em 2003 – 4ª parcela	72	95
Pagamento de precatórios não alimentares da União em 2004 – 3ª parcela	145	275
Pagamento de precatórios não alimentares da União em 2005 – 2ª parcela	227	479
Pagamento de precatórios não alimentares da União em 2006 – 1ª parcela	433	1.537
Pagamento de precatórios alimentares da União em 2006	921	3.095
Precatórios processados da União para pagamento em 2007	1.185	4.745
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades em 2001 – 6ª parcela	39	99
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades em 2002 – 5ª parcela	35	46
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades em 2003 – 4ª parcela	27	34
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades em 2004 – 3ª parcela	112	143
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades em 2005 – 2ª parcela	109	165
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades em 2006 – 1ª parcela	202	338
Pagamento de precatórios alimentares das entidades em 2006	1.840	12.929
Precatórios processados das entidades para pagamento em 2007	3.155	7.019
Pagamento de RPV (Lei 10.259/2001)	85.595	121.579
Precatórios processados para inclusão no orçamento de 2008 (art. 100 da CF)	901	1.592
<b>Total</b>	<b>95.205</b>	<b>154.482</b>

**Quadro 64**  
**Precatórios e RPVs que aguardam pagamento em 2007**

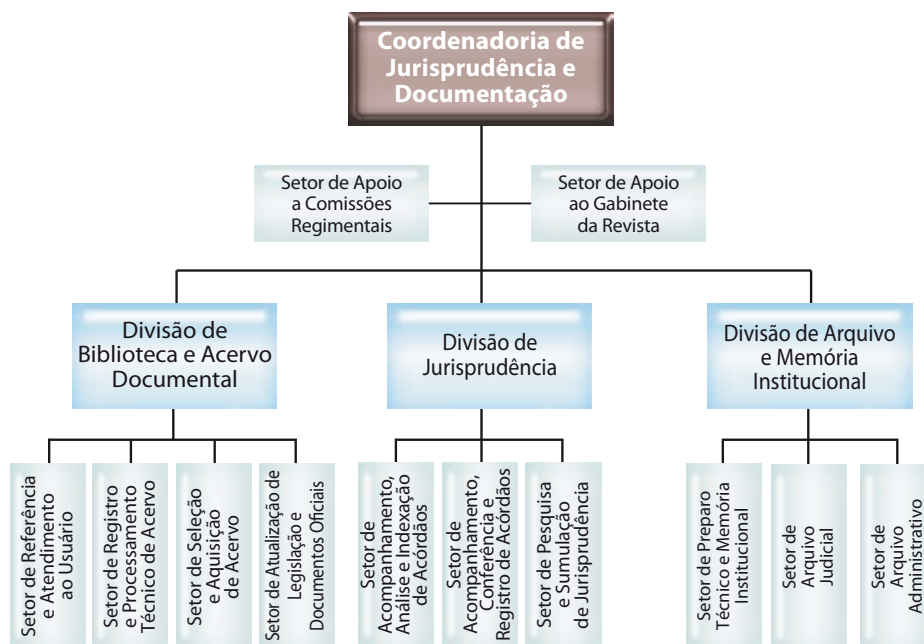
Precatórios e RPVs	Quantidade	
	Processos	Beneficiários
Precatórios não alimentares da União em 2001 – 7ª parcela	101	148
Precatórios não alimentares da União em 2002 – 6ª parcela	74	104
Precatórios não alimentares da União em 2003 – 5ª parcela	65	83
Precatórios não alimentares da União em 2004 – 4ª parcela	101	171
Precatórios não alimentares da União em 2005 – 3ª parcela	158	250
Precatórios não alimentares da União em 2006 – 2ª parcela	227	427
Precatórios não alimentares da União em 2007 – 1ª parcela	383	1.353
Precatórios alimentares da União em 2007	799	3.384
Precatórios não alimentares das entidades em 2001 – 7ª parcela	32	70
Precatórios não alimentares das entidades em 2002 – 6ª parcela	26	34
Precatórios não alimentares das entidades em 2003 – 5ª parcela	22	27
Precatórios não alimentares das entidades em 2004 – 4ª parcela	82	102
Precatórios não alimentares das entidades em 2005 – 3ª parcela	83	119
Precatórios não alimentares das entidades em 2006 – 2ª parcela	146	236
Precatórios não alimentares das entidades em 2007 – 1ª parcela	180	510
Precatórios alimentares das entidades em 2007	2.972	6.505
RPVs (Lei 10.259/2001) processadas em dezembro/2006	9.253	11.588
<b>Total</b>	<b>14.704</b>	<b>25.111</b>

**Quadro 65**  
**Outras atividades**

Outras atividades	Quantidade
Ofício expedido	7.199
Despacho publicado	93
Memorando expedido	110

# COJUD

Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

De modo geral, incumbe à Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJUD a publicidade da jurisprudência produzida pela Corte, a preservação documental, a manutenção do acervo bibliotecário e o apoio às comissões regimentais. Dessa forma, seu posicionamento na estrutura da Secretaria Judiciária não apresentava boa funcionalidade, uma vez que essa Secretaria exerce uma série de atividades cartorárias e de apoio a julgamentos.

Assim, com o realinhamento administrativo, disposto pela Resolução/PRESI 600-9 de 13/11/2006, a COJUD passou a integrar a estrutura da Diretoria-Geral da Secretaria.

O realinhamento também determinou que a Divisão de Produção Editorial – DIEDI, antes integrante da

COJUD, fosse inserida na estrutura do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – CENAG, unidade criada naquela oportunidade, ao mesmo tempo em que transferiu o Setor de Arquivo Administrativo da estrutura da Secretaria de Administração – SECAD para a Divisão de Arquivo e Memória Institucional – DIAMI, antiga Divisão de Arquivo Judicial – DIARJ.

## Jurisprudência

Foram publicados 11.950 acórdãos a mais que no ano anterior (19,46% de crescimento), perfazendo-se o total de 61.415 acórdãos em 2006, dos quais 16.641 foram incluídos no banco de dados de jurisprudência, o que significa dizer que 27,09% das decisões desta Corte foram inéditas.

**Quadro 66**  
**Acórdãos processados pela COJUD**

Mês	Publicados	Expurgados	Incluídos	Analizados
Jan	2.483	1.887	596	1.324
Fev	5.454	4.049	1.405	1.406
Mar	6.038	4.277	1.761	1.570
Abr	4.023	2.840	1.183	1.325
Mai	5.701	4.122	1.579	1.592
Jun	5.356	3.555	1.801	1.670
Jul	5.375	4.008	1.367	1.115
Ago	5.487	4.237	1.250	1.218
Set	5.653	4.202	1.451	870
Out	5.642	4.070	1.572	1.064
Nov	5.081	3.700	1.381	676
Dez	5.122	3.827	1.295	383
<b>Total</b>	<b>61.415</b>	<b>44.774</b>	<b>16.641</b>	<b>14.213</b>



Todos os acórdãos publicados passam pelo controle de qualidade, previamente a sua inclusão no ban-

co de dados de inteiros teores. Foram detectadas e corrigidas 2.055 pendências.

**Quadro 67**  
**Correção de pendências de inteiro teor**

Órgãos julgadores	Quantidade
Corte e Seções	131
1ª Turma	182
2ª Turma	629
3ª Turma	63
4ª Turma	26
5ª Turma	358
6ª Turma	172
7ª Turma	290
8ª Turma	204
<b>Total</b>	<b>2.055</b>

**Quadro 68**  
**Acórdãos dos JEFs processados pela Cojud**

Mês	Acórdãos incluídos	
	Turmas recursais	Turma Regional de Uniformização
Jan	143	14
Fev	57	74
Mar	144	
Abr	97	1
Mai	106	1
Jun	62	12
Jul	85	28
Ago	55	13
Set	13	3
Out	33	1
Nov		
Dez	2	1
<b>Total</b>	<b>797</b>	<b>148</b>

## Divulgação da jurisprudência

**Quadro 69**  
**Publicação de súmulas**

Súmula	Publicadas	Canceladas	Revisadas
TRF 1ª Região			
Demais TRFs	17		
STJ	8		
STF			
JEFs	49	6	1
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>6</b>	<b>1</b>

Em junho de 2006, o Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral assumiu a direção da *Revista do TRF 1ª Região*. A partir da publicação desse mês, a Revista ganhou novas colunas (Habeas Verbum, Gastando o Latim, Teses e Dissertações), nova linha editorial e novas cores.



Desembargadores Federais Luciano Tolentino Amaral, novo Diretor da Revista, Assusete Magalhães, Presidente do Tribunal, e Carlos Fernando Mathias, ex-Diretor da Revista.

Outra inovação deste ano foi a criação do Conselho Editorial da *Revista do TRF 1ª Região*, composto pelo Presidente, Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, e pelos seguintes membros: Desembargadoras Federais Selene de Almeida e Maria do Carmo Cardoso e Juíza Federal Mônica Jacqueline Sifuentes Pacheco de Medeiros. Cabe ao Conselho assessorar o Diretor na condução e elaboração da revista, bem como na eleição dos critérios de excelência e dos padrões de qualidade para as publicações.

Também o *Boletim Informativo de Jurisprudência – BIJ* ganhou novo leiaute e nova linha editorial. Até 03/07/2006, a COJUD publicava um único BIJ por semana, que trazia, num único volume, informações de processos de todos os órgãos julgadores da Casa. Após essa data, a COJUD passou a publicar, ainda semanalmente, um BIJ para cada órgão julgador.



Novo Diretor da Revista, Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, assina o termo de posse.





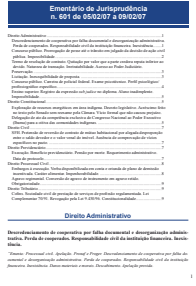


Diretor-Geral do Tribunal, Felipe dos Santos Jacinto, na cerimônia de posse do novo Diretor da Revista.



Convidados assistem à solenidade de posse do novo Diretor da Revista.

**Quadro 70**  
**Divulgação de jurisprudência**

Exemplares publicados em 2006				
<p>Revista do TRF 1ª Região</p> 	<p>Coletânea da Revista, ano 2005, em CD-ROM</p> 	<p>Índice Geral da Revista, ano 2005</p> 	<p>Boletim Informativo de Jurisprudência</p> 	<p>Ementário de Jurisprudência</p> 
10 edições mensais	1 edição anual	1 edição anual	22 edições semanais até 03/07/2006. 238 edições de julho a dezembro	46 edições semanais
10.600 exemplares	800 exemplares	800 exemplares	Publicado na página eletrônica do Tribunal	

**Documentação**

As maiores preocupações do Setor de Arquivo Judicial foram assegurar o adequado armazenamento da massa processual e o pronto acesso aos autos findos pelos interessados, garantindo-se a informação em tempo hábil, e as providências para o descarte de processos com prazos de guarda vencidos.

**Quadro 71**  
**Processos arquivados**

Processos	Quantidade
Processo judicial	8.542
RPV	62.690
Precatório	3.268
<b>Total</b>	<b>74.500</b>

Os processos arquivados são solicitados ao Arquivo Judicial pelas unidades do Tribunal mediante dois

procedimentos: desarquivamento, após o que o processo voltará a tramitar, ou empréstimo, para vistas ou cópias.

**Quadro 72**  
**Processos emprestados ou desarquivados**

Desarquivamentos		Empréstimos	
Desarquivado	854	Solicitado	138
Rearquivado	732	Devolvido	127
A devolver	122	A devolver	11
<b>Total</b>	<b>1.708</b>	<b>Total</b>	<b>276</b>

Em 2006, o Arquivo Judicial fez 40.938 impressões e 115.935 cópias xerográficas, totalizando 156.873 atendimentos. Destes, 17.090 foram pagos, sendo que o valor total arrecadado foi R\$ 5.058,80.

**Quadro 73**  
**Atendimentos no Arquivo Judicial**

Atividades		Quantidade
Impressão e cópia xerográfica	Paga	17.090
	Não paga	139.783
	<b>Total</b>	<b>156.873</b>
Central de atendimento personalizado	Preferencial	494
	Correio eletrônico/fax	858
	Malote	48
	<b>Total</b>	<b>1.400</b>

O Setor de Arquivo Administrativo é responsável pela guarda e manutenção do acervo documental de natureza administrativa, formado por cerca de 550 metros lineares de processos administrativos e 159 metros lineares de documentos, entre materiais de concursos de juízes, pastas de progressão funcional, portarias, avisos, provimentos, resoluções, discursos, ofícios, boletins, mandados de intimação e citação, planilhas, atos, atas, despachos, controles de diligência. Durante o ano, 10.294 processos administrativos foram arquivados.

## Biblioteca

Dando prosseguimento às atividades de incentivo à preservação do acervo desenvolvidas em 2005, que culminaram no menor índice de extravio já registrado (0,1%) no Tribunal, a Divisão de Biblioteca – DIBIB realizou, de 27 a 31 de março, a Campanha de Conscientização da Preservação do Livro, com exposição de material danificado ao longo dos anos.



Na foto maior, a então Diretora da Biblioteca, Ana Cláudia Cordeiro, exibe uma das obras restauradas. Na foto abaixo, à esquerda, detalhe do livro restaurado. Nas demais fotos, detalhes de obras danificadas.

### Quadro 74

#### Atividades desenvolvidas pela Biblioteca

Elaboração de fichas catalográficas das publicações oficiais do TRF 1ª Região.

Elaboração dos projetos básicos para os contratos de auxiliares de biblioteca e fornecimento de livros para o TRF.

Análise, teste, treinamento e emissão de parecer dos *softwares* de bibliotecas *Pergamum* — Sistema Integrado de Bibliotecas — e *Sophia Bibliotecas* para os bibliotecários e analistas de sistema do TRF.

Encadernação dos *Diários Oficiais e de Justiça* do ano de 2006.

Elaboração de listas de referências bibliográficas com artigos recentes sobre as novas alterações no Código de Processo Civil para os gabinetes dos desembargadores federais e Seccionais da Primeira Região.

Proposta de alteração da Resolução 7 de 22/06/1998, que trata das atribuições da Comissão de Acervo Jurídico do Tribunal.

Proposta de alteração do item 5 do módulo 3 da Instrução Normativa 19-01, que trata dos Repositórios Oficiais de Jurisprudência desta Corte.

Proposta de descarte dos *Diários Oficiais e de Justiça* mais antigos e aquisição do material em DVD, para uma maior racionalização do espaço físico da Biblioteca.

Solicitação de aquisição de novos móveis para a DIBIB.

Realização de inventário anual nos dias 02 a 07/12.

Execução dos Contratos 2.878/2001 e 5.725/2005, que tratam, respectivamente, da contratação de auxiliares de biblioteca e aquisição de livros para o Tribunal.

### Quadro 75

#### Atividades desenvolvidas pela Comissão de Acervo Jurídico

Aquisição de 636 livros — 561 para os gabinetes e 76 para as unidades administrativas. Despesas realizadas com a aquisição de livros: R\$ 59.308,30.

Alimentação e controle do quadro contábil de aquisição de livros para os gabinetes e unidades administrativas.

### Quadro 76

#### Atendimento ao usuário da Biblioteca

Serviços	Quantidade
Consulta no SIABI	1.699
Pesquisa	1.520
Consulta de legislação e periódicos via internet	3.219
Circulação (empréstimo/devolução) de obras	7.758
Empréstimo interbibliotecário solicitado	80
Empréstimo interbibliotecário fornecido	79
Inclusão de normas no sistema	448
Alteração de normas no sistema	425
Elaboração de <i>Alerta DIBIB</i> eletrônico	44

Para o registro e o processamento técnico do acervo da Biblioteca, foram inicialmente empenhados R\$ 60.500,00 e posteriormente, por complementação,

mais R\$ 17.000,00. O valor total gasto em 2006 pela Biblioteca foi de R\$ 77.013,91.

**Quadro 77**  
**Registro e processamento técnico de acervo**

Atividade	Quantidade
Elaboração de listas de aquisição	14
Livro incorporado ao acervo da Biblioteca – comprado	1.439
Livro incorporado ao acervo da Biblioteca – doado	198
Processamento técnico de livros	1.052
Elaboração do expositor eletrônico <i>Novidades Jurídicas</i>	35
Conferência de notas fiscais enviadas pela livraria	266

**Quadro 78**  
**Atividades relativas a periódicos**

Atividades	Quantidade
Registro de novos volumes no KARDEX	1.058
Incorporação de CD-ROM ao acervo de periódicos	69
Pedido de assinatura de títulos para 2006	26
Periódico no acervo da Biblioteca impresso	26.366
Periódico no acervo da Biblioteca em meio eletrônico	445

**Quadro 79**  
**Plano de trabalho da Biblioteca para 2007**

Aquisição e implantação do *software* Pergamum — Sistema Integrado de Bibliotecas — para a Biblioteca Ministro Adhemar Maciel e bibliotecas das Seções Judiciárias.

---

Processamento técnico da coleção de CDs e DVDs da Biblioteca.

---

Racionalização e otimização do espaço físico existente.

---

Descarte de livros, periódicos e diários inservíveis.

---

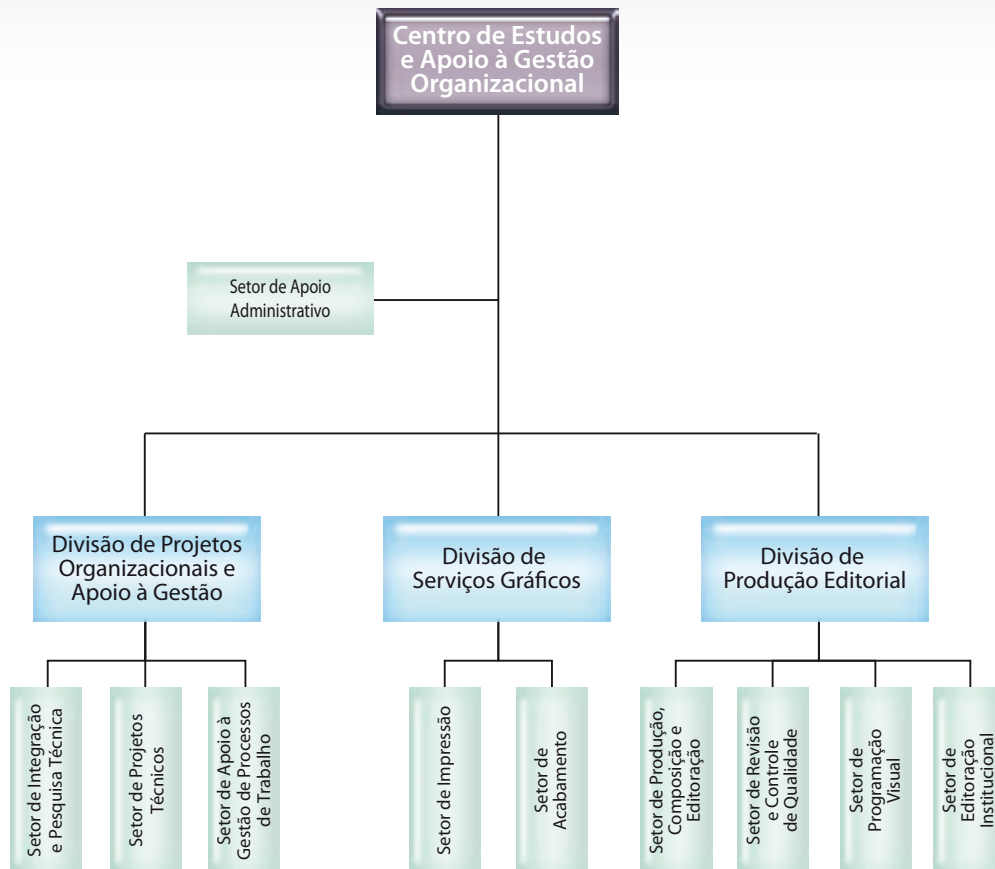
Aquisição de novos equipamentos de informática.

### Quadro 80 Apoio às Comissões de Concurso

Concursos	Atividade
IX Concurso Nacional de Monografias	Recebimento dos trabalhos de 8 candidatos na categoria profissional e de 2 candidatos na categoria universitário.
	Avaliação das monografias pela Comissão Julgadora do IX Concurso Nacional de Monografias, assim composta: membros efetivos – Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, Desembargadora Federal Neuza Alves e Izaías Batista de Araújo, Consultor Jurídico Geral do Banco do Brasil; membros suplentes – Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian e Ângelo Altoé Neto, Assessor Jurídico Máster do Banco do Brasil.
	Classificação final da categoria profissional: Mário Pimentel Albuquerque (1º colocado); Andréa Beatriz Rodrigues de Barcelos (2ª colocada); André de Albuquerque Sgarbi (3º colocado). Classificação final da categoria universitário: Felipe Bernardes Rodrigues (1º colocado); Luiz Alberto Ferreira de Vasconcelos Júnior (2º colocado).
	Realização da premiação neste Tribunal.
XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região	08/06/2006 – Escolhidos os integrantes da nova comissão examinadora.
	A Presidente do Tribunal designou a Comissão Examinadora, assim composta: membros efetivos – Desembargador Federal Tourinho Neto (Presidente), Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, Desembargador Federal João Batista Moreira, Advogado Paulo Roberto Moglia Thompson Flores, pela OAB, e Professor Márcio Nunes Iorio Aranha Oliveira, pela UnB; membros suplentes – Desembargador Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes, Desembargador Federal Carlos Olavo, Desembargador Federal Souza Prudente, Advogada Estefânia Ferreira de Souza de Viveiros, representante do Conselho Federal da OAB, e Professor Menelick de Carvalho Neto, da UnB.
	Inscrições: 3.212 candidatos, dos quais 162 foram aprovados para a 2ª e 3ª provas.
	06 a 14/12 – Período de correção da 2ª e 3ª prova. 155 candidatos prestaram a 2ª e 3ª prova escrita.
	Divulgação dos resultados da 2ª e 3ª prova, em sessão pública realizada no dia 18/12/2006.

# CENAG

Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica



O Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – CENAG foi criado pela Resolução 600-9 de 13/11/2006.

A medida partiu da necessidade de se suprir uma lacuna decorrente da inexistência de área específica de assessoramento técnico mais amplo, que permitisse o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de estudos, projetos e normas, além do estabelecimento de rotinas operacionais.

A unidade foi criada em nível de secretaria, mas com a denominação centro, para agrupar e coordenar atividades de linha (execução) realizadas por divisões então dispersas na estrutura do Tribunal, distribuídas em 3 secretarias distintas, bem como para prestar assessoramento técnico direto ao Diretor-Geral.

Para o CENAG, foram remanejadas as seguintes áreas:

- ▣ Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, que funcionava informalmente na DIGES desde 2003;
- ▣ Divisão de Desenvolvimento Organizacional – DIDOR, anteriormente vinculada à Secretaria de Informática (hoje Secretaria de Tecnologia da Informação), que passou à denominar-se Divisão de Projetos Organizacionais e Apoio à Gestão – DIGET;
- ▣ Divisão de Produção Editorial – DIEDI, anteriormente vinculada à Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação da Secretaria Judiciária;
- ▣ Divisão de Serviços Gráficos – DIGRA, remanejada da Secretaria de Administração, com idêntica estrutura.

A importância da unidade logo se fez sentir, tanto pelo apoio técnico e logístico às unidades da Secretaria do Tribunal quanto pelo desenvolvimento de vários projetos de significativa importância para a Primeira Região, alguns dos quais são resumidamente descritos a seguir.

## Propostas de regulamentação

A partir de estudos, levantamentos documentais, pesquisa à legislação vigente, análise de dados estatísticos, de informações e sugestões recebidas de áreas técnicas diversas, foram elaboradas e padronizadas

pelo CENAG e por suas unidades integrantes minutas de resolução, portaria, instrução normativa e documentos similares, com vistas à normatização no âmbito do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias integrantes da Primeira Região, destacando-se:

- ▣ regulamentação acerca da estrutura, instalação e funcionamento dos juizados especiais federais na Primeira Região, abrangendo questões como criação de centrais de digitação e centrais de perícias, núcleo de intimação, ampliação dos serviços de atermação, criação de novas turmas recursais, ampliação do quadro de servidores, suspensão de expediente;
- ▣ regulamentação de critérios para redistribuição dos processos aos novos membros que passaram a compor a Corte Especial, por força do art. 93 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, na forma regulamentada pela Resolução 16, de 30/05/2006, do Conselho Nacional de Justiça, estabelecendo o provimento da metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo Plenário;
- ▣ regulamentação sobre a utilização de nomes de pessoas vivas para designar salas ou dependências de edifícios do Tribunal e da Justiça Federal de primeira instância da Primeira Região, por solicitação da relatora do Processo Administrativo 3.585/2005 na Corte Especial Administrativa (em fase de apreciação);
- ▣ revisão da jurisdição das subseções criadas pela Lei 10.772/2003, de acordo com sugestões recebidas das diretorias de foro, com conseqüente alteração da Resolução 600-17 de 28/06/2005 (em fase de apreciação);
- ▣ padronização dos códigos dos JEFs: foram propostos critérios para descrição de código de JEF e definição de sua competência nos sistemas informatizados da Primeira Região, objetivando-se facilitar os lançamentos e o levantamento de informações que se baseiam nesses dados dos JEFs (a proposta foi aprovada pela Presidência e encontra-se consubstanciada no Processo Administrativo 9.252/2006);
- ▣ alteração da Resolução 19 de 17/11/2000, que dispõe sobre a instituição de incentivos funcionais no âmbito da Primeira Região, para inclusão de home-

nagem por 50 anos de serviços, por solicitação do relator do Processo Administrativo 186/2004 – TRF (em fase de apreciação);

- ▣ regulamentação sobre utilização e aquisição de veículos: foram consolidados levantamentos e informações sobre utilização de veículos, frota existente/necessária e critérios de substituição na Primeira Região, a fim de fornecerem subsídios ao Conselho da Justiça Federal para regulamentar a matéria em toda a Justiça Federal;
- ▣ regulamentação sobre certificação digital para a definição dos procedimentos relativos à emissão e utilização do documento de identificação digital no âmbito da Primeira Região, em face do constante na Resolução 397/2004 – CJF e no art. 2º da Lei 11.280/2006 (o CENAG participou de reuniões com a área de tecnologia da informação, realizou estudos e elaborou minuta de instrução normativa sobre o assunto, com apreciação e aprovação previstas para o início de 2007).

## Instruções normativas

### Agilidade e eficiência

Cabe ao CENAG elaborar e atualizar as instruções normativas – INs, documentos de caráter dinâmico, que têm como finalidade a organização e o ordenamento administrativo interno do Tribunal e das Seccionais.

Objetivando conferir maior dinamismo e economicidade à elaboração, revisão e aprovação das INs, o CENAG propôs a alteração da IN-15-01 – Metodologia para Emissão de Instrução Normativa. Aprovada pela Resolução 650-8/2006, a nova versão da IN-15-01 prevê que as INs sejam emitidas diretamente por portaria do Presidente do Tribunal, exceto quando tratarem de matérias complexas ou polêmicas, momento em que serão encaminhadas à apreciação das instâncias competentes.

### Atualização

Em 2006, a perfeita interação com outras unidades administrativas resultou na análise e revisão das seguintes INs, com previsão de aprovação e publicação em 2007:

- ▣ IN-14-11 – Viagens a Serviço;
- ▣ IN-14-20 – Porte de Arma de Fogo Institucional;

- ▣ IN-14-07 – Serviços de Postagem;
- ▣ IN-14-12 – Protocolo Administrativo;
- ▣ IN-13-01 – Programa de Estágio;
- ▣ IN-18-01 – Auxílio-Transporte;
- ▣ IN-19-01 – Repositórios Oficiais de Jurisprudência.

## Estudos e pesquisas

### Regulamentação de convocação de juízes federais para atuar no segundo grau

Para dar cumprimento à Resolução 17, de 19/06/2006, do Conselho Nacional de Justiça, foi elaborada proposta de resolução para a Primeira Região que, a um só tempo: a) definiu critérios que atendessem ao princípio da impessoalidade da escolha dos magistrados a serem convocados; b) unificou a regulamentação das diversas formas de convocação de juízes federais para atuar em segundo grau.

Como ponto principal da proposta, foi atribuída a incumbência da indicação e da escolha do juiz a ser convocado à sessão da turma julgadora a que pertença o desembargador federal que será auxiliado ou substituído. A escolha será efetuada entre 3 nomes de magistrados que preencham os requisitos estabelecidos no edital.

No caso do auxílio à Presidência, à Vice-Presidência, à Corregedoria-Geral e ao Gabinete do Desembargador Federal Coordenador dos Juizados Especiais, caberá aos desembargadores federais no exercício dessas unidades indicar, para aprovação da Corte Especial Administrativa, por convocação, 3 magistrados que atendam aos requisitos estabelecidos para a convocação.

A proposta foi aprovada pela Corte Especial Administrativa na sessão de 26/10/2006, dando origem à Resolução 600-10 de 22/11/2006.

### Regulamentação para ampliação do projeto de conciliação para a primeira instância

O Projeto Conciliação foi iniciado apenas com processos sobre o Sistema Financeiro Habitacional que se encontravam no Tribunal.

O sucesso obtido, com elevado índice de acordos, levou as Seccionais a demandarem ao Tribunal a extensão da iniciativa aos processos que tramitam nos Estados, medida pormenorizada e autorizada pela Portaria/PRESI 600-468 de 30/11/2006.

### Critérios e conceitos para apuração do merecimento dos magistrados de primeiro grau

Os incisos II, III e IV do art. 93 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 45, de 08/12/2004, tornaram obrigatória a adoção de critérios objetivos para a promoção por merecimento de magistrados. Em consequência, o Conselho Nacional de Justiça emitiu a Resolução 6, de 19/06/2006, que trouxe alguns critérios sobre o assunto.

Na Primeira Região, o assunto já era regulamentado pela Resolução 11 de 12/08/1994, que dispõe sobre as funções, as atribuições, o estágio probatório, a avaliação, a vitaliciedade e a promoção dos juízes federais substitutos, assim como a remoção de juízes federais e juízes federais substitutos.

Em vista da necessidade de se regulamentarem os critérios e conceitos para apuração do merecimento dos magistrados de primeiro grau, foram realizados aprofundados estudos e elaborada proposta que acrescenta aos temas já tratados na Resolução 11/1994 o acesso de juízes federais ao Tribunal, bem como novos critérios para apuração de produtividade, presteza e efetividade no exercício da jurisdição e apuração de frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento e especialização.

Os estudos preliminares foram encaminhados para apreciação pela Presidência do Tribunal e deverão prosseguir no início de 2007.

### Realinhamento administrativo do Tribunal

Devido à crescente demanda pelos serviços judiciais, que chegou ao ápice no Tribunal nos anos de 2000 e 2001, esta Corte envidou todos os esforços para equa-

cionar as dificuldades vivenciadas pelos gabinetes dos desembargadores federais e pela Secretaria Judiciária.

Contornados os principais problemas no que tange à estrutura dos gabinetes (contam atualmente com 15 servidores gratificados e um servidor excedente — um anteprojeto de lei para ampliação da composição do Tribunal para 51 membros encontra-se em tramitação no Conselho da Justiça Federal) e tendo em vista as inúmeras dificuldades enfrentadas pela área administrativa para manter o funcionamento do Tribunal e prestar o necessário apoio à primeira instância, foram realizados aprofundados estudos que permitiram a revisão das estratégias de ação e do delineamento organizacional administrativo.

A proposta de realinhamento da área administrativa do Tribunal, objeto do Processo Administrativo 5.006/2006, foi aprovada pelo Plenário na sessão de 10/11/2006 e regulamentada pela Resolução 600-09 de 13/11/2006.

### Sistema de Autorização de Viagens a Serviço

Para atualização da IN-14-11 – Viagens a Serviço, o CENAG pesquisou os procedimentos de solicitação, autorização e pagamento das diárias, por meio da análise dos formulários utilizados e da realização de reuniões/contatos com a equipe da área financeira, responsável por esta atividade no Tribunal.

Durante estudos sobre a IN-14-11, foi constatado que todo o procedimento de autorização, pagamento e prestação de contas das diárias, com o uso do formulário de Autorização de Viagem a Serviço – AVS, necessitava ser revisto e, principalmente, automatizado.

Para tanto, uma parceria entre o CENAG e as áreas de administração, controle interno e tecnologia da informação do Tribunal iniciou o projeto do Sistema de Autorização de Viagens a Serviço – e-AVS, que se encontra em fase de desenvolvimento pela SECIN. Será o primeiro processo administrativo virtual da Primeira Região e trará agilidade, eficiência e maior controle dos gastos na concessão de diárias.

## Assessoramento técnico ao Diretor-Geral

A atuação do CENAG como órgão de assessoramento técnico direto ao Diretor-Geral enseja sua participação em trabalhos de maior dimensão, que exigem conhecimentos multidisciplinares e interação com diversos segmentos do Tribunal e da Primeira Região.

### Desapropriação de imóveis para as Seccionais

Coube ao CENAG auxiliar a Diretoria-Geral nos nodados esforços para aprovação de desapropriação de imóveis para as sedes das Seções Judiciárias de Minas Gerais e da Bahia, mediante a análise das informações e preparação de documentação necessária, que envolve minuta de anteprojeto de lei, estatísticas, plantas, certidões e escrituras dos imóveis e uma série de outros documentos exigidos por lei.

Todos os procedimentos tiveram excelentes resultados, coroados com a desapropriação dos 3 imóveis para a nova sede da Seccional de Minas Gerais.

Também a desapropriação de 3 terrenos para a Seccional do Pará mobilizou a Diretoria-Geral. A documentação preparada pela Seccional do Pará foi verificada pelo CENAG e apresentada ao Ministério da Justiça, resultando no Decreto de Desapropriação de 14/12/2006, publicado no dia posterior.

### Controle à prática de nepotismo

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ emitiu a Resolução 7, de 18/10/2005, alterada posteriormente pela Resolução 9, de 06/12/2005, e pelo Enunciado Administrativo 1 – Nepotismo (parcialmente aprovado em 15/12/2005 e parcialmente em 11/04/2006), disciplinando o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário.

Aos tribunais foi exigida a identificação das situações que se enquadrassem nas vedações definidas, a adoção das providências cabíveis em cada caso e a comunicação ao CNJ.

Para dar cumprimento às determinações, o Tribunal realizou amplo levantamento por meio do formu-

lário Declaração de Relação Familiar ou de Parentesco, encaminhado a todos os desembargadores federais, magistrados de primeiro grau e servidores do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias ocupantes de funções comissionadas e de cargos em comissão.

No âmbito das Seções e Subseções Judiciárias, coube aos diretores de foro realizar a análise situacional, adotar as providências necessárias e informá-las ao Tribunal.

A análise geral das informações e a consolidação do relatório final sobre a Primeira Região para apresentação à Presidência foram realizadas em parceria entre a assessoria da DIGES e a área de legislação de pessoal da Secretaria de Recursos Humanos. Após avaliação e análise, a Presidência encaminhou as informações pertinentes ao Conselho Nacional de Justiça.

As situações em que houve dúvida quanto ao enquadramento motivaram o encaminhamento de consultas ao CNJ e têm sido paulatinamente apreciadas por aquele colegiado.

### Teto remuneratório constitucional

Consoante o disposto no art. 88 da Constituição Federal, regulamentado pelas Resoluções 13 e 14, ambas de 21/03/2006, do Conselho Nacional de Justiça — que dispõem sobre a aplicação do teto remuneratório para magistrados e servidores do Poder Judiciário —, o Tribunal, as Seções e as Subseções Judiciárias procederam ao levantamento de informações na Primeira Região, encaminhando o formulário Declaração – Teto Remuneratório Constitucional (CF/88, art. 37, XI) para preenchimento por todos os magistrados e servidores.

As informações recebidas foram analisadas e consolidadas em trabalho conjunto entre o CENAG e a Secretaria de Recursos Humanos, resultando em relatório circunstanciado sobre a Primeira Região para apresentação à Presidência do Tribunal e informação ao CNJ. O relatório discrimina o montante dos subsídios e da remuneração dos magistrados e servidores que ultrapassam o teto remuneratório constitucional, antes e após a adequação, especificando, detalhadamente, o valor e a base legal que ampara o pagamento

de cada uma das parcelas constantes dos respectivos contracheques, inclusive com informação de eventuais pagamentos de vantagens realizados em cumprimento à decisão judicial.

As dúvidas supervenientes quanto às hipóteses de exclusão do teto remuneratório foram encaminhadas como consultas ao colendo Conselho Nacional de Justiça.

## Consultas de normas do Tribunal na intranet e internet

Objetivando facilitar e agilizar a identificação e pesquisa de resoluções e portarias disponíveis na intranet e na internet, o CENAG definiu critérios para descrição dos assuntos e realizou os cadastramentos necessários.

Dessa forma, ao consultar os submenus Resoluções Publicadas e Portarias Publicadas, os usuários passaram a contar com a descrição completa do conteúdo de todas as resoluções publicadas desde 1989 e dos conteúdos das portarias de anos ímpares.

Em 2007, os trabalhos serão concluídos para as portarias de anos pares e para os atos.

## Gestão de documentos

A gestão de documentos no TRF foi formalmente iniciada em 1998, com a aprovação da IN-14-18 – Gestão de Documentos Jurídicos e Administrativos. Elaborada pela área de Desenvolvimento Organizacional do Tribunal em parceria com a Divisão de Arquivo Judicial, a norma detalhava os procedimentos para guarda e descarte de documentos e já previa a elaboração de uma tabela que determinasse o tempo de guarda dos documentos.

Essa IN foi utilizada, como um dos instrumentos de pesquisa da Comissão Técnica Interdisciplinar para Gestão de Documentos da Justiça Federal — formada pelos 5 TRFs e pelo CJF —, nos estudos para a elaboração do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade – PCTT, que define o tempo de guarda dos documentos e processos administrativos e padroniza

seu armazenamento de acordo com o assunto a que se referem.

Para que o PCTT fosse implantado em toda a Primeira Região, a partir de 2000, foram realizados treinamentos, com 20 horas-aula, dirigidos aos servidores do Tribunal e das Seccionais, que passaram a atuar como multiplicadores em suas unidades, repassando o conhecimento adquirido aos colegas de trabalho.

Com o objetivo de concluir a implantação do PCTT em toda a Primeira Região, o CENAG realizou em 2006 treinamentos nas 4 últimas Seccionais que ainda não tinham adotado a tabela para classificar seus documentos e processos administrativos: Amapá, Pará, Piauí e Roraima.

**Quadro 81**  
**Histórico da implantação do PCTT na Primeira Região**

Ano	Mês	Unidade
1998	Junho	Publicação da IN-14-18
1999	Dezembro	Publicação do PCTT pelo CJF
Implantação do PCTT		
2000	Novembro	Tribunal
2001	Outubro	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
2003	Junho	Seção Judiciária do Estado do Amazonas
2004	Abril	Seção Judiciária do Estado de Goiás
	Junho	Seção Judiciária do Estado da Bahia
	Setembro	Seção Judiciária do Estado do Maranhão
2005	Fevereiro	Seção Judiciária do Distrito Federal
	Abril	Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso
	Maior	Seção Judiciária do Estado do Acre
	Julho	Seção Judiciária do Estado de Rondônia
	Agosto	Seção Judiciária do Estado do Tocantins
	Novembro	Seção Judiciária do Estado do Amazonas*
2006	Março	Seção Judiciária do Estado do Piauí
		Seção Judiciária do Estado do Amapá
		Seção Judiciária do Estado do Pará
	Abril	Seção Judiciária do Estado de Roraima

\*Segundo treinamento.

## Implantação do PCTT nas Seccionais



Servidores durante treinamento realizado na Seção Judiciária do Estado do Pará.



Servidores realizam o processamento de documentos na Seção Judiciária do Estado do Piauí.



Servidores do Tribunal e da Seção Judiciária do Estado do Piauí que participaram da implantação do PCTT.



Servidores são treinados na Seção Judiciária do Estado do Amapá.

## Gestão de autos findos

O CENAG é um dos componentes da Comissão de Avaliação de Documentos da Primeira Região, instituída pelas Portarias/PRESI 650-306/2004 e 600-060/2005 com o fito de definir a política global de gestão de documentos da Primeira Região, desde a seleção, sigilo, manutenção, arquivamento e descarte até a adoção de procedimentos necessários, de acordo com as normas vigentes sobre o assunto (Resoluções 217/1999, 359/2004 e 393/2004 do CJF).



Desembargador Federal Leomar Amorim, Presidente da Comissão de Gestão de Documentos, reúne-se com demais membros.

O Tribunal tem trabalhado arduamente para capacitar os servidores dos arquivos judiciais para a seleção e identificação de autos findos e preservação daqueles de importância legal, informativa e histórica. Além da seleção e preservação do acervo histórico, devem-se considerar as sérias dificuldades advindas da limitação de espaço físico para a guarda de processos e documentos judiciais do Tribunal e da Primeira Instância.

Objetivando-se construir um sistema de informações eficaz e eficiente para a gestão do conjunto processual da Primeira Região, foi solicitado às Seccionais que iniciassem a alteração do cadastro dos processos no Sistema Processual, nos termos estabelecidos pelo CJF, visando à seleção do acervo de guarda permanente.

A Comissão tem trabalhado com o objetivo de implantar no sistema processual rotinas específicas para cadastramento de ações muito antigas que compõem o acervo da Justiça Federal e que não estão lançadas, bem como para alteração do assunto dos processos arquivados antes da implantação da Tabela Única de Assuntos – TUA, aprovada pelo CJF.



Desembargador Federal Leomar Amarorim, Presidente da Comissão de Avaliação de Documentos da Primeira Região, servidora do Tribunal e servidores da Seção Judiciária de Minas Gerais em visita ao arquivo da seccional



Diretora da DIGET em visita ao arquivo da SJ/MG.

## Atualização dos organogramas das Seccionais

Desde a criação do CENAG, foi estabelecida a diretriz de atualizar e manter disponíveis para consulta os organogramas (representação gráfica da estrutura organizacional dos órgãos e unidades) e normas sobre a estrutura do Tribunal, das Seções e Subseções Judiciárias.

Dessa forma, promoveu-se a atualização integral dos organogramas das Seções Judiciárias da Primeira Região para adequação às alterações da Resolução 5/1999, relativas à instalação de varas federais criadas pela Lei 10.772/2003 e à instituição dos juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da Justiça Federal pela Lei 10.259/2001.

Os atos que regulamentam a estrutura foram organizados e serão consolidados e publicados em 2007.

**Quadro 82**  
**Resoluções relativas à estrutura organizacional da primeira instância**

Norma	Assunto
Resolução/PRESI 5 de 13/04/1999	Dispõe sobre a reestruturação organizacional da Justiça Federal da primeira instância da Primeira Região. Alterada pela Resolução 600-18/2003, Resolução 600-16/2004, Resolução 600-2/2005, Resolução 600-3/2005, Resolução 600-4/2005, Resolução 600-5/2005, Resolução 600-10/2005, Resolução 600-11/2005, Resolução 600-12/2005 e pela Resolução 600-24/2005.
Resolução/PRESI 3 de 06/02/2002	Disciplina a instalação dos juzizados especiais federais cíveis criminais na Primeira Região e dá outras providências. Alterada pela Resolução 06/2002, Resolução 11/2002, Resolução 14/2002, Resolução 13/2002, Resolução 600-18/2003, Resolução 600-2/2005, Resolução 600-3/2005, Resolução 600-10/2005, Resolução 600-28/2005 e pela Resolução 600-1/2006.
Resolução/PRESI 600-18 de 16/12/2003	Autoriza a instalação de 18 varas federais na Primeira Região, dispõe sobre sua organização e estrutura e dá outras providências. Alterada pela Resolução 600-4/2005, Resolução 600-5/2005, Resolução 600-11/2005, Resolução 600-12/2005, Resolução 600-24/2005 e pela Resolução 600-29/2005. Altera a Resolução 5/1999, a Resolução 3/2002 e a Resolução 600-9/2003.
Resolução/PRESI 600-16 de 17/12/2004	Designa funções comissionadas existentes para os juzizados especiais Federais nas Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região e reestrutura áreas estratégicas do Tribunal. Altera as Resoluções 5/1999 e 22/2002.
Resolução/PRESI 600-2 de 11/02/2005	Autoriza o início de funcionamento de vara federal de juzizado na cidade de Palmas/TO, cria a Coordenação Seccional dos JEFs e destina cargos efetivos e funções comissionadas à secretaria única das turmas recursais na Seção Judiciária do Estado do Tocantins. Altera a Resolução 5/1999 e a Resolução 3/2002.
Resolução/PRESI 600-3 de 22/02/2005	Autoriza o início de funcionamento de vara federal na cidade de Passos/MG e cria a Subseção Judiciária de Passos. Altera a Resolução 5/1999 e a Resolução 03/2002.
Resolução/PRESI 600-4 de 28/02/2005	Autoriza o início de funcionamento de varas federais na Seção Judiciária do Distrito Federal. Altera a Resolução 5/1999 e a Resolução 600-18/2003.
Resolução/PRESI 600-5 de 28/02/2005	Autoriza o início de funcionamento de vara federal na Seção Judiciária do Estado de Goiás. Altera a Resolução 5/1999 e a Resolução 600-18/2003.
Resolução/PRESI 600-10 de 30/03/2005	Autoriza a instalação de vara federal na cidade de Caxias/MA e cria a Subseção Judiciária de Caxias. Altera a Resolução 5/1999 e a Resolução 3/2002.
Resolução/PRESI 600-11 de 01/04/2005	Converte a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia em vara de juzizado especial federal. Altera a Resolução 5/1999 e a Resolução 600-18/2003.
Resolução/PRESI 600-12 de 01/04/2005	Autoriza a instalação da 23ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia. Altera a Resolução 5/1999 e a Resolução 600-18/2003.
Resolução/PRESI 600-18 de 28/06/2005	Autoriza a instalação e define a estrutura e a organização das Subseções Judiciárias criadas pela Lei 10.772/2003 com funcionamento autorizado a partir de 2005. Alterada pela Resolução/PRESI 600-1/2006.
Resolução/PRESI 600-24 de 01/09/2005	Converte a 9ª Vara Federal da Seccional da Bahia e a 1ª Vara Federal da Seccional de Minas Gerais em varas de juzizado especial federal e destina cargos e funções remanescentes da 15ª Vara de Juzizado da Bahia. Alterada pela Resolução 600-27/2005. Altera a Resolução 5/1999 e a Resolução 600-18/2003.



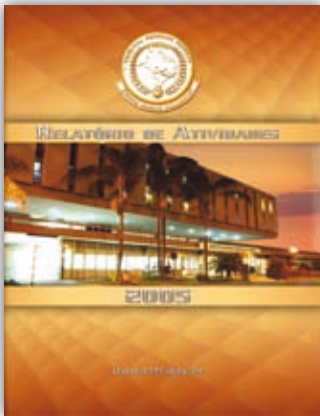
## Publicações institucionais

Entre as atividades relacionadas às áreas de projetos editoriais, programação visual e controle de texto, teve especial destaque a nova publicação da Série Insignes, intitulada: Solenidade Comemorativa dos 17 anos do TRF 1ª Região – Discurso proferido pelo Desembargador Federal Souza Prudente. As publicações dessa série destinam-se a homenagens prestadas ou recebidas por desembargadores federais do TRF 1ª Região.

Desde o mês de agosto, importante ferramenta para incremento das tarefas de revisão de texto foi

incorporada aos trabalhos, com a utilização de instrumentos digitais que conferem maior agilidade e segurança à revisão. Com a nova tecnologia, os revisores têm acesso direto ao arquivo do texto a ser revisado e maior interação com os demais usuários. Durante o ano, os benefícios puderam ser sentidos na revisão de publicações, portarias, atos, ofícios, despachos, *RH on-line*, Perguntas e Respostas e outros documentos e publicações recebidas pela equipe, em um total de 581 documentos.

A seguir são apresentadas as principais atividades de arte e programação visual e revisão de texto realizadas em 2006.



Relatório de Atividades 2005



Revista Jurídica da Seção Judiciária do Estado do Piauí

Justiça em Ação  
combate ao tráfico  
internacional de drogas  
Elaboração de cartazes e fôlderes  
referentes à campanha

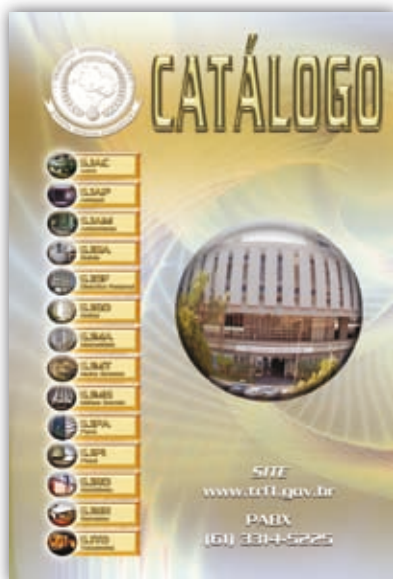




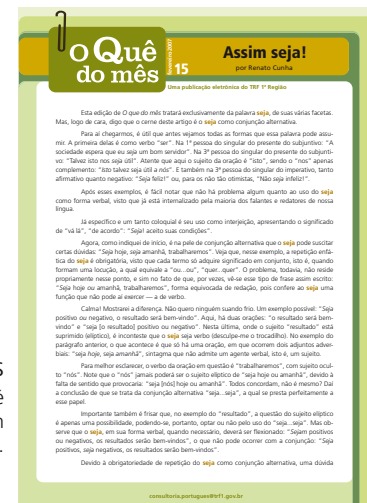
Revista do TRF 1ª Região (edições de agosto a dezembro)



Calendário 2006  
Produção do calendário anual, com apresentação de obras artísticas que fazem parte do acervo do Tribunal.



Catálogo Telefônico 2006  
Coleta, atualização e revisão de dados



O Que do Mês  
Alteração do leiaute da publicação, que é veiculada no site do TRF 1ª Região e contém artigos sobre questões da língua portuguesa.

## Material gráfico para divulgação de eventos

- ▶ Folheto informativo do PRO-SOCIAL/PGQVT. 25ª Campanha de Prevenção à Cárie Infantil.
- ▶ Espaço Cultural  
Criação de cartazes e convites, com identidade visual, de exposições de artes plásticas e lançamentos de livros no Espaço Cultural do Tribunal.
- ▶ Festa Junina  
Criação de cartazes, convites e credenciais referentes ao evento.
- ▶ Missa de Natal  
Criação de cartazes e convites.  
Diagramação do livreto.

O trabalho final dessas publicações e material de divulgação, ou seja, a reprodução gráfica, a montagem e o acabamento, é realizado pela Divisão de Serviços Gráficos do Tribunal, que tem colaborado para a excelente qualidade dos produtos desenvolvidos para esta Casa e para muitas Seções e Subseções Judiciárias, sempre cumprindo os prazos estabelecidos — ainda que reduzidos —, o que demonstra o comprometimento e a dedicação da pequena, mas valiosa, equipe de trabalho.

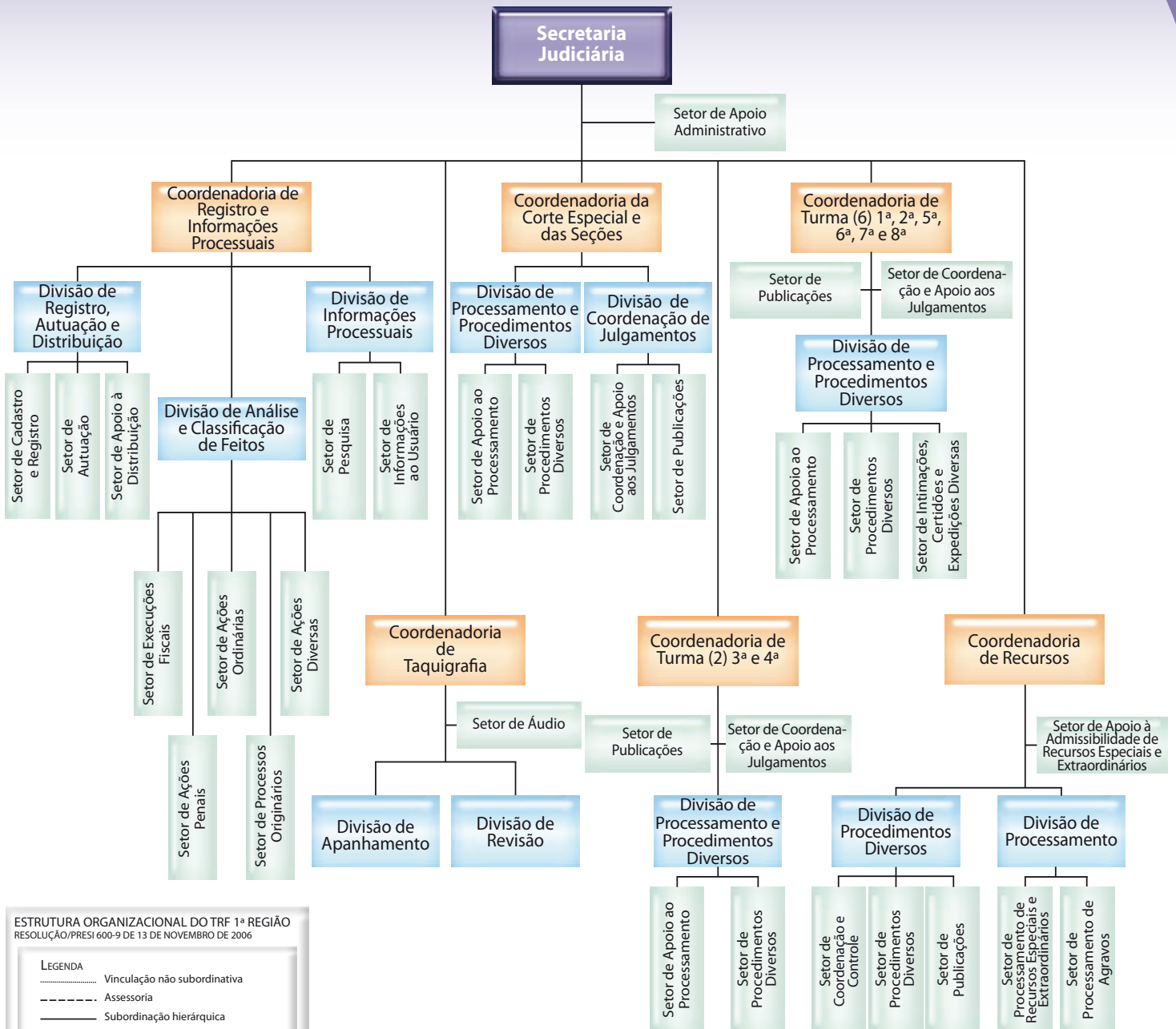
Os números de seu desempenho no ano constam do quadro a seguir.

**Quadro 83**  
**Reprodução gráfica**

Descrição dos serviços		Quantidade
Periódicos	Revista do TRF 1ª Região	11.600
	Cartaz da Revista do TRF	2.000
	Índice Geral da Revista	1.000
	Revista Destaque Mensal	6.000
<b>Subtotal</b>		<b>20.600</b>
Outras publicações	Carta Convite – Campanha Pro-Dentinho	800
	Ficha de inscrição/adesivos – campanha Pro-Dentinho	500
	Jogos infantis – campanha Pro-Dentinho	900
	Capa de prova – XII Concurso de Juiz Federal Substituto	4.800
	Reprodução das provas – XII Concurso de Juiz Federal Substituto	90.000
	Marcador de livros – Dia do Servidor	10.300
	Relatório de Atividades 2005	400
	Catálogo Telefônico 2006	1.000
	Impresso para emissão de documentos forenses	4.000
	Revista Jurídica da Seção Judiciária do Maranhão	500
	Livro: Memória e Arte do STF no Rio de Janeiro	1.300
	Convites para instalação de varas federais	8.800
	Cartazes – juizado especial federal itinerante	7.000
	Fôlder – juizado especial federal itinerante	5.000
	Cartilha dos juizados especiais federais	3.000
	Livreto – Bem-Vindo ao TRF 1ª Região	300
	Cadastro de estagiários	500
	Termo de recebimento, autuação e distribuição	2.500
	Capa de arquivo provisório do julgado	2.500
	Capas de processos do TRF 1ª Região	54.500
Cartões para correspondência de autoridades	43.000	
<b>Subtotal</b>		<b>241.600</b>
Encadernações		200
<b>Total</b>		<b>262.400</b>

# SECJU

Secretaria Judiciária



**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO**  
 RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

**LEGENDA**

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

A Secretaria Judiciária – SECJU, responsável pela coordenação das atividades cartorárias nos feitos judiciais, é a maior unidade administrativa do Tribunal e, em que pese a enorme demanda pelos serviços de apoio e suporte à prestação jurisdicional, está sempre buscando o aprimoramento dos trabalhos e a qualidade no atendimento.

Entre as atividades desenvolvidas pela Secretaria Judiciária, no período compreendido entre abril e dezembro de 2006, destaca-se a elaboração de 501 despachos em processos de competência da Presidência desta Corte, sob a supervisão do Juiz Federal em auxílio à Presidência, Reynaldo Soares da Fonseca.

De acordo com o realinhamento administrativo do Tribunal implementado pela Resolução 600-9 de 13/11/2006, a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJUD foi retirada da estrutura da SECJU a fim de que a Secretaria possa concentrar suas ativida-

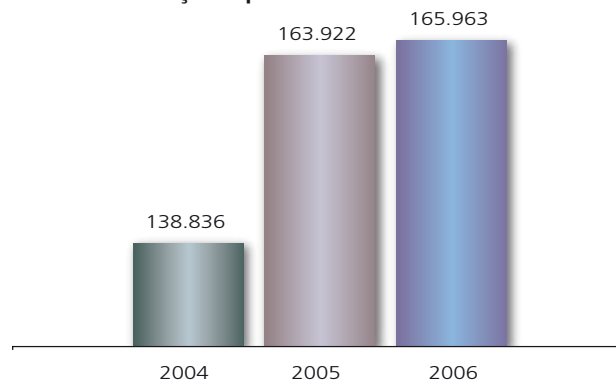
des exclusivamente nos assuntos cartorários e de apoio a julgamentos.

## Protocolo judicial

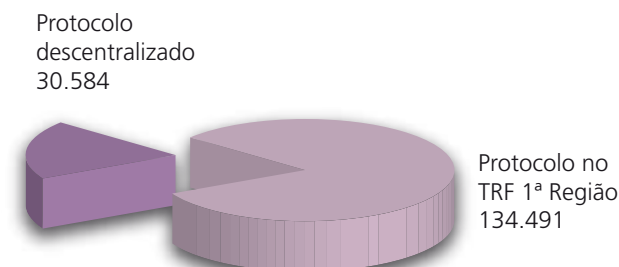
Além do recebimento convencional de petições, feito no protocolo do Tribunal, o TRF 1ª Região conta com o recebimento de petições por meio eletrônico e com o protocolo descentralizado. A facilidade advinda dessas modalidades tornou possível a obtenção de celeridade na tramitação processual, a democratização do acesso à Justiça e melhor prestação jurisdicional pelo Tribunal, proporcionando maior economia ao jurisdicionado.

Do total de petições dirigidas ao Tribunal — 165.963 — 22,8% foi recebido pelo protocolo descentralizado, o que significa que tal modalidade já está definitivamente consolidada e deverá apresentar crescimento mais elevado nos próximos anos.

**Gráfico 19**  
Petições apresentadas ao Tribunal



**Gráfico 20**  
Petições protocolizadas



**Quadro 84**  
**Petições iniciais e diversas protocolizadas**

	<b>Discriminação</b>	<b>Total</b>
Petições iniciais	Processos originários recebidos (TRF 1ª Região)	14.183
	Processos originários recebidos (protocolo descentralizado)	12.405
	Petições recebidas por meio eletrônico no Tribunal	61
	<b>Total</b>	<b>26.649</b>
Petições diversas	Petições protocolizadas no TRF 1ª Região	120.308
	Petições recebidas pelo protocolo descentralizado	18.179
	Petições recebidas por meio eletrônico no Tribunal	827
	<b>Total</b>	<b>139.314</b>
	Processos recebidos da primeira instância	80.271

Fonte: CORIP.

**Quadro 85**  
**Petições diversas recebidas**

<b>Recursos</b>	<b>TRF</b>
Agravo regimental	1.957
Agravo de instrumento	5.354
Embargos infringentes	538
Embargos de divergência	2
Embargos de declaração	10.535
Recurso extraordinário	3.701
Recurso especial	8.938
Recurso ordinário	112
Petições diversas	89.171
<b>Total</b>	<b>120.308</b>

Fonte: CORIP.

**Quadro 86**  
**Petições diversas recebidas nas Seções Judiciárias**

Seções Judiciárias	Recursos									Total
	Agravos regimentais	Agravos de instrumento	Embargos infringentes	Embargos de divergência	Embargos de declaração	Recursos extraordinários	Recursos especiais	Recursos ordinários	Petições diversas	
Acre	2		1		2	2	3	1	153	164
Amapá	1				4	1	1		44	51
Amazonas	9	4			25	22	21		246	327
Bahia	78	17	13	1	184	92	148	1	1.714	2.248
Goiás	36	67	6		160	49	163	8	1.262	1.751
Maranhão	13	2	1		27	4	27		381	455
Mato Grosso	267	205	37		844	358	755	7	6.785	9.258
Minas Gerais	18	5			52	11	56	3	660	805
Pará	26	8		1	49	14	19	1	526	644
Piauí	3	10			18	3	8		142	184
Rondônia	9	2			60	14	42	1	204	332
Roraima		1			1				28	30
Tocantins	4				6	6	11	1	94	122
<b>Total</b>	<b>466</b>	<b>321</b>	<b>58</b>	<b>2</b>	<b>1.432</b>	<b>576</b>	<b>1.254</b>	<b>23</b>	<b>12.239</b>	<b>16.371</b>

Fonte: CORIP.

**Quadro 87**  
**Petições diversas recebidas nas Subseções Judiciárias**

Subseções Judiciárias		Recursos								Total	
		Agravos regimentais	Agravos de instrumento	Embargos infringentes	Embargos de divergência	Embargos de declaração	Recursos extraordinários	Recursos especiais	Recursos ordinários		Petições diversas
BA	Ilhéus	3	4			9	3	17		64	100
MA	Imperatriz					2			1	44	47
MG	Juiz de Fora	2	21	1		114	27	44		465	674
	Uberaba	3		1		10		7		209	230
	Uberlândia	19	6			29	7	10		349	420
	Ipatinga	2				2	3	3		38	48
	Divinópolis									5	5
	Governador Valadares									6	6
	Lavras									3	3
	Montes Claros		1			2		3		2	8
	Pouso Alegre									10	10
	Passos									3	3
	Sete Lagoas	2				1				6	9
São Sebastião do Paraíso					13		1		139	153	
Varginha	1				1		1		37	40	
PA	Marabá					1		1		41	43
	Santarém									9	9
<b>Total</b>		<b>32</b>	<b>32</b>	<b>2</b>		<b>184</b>	<b>40</b>	<b>87</b>	<b>1</b>	<b>1.430</b>	<b>1.808</b>

Fonte: CORIP.



**Quadro 88**  
**Protocolo descentralizado de petições iniciais**

Seções Judiciárias	Total
Acre	77
Amapá	70
Amazonas	228
Bahia	2.758
Goiás	916
Maranhão	478
Mato Grosso	490
Minas Gerais	5.380
Pará	1.034
Piauí	319
Rondônia	301
Roraima	151
Tocantins	203
<b>Total</b>	<b>12.405</b>

Fonte: CORIP.

**Quadro 89**  
**Processos distribuídos por grupo no Tribunal**

Processos distribuídos		
Código	Grupo	Quantidade
19	Ação penal	1
20	Ação penal	3
35	Agravo de instrumento	20.378
38	Agravo de instrumento originário	1
39	Agravo de instrumento	1
44	Agravo de instrumento em recurso especial	2
86	Apelação cível	41.814
94	Apelação criminal	1.021
108	Apelação em mandado de segurança	6.882
132	Carta testemunhável	122
133	Carta precatória	78
134	Carta precatória	26
135	Carta precatória	2
160	Ação de improbidade administrativa	3
205	Exceção de suspeição	30
213	<i>Habeas corpus</i>	1.174
231	Medida cautelar	15
248	Medida cautelar	224
265	Recurso de <i>habeas data</i>	20
272	Recurso criminal	440
280	Recurso de <i>habeas corpus</i>	16
329	Agravo de petição trabalhista	3
336	Remessa <i>ex officio</i>	2.174
337	Remessa <i>ex officio</i> em mandado de segurança	1.957
338	Remessa <i>ex officio</i> em <i>habeas data</i>	2
345	Representação	1
370	Suspensão de segurança	1
380	Medida cautelar	1
400	Recurso de <i>habeas corpus (ex officio)</i>	10
434	Petição	19
469	Exceção de impedimento	1

Processos distribuídos		
Código	Grupo	Quantidade
470	Exceção de incompetência	1
477	Restauração de autos	1
558	Agravo em execução penal	14
566	Medida cautelar originária	2
639	Reclamação	1
647	Exceção de suspeição	1
663	Petição	13
697	Exceção de incompetência	1
710	Embargos infringentes em AR	09
728	Embargos infringentes em AC	80
730	Embargos infringentes e de nulidade em ACr	3
744	Conflito de competência	2.828
752	Mandado de segurança	415
760	Revisão criminal	15
764	Embargos infringentes e de nulidade em RcCr	2
779	Ação rescisória	317
817	Queixa-crime	3
824	Inquérito	289
825	Inquérito	15
833	Mandado de segurança	103
850	Conflito de competência	20
892	Exceção de suspeição	1
923	Incidente de inconstitucionalidade na Corte Especial	3
930	Petição	6
949	Comunicação	1
965	Reclamação	5
973	Representação	2
992	Impugnação ao valor da causa	10
<b>Total</b>		<b>80.583</b>

Fonte: CORIP.

**Quadro 90**  
**Processos registrados**

Processos registrados		
Código	Grupo	Quantidade
38	Agravo de instrumento originário	4
43	Agravo de instrumento em RE	1.320
44	Agravo de instrumento em REsp	4.272
124	Avocatória	5
130	Carta de ordem	3
133	Carta precatória	1
136	Carta precatória	3
152	Carta de ordem	1
370	Suspensão de segurança	138
380	Medida cautelar	25
915	Restauração de autos	2
<b>Total</b>		<b>5.774</b>

Fonte: CORIP.

**Quadro 91**  
**Processos distribuídos e registrados (por magistrado)**

Desembargadores Federais	Quantidade
Presidente	5.774
Tourinho Neto	877
Catão Alves	3.700
Aloísio Palmeira Lima	3.859
Assusete Magalhães	4
Jirair Aram Meguerian	1.795
Carlos Fernando Mathias	3.697
Olindo Menezes	844
Mário César Ribeiro	590
Luciano Tolentino Amaral	3.715
Cândido Ribeiro	846
Hilton Queiroz	815
Carlos Moreira Alves	5.540
Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	834
Carlos Olavo	227
José Amílcar Machado	5.569
Antônio Ezequiel da Silva	3.697
Daniel Paes Ribeiro	3.354
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	5.547
João Batista Moreira	3.352
Souza Prudente	3.309
Selene de Almeida	3.280
Fagundes de Deus	3.310
Antônio Sávio de Oliveira Chaves	5.585
Maria Isabel Gallotti Rodrigues	3.256
Maria do Carmo Cardoso	3.708
Leomar Amorim	3.747
Neuza Alves	5.526
<b>Total</b>	<b>86.357</b>

Fonte: CORIP.

**Quadro 92**  
**Processos redistribuídos (por magistrado)**

Desembargadores federais	Quantidade
Tourinho Neto	41
Catão Alves	123
Aloísio Palmeira Lima	13.321
Jirair Aram Meguerian	9
Carlos Fernando Mathias	129
Olindo Menezes	41
Mário César Ribeiro	1.084
Luciano Tolentino Amaral	155
Cândido Ribeiro	30
Hilton Queiroz	38
Carlos Moreira Alves	83
Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	24
Carlos Olavo	5
José Amílcar Machado	81
Antônio Ezequiel da Silva	136
Daniel Paes Ribeiro	107
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	89
João Batista Moreira	115
Souza Prudente	113
Selene de Almeida	116
Fagundes de Deus	132
Antônio Sávio de Oliveira Chaves	79
Maria Isabel Gallotti Rodrigues	124
Maria do Carmo Cardoso	135
Leomar Amorim	143
Neuza Alves	86
<b>Total</b>	<b>16.539</b>

Fonte: CORIP.

## Apoio a julgamentos

**Quadro 93**  
**Sessões realizadas no Tribunal**

Órgãos julgadores	Ordinárias	Extraordinárias	Total
Corte Especial	21		21
Primeira Seção	23		23
Segunda Seção	24		24
Terceira Seção	24		24
Quarta Seção	23		23
Primeira Turma	63		63
Segunda Turma	62	2	64
Terceira Turma	68		68
Quarta Turma	73		73
Quinta Turma	65	2	67
Sexta Turma	68		68
Sétima Turma	64		64
Oitava Turma	64		64
<b>Total</b>	<b>642</b>	<b>4</b>	<b>646</b>

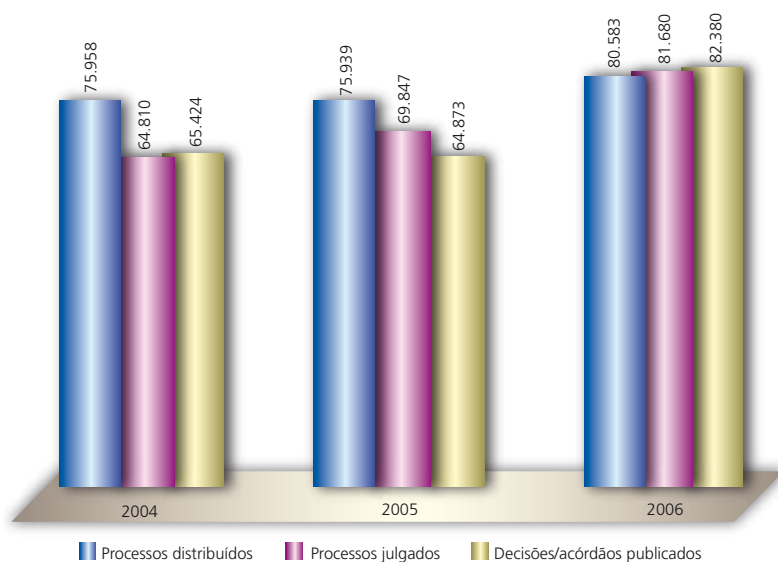
Fonte: Coordenadorias da SECJU.

**Quadro 94**  
**Desempenho dos órgãos julgadores**

Órgãos julgadores	Processos julgados	Decisões terminativas	Acórdãos publicados
Corte Especial	172	386	183
Primeira Seção	442	1.147	471
Segunda Seção	311	966	268
Terceira Seção	949	233	780
Quarta Seção	560	843	538
Primeira Turma	14.477	1.700	14.967
Segunda Turma	8.535	1.946	8.210
Terceira Turma	2.682	287	2.631
Quarta Turma	2.365	135	2.203
Quinta Turma	6.171	5.322	6.788
Sexta Turma	6.248	3.557	6.229
Sétima Turma	6.367	3.742	6.092
Oitava Turma	9.371	2.766	9.990
<b>Total</b>	<b>58.650</b>	<b>23.030</b>	<b>59.350</b>

Atualizações e correções feitas até 31/01/2007.  
Fonte: DIEST.

**Gráfico 21**  
**Processos distribuídos e julgados no Tribunal e decisões/acórdãos publicados\***



\*No total de processos julgados e decisões/acórdãos publicados, são computados os julgamentos dos órgãos colegiados e as decisões terminativas.  
Fonte: processos distribuídos e decisões publicadas – SECJU; processos julgados – DIEST.



**Quadro 95**  
**Outras estatísticas**

Órgãos julgadores	Pautas publicadas	Atas publicadas	Processos baixados ao juízo de origem	Processos remetidos à COREC
Corte Especial	24	21	63	14
Primeira Seção	24	24	244	102
Segunda Seção	31	23	1.053	42
Terceira Seção	36	22	147	199
Quarta Seção	26	20	319	216
Primeira Turma	66	59	12.202	1.881
Segunda Turma	67	52	7.376	1.326
Terceira Turma	83	42	1.078	461
Quarta Turma	73	68	1.694	262
Quinta Turma	67	63	8.583	1.512
Sexta Turma	68	53	3.141	1.873
Sétima Turma	65	65	6.530	1.351
Oitava Turma	66	56	5.969	1.689
<b>Total</b>	<b>696</b>	<b>568</b>	<b>48.399</b>	<b>10.928</b>

Fonte: Coordenadorias da SECJU.

## Serviços taquigráficos

O aumento da demanda por serviços taquigráficos agravou ainda mais o quadro de escassez de recursos materiais e humanos, mas não impediu que fossem realizadas as atividades de apanhamento taquigráfico dos julgados nas sessões das turmas, seções, Corte Especial, Conselho de Administração e Conselho Deliberativo do PRO-SOCIAL, de tradução de taquigramas, de digitação, pesquisa, revisão e envio de notas aos gabinetes, coordenadorias das turmas e das seções e

à Assessoria de Assuntos da Magistratura, bem como de gravação de entrevistas dos desembargadores, de seminários e palestras.

Além disso, os serviços de áudio foram bastante requisitados em diversas atividades: controle de som nas sessões de julgamento; operação de equipamentos de áudio instalados nas salas de sessões e no Plenário; instalação e controle de som em palestras, cursos, sa-raus, entre outros, nas dependências do Tribunal e anexos, no auditório do CENTREJUFE e no edifício Cabo Frio.

**Quadro 96**  
**Notas taquigráficas**

Órgãos julgadores	Notas taquigráficas elaboradas
Primeira Turma	1.599
Segunda Turma	2.608
Terceira Turma	3.117
Quarta Turma	2.693
Quinta Turma	2.932
Sexta Turma	5.635
Sétima Turma	3.506
Oitava Turma	4.054
Primeira Seção	464
Segunda Seção	657
Terceira Seção	1.058
Quarta Seção	582
Corte Especial Judicial	935
Corte Especial Administrativa	1.430
Plenário	512
Conselho de Administração	855
Conselho Deliberativo do PRO-SOCIAL	115
Turma Regional de Uniformização	354
Sessão solene	5
Comissão de Promoção de Juizes Federais Substitutos	15
<b>Total</b>	<b>33.126</b>

Fonte: COTAQ.

## Processamento de recursos

Entre as atividades relacionadas ao processamento de recursos, destacaram-se:

- ▣ recebimento de processos após juntada de recursos especial e extraordinário interpostos pelas partes após julgamento, com objetivo de abertura de vista para apresentação de contra-razões aos respectivos recursos;
- ▣ encaminhamento dos processos à Presidente para apreciação do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos;
- ▣ publicação de todas as decisões e despachos diversos exarados pela Presidente;
- ▣ encaminhamento à Presidente dos processos para deferimento das alterações e providências requeridas pelos advogados;
- ▣ processamento de quaisquer alterações e providências deferidas;
- ▣ recebimento da CORIP dos agravos interpostos das decisões de não admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários;

- ▣ publicação de AG/REsp e AG/RE interpostos e posterior remessa ao STJ ou STF ou sobrestamento, conforme o caso;
- ▣ sobrestamento de todos os processos enquanto pendentes de julgamento de agravos;
- ▣ apensamento aos processos que estavam sobrestados quando do retorno do STJ ou STF e remessa às varas de origem.

**Quadro 97**  
**Movimentação dos recursos**

Movimentação		Quantidade
Remetido	ao STJ	10.342
	ao STF	1.760
Recebido	do STJ	7.690
	do STF	4.856
Baixado definitivamente à origem		13.990

Fonte: COREC.

Em relação às atividades desenvolvidas, relacionam-se, ainda, a extração de 71 cartas de sentença, que corresponderam à arrecadação de R\$ 7.991,53 em custas, vários traslados requeridos pelo MPF, a publicação de 12.589 decisões e despachos da Presidência e Vice-Presidência, além de inúmeras intimações pessoais e remessas de autos a pessoas jurídicas de direito público.

**Quadro 98**  
**Publicações de decisões e despachos em recursos**

Recursos	Quantidade
Admitido	4.716
Não admitido	7.813
<b>Total</b>	<b>12.589</b>

Fonte: COREC.

## Novo sistema de consultas

Entre os aprimoramentos dos serviços da SECJU, está o Sistema de Terminal de Auto-Atendimento – e-TAA, uma nova aplicação web desenvolvida para os

terminais de auto-atendimento da Justiça Federal da Primeira Região. Implantado em abril de 2006, este aplicativo proporcionou aos usuários maior rapidez na consulta processual, permitindo a pesquisa por várias opções: número do processo no Tribunal, número do processo de origem, nome das partes, número da OAB e CPF/CNPJ. O sistema permite ainda a consulta a processos que estejam em tramitação tanto no Tribunal como nas Seções e Subseções da Primeira Região.

Além de beneficiar diretamente os usuários do sistema, os novos terminais, adquiridos pelo Tribunal para uso deste aplicativo, mais modernos e eficientes, proporcionaram redução de material de consumo e de mão-de-obra para manutenção.



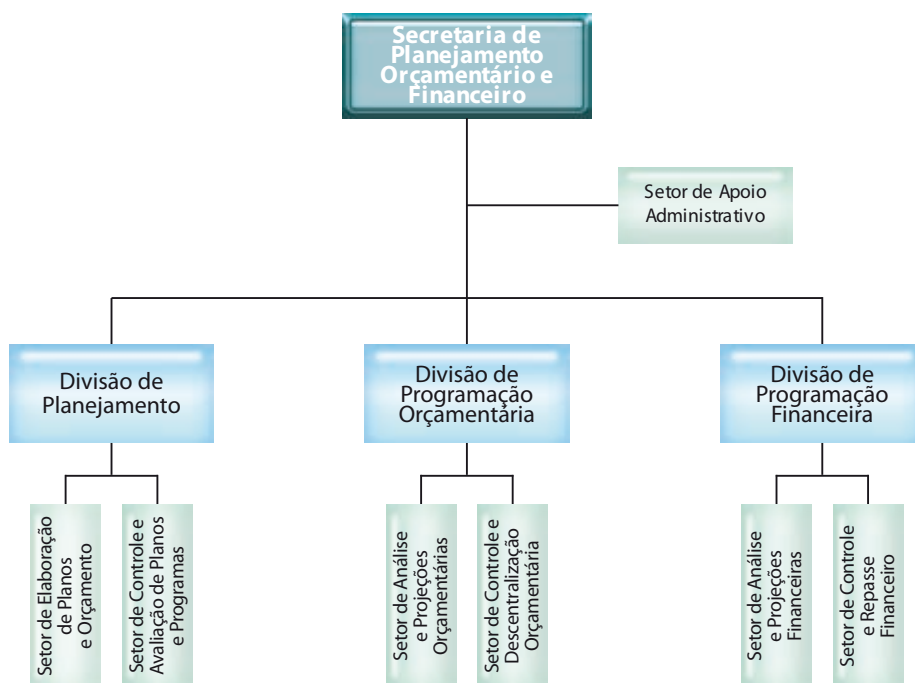
Terminais de auto-atendimento instalados no rol de entrada do edifício Anexo I do Tribunal.



Tela de acesso ao Sistema de Terminal de Atendimento – e-TAA.

# SECOR

Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

A Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro – SECOR, em conjunto com as unidades administrativas das Seções Judiciárias, desempenhou suas atribuições de gerenciamento, acompanhamento e execução dos recursos recebidos pela Primeira Região, utilizando o orçamento de acordo com os dispositivos da Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei 11.306/2006, as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei 11.439/2006, e os parâmetros e limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mediante rigoroso critério de administração orçamentária, foram assegurados recursos para:

- ▀ instalação das 19 subseções e manutenção das 40 novas varas federais criadas pela Lei 10.772/2003;
- ▀ funcionamento dos juizados especiais federais, incluindo-se a realização dos juizados itinerantes;
- ▀ andamento de 10 obras com ações específicas;
- ▀ efetivação de 4 desapropriações com ações específicas;
- ▀ manutenção de estrutura física com obras e reformas nas edificações existentes;
- ▀ pagamento de benefícios;
- ▀ pagamento de ajuda de custo para magistrados e servidores removidos;

- ▀ reajuste para bolsa estágio;
- ▀ aquisição de materiais e equipamentos visando à renovação, modernização e expansão;
- ▀ aquisição de mobiliário, equipamentos e divisórias para as novas instalações das Seções Judiciárias dos Estados do Piauí, Mato Grosso, Bahia e Maranhão.

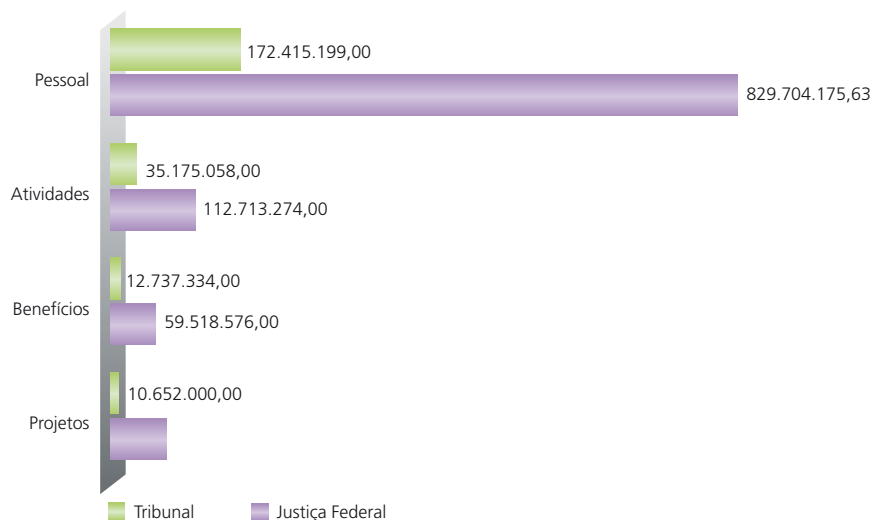
## Orçamento

### Quadro 99

#### Orçamento aprovado para a Primeira Região

Recursos	Valor (R\$)
Dotação inicial	1.137.156.944,00
(+) Alterações orçamentárias (suplementações menos cancelamentos)	170.465.514,63
= Dotação autorizada	1.307.622.458,63
(-) Contingenciamento	5.098.246,00
(=) Dotação disponível	1.302.524.212,63
(+) Destaque recebido	366.866,82
(=) Dotação disponível	1.302.891.079,45

**Gráfico 22**  
Dotação por unidade orçamentária



As alterações na Lei Orçamentária foram efetuadas por meio de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme as seguintes normas/leis, todas de 2006: Resoluções 516, 525, 531, 533 e 534 do Conselho da Justiça Federal, Decreto de 14/12 e Leis 11.390, 11.391, 11.402, 11.413 e 11.431.

Destacam-se os créditos adicionais especiais para a construção do Edifício-Sede do TRF, com oferecimento

de receita própria, no valor de R\$ 6.652.000,00, e para a aquisição de 3 edifícios em Belo Horizonte, para sediar a Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 45.000.000,00, sem contrapartida de crédito do Tribunal. Ambos os créditos resultaram de negociações da Administração do Tribunal com o Conselho da Justiça Federal e a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**Quadro 100**  
**Alterações à Lei Orçamentária**

Ações	LOA/2006	Contingenciado	Alterações	Dotação final
<b>Pessoal</b>				
Julgamento de causas	646.919.780		80.376.338	727.296.118
Pagamento de aposentadorias e pensões	131.891.425		13.317.465	145.208.890
Custeio do regime de previdência dos servidores	124.384.367		5.230.000	129.614.367
<b>Total – Pessoal</b>	<b>903.195.572</b>		<b>98.923.803</b>	<b>1.002.119.375</b>
<b>Benefícios</b>				
Auxílio-alimentação	33.975.120		9.801.000	43.776.120
Auxílio-transporte	786.240		(250.000)	536.240
Assistência-pré-escolar	6.093.036	71.000	1.147.200	7.169.236
Assistência médica e odontológica a servidores	16.937.040		3.766.274	20.703.314
<b>Total – Benefícios</b>	<b>57.791.436</b>	<b>71.000</b>	<b>14.464.474</b>	<b>72.184.910</b>
<b>Manutenção</b>				
Julgamento de causas	132.280.258	2.551.350	8.323.711	138.052.619
Assistência jurídica a pessoas carentes	3.502.141	43.000	1.736.652	5.195.793
Capacitação de recursos humanos	2.226.369	242.355	(180.799)	1.803.215
<b>Total – Manutenção</b>	<b>138.008.768</b>	<b>2.836.705</b>	<b>9.879.564</b>	<b>145.051.627</b>
<b>Projetos</b>				
Construção do Edifício-Sede em Cuiabá/MT	1.500.000	324.730		1.175.270
Construção do Edifício-Sede em Rondonópolis/MT	1.100.000			1.100.000
Construção do Edifício-Sede em Imperatriz/MA	1.012.656		716.000	1.728.656
Construção do Edifício-Sede em Caxias/MA	900.000	162.660		737.340
Construção do Edifício-Sede em Belo Horizonte/MG	2.487.344		(2.487.344)	
Aquisição do Edifício Anexo I em Belo Horizonte/MG			19.000.000	19.000.000
Aquisição do Edifício Anexo II em Belo Horizonte/MG			25.000.000	25.000.000

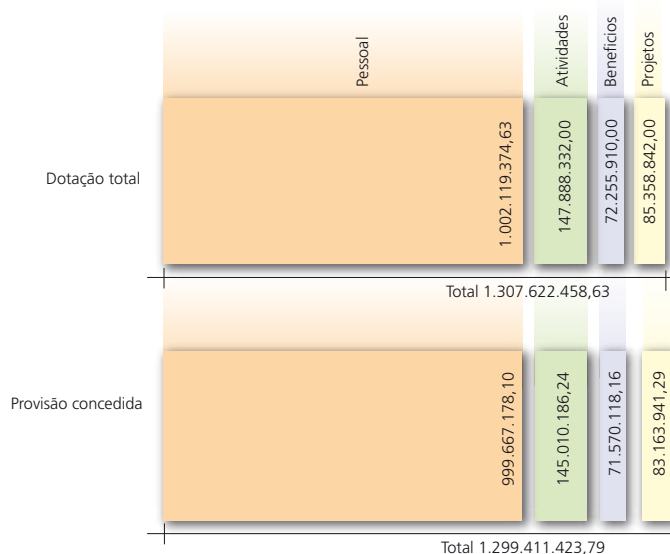
Ações	LOA/2006	Contingenciado	Alterações	Dotação final
Aquisição do Edifício Anexo III em Belo Horizonte/MG			1.000.000	1.000.000
Construção do Edifício-Sede em Juiz de Fora/MG	2.594.988		1.513.002	4.107.990
Construção do Edifício-Sede em Uberaba/MG	2.433.080		594.342	3.027.422
Construção do Edifício-Sede em Teresina/PI	1.000.000			1.000.000
Construção do Edifício II em Salvador/BA	1.800.000		577.000	2.377.000
Construção do Edifício-Sede do TRF 1ª Região			6.652.000	6.652.000
Modernização de instalações do TRF	2.500.000			2.500.000
Modernização de instalações das Seccionais da Primeira Região	5.692.870	1.136.000	80.001	4.636.871
Modernização de instalações da SJ/BA	450.000	450.000		
Aquisição de terreno para SJ/PA em Belém	300.000	89.000		211.000
Ampliação do Edifício-Sede da SJ/AM	585.000			585.000
Implantação de varas federais	4.970.700		(4.970.700)	
Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação	8.834.530	28.151	(476.627)	8.329.752
<b>Total – Projetos</b>	<b>38.161.168</b>	<b>2.190.541</b>	<b>47.197.674</b>	<b>83.168.301</b>
<b>Total geral das ações</b>	<b>1.137.156.944</b>	<b>5.098.246</b>	<b>170.465.515</b>	<b>1.302.524.213</b>

## Descentralização orçamentária

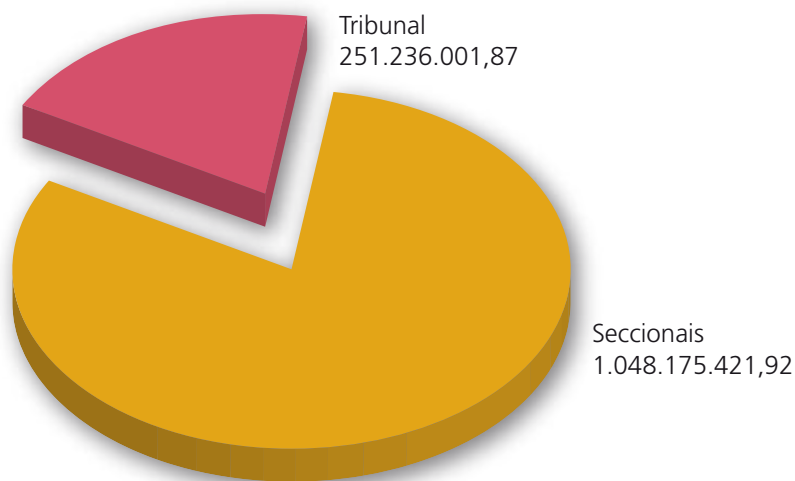
Da provisão concedida, no total de R\$ 1.299.411.423,79, foram descentralizadas as dotações orçamentárias para atender às despesas relativas à Pri-

meira Região, no montante de R\$ 1.048.175.421,92, para a primeira instância, e de R\$ 251.236,001,87, para o Tribunal.

**Gráfico 23**  
Comparativo orçamentário: dotação e provisão



**Gráfico 24**  
**Provisão orçamentária concedida**

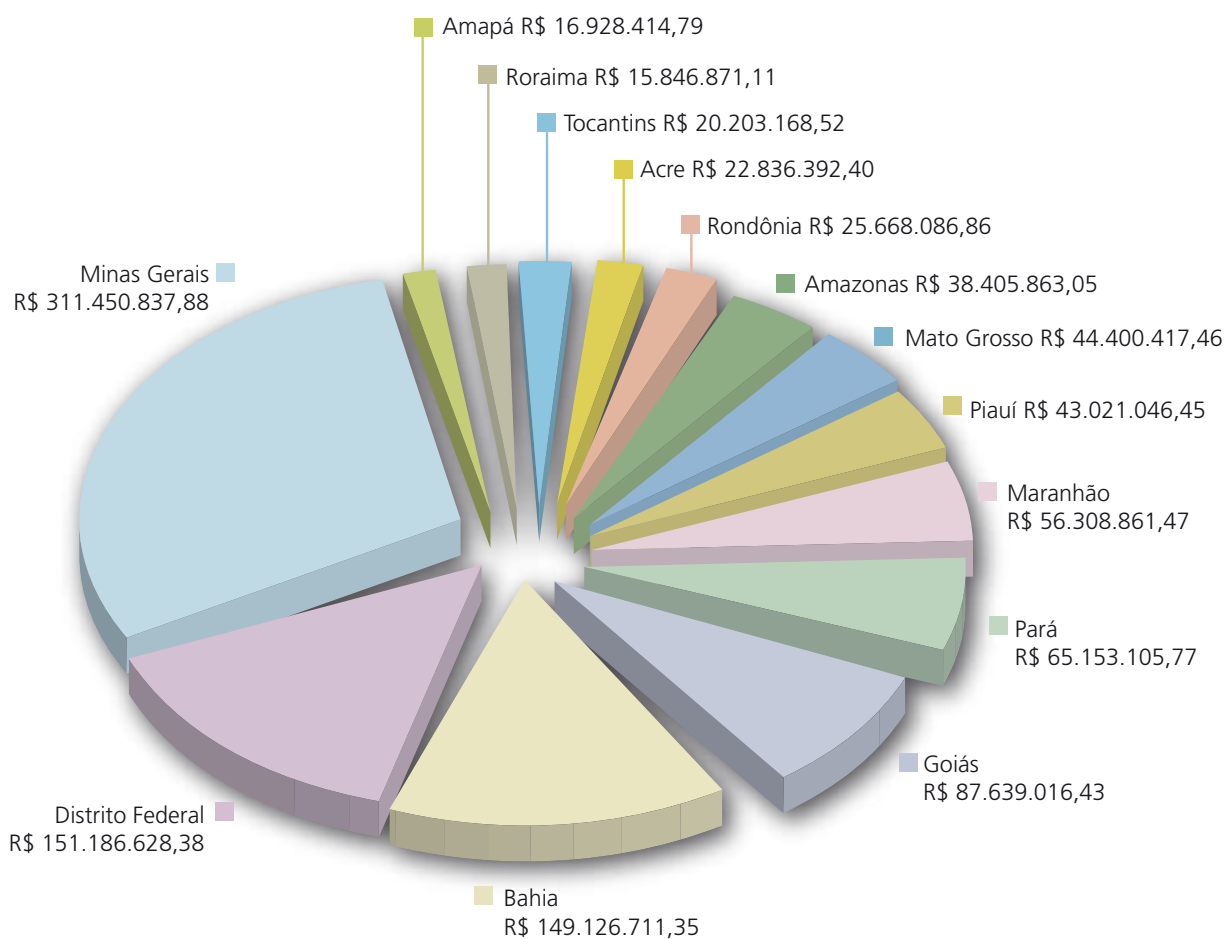


**Quadro 101**  
**Provisão orçamentária concedida**

Padrões	Seções Judiciárias	Pessoal	Atividades	Benefícios	Projetos	Total
P1	Amapá	13.677.562,75	1.520.042,07	1.057.595,89	673.214,08	16.928.414,79
	Roraima	12.523.633,02	2.233.090,51	979.816,65	110.330,93	15.846.871,11
	Tocantins	16.414.480,40	2.257.871,96	1.259.119,45	271.696,71	20.203.168,52
P2	Acre	18.728.082,25	2.486.030,37	1.325.844,85	296.434,93	22.836.392,40
	Rondônia	20.331.583,92	3.398.250,20	1.525.169,79	413.082,95	25.668.086,86
P3	Amazonas	31.149.656,53	4.037.535,01	2.400.868,97	817.802,54	38.405.863,05
	Mato Grosso	33.727.581,38	5.277.672,05	2.721.777,63	2.673.386,40	44.400.417,46
	Piauí	34.412.538,23	5.132.087,72	2.306.714,20	1.169.706,30	43.021.046,45
P4	Maranhão	43.831.043,26	6.094.142,53	3.299.403,95	3.084.271,73	56.308.861,47
	Pará	54.908.402,27	5.806.574,92	3.533.224,12	904.904,46	65.153.105,77
P5	Goiás	73.405.628,63	8.771.517,63	5.122.771,28	339.098,89	87.639.016,43
P6	Bahia	121.518.643,43	14.250.235,85	9.869.276,29	3.488.555,78	149.126.711,35
	Distrito Federal	132.675.162,55	12.367.392,38	5.905.619,15	238.454,30	151.186.628,38
	Minas Gerais	219.947.980,48	22.863.179,13	15.194.373,83	53.445.304,44	311.450.837,88
Subtotal – Seccionais		827.251.979,10	96.495.622,33	56.501.576,05	67.926.244,44	1.048.175.421,92
Tribunal		172.415.199,00	48.514.563,91	15.068.542,11	15.237.696,85	251.236.001,87
<b>Total geral</b>		<b>999.667.178,10</b>	<b>145.010.186,24</b>	<b>71.570.118,16</b>	<b>83.163.941,29</b>	<b>1.299.411.423,79</b>



**Gráfico 25**  
**Sub-repasse para as Seccionais**



**Quadro 102**

**Recebimento e distribuição dos limites financeiros**

Padrões	Seções Judiciárias	Categoria "A" Pessoal	Categoria "C" Custeio	Categoria "E" Restos a Pagar	DARFS GPS	Total
P1	Amapá	8.157.651,09	2.930.912,38		2.303.622,02	13.392.185,49
	Roraima	7.660.826,87	2.798.999,93		1.902.841,26	12.362.668,06
	Tocantins	9.690.525,38	3.232.414,12		2.542.431,05	15.465.370,55
P2	Acre	11.172.641,58	3.827.140,99		2.719.880,88	17.719.663,45
	Rondônia	12.077.785,41	5.049.987,30		3.179.607,73	20.307.380,44
P3	Amazonas	18.873.001,77	6.318.273,28		4.837.567,88	30.028.842,93
	Mato Grosso	20.364.295,43	9.704.939,99	385.474,58	5.179.011,36	35.633.721,36
	Piauí	20.084.064,23	8.023.311,74	625.676,50	5.138.163,31	33.871.215,78
P4	Maranhão	26.483.681,23	10.738.175,64	2.120.988,08	7.009.790,79	46.352.635,74
	Pará	32.769.445,67	8.856.946,61		8.848.295,24	50.474.687,52
P5	Goiás	43.917.609,22	12.589.199,00		11.008.697,30	67.515.505,52
P6	Bahia	71.141.807,76	20.040.386,31		19.148.417,84	110.330.611,91
	Distrito Federal	79.307.956,66	12.279.307,82		21.024.549,70	112.611.814,18
	Minas Gerais	131.574.522,20	44.072.594,51		34.712.144,06	210.359.260,77
Subtotal		493.275.814,50	150.462.589,62	3.132.139,16	129.555.020,42	776.425.563,70
TRF		101.473.686,82	67.218.125,72	500.000,00	27.262.543,08	196.454.355,62
<b>Total geral</b>		<b>594.749.501,32</b>	<b>217.680.715,34</b>	<b>3.632.139,16</b>	<b>156.817.563,50</b>	<b>972.879.919,32</b>

**Convênios**

Foram recebidos dotações e limites financeiros provenientes dos convênios firmados entre:

- ▀ o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Tribunal, para pagamento de taxas extras de imóveis funcionais, no valor de R\$ 7.700,96;
- ▀ o Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD e a Seção Judiciária do Estado de Goiás, para aquisição de materiais, visando acelerar a tramitação processual em causas que envolvem tráfico de entorpecentes e drogas ilícitas, no valor de R\$ 232.602,26, e para equipar a 11ª Vara Federal de Goiânia de instrumentos capazes de auxiliar na prevenção e combate permanente ao tráfico de drogas, no valor de R\$ 126.563,60.

Foram ainda recebidos limites financeiros que possibilitaram a inclusão de dotação no orçamento, decorrentes dos convênios firmados entre:

- ▀ a Caixa Econômica Federal e o Tribunal, para a instalação de postos de atendimento bancário – PAB e terminais de auto-atendimento da CEF no Tribunal, Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região;
- ▀ a Prefeitura de Cáceres/MT e a Subseção Judiciária de Cáceres, para cobrir despesas com a locação do imóvel que abriga a Subseção;
- ▀ a Prefeitura Municipal de Rondonópolis/MT e a Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, para cobrir parte da despesa de locação do imóvel da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT.

## Execução orçamentária e financeira

A execução do orçamento foi acompanhada e controlada com a emissão de relatórios periódicos. Com a preocupação de uma execução total da despesa

e um melhor aproveitamento dos recursos orçamentários, a SECOR monitorou cada unidade gestora em relação à liquidação dos empenhos inscritos em Restos a Pagar em 2005.

**Quadro 103**  
**Execução orçamentária (excluídos precatórios e RPVs)**

Padrões	Seções Judiciárias	Dotação final	Execução	Crédito não utilizado	Inscrição e Restos a Pagar	% de execução
P1	Amapá	16.928.414,79	16.905.367,86	23.046,93	1.099.035,97	99,86%
	Roraima	15.846.871,11	15.675.830,51	171.040,60	1.193.509,96	98,92%
	Tocantins	20.203.168,52	20.099.242,99	103.925,53	680.821,19	99,49%
P2	Acre	22.836.392,40	22.823.645,87	12.746,53	1.242.641,42	99,94%
	Rondônia	25.668.086,86	25.629.781,90	38.304,96	984.856,92	99,85%
P3	Amazonas	38.405.863,05	38.146.379,11	259.483,94	1.671.070,56	99,32%
	Mato Grosso	44.400.417,46	44.397.947,98	2.469,48	2.817.027,35	99,99%
	Piauí	43.021.046,45	42.869.156,77	151.889,68	2.377.977,91	99,65%
P4	Maranhão	56.308.861,47	56.252.353,10	56.508,37	4.021.147,88	99,90%
	Pará	65.153.105,77	65.021.293,23	131.812,54	1.628.090,85	99,80%
P5	Goiás	87.639.016,43	87.590.033,74	48.982,69	5.077.902,57	99,94%
P6	Bahia	149.126.711,35	148.983.060,88	143.650,47	4.760.313,14	99,90%
	Distrito Federal	151.186.628,38	150.928.881,61	257.746,77	3.428.659,63	99,83%
	Minas Gerais	311.450.837,88	311.197.861,46	252.976,42	11.824.806,94	99,92%
SECOR – 090032		3.112.788,84	0,00	3.112.788,84	0,00	0,00%
Subtotal		1.051.288.210,76	1.046.520.837,01	4.767.373,75	42.807.862,29	99,55%
TRF		251.236.001,87	247.854.084,77	252.976,42	27.086.765,22	98,65%
<b>Total geral</b>		<b>1.302.524.212,63</b>	<b>1.294.374.921,78</b>	<b>5.020.350,17</b>	<b>69.894.627,51</b>	<b>99,37%</b>

**Quadro 104**  
**Execução de Restos a Pagar inscritos em 2005**

Padrões	Seções Judiciárias	Inscritos		Pagos		Liquidados		Cancelados	
		Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros
P1	Amapá	1.500,06	478.852,71	0,00	469.543,94	0,00	0,00	1.500,06	9.308,77
	Roraima	0,00	693.839,77	0,00	484.583,19	0,00	66.872,76	0,00	142.383,82
	Tocantins	7.261,44	558.844,04	0,00	516.344,61	0,00	0,00	7.261,44	42.499,43

Padrões	Seções Judiciárias	Inscritos		Pagos		Liquidados		Cancelados	
		Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros
P2	Acre	73.193,75	696.808,55	12.015,32	570.135,04	0,00	0,00	61.178,43	126.673,51
	Rondônia	0,00	784.744,72	0,00	742.579,04	0,00	0,00	0,00	42.165,68
P3	Amazonas	14.279,34	1.409.128,40	0,00	1.185.618,36	0,00	29.617,96	14.279,34	193.892,08
	Mato Grosso	0,00	2.391.178,39	0,00	2.152.394,90	0,00	0,00	0,00	238.783,49
	Piauí	17.575,68	2.250.157,33	0,00	2.185.520,86	0,00	0,00	17.575,68	64.636,47
P4	Maranhão	0,00	4.547.522,36	0,00	4.494.335,61	0,00	0,00	0,00	53.186,75
	Pará	35.897,55	805.048,66	35.747,15	772.499,36	0,00	0,00	150,40	32.549,30
P5	Goiás	89.794,02	2.246.181,40	26.889,97	2.161.158,27	0,00	0,00	62.904,05	85.023,13
P6	Bahia	45.996,20	5.062.793,70	45.415,62	4.509.553,72	0,00	0,00	580,58	553.239,98
	Distrito Federal	205.982,62	3.205.358,62	168.194,84	2.660.240,38	0,00	0,00	37.787,78	545.118,24
	Minas Gerais	82,39	5.055.411,52	82,39	4.954.744,21	0,00	15.712,44	0,00	84.954,87
Subtotal		491.563,05	30.185.870,17	288.345,29	27.859.251,49	0,00	112.203,16	203.217,76	2.214.415,52
TRF		202.916,37	17.304.773,11	157.437,90	16.109.057,61	0,00	153.722,39	45.478,47	1.041.993,11
<b>Total geral</b>		<b>694.479,42</b>	<b>47.490.643,28</b>	<b>445.783,19</b>	<b>43.968.309,10</b>	<b>0,00</b>	<b>265.925,55</b>	<b>248.696,23</b>	<b>3.256.408,63</b>

## Pessoal

Com a dotação orçamentária de Pessoal aprovada, acrescida da suplementação orçamentária, foi possível pagar todas as folhas normais, a implantação do Plano de Cargos e Salários, parte do reenquadramento de 2006, parte do passivo dos juros incidentes sobre a URV (11,98%), sentenças judiciais não transitadas em julgado, exercícios anteriores de adicional de tempo de serviço, substituição e horas extras.

## Ajuda de custo

Devido ao significativo aumento na demanda de remoções de magistrados e servidores, necessárias ao funcionamento das varas federais no interior, foram propostas medidas visando à redução de tais despesas:

- ▀ edição da Portaria/PRESI 620-171/2006, determinando a suspensão de requisição, a cessão, redis-

tribuição e remoção de servidor que resultassem em ajuda de custo durante o exercício de 2006 ou até que ocorresse mudança positiva no quadro orçamentário;

- ▀ expedição da Circular/DIGES 620-484/2006, limitando o transporte de mobiliário e bagagem de magistrados e servidores;
- ▀ edição da Portaria/PRESI 620-406/2006, permitindo o pagamento de ajuda de custo para deslocamento de servidor a fim de exercer cargo de diretor de secretaria.

## Frota de veículos

Para o cumprimento da diretriz de renovação da frota de veículos de serviço da Primeira Região, foi alocado o valor de R\$ 1.202.000,00, ultrapassado em algumas Seccionais, graças à utilização de crédito próprio consignado para aquisição de material permanente.

**Quadro 105**  
**Aquisição de veículos**

Padrões	Seções Judiciárias	Planejada		Executada	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
P1	Amapá	0	0,00	0	0,00
	Roraima	0	0,00	0	0,00
	Tocantins	0	0,00	0	0,00
P2	Acre	0	0,00	0	0,00
	Rondônia	1	83.500,00	1	82.000,00
P3	Amazonas	2	80.000,00	2	71.550,00
	Mato Grosso	1	85.000,00	1	80.000,00
	Piauí	1	83.500,00	2	128.900,00
P4	Maranhão	1	45.000,00	1	47.000,00
	Pará	2	80.000,00	2	82.000,00
P5	Goiás	1	90.000,00	4	448.451,00
P6	Bahia	1	95.000,00	1	96.000,00
	Distrito Federal	2	80.000,00	5	778.968,00
	Minas Gerais	5	245.000,00	11	402.000,00
Subtotal		17	967.000,00	30	2.216.869,00
TRF		2	235.000,00	0	0,00
<b>Total geral</b>		<b>19</b>	<b>1.202.000,00</b>	<b>30</b>	<b>2.216.869,00</b>

## Projetos – obras

A SECOR participou efetivamente do acompanhamento da execução dos projetos nas Seccionais, visando otimizar a utilização orçamentária e financeira dos projetos em andamento e em fase inicial. Assim, foi possível:

- ▀ buscar a retomada da obra da Subseção de Caixas;

- ▀ executar os recursos inscritos em Restos a Pagar em 2005, relativos a obras;
- ▀ evitar a execução de projetos em descompasso com o Plano Plurianual – PPA e a Lei Orçamentária Anual – LOA;
- ▀ verificar a possibilidade de execução de todos os projetos consignados na LOA de 2006;
- ▀ elaborar as solicitações de créditos adicionais suplementares.

**Quadro 106**  
**Acompanhamento de projetos – obras**

Projetos	Unidades	Cidades	Situação
Construção do Edifício-Sede	Seccional de Mato Grosso	Cuiabá	Obra inaugurada.
		Rondonópolis	Obra ainda não iniciada. Teve o contrato cancelado, com perda orçamentária de R\$ 174.017,00, referente ao orçamento de 2005. Concluída nova licitação, com valor empenhado e inscrito em Restos a Pagar.
	Seccional do Piauí	Teresina	Obra inaugurada.
	Seccional do Maranhão	Imperatriz	Obra em finalização.
		Caxias	Obra em atraso, com término previsto para março/2007.
	Seccional de Minas Gerais	Juiz de Fora	Contrato para construção assinado em outubro.
		Uberaba	Contrato para construção assinado em novembro.
TRF	Brasília	Firmado contrato para elaboração do projeto arquitetônico, com utilização de receita própria de serviços reprográficos, no valor de R\$ 6.652.000,00.	
Construção do Edifício II	Seccional da Bahia	Salvador	Obra em finalização.
Ampliação do Edifício Anexo	Seccional do Amazonas	Manaus	Obra licitada, com valor empenhado e inscrito em Restos a Pagar.
Desapropriações	Seccional do Pará	Belém	Aquisição de terreno graças à desapropriação no valor de R\$ 210.553,00.
	Seccional de Minas Gerais	Belo Horizonte	Aquisição dos Anexos I, II e III graças a desapropriações no valor total de R\$ 44.762.000,00.

**Quadro 107**  
**Obras e reformas**

Padrões	Seções Judiciárias	Localização	Obras e reformas	Valor
P1	Amapá	Edifício-Sede em Macapá	Serviço de implantação de passarela.	8.947,28
			Projeto de execução e fiscalização dos serviços de reforma de instalações elétricas (normal e estabilizada) de dados e voz.	630.097,00
			Obra de adaptação, reforma e implantação de novas vagas para estacionamento.	10.228,93
<b>Subtotal</b>			<b>649.273,21</b>	
	Roraima	Residência oficial	Fiscalização e execução da reforma.	49.068,78
		Edifício-Sede em Boa Vista	Reforma do Edifício-Sede.	29.500,00
		<b>Subtotal</b>		<b>78.568,78</b>

Padrões	Seções Judiciárias	Localização	Obras e reformas	Valor
P1	Tocantins	Edifício-Sede em Palmas	Substituição do compressor e manutenção do ar-condicionado.	4.745,00
			Serviços de manutenção e reparo em forro de gesso.	2.460,00
			Reforma de calçadas e rede elétrica.	104.495,28
			Substituição de pisos no corredor da SECAD (térreo), biblioteca e gabinetes.	122.915,30
		<b>Subtotal</b>		
P2	Acre	Edifício-Sede em Rio Branco	Fiscalização e execução da obra de cobertura do estacionamento externo.	264.672,78
	Rondônia	Edifício-Sede em Porto Velho	Reforma na escada interna.	3.920,00
			Projeto, fiscalização e execução da reforma do sistema de proteção contra incêndio.	109.519,31
			Serviços de substituição parcial do sistema de ar condicionado central.	243.038,65
	<b>Subtotal</b>			<b>356.477,96</b>
P3	Amazonas	Edifício-Sede em Manaus	Revisão de telhado, troca de forro, impermeabilização do reservatório de água.	14.459,60
		Edifício Anexo II em Manaus	Ampliação e revestimento do telhado do Anexo II – Plenário	128.971,68
		Edifício-Sede em Tabatinga	Perícia/laudo e avaliação técnica nas estruturas (TRF e Seção)	79.385,48
			Escoramento da marquise.	10.606,56
			Projeto de instalação de água e esgoto.	5.120,00
		<b>Subtotal</b>		
	Mato Grosso	Edifício-Sede em Cuiabá	Revisão e complementação dos projetos de instalações elétricas.	9.285,00
			Fornecimento e instalação de <i>brises</i> .	35.624,00
			Conclusão das obras da guarita e do protocolo rápido.	17.328,01
			Colocação de portas resistentes a fogo, forn. inst. eletroímãs portas.	31.438,81
			Execução parcial do projeto de sonorização do auditório.	100.000,00
			Serviço de jampamento e ativação de 75 ramais telefônicos.	2.437,50
		Locação – Cuiabá	Serviço de reforma do 9º andar do Edifício American Business.	1.260,60
Serviço de retirada de condicionadores de ar do antigo prédio da SJ/MT.			3.778,50	
Locação – Rondonópolis		Reforma do imóvel da Subseção de Rondonópolis.	10.552,97	
Locação – Cáceres	Reforma e instalação de circuito fechado e portão eletrônico.	77.391,98		
<b>Subtotal</b>			<b>289.097,37</b>	

Padrões	Seções Judiciárias	Localização	Obras e reformas	Valor
P3	Piauí	Edifício-Sede em Teresina	Instalação de coifa industrial na cozinha do Edifício-Sede.	2.100,00
		Edifício Anexo – JEF em Teresina	Projeto de reforma e instalação de elevador.	104.081,42
		Locação – Teresina	Serviços de reforma do edifício locado SÍTEL.	38.736,46
		Locação – Picos	Confecção de grades de proteção.	4.650,00
		<b>Subtotal</b>		<b>149.567,88</b>
P4	Maranhão	Edifício-Sede em São Luís	Serviço de reforma das instalações elétricas.	257.189,87
			Modernização dos elevadores.	234.148,96
			Substituição dos suportes metálicos dos lambris.	32.146,31
		<b>Subtotal</b>		<b>523.485,14</b>
	Pará	Edifício-Sede em Belém	Reformas e adaptações no subsolo, 1º, 7º e 8º andar e pintura do muro.	297.820,67
			Construção de estacionamento, ampliação do <i>hall</i> do térreo e mudança da entrada.	199.613,83
		Edifício-Sede em Marabá	Aquisição e instalação de sistema de vigilância.	13.475,00
Construção de muro e outros serviços de engenharia.			40.001,00	
Locação – Castanhal		Reforma e adaptação do imóvel que abriga as instalações e fornecimento de persianas.	8.707,13	
<b>Subtotal</b>		<b>559.617,63</b>		
P5	Goiás	Edifício-Sede em Goiânia	Reforma dos telhados, 1º e 9º andares, recomposição das fachadas e serviços de ar condicionado.	93.200,10
			Serviço de modernização do Espaço Cultural da Justiça Federal.	49.930,86
		Locação – Rio Verde	Serviços de adaptação e reforma.	28.299,28
		Locação – Luziânia	Serviços de arquitetura e modificação de leiaute.	7.817,03
		Locação – Aparecida de Goiânia	Reforma, cobertura garagem e instalação de grades de ferro para ar-condicionado.	41.726,52
		<b>Subtotal</b>		<b>220.973,79</b>



Padrões	Seções Judiciárias	Localização	Obras e reformas	Valor
P6	Bahia	Edifício-Sede em Salvador	Contratação de serviço referente à ampliação da central telefônica.	1.360,00
			Serviço de recuperação, limpeza e pintura das fachadas externas.	204.020,00
			Serviço de interligação da rede lógica do prédio dos JEFs com o Edifício-Sede.	121.899,99
		Cedido – Juazeiro	Serviços de climatização da sala de protocolo e digitalização.	2.410,00
		Cedido – Barreiras	Complemento da reforma.	13.841,16
		Cedido – Paulo Afonso	Complemento da reforma e climatização.	57.389,04
		Cedido – Guanambi	Complemento da reforma e climatização.	56.934,38
		Cedido – Campo Formoso	Complemento da reforma de imóvel.	840,95
		Edifício-Sede em Ilhéus	Serviço de paisagismo.	2.500,00
		Locação – Itabuna	Complemento da reforma de imóvel.	29.019,98
		Locação – Eunápolis	Complemento da reforma e climatização.	58.940,70
		Cedido – Vitória da Conquista	Serviços e adaptação de áreas das instalações físicas e climatização.	46.497,76
		Cedido – Feira de Santana	Obra de climatização.	59.976,37
		Cedido – Jequié	Serviço de climatização.	44.900,00
		<b>Subtotal</b>		
	Distrito Federal	Edifício Anexo	Elaboração de projetos executivos visando à regularização do imóvel localizado SGON.	86.000,00
	Minas Gerais	Edifício-Sede em Belo Horizonte	Projeto e execução de reforma de 4 elevadores.	294.693,00
		Locado – Belo Horizonte	Instalação de piso vinílico no gabinete do consultório odontológico no Edifício Olimpo.	1.026,55
		Edifício-Sede em Uberlândia	Adaptação e instalação do sistema preventivo de combate a incêndios; adequações arquitetônicas e da rede lógica e elétrica.	53.617,77
		Edifício-Sede em Uberaba	Reforma e adequação de área para funcionamento de consultório médico no prédio do JEF.	3.510,36
Locação – Divinópolis		Fornecimento e instalação de plataforma elevatória eletromecânica para pessoas com deficiência física.	24.990,00	
Locação – Ipatinga		Reforma e adaptação no imóvel que abrigará a Subseção.	5.450,50	
Locação – São João del-Rei		Reforma e adaptação no imóvel que abrigará a Subseção.	5.820,74	
Locação – Governador Valadares		Reforma e adaptação no imóvel que abrigará a Subseção.	27.793,67	
<b>Subtotal</b>			<b>416.902,59</b>	
<b>Total – Seções Judiciárias</b>			<b>4.461.352,57</b>	

Padrões	Seções Judiciárias	Localização	Obras e reformas	Valor
TRF	Edifício-Sede do TRF		Instalação e montagem de sistemas de ventilação e exaustão.	3.750,00
			Projeto para a construção de dois ambientes de segurança para o CPD do Tribunal.	14.257,00
			Fornecimento e instalação de ar-condicionado e banco de capacitores.	31.564,25
	Edifício Anexo I		Adequação de instalações elétricas.	59.702,64
	Edifício Anexo I e Edifício Cabo Frio		Substituição do sistema de condensação da central de ar condicionado do Edifício Anexo I do TRF e fornecimento e instalação de ar-condicionado para as salas de informática do Edifício Cabo Frio.	213.450,00
	Anexo – Edifício Adriana		Reforma.	2.094.000,00
	CENTREJUFE		Guarita.	26.634,64
	<b>Subtotal</b>			<b>2.443.358,53</b>
<b>Total geral – 1ª Região</b>				<b>6.904.711,10</b>

## Instalação de varas federais

Das 59 varas criadas pela Lei 10.772/2003 18 foram instaladas em 2004, 22 em 2005 e 19 em 2006.

As despesas com a instalação das 19 varas foram pagas com a execução de Restos a Pagar, inscritos em 2005 e pagos somente em 2006. Assim, não foram utilizados recursos do orçamento de 2006 com instalações, apenas com manutenção de varas.

Para que isso fosse possível, a SECOR se empenhou no planejamento e na obtenção de recursos no CJF e buscou manter controle minucioso dos gastos feitos, para que, dentro dos créditos disponíveis, fosse feita a melhor execução e aproveitamento do crédito.

## Juizado especial federal itinerante

Para viabilizar a continuidade do projeto Juizados Especiais Federais – A Justiça Vencendo Distâncias, a SECOR submeteu à apreciação da COJEF o planejamento dos gastos a serem realizados com os JEFs itinerantes, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e

dentro de critérios definidos para a otimização da despesa aprovada para deslocamentos em 2006.

A SECOR também fez o controle orçamentário dessa despesa e forneceu as informações necessárias à COJEF para que o cronograma dos itinerantes fosse cumprido conforme o planejado. Foram realizados 25 JEFs itinerantes, com o custo total de R\$ 1.301.427,87.

## Cumprimento de decisões judiciais: precatórios e requisições de pequeno valor – RPs

Em relação a 2005, a realização de pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor – RPs teve o significativo aumento de 28,87%, quanto ao número de requisições processadas e pagas, e de 53,08%, quanto ao valor pago.

Foi executado o total de R\$ 1.737.563.686,86 em precatórios e RPs, sendo que o pagamento dos processos de natureza alimentícia foi realizado em fevereiro e os demais pagamentos em março.

**Quadro 108**  
**Precatórios e RPVs pagos**

União Federal	Dotação		Dotação contida pela SOF	Execução	Inscrição em Restos a Pagar	% execução
Precatórios	Alimentício	175.082.973,00	0,00	175.082.973,00	326.608,25	100,00%
	Outros	272.418.631,00	17.010.172,00	255.408.458,03	0,00	100,00%
	<b>Total</b>	<b>447.501.604,00</b>	<b>17.010.172,00</b>	<b>430.491.431,03</b>	<b>326.608,25</b>	<b>100,00%</b>
RPVs	Alimentício	235.025.895,00	0,00	235.025.895,00	35.362.813,65	100,00%
	Outros	21.142.579,00	0,00	21.142.502,06	3.774.170,08	100,00%
	<b>Total</b>	<b>256.168.474,00</b>	<b>0,00</b>	<b>256.168.397,06</b>	<b>39.136.983,73</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total – União Federal</b>	<b>703.670.078,00</b>	<b>17.010.172,00</b>	<b>686.659.828,09</b>	<b>39.463.591,98</b>	<b>100,00%</b>	

Entidades	Dotação		Dotação contida pela SOF	Execução	Inscrição em Restos a Pagar	% execução
Precatórios	Alimentício	390.351.059,00	0,00	390.350.078,89	103.257,40	100,00%
	Outros	140.154.069,00	0,00	140.153.779,88	3.468,40	100,00%
	<b>Total</b>	<b>530.505.128,00</b>	<b>0,00</b>	<b>530.503.858,77</b>	<b>106.725,80</b>	<b>100,00%</b>
RPVs	Alimentício	520.400.000,00	0,00	520.400.000,00	45.227.249,91	100,00%
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	<b>Total</b>	<b>520.400.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>520.400.000,00</b>	<b>45.227.249,91</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total – Entidades</b>	<b>1.050.905.128,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.050.903.858,77</b>	<b>45.333.975,71</b>	<b>100,00%</b>	

União Federal e entidades	Dotação		Dotação contida pela SOF	Execução	Inscrição em Restos a Pagar	% execução
Precatórios	Alimentício	565.434.032,00	0,00	565.433.051,89	429.865,65	100,00%
	Outros	412.572.700,00	17.010.172,00	395.562.237,91	3.468,40	100,00%
	<b>Total</b>	<b>978.006.732,00</b>	<b>17.010.172,00</b>	<b>960.995.289,80</b>	<b>433.334,05</b>	<b>100,00%</b>
RPVs	Alimentício	755.425.895,00	0,00	755.425.895,00	80.590.063,56	100,00%
	Outros	21.142.579,00	0,00	21.142.502,06	3.774.170,08	100,00%
	<b>Total</b>	<b>776.568.474,00</b>	<b>0,00</b>	<b>776.568.397,06</b>	<b>84.364.233,64</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total – União e Entidades</b>	<b>1.754.575.206,00</b>	<b>17.010.172,00</b>	<b>1.737.563.686,86</b>	<b>84.797.567,69</b>	<b>100,00%</b>	

**Quadro 109**  
**Execução de precatórios e RPVs inscritos em Restos a Pagar**

União Federal	Inscrição de Restos a Pagar em 2005		Restos a Pagar pagos em 2006	Restos a Pagar cancelados em 2006	% Execução
Precatórios	Alimentício	2.505,36	2.505,36	0,00	100,00%
	Outros	17.401,56	0,00	17.401,56	0,00%
	<b>Total</b>	<b>19.906,92</b>	<b>2.505,36</b>	<b>17.401,56</b>	<b>12,59%</b>
RPVs	Alimentício	13.141.168,79	13.120.586,66	20.582,13	99,84%
	Outros	1.260.323,41	1.236.519,42	23.803,99	98,11%
	<b>Total</b>	<b>14.401.492,20</b>	<b>14.357.106,08</b>	<b>44.386,12</b>	<b>99,69%</b>
<b>Total – União Federal</b>		<b>14.421.399,12</b>	<b>14.359.611,44</b>	<b>61.787,68</b>	<b>99,57%</b>

Entidades	Inscrição de Restos a Pagar em 2005		Restos a Pagar pagos em 2006	Restos a Pagar cancelados em 2006	% execução
Precatórios	Alimentício	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
	<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
RPVs	Alimentício	840.343,81	840.343,81	0,00	100,00%
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
	<b>Total</b>	<b>840.343,81</b>	<b>840.343,81</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total – Entidades</b>		<b>840.343,81</b>	<b>840.343,81</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00%</b>

União Federal e entidades	Inscrição de Restos a Pagar em 2005		Restos a Pagar pagos em 2006	Restos a Pagar cancelados em 2006	% execução
Precatórios	Alimentício	2.505,36	2.505,36	0,00	100,00%
	Outros	17.401,56	0,00	17.401,56	0,00%
	<b>Total</b>	<b>19.906,92</b>	<b>2.505,36</b>	<b>17.401,56</b>	<b>12,59%</b>
RPVs	Alimentício	13.981.512,60	13.960.930,47	20.582,13	99,85%
	Outros	1.260.323,41	1.236.519,42	23.803,99	98,11%
	<b>Total</b>	<b>15.241.836,01</b>	<b>15.197.449,89</b>	<b>44.386,12</b>	<b>99,71%</b>
<b>Total – União e Entidades</b>		<b>15.261.742,93</b>	<b>15.199.955,25</b>	<b>61.787,68</b>	<b>99,60%</b>

## Contingenciamento e descontingenciamento

Após o encerramento do segundo bimestre de 2006, o Governo Federal, em função da necessidade de ajuste nas despesas discricionárias para o cumprimento da meta de resultado primário, determinou ao Poder Judiciário a limitação de empenho na ordem de R\$ 98.828.960,00 e à Justiça Federal o valor de R\$ 36.094.995,00.

Adotados os critérios aprovados nas reuniões de diretores-gerais e de orçamento, coube à Primeira Região contingenciar o montante de R\$ 8.515.826,00. Ao longo do ano, foram sendo descontingenciados alguns valores. Mesmo assim, da dotação autorizada para a Primeira Região, ficou contingenciado o valor de R\$ 5.098.246,00.

Coube à SECOR administrar os imprevistos ocasionados pelos bloqueios dos créditos no decorrer do exercício, bem como buscar a melhor execução do orçamento com o remanejamento das dotações contingenciadas.

## Proposta orçamentária para 2007

A proposta orçamentária para 2007 foi elaborada nos termos da Lei 11.439/2006 — Lei de Diretrizes Or-

çamentárias – LDO —, com a participação das unidades administrativas da Primeira Região, que informaram suas necessidades à SECOR, tendo-se como resultado a proposta preliminar de R\$ 2.127.883.161,00.

Esse valor foi ajustado para R\$ 1.299.347.088,00, em decorrência do limite orçamentário definido para a Justiça Federal da Primeira Região, em agosto de 2006, excetuando-se de tal limite as dotações orçamentárias que se encontram na reserva, destinadas às nomeações de cargos vagos existentes em abril de 2006 e ao projeto de implantação dos sistemas integrados de gestão da informação da Justiça Federal.

Em relação ao orçamento do ano anterior, o orçamento de 2007 apresentou modesto crescimento global, apenas 0,37%, considerando-se que o acréscimo de 2006 em relação a 2005 foi da ordem de 8%. A drástica redução aponta para dificuldades na manutenção administrativa e redução de despesas.

Destaque-se que a Lei de Diretrizes Orçamentárias vem limitando os gastos públicos com a Despesa Corrente, dificultando a autorização para novos contratos de caráter continuado (serviço terceirizado, contratação de estagiários, gastos com passagens e diárias etc.) e para as despesas ordinárias cuja classificação recaia sobre esse grupo de despesa.

**Quadro 110**  
**Projetos priorizados para 2007**

Projetos	Valor (R\$)
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	17.000.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG	2.500.000,00
Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberaba/MG	2.500.000,00
Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Rondonópolis/MT	439.587,00
Ampliação do Edifício-Anexo à Seção Judiciária em Manaus/AM	2.500.000,00
Modernização de instalações da Justiça Federal (Tribunal)	2.500.000,00
Modernização de instalações da Justiça Federal (Seções Judiciárias)	4.000.000,00
<b>Total</b>	<b>31.439.587,00</b>

**Quadro 111**  
**Comparativo dos orçamentos de 2006 e 2007**

Orçamento 2006	Pessoal	Atividades	Benefícios	Projetos	Total
TRF	172.415.199	35.175.058	12.737.334	10.652.000	230.979.591
Seções Judiciárias	829.704.176	112.713.274	59.518.576	66.377.090	1.068.313.116
<b>Total</b>	<b>1.002.119.375</b>	<b>147.888.332</b>	<b>72.255.910</b>	<b>77.029.090</b>	<b>1.299.292.707</b>
Proposta 2007 PL 15/2006	Pessoal	Atividades	Benefícios	Projetos	Total
TRF	175.237.781	36.001.691	12.546.400	19.500.000	243.285.872
Seções Judiciárias	856.415.233	131.065.837	61.441.600	11.939.587	1.060.862.257
<b>Total</b>	<b>1.031.653.014</b>	<b>167.067.528</b>	<b>73.988.000</b>	<b>31.439.587</b>	<b>1.304.148.129</b>
% Acréscimo	Pessoal	Atividades	Benefícios	Projetos	Total
TRF	1,64%	2,35%	-1,50%	83,06%	5,33%
Seções Judiciárias	3,22%	16,28%	3,23%	-82,01%	-0,70%
<b>Total</b>	<b>2,95%</b>	<b>12,97%</b>	<b>2,40%</b>	<b>-59,18%</b>	<b>0,37%</b>

## Emendas ao Projeto de Lei do Orçamento 2007 – PL 15/2006

Com a finalidade de reforçar as dotações orçamentárias da Primeira Região, os diretores de foro das Seções Judiciárias foram orientados a solicitar dos par-

lamentares da bancada federal de cada Estado a apresentação de emendas individuais ao PL 15/2006. Foram aprovadas, na relatoria setorial, emendas individuais de interesse da Primeira Região, bem como emendas de comissão de interesse da Justiça Federal, de iniciativa conjunta dos 5 Tribunais Regionais Federais.

**Quadro 112**  
**Emendas ao PL 15/2006 – Orçamento 2007 aprovadas na Comissão Mista de Orçamento**

Órgãos	Ações	Valor
SJ/MT	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Cáceres	200.000,00
SJ/PI	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Picos	200.000,00
SJ/GO	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia	200.000,00
SJ/BA	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Paulo Afonso	100.000,00
	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi	180.000,00
	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista	500.000,00
	<b>Total – BA</b>	<b>780.000,00</b>
SJ/MG	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos	30.000,00
	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em São Sebastião do Paraíso	30.000,00
	<b>Total – MG</b>	<b>60.000,00</b>
<b>Total – emendas individuais</b>		<b>1.440.000,00</b>

Órgãos	Ações	Valor
Justiça Federal	Implantação de varas federais	4.000.000,00
	Implantação de Sistema Integrado da Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal	4.000.000,00
<b>Total – emendas da comissão</b>		<b>8.000.000,00</b>
<b>Total – emendas de interesse da Primeira Região</b>		<b>9.440.000,00</b>

## Plano Plurianual – PPA 2004/2007

O Plano Plurianual – PPA 2004/2007 foi revisto de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal (Lei 10.933/2004) e com os limites definidos pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão

e distribuídos pelo Conselho da Justiça Federal.

Couberam à Primeira Região os valores indicados no quadro a seguir. Destes não constam as quantias que se encontram na reserva técnica do CJF para posterior distribuição.

**Quadro 113**  
**Revisão do PPA 2004/2007 – limites da Primeira Região (2007/2010)**

Limites – Primeira Região	2007	2008	2009	2010	Total
Atividades	167.067.528,00	170.681.650,00	178.195.631,00	194.959.636,00	710.904.445,00
Benefícios	69.186.960,00	69.186.960,00	69.186.960,00	69.186.960,00	276.747.840,00
Projetos	31.439.587,00	38.668.130,00	56.708.004,00	44.702.372,00	171.518.093,00
<b>Total</b>	<b>267.694.075,00</b>	<b>278.536.740,00</b>	<b>304.090.595,00</b>	<b>308.848.968,00</b>	<b>1.159.170.378,00</b>

Mensalmente, a SECOR faz os registros de desempenho físico e financeiro das ações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual – SIGPLAN, de acordo com a Lei 10.933/2004, o Decreto 5.233/2004 e a Portaria 198/2005 do Ministé-

rio do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em 2006, o CJF estabeleceu, por meio da Resolução 444, de 09/06/2005, que a coordenação das ações específicas vinculadas a cada Seção Judiciária cabe ao respectivo diretor do foro.

**Quadro 114**  
**Projetos contemplados na revisão do PPA 2004/2007 (3ª revisão – 2007/2010)**

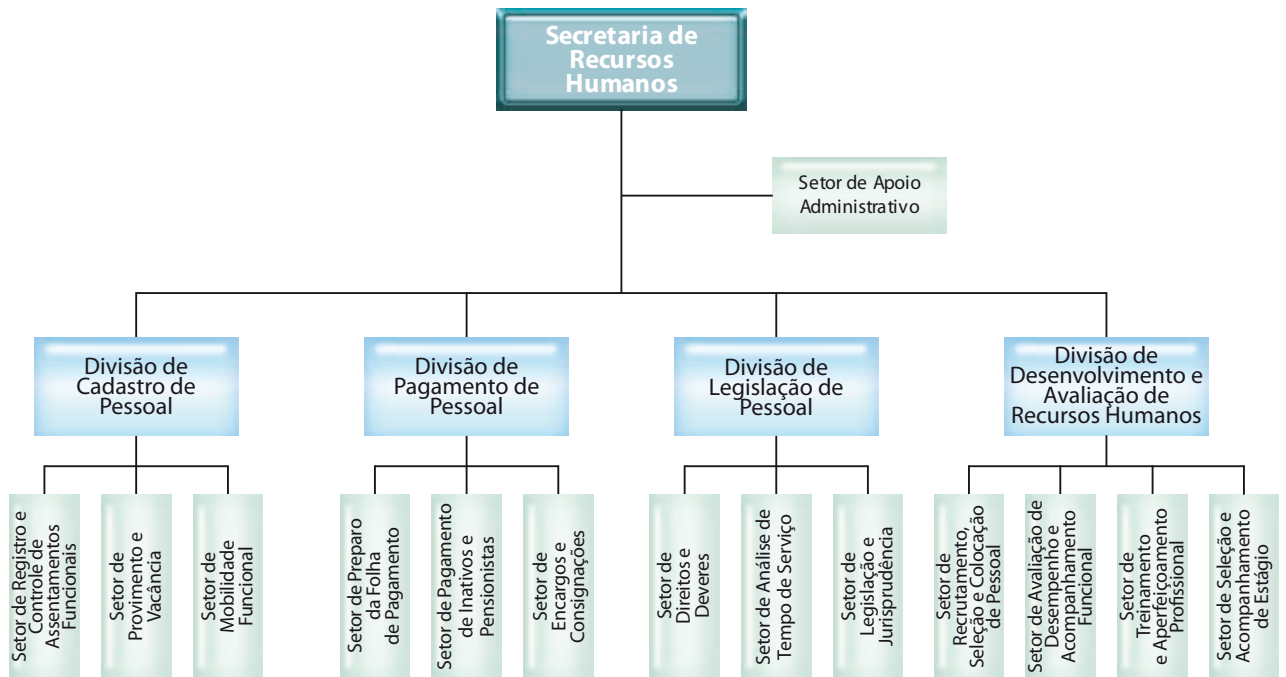
Projetos	Início	Término	Custo total
Modernização de instalações da Justiça Federal	Jan./2002	Dez./2010	32.038.056
Implantação de varas federais	Jan./1998	Dez./2013	37.169.076
Implantação dos juzados especiais federais	Jan./2002	Dez./2009	8.563.995
Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal (E-Jus)	Jan./1998	Dez./2010	191.263.106
<b>Subtotal</b>	<b>269.034.233</b>		
<b>Projetos em andamento</b>			

Projetos	Início	Término	Custo total
Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belo Horizonte/MG	Jan./2003	Dez./2015	105.000.000
Aquisição de imóvel para a Seção Judiciária em Belo Horizonte/MG	Jun./2006	Dez./2006	60.000.000
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG	Jan./2004	Dez./2008	9.733.002
Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberaba/MG	Jan./2005	Dez./2008	7.579.600
Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Rondonópolis/MT	Jan./2004	Dez./2008	2.350.000
Ampliação do Edifício Anexo da Seção Judiciária em Manaus/AM	Jan./2003	Dez./2009	9.218.920
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília/DF	Jan./2006	Dez./2016	288.000.000
Modernização de instalações da Justiça Federal no Distrito Federal	Jan./2006	Dez./2015	12.370.000
<b>Subtotal</b>			<b>494.251.522</b>
<b>Projetos novos após 2008</b>			
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Santarém/PA	Jan./2008	Dez./2009	2.250.000
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos/MG	Jan./2008	Dez./2010	3.750.000
Construção do Edifício Anexo da Justiça Federal em Boa Vista/RR	Jan./2008	Dez./2009	1.365.572
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Ji-Paraná/RO	Jan./2008	Dez./2010	4.500.000
Construção do Edifício Anexo da Seção Judiciária em São Luís/MA	Jan./2010	Dez./2015	17.489.600
Ampliação do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Palmas/TO	Jan./2008	Dez./2011	7.680.000
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cáceres/MT	Jan./2010	Dez./2012	4.500.000
Construção da Central de Arquivo Judicial da Seção Judiciária em Goiânia/GO	Jan./2008	Dez./2010	5.000.000
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Feira de Santana/BA	Jan./2010	Dez./2013	4.500.000
Ampliação do Edifício Anexo da Seção Judiciária em Salvador/BA	Jan./2009	Dez./2011	7.968.000
<b>Subtotal</b>			<b>59.003.172</b>
<b>Total da Primeira Região</b>			<b>822.288.927</b>



# SECRE

## Secretaria de Recursos Humanos



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

A Secretaria de Recursos Humanos – SECRE, a par de atuar intensamente em suas atividades relacionadas a legislação, cadastro, pagamento e avaliação e desenvolvimento de pessoal, adotou como meta principal o estabelecimento de linhas de comunicação mais eficientes com o servidor, como forma de melhor alcançar sua função institucional. Nesse sentido, foram criados o Portal do Servidor e o *RH on-line*.

O Portal do Servidor, disponível na página eletrônica do Tribunal (intranet e internet), contém diversos *links*, que unificam todas as áreas de atuação da Secretaria e permitem ao usuário rápida resolução de suas demandas.

Em um desses *links*, o Perguntas e Respostas, estão disponíveis as respostas dadas pelas unidades da Secretaria aos questionamentos mais comuns. O Portal também permite acesso direto às informações de capacitação e dos concursos públicos para provimento de cargos na Primeira Região.



Portal do Servidor.

## RH on-line

Criado em maio de 2006, o *RH on-line*, periódico semanal eletrônico, foi a novidade que mais repercutiu entre os servidores da Casa, tendo sido objeto de vários *e-mails* de congratulações.

A cada segunda-feira, um novo número é lançado, trazendo assuntos específicos previamente selecionados pela Secretaria, com abordagem simples e di-

reta, acessível a todos os servidores. Em 2006, foram publicadas 32 edições.



Boletim informativo da SECRE.

Outra ação de grande importância para o Tribunal foi a abertura e realização da primeira etapa do IV Concurso para Provimento de Cargos na Justiça Federal da Primeira Região. Em dezembro, foram realizadas provas em 56 cidades, com a participação de, aproximadamente, 250 mil candidatos. Servidores da SECRE visitaram alguns locais de prova para verificar o fiel cumprimento do horário, da segurança e dos critérios estabelecidos no edital do concurso.



Diretores da SECRE e DIREH em visita a locais de prova, durante o IV Concurso para Provimento de Cargos na Justiça Federal da Primeira Região.

## Aprimoramento dos trabalhos

Prosseguimento, em parceria com a área de tecnologia de informação, da implantação do Sistema de Recursos Humanos – SARH, em plataforma Oracle, em diversas Seccionais da Primeira Região. Até meados de 2007, todos os sistemas ainda em plataforma Mumps serão definitivamente substituídos.

Continuação do desenvolvimento do Sistema de Folha de Pagamentos, em parceria com a área de tecnologia de informação, para instalação em todas as Seccionais da Primeira Região, bem como prestação de suporte técnico e operacional às Seccionais na elaboração de suas folhas ordinárias e de grande quantidade de folhas suplementares.

## Pagamento de pessoal

Realização de todos os pagamentos de pessoal levados a efeito em dezembro de 2006, ocasião em que foram elaborados mais de 28 mil contracheques, em razão das diversas folhas pagas — ordinárias, PCS, diferenças do PCS, juros dos juros incidentes sobre a URV (11,98%), gratificação natalina etc.

Elaboração de 53 folhas de pagamento, sendo 12 folhas ordinárias e 41 suplementares, além do levantamento, informação e pagamento de 318 processos de exercícios anteriores e da averbação de centenas de contratos de empréstimo sob consignação em folha. Na elaboração das folhas de pagamento, também se incluem o cálculo das substituições e dos adicionais por serviço extraordinário, o pagamento do novo plano de cargos e salários dos servidores do Poder Judiciário e o pagamento de parte dos juros dos 11,98%.

## Legislação de Pessoal

Realização, em parceria com a área de desenvolvimento organizacional, de estudos preliminares para a criação do Sistema de Aposentadorias da Primeira Região, com o objetivo de descentralizar para as Seccionais etapas do processo de concessão e revisão das aposentadorias, otimizando a operacionalização de todo o sistema e facilitando o

atendimento a este grupo de servidores em localidades mais próximas de suas residências.

A área de Legislação de Pessoal realizou processamento e revisão das aposentadorias e pensões do Tribunal, bem como as encaminhadas pelas Seccionais. Foram analisados 248 processos, conforme detalha o quadro a seguir.

### Quadro 115

#### Processos analisados sobre Legislação de Pessoal

Tipos de Processo	Quantidade
Concessão de aposentadoria	18
Concessão de pensão	16
Diligência TCU – exclusão de vantagens	31
Diligência TCU – ficha de concessão de aposentadoria	15
Diligência TCU – manter opção nos termos do Acórdão 2076/05	3
Diligência TCU – solicita documentos de aposentadoria	1
Diligência TCU – solicita documentos de pensão	26
Ficha de concessão de aposentadoria	67
Ficha de concessão de pensão	11
Indeferimento de pensão	1
Reversão de aposentadoria	1
Revisão de aposentadoria	48
Revisão de pensão	7
Revisão de quintos	3
<b>Total</b>	<b>248</b>

## Força de trabalho

Um dos mais graves problemas enfrentados pela Primeira Região relaciona-se com a necessidade de ampliação do quadro de pessoal, que se apresenta muito aquém das reais necessidades.

Foram concluídas as atividades relativas ao preenchimento dos cargos efetivos para instalação das Subseções Judiciárias criadas pela Lei 10.772/2003.

**Quadro 116**  
**Força de trabalho da Primeira Região**

Força de Trabalho	Ativos				
	Efetivos	Requisitados	Sem vínculo	Cedidos	Total
TRF	953	185	36	63	1.237
Seccionais	4.895	288	12	176	5.371
<b>Total</b>	<b>5.848</b>	<b>473</b>	<b>48</b>	<b>239</b>	<b>6.608</b>

**Quadro 117**  
**Movimentação de pessoal – TRF**

Tipos	Formas	Quantidade
Provimento	Nomeação	14
	Redistribuição	4
	Requisição/exercício provisório	37
	<b>Total</b>	<b>55</b>
Vacância	Aposentadoria	–
	Exoneração	10
	Redistribuição	4
	Falecimento	1
	Posse em cargo inacumulável	2
	Retorno à origem	41
	<b>Total</b>	<b>58</b>

**Quadro 118**  
**Movimentação de pessoal – Justiça Federal de primeiro grau**

Tipos	Formas	Quantidade
Provimento	Nomeação	515
	Redistribuição	5
	Requisição/exercício provisório	147
	<b>Total</b>	<b>667</b>
Vacância	Aposentadoria	11
	Exoneração	40
	Redistribuição	5
	Falecimento	1
	Posse em cargo inacumulável	89
	Retorno à origem	52
	<b>Total</b>	<b>198</b>

## Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos

A SECRE, isoladamente ou em conjunto com outras Seccionais e unidades deste Tribunal, realizou 23 ações de treinamento: 19 eventos internos, com a participação de 313 servidores do quadro do TRF, e 4 eventos regionais, merecendo destaque o II Encontro de Gerentes de Tecnologia da Informação e o I Encontro de Controle Interno, nos quais estiveram presentes 75 ser-

vidores das Seções e Subseções Judiciárias. Realizaram-se, também, 74 eventos externos, em que participaram 346 servidores do Tribunal.

A meta estipulada no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN para o exercício de 2006 — 350 servidores do TRF em pelo menos um evento de capacitação — foi superada, com a participação de 433 servidores desta Corte em um ou mais eventos internos ou regionais durante o ano.



Curso Técnicas de Atendimento ao Público.



Oficina Indicadores do Programa Gespública.



Curso de Gramática Aplicada à Redação Oficial, na PRESI.



Palestra Gestão de Pessoas.



II Encontro de Gerentes de Tecnologia da Informação.



Curso aos Gestores da Informação.

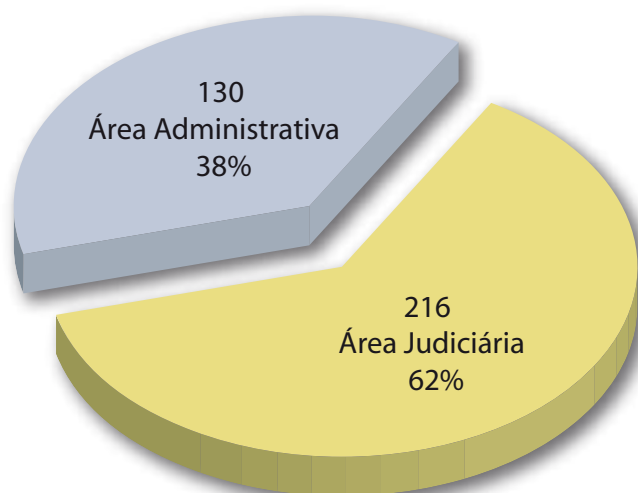
**Quadro 119**  
Eventos externos de capacitação – com ônus

Público-alvo/áreas	Número de participantes	Carga horária total
Administrativa	19	122
Arquivo	3	16
Benefícios sociais	12	70
Cerimonial	3	24
Contratos	3	24
Controle interno	2	24
Engenharia	15	172
Informática	5	49
Orçamento	8	89
Recursos humanos	10	40
Saúde	10	202
Serviços gerais	4	32
Financeira	1	24
Orçamento e controle interno	4	20
Execução orçamentária e financeira	1	24
Controle interno, orçamento e administração	10	48
Área Judiciária	216	474
<b>Total</b>	<b>326</b>	<b>1.454</b>

**Quadro 120**  
Eventos externos de capacitação – sem ônus

Público-alvo/áreas	Número de participantes	Carga horária total
Administração de transporte	4	16
Comissão de licitação	1	16
Orçamento	2	49
Taquigrafia	2	24
Comitê gerencial do PGQVT	11	23
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>128</b>

**Gráfico 26**  
Demonstrativo de participantes em eventos de capacitação externos



**Quadro 121**  
**Eventos internos de capacitação**

Público-alvo/áreas	Número de participantes	Carga horária total
Construção de indicadores	21	20
Atendimento ao público	32	40
Comissão de concursos	3	7
Comissão do GESPÚBLICA	8	12
Controle interno, orçamento e administração	51	64
Gerencial	94	2
Gestão da informação	44	16
Gramática Aplicada à Redação Oficial	60	72
<b>Total</b>	<b>313</b>	<b>233</b>

**Quadro 122**  
**Eventos regionais de capacitação**

Evento	Número de participantes das Seccionais	Carga horária
Treinamento do Sistema CONJUFES	22	7
II Encontro de Gerentes de Tecnologia da Informação da 1ª Região	60	16
V Encontro do Comitê de Qualidade de Vida do TRF 1ª Região	23	12
Encontro da Área de Controle Interno da 1ª Região	15	21
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>56</b>

**Quadro 123**  
**Eventos realizados em parceria com outros órgãos**

Evento	Período	Órgão responsável
Palestra para servidores da Secretaria de Controle Interno	21/02	SECOI
Treinamento sobre o sistema e-CINT para servidores, procuradores e advogados	28/08 a 01/09	SECIN
1º Encontro de Secretários de Recursos Humanos da Justiça Federal	18 e 19/09	CJF
Reunião técnica das áreas de treinamento e desenvolvimento – T&D da Justiça Federal	09 a 11/10	CJF
2º Encontro de Secretários de Recursos Humanos da Justiça Federal	06/12	CJF

## Avaliação de Recursos Humanos

Utilizando-se de dois instrumentos — Sistema Unificado de Acompanhamento e Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório – SUADES, que visa adaptar os novos servidores, aprimorar a qualidade dos serviços e conduzir o desempenho para resultados positivos, e o Processo de Gestão de Desempenho – PROGED, que permite acompanhamento sistemático e promove o desenvolvimento contínuo dos servidores na carreira —, a SECRE promoveu intensas atividades de avaliação, que englobaram não só avaliação mas também acompanhamento e movimentação do servidor.

**Quadro 124**  
**Seleção interna para funções comissionadas**

Unidades requisitantes	Vagas oferecidas	Participantes
Gabinetes	7	55
Coordenação dos Juizados Especiais Federais – COJEF	2	12
Secretaria Administrativa	7	24
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>91</b>

## Estágio Supervisionado

O programa de estágio da Primeira Região é bastante reconhecido perante as Instituições de Ensino Superior – IES, por proporcionar aos estudantes oportunidades efetivas de exercitar os conhecimentos teóricos ministrados.

Além disso, representa incremento da mão-de-obra disponível, recebendo especial atenção da SECRE no credenciamento das IES, seleção dos estudantes e manutenção de sistemático acompanhamento e avaliação de seu desempenho.

Em parceria com a Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro – SECOR, a SECRE providenciou o reajuste da bolsa estágio, aprovado pela Portaria/PRESI 620-299 de 11/05/2006, que aumentou o valor da bolsa para nível superior de R\$ 360,00 para R\$ 400,00 e da bolsa para nível médio de R\$ 260,00 para R\$ 300,00.

Foram selecionados 346 estudantes, dos quais 249 foram contratados, sendo 159 de nível superior e 90 de nível médio. Foram ainda emitidas 186 declarações de estágio e emitidos e registrados 57 certificados de estágio.

Nas Seções Judiciárias, foram contratados 789 estagiários de nível superior e 38 de nível médio.

**Quadro 125**  
**Recrutamento, seleção e colocação de pessoal**

Participação, no IV Concurso Público, na Comissão Multidisciplinar de Avaliação de candidato portador de deficiência.

Apoio à Comissão de Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região, no que se refere aos testes psicotécnicos.

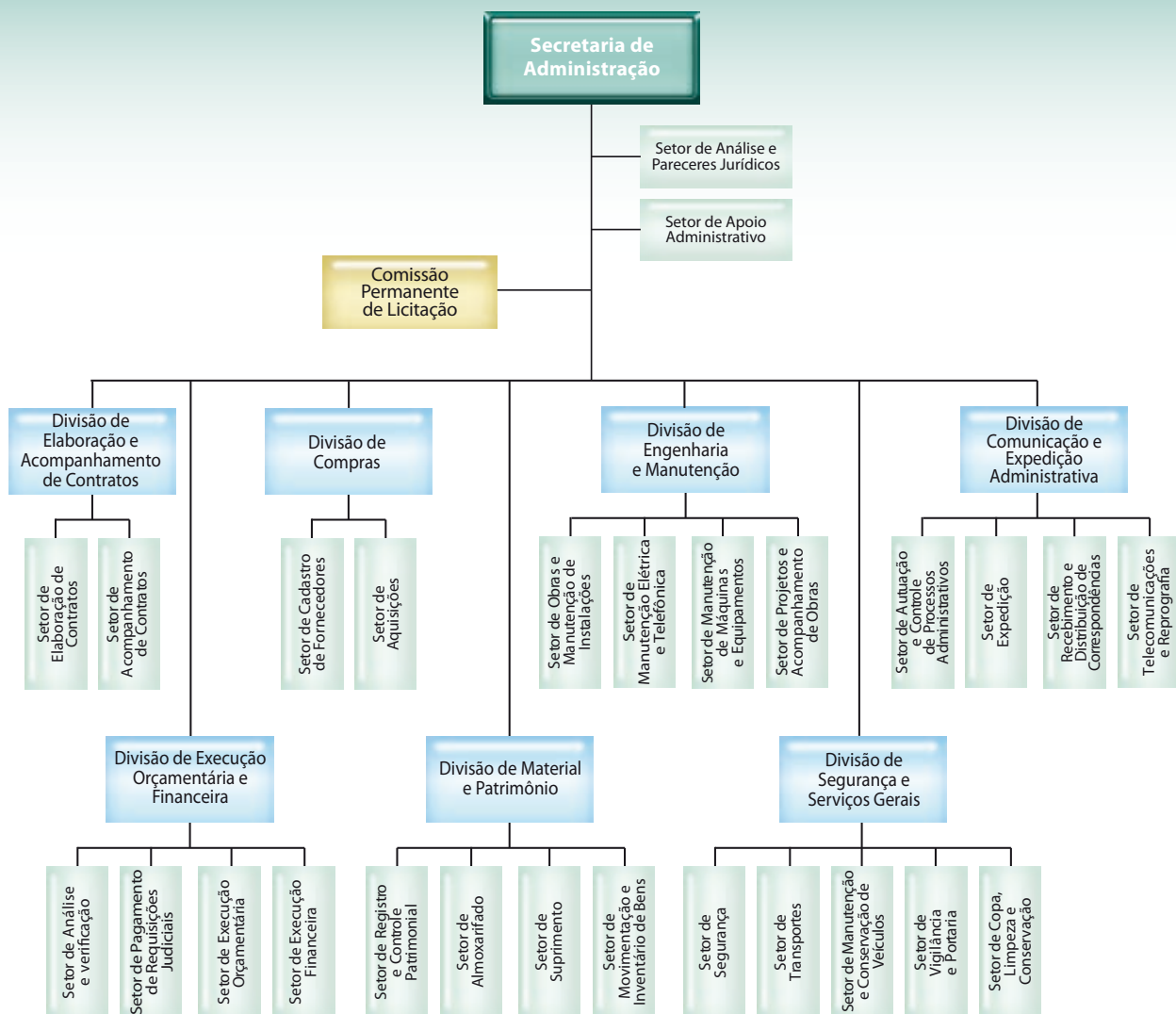
Lotação inicial de 2 servidores, sendo 1 técnico judiciário da área de segurança e transporte e 1 auxiliar judiciário da área de serviços gráficos.

Distribuição de 2 servidores em primeira lotação.



# SECAD

## Secretaria de Administração



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

..... Vinculação não subordinativa

----- Assessoria

———— Subordinação hierárquica

A Secretaria de Administração – SECAD possui elevada e diversificada gama de atividades e sua boa gestão é vital para o bom desempenho dos trabalhos do Tribunal. Habilmente conduzida, essa importante unidade realizou suas atividades rotineiras com grande empenho e dinamismo e ainda desenvolveu práticas voltadas à eficiência e eficácia dos serviços sob sua gestão.

Após o realinhamento administrativo do Tribunal, ocorrido com a publicação da Resolução/PRESI 600-9 de 13/11/2006, a SECAD teve retirados de sua estrutura a Divisão de Serviços Gráficos e o Setor de Arquivo Administrativo, que passaram a integrar, respectivamente, o Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional e a Divisão de Arquivo e Memória Institucional, da Coordenadoria de Jursiprudência e Documentação.

## Aquisições e contratações

Os serviços de aquisição e contratação passaram a utilizar o sistema de cotação eletrônica de preços para as compras diretas, considerada a necessidade de se buscar a redução de custos em função do aumento da competitividade, a racionalização dos procedimentos, bem como maior agilidade e transparência nos processos de aquisição de bens de pequeno valor.

A cotação eletrônica de preços é um aplicativo disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET), que permite a aquisição de bens de pequeno valor por meio de processo eletrônico, na internet. São considerados bens de pequeno valor aqueles que se enquadram nas hipóteses de dispensa de licitação previstas no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

**Quadro 126**  
**Procedimentos de aquisição**

Procedimentos de aquisição/atividades	Quantidade
Dispensa de licitação	306
Extrato de inexigibilidade	22
Inclusão de empresas no SICAF	9
Atualização de documentos de empresas no SICAF	509
Renovação de cadastramento no SICAF	32
Nota de empenho encaminhada	787
Carta de capacidade técnica emitida	26
Lançamento de penalidades no SICAF/SICAM	27

## Licitações

A modalidade pregão foi utilizada em cerca de 90% de todas as aquisições licitáveis, por se tratar de um procedimento célere, transparente e altamente competitivo, o que trouxe economia à Administração. Quanto às demais licitações, foram utilizadas as modalidades concorrência, convite e tomada de preços.

Para a maioria das aquisições de bens e serviços comuns, na modalidade pregão, foi utilizada a forma eletrônica, por força do Decreto 5.450/2005. A forma presencial somente foi adotada no caso de aquisições em que houve necessidade de adjudicação de vários itens a uma só empresa.

Durante os procedimentos licitatórios, foram verificadas dificuldades quanto à inclusão dos códigos de materiais e serviços, em face das modificações ou inativações realizadas pelo Ministério do Planejamento, sendo necessário o retorno dos autos à DIMAP para emissão de um novo código, o que retardou o processo.

**Quadro 127**  
**Procedimentos licitatórios**

Modalidades de licitação	Quantidade	Recursos estimados	Recursos adjudicados	Recursos economizados	
				Valor	Percentual
Pregão presencial/eletrônico	54	16.442.669,84	12.786.694,24	3.450.992,61	21
Sistema de registro de preços	27	51.409.025,35	30.752.238,08	20.656.787,27	40
Convite	3	160.686,68	121.071,89	39.614,79	25
Tomada de preços	2	648.013,02	659.064,45	-(11.051,43)	-2
Concorrência	1	2.386.000,00	2.094.000,00	292.000,00	12
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>71.046.394,89</b>	<b>46.413.068,66</b>	<b>24.428.343,24</b>	<b>34</b>

## Comunicação e expedição administrativa

Circularam, na área de expedição, 205.225 documentos referentes a correspondências, autos de processos e outros, enviados ao Conselho da Justiça Federal, Tribunais Superiores, demais TRFs, à Seção Ju-

diciária do Distrito Federal, postados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, e, via malote, às Seccionais ou remetidos às Comarcas.

Foram registrados o recebimento e a distribuição de 130.058 documentos, oriundos das Seccionais, via malote, recebidos da ECT e de outros órgãos ou referentes à distribuição de jornais, diários e revistas.

**Quadro 128**  
**Remessa de documentos**

Documentos enviados/postados		Quantidade
Enviado à SJ/DF		13.193
Enviado ao CJF/STJ/STF		2.403
Postado na ECT	Registrado	5.877
	Registrado com AR	15.808
	Simplex e impresso	14.801
	Mão própria	1.978
	Sedex	4.764
	PAC	2.794
Enviado, via malote, às Seccionais	Correspondência enviada	76.095
	Quantidade de malotes enviados	11.090
Enviado às Seccionais da 1ª Região		46.451
Enviado às Comarcas		9.858
Processo enviado aos demais TRFs		113

**Quadro 129**  
**Recebimento de documentos**

Documentos recebidos/distribuídos	Quantidade
Recebido das Seccionais via malote	65.767
Recebido dos Correios e de outros órgãos	47.975
Diário distribuído no TRF	10.292
Jornal distribuído no TRF	5.868
Revista distribuída no TRF	156

Coube à SECAD, até a aprovação do realinhamento administrativo, a guarda e manutenção do acervo documental administrativo do Tribunal, com cerca de 550 metros lineares de processos administrativos e 159 metros lineares de outros documentos.

## Descarte de documentos

O descarte de documentos e processos, além de importante fase da gestão documental, que contribui sobremaneira para o gerenciamento do espaço físico, apresenta um valor social, uma vez que o papel picotado pode ser doado a instituições de caridade.

Dando prosseguimento às determinações da Portaria/PRESI 650-281 de 07/06/2005 — que institui grupos de trabalho para classificação de documentos e processos administrativos do Tribunal a serem eliminados por ocasião do Dia do Descarte Central —, o Setor de Arquivo Administrativo realizou, no intervalo de abril a setembro, as atividades de seleção e classificação de processos administrativos, para viabilizar o Segundo Descarte Central Administrativo do Tribunal. Para tanto, contou com a colaboração de 5 grupos de trabalho, integrados por servidores e prestadores de serviço das diversas unidades administrativas do Tribunal, no período de 01/08 a 15/09/2006.

Foi realizado o descarte de precatórios executados no período de 01/01/1995 a 31/12/1997, com a eliminação de 10.572 processos. Tal ação liberou uma área de 73,08 metros lineares, que correspondem a aproximadamente 14,19% da área dos dois depósitos do Arquivo.

Também foram eliminados 2.461 processos administrativos, perfazendo o total de 710 quilos de papel e li-

berando 16 metros lineares da área ocupada. Foram analisados, no período de 01/08/2006 a 15/09/2006, 8.872 processos administrativos, arquivados em 340 caixas.

Nesse sentido, simultaneamente às atividades dos grupos de trabalho, em um esforço de inovação com vistas à inicialização das atividades de gestão da massa documental indiscriminadamente armazenada no decorrer do período de 1989 a 1995, o Setor de Arquivo Administrativo firmou parceria com a Secretaria de Recursos Humanos, que disponibilizou pessoal capacitado para fazer a triagem e a classificação dos documentos originários daquela unidade sob guarda do Arquivo Central Administrativo.

As atividades de organização dos documentos de recursos humanos se iniciaram em 07/08 e finalizaram em 06/10, período em que foram analisadas em torno de 110 caixas-arquivo, compostas, em sua maioria, de documentação relativa a concursos públicos e fichas de progressão funcional de servidores.

Os documentos cujo tempo de guarda já se encontrava expirado foram separados para descarte e compuseram o Relatório de Eliminação do Arquivo Central pertinente ao exercício de 2006. Os documentos que, por sua temporalidade, deveriam permanecer no Arquivo Administrativo receberam os tratamentos de higienização, acondicionamento e classificação pertinentes.

Saliente-se que, no decorrer dos trabalhos de seleção dos documentos de recursos humanos, foi separado para descarte um total de aproximadamente 36 caixas, o que disponibilizou o equivalente a 6 metros lineares de área livre. Ademais, foi separado para eliminação o equivalente a 15 metros lineares de documentos relativos ao controle de entrada/saída de correspondências e trâmite de processos administrativos e judiciais.

Em decorrência da inovação do descarte de documentos administrativos, o Arquivo Central Administrativo concluiu o Descarte de 2006 alcançando a marca de 37 metros lineares de papéis eliminados, perfazendo um montante de 1.371 quilos de documentos fragmentados.

A instituição sorteada pela Comissão de Avaliação Documental para receber a doação do descarte de documentos e processos de 2006 foi a Casa do Ceará.



Funcionários da Novo Rio Papéis descarregam caminhão de processos.



Processos são colocados na esteira para serem picotados.



Presidente do Tribunal, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, e Presidente da Comissão de Avaliação Documental, Desembargador Federal Leomar Amorim, na Solenidade de Descarte de Processos, em 10/11/2006.



Diretor-Geral, Felipe dos Santos Jacinto, demais autoridades, servidores, Juiz Federal em auxílio à Presidência, Reynaldo Soares da Fonseca, e convidados na Solenidade de Descarte de Processos.



Desembargador Federal Leomar Amorim, após a picotagem dos processos.



Desembargador Federal Leomar Amorim simula picotagem de papel na Solenidade de Descarte de Processos, em 10/11/2006.



Desembargador Federal Leomar Amorim concede entrevistas após a cerimônia.



Desembargador Federal Leomar Amorim e o representante da Casa do Ceará, Berilo de Lucena Cavalcanti.

**Quadro 130**  
**Atividades de comunicação e expedição**

Atividades desenvolvidas	Quantidade/ valor
Processo administrativo autuado	11.297
Processo administrativo arquivado	10.924
Matéria encaminhada para publicação em diários oficiais	1.745
Matéria encaminhada para publicação no <i>Jornal de Brasília</i>	52
Tiragem de cópias reprográficas	1.559.094
Custas recolhidas	R\$ 181.545,21

**Quadro 131**  
**Elaboração e acompanhamento de contratos**

Atividades desempenhadas	Quantidade
Minuta de instrumentos contratuais	118
Minuta de atas de registro de preços	35
Instrumento contratual	73
Aditivo a instrumentos contratuais	122
Ata de registro de preços	25
Aditivo a atas de registro de preços	21
Ofício de adesão a atas de registro de preços	116
Ordem/execução de serviço	267
Extrato de instrumentos contratuais	237
<b>Total</b>	<b>1.014</b>

No final de 2006, encontravam-se vigentes, na SECAD, 211 instrumentos contratuais.

## Execuções orçamentária e financeira

Os valores referentes às execuções financeira e orçamentária do exercício de 2006 realizadas pela Unidade Gestora 090027 – Secretaria do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, correspondentes às despesas de pessoal, custeio, capital e inversão financeira, estão demonstrados no Quadro 132.

**Quadro 132**  
**Crédito provisionado e liquidado por categoria de gasto – Tribunal**

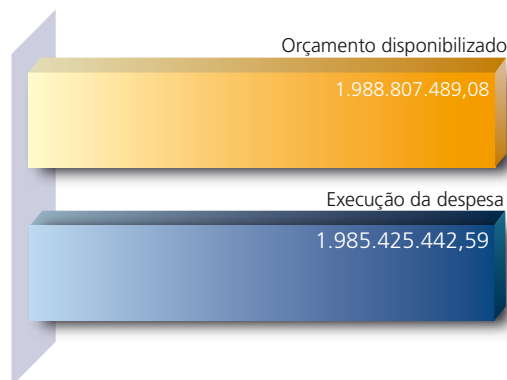
Grupo de despesa	Dotação descentralizada líquida	Orçamento disponibilizado	Execução da despesa	Crédito disponível
1 Pessoal e encargos sociais	972.874.168,23	972.874.168,23	970.781.824,51	2.092.343,72
3 Outras despesas correntes	976.106.543,26	976.106.543,26	974.875.098,34	1.231.444,92
4 Investimentos	16.431.027,45	16.431.027,45	16.372.769,60	58.257,85
5 Inversões financeiras	23.395.750,14	23.395.750,14	23.395.750,14	
<b>Total</b>	<b>1.988.807.489,08</b>	<b>1.988.807.489,08</b>	<b>1.985.425.442,59</b>	<b>3.382.046,49</b>

**Quadro 133**  
**Crédito provisionado e liquidado por subprojeto/atividade**

Subprojetos/ subatividades	TRF			Seções/entidades			Aplicação da despesa realizada
	Provisionado	Despesa realizada	Despesa – Restos a Pagar	Provisionado	Despesa realizada	Despesa – Restos a Pagar	
Despesa administrativa	169.333.299,96	162.535.489,05	5.892.619,73	13.449.753,14	9.071.737,16	4.280.238,96	99,45%
Auxílio-refeição/transporte/ pré-escolar	9.059.736,00	8.833.334,85	0,00	0,00	0,00	0,00	97,50%
Assistência médico- odontológica	3.651.598,00	3.545.755,79	105.842,21	2.357.208,11	2.193.332,50	163.875,61	100,00%
Modernização das instalações da Justiça Federal	2.500.000,00	42.834,71	2.400.523,82	71.875,00	71.875,00	0,00	97,80%
Implantação do Sistema Integrado de Gestão	0,00	0,00	0,00	6.013.821,85	102.636,60	5.907.301,22	99,94%
Construção do Edifício-Sede do TRF	6.652.000,00	0,00	6.652.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
Treinamento	485.501,00	450.242,06	27.320,08	84.278,61	84.269,61	0,00	98,61%
Pessoal inativo/pensionista civil	13.848.010,00	13.846.374,36	0,00	0,00	0,00	0,00	99,99%
Contribuição da União e suas autarquias	23.668.333,00	21.586.372,96	271,30	0,00	0,00	0,00	91,20%
Auxílio a pessoas carentes	55.000,00	30.745,20	24.254,80	5.587,20	350,00	4.487,20	98,76%
Precatório/RPV – União	686.659.905,03	647.196.236,11	39.463.591,98	0,00	0,00	0,00	100,00%
Precatório/RPV – entidades	1.050.903.881,22	1.005.569.883,06	45.333.975,71	0,00	0,00	0,00	100,00%
Administração do patrimônio imobiliário	7.700,96	5.300,96	2.370,00	0,00	0,00	0,00	99,61%
<b>Total</b>	<b>1.966.824.965,17</b>	<b>1.863.642.569,11</b>	<b>99.902.769,63</b>	<b>21.982.523,91</b>	<b>11.524.200,87</b>	<b>10.355.902,99</b>	<b>99,83%</b>

A subatividade administração do patrimônio imobiliário está na coluna “provisionado”, mas sua transferência ocorreu na modalidade de destaque.



**Gráfico 27****Orçamento disponibilizado e execução da despesa**

## Material e patrimônio

A SECAD passou a catalogar o material de consumo do Tribunal no Sistema de Catalogação de Material – CATMAT/SIASG, em atenção à determinação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**Quadro 134****Atividades relacionadas a material e patrimônio**

Atividades desempenhadas	Total
Requisição de material (RM) atendida	5.433
Pedido de aquisição de material (PAM) emitido	221
Livros tombados	1.996
Bens patrimoniais tombados	8.013

## Engenharia e manutenção

A área de engenharia desenvolveu suas atividades rotineiras, acompanhando contratos de manutenção e de prestação de serviços e realizando serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações do Tribunal. Atendeu, no total, 3.654 requisições de serviço.

Somam-se às atividades executadas os vários projetos desenvolvidos e as diversas obras executadas sob o acompanhamento da SECAD, destacando-se:

- ▀ fornecimento e instalação de persianas nos edifícios do TRF;
- ▀ instalação de válvulas de recuperação de gases e vapores dos tanques de abastecimento;

- ▀ substituição de letreiros no edifício Cabo Frio;
- ▀ modernização tecnológica dos elevadores instalados no Edifício-Sede;
- ▀ serviços de adequação das instalações elétricas do edifício Anexo I;
- ▀ estudo para readequação dos gabinetes dos desembargadores;
- ▀ elaboração de projeto básico para contratação de empresa especializada para efetuar serviços de recuperação de compressores da central de ar condicionado do Edifício-Sede;
- ▀ elaboração de projeto básico para contratação de serviços de fabricação e montagem de portas laterais em alumínio, pintadas e com a logomarca do Banco do Brasil, nas carretas do juizado especial federal itinerante;
- ▀ elaboração de projeto básico para ampliação/modernização do PABX do Edifício-Sede.

Dois grandes projetos sobressaem entre as atividades desenvolvidas:

- ▀ Projeto de construção da sede do Tribunal

Em conjunto com a comissão de desembargadores federais constituída para colaborar com a Presidência nas atividades de elaboração do projeto arquitetônico e da construção, a área de engenharia procedeu a primoroso trabalho de levantamento de informações e necessidades e à elaboração de projeto básico, que resultou na contratação do projeto arquitetônico a ser idealizado pela empresa Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda.

- ▀ Projeto edifício padrão para Subseção Judiciária

Desenvolvimento de estudos para implantação de modelo padrão para construção de sedes de subseções judiciárias, projeto que contempla todas as necessidades e etapas, desde a terraplanagem até ar condicionado e ventilação mecânica, possibilitando a otimização das obras pela redução de custos e de prazos de execução.

Além de atender às demandas do Tribunal, foi prestado grande apoio às Seções e Subseções Judiciais no acompanhamento e fiscalização de obras, concluídas ou em andamento.

**Quadro 135**  
**Apoio às Seções e Subseções Judiciárias**

Seções/Subseções Judiciárias	Período	Finalidade
Seção Judiciária do Estado do Pará	06/05/2006	Elaboração de projeto básico para instalação de JEF no 1º andar do Edifício-Sede.
	10/06/2006	Elaboração de projeto básico para instalação dos gabinetes no 7º andar do Edifício-Sede, construção de estacionamento, construção de guarita e transferência do arquivo judicial.
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	22 e 23/03/2006	Vistoria em obra para instalação de vara federal.
	11/05/2006	Recebimento do projeto executivo para construção da Subseção Judiciária de Uberaba/MG
	18 e 19/09/2006	Vistoria, em conjunto com profissional da SOF/ Presidência da República, em edifícios destinados à Seccional em processo de desapropriação.
	18 e 19/10/2006	Assessoramento técnico à comissão de fiscalização para a reunião de partida da obra do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.
	21 e 22/12/2006	Supervisão da obra de construção da Sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG (como membro da comissão de fiscalização).
Seção Judiciária do Estado de Goiás e Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO	14 e 15/03/2006	Vistoria na obra da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia, com realização de testes na rede lógica. Vistoria no Edifício-Sede da Seção Judiciária de Goiânia.
Seção Judiciária do Estado do Amapá	09/03/2006	Acompanhamento de projeto de reforma das instalações elétricas.
	27 a 29/09/2006	Reunião com a SECAD/AP sobre projeto básico para contratação de serviços e orientações quanto ao processo licitatório.
Seção Judiciária do Estado da Bahia	11/01/2006	Acompanhamento das obras do Juizado Especial Federal.
	26/02 a 03/03/2006	Visita à obra do JEF para elaboração de relatório e diagnóstico sobre atraso na entrega da obra.
	08/04/2006	Assessoramento técnico ao Diretor-Geral do TRF, quando da inauguração do Edifício-Sede dos JEFs.
Seção Judiciária do Estado da Bahia e Subseção Judiciária de Ilhéus/BA	08/03/2006	Vistoria nas instalações mecânicas e telemáticas da obra do JEF de Salvador e vistoria no sistema de ar condicionado de Ilhéus.
Seção Judiciária do Estado do Piauí	25 a 27/01/2006	Vistoria e acompanhamento da obra do Edifício-sede.
	11/03/2006	Acompanhamento ao Diretor-Geral do TRF para recebimento da obra.
	07/04/2006	Vistoria às instalações elétricas para mudança de prédio
Subseção Judiciária de Caxias/MA	19 a 22/03/2006	Supervisão da obra, visando a reativá-la.
	30/10 a 01/11/2006	Visita técnica à obra da Subseção Judiciária.
Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG	27 a 29/03/2006	Reavaliação do projeto executivo para construção da Sede

Seções/Subseções Judiciárias	Período	Finalidade
Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA	10/01/2006	Checagem dos pontos de informática e recebimento da obra.
Subseção Judiciária de Rio Verde/GO	14/12/2006	Visita técnica à obra da Subseção, a fim de avaliar um novo imóvel para instalação da Seccional juntamente com o JEF.
Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT	09/02/2006	Vistoria na obra de reforma do imóvel.
Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG	14/02/2006	Vistoria na obra para instalação do JEF.
Subseção Judiciária de Sinop/MT	15/03/2006	Recebimento e testes de rede estruturada da obra de reforma na futura sede da vara federal descentralizada.
Subseção Judiciária de Tabatinga/AM	19 e 20/02/2006	Medição das obras em andamento em Tabatinga/AM e coleta de dados para alteração de projeto do Edifício Anexo.
	07/05/2006	Vistoria e 2ª medição das obras de reforço estrutural da caixa d'água, construção do muro perimetral, construção da lavanderia e construção e instalação de central GLP.
	18 a 22/06/2006	3ª medição das obras de construção do muro, lavanderia, central GLP e reforço estrutural da caixa d'água.
	31/07 a 05/08/2006	Vistoria e 4ª medição das obras de construção da lavanderia, muro perimetral e central de gás GLP, na Subseção Judiciária de Tabatinga/AM.

## Obras de manutenção



Impermeabilização do Edifício-Sede do TRF 1ª Região.



Impermeabilização do edifício Cabo Frio.



Obra da sede da Subseção Judiciária de Caxias/MA.



Lavanderia da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM.

## Segurança e serviços gerais

Uma das ações gerenciais de maior resultado no âmbito administrativo dos setores vinculados diretamente aos assuntos de segurança e serviços gerais foi a lotação de servidores do cargo Técnico Administrativo – Área Administrativa, que possibilitou melhor organização dos trabalhos e dos setores.

**Quadro 136**  
**Quantidade anual de acesso de pessoas às dependências do Tribunal**

Categorias	Quantidade
Estagiário	91.026
Prestador/Servidor	309.885
Advogado	2.439
Visitante	26.288
<b>Total</b>	<b>429.638</b>

Fonte: Sistema de Controle de Acesso – SCA.

**Quadro 137**  
**Execução e controle de contratos de serviços gerais e segurança**

Empresas	Objeto
Capital Empresa de Serviços Gerais Ltda.	Prestação de serviços de copeiragem, limpeza e conservação.
Fino Sabor Indústria e Comércio Ltda.	Fornecimento de café.
Distribuidora Metropolitana Ltda.	Fornecimento de hortifrutigranjeiros.
Comércio de Alimentos PC.	Fornecimento de gêneros alimentícios industrializados.
João Lopes Malta	Fornecimento de água mineral.
G.M LIMA EPP.	Fornecimento de açúcar cristal.
G.M LIMA EPP.	Fornecimento de água mineral com gás.

## Informatização das rondas internas e externas

Em razão da dificuldade no acompanhamento e controle de rondas internas e externas realizadas pelos vigilantes nos vários prédios que compõem o Tribunal, principalmente nos mais distantes, o Setor de Vigilância e Portaria – SETSVI realizou estudos e elaborou projeto básico com o objetivo de informatizar as rondas internas e externas. Já está em fase de implantação o sistema Top Ronda, que gerencia e controla as rondas internas e externas efetuadas pelos vigilantes.

Já foram instalados, em cada edifício deste Tribunal, com exceção do edifício Adriana, os pontos por onde passarão os vigilantes, escolhidos de forma estratégica, de maneira que o vigilante percorra todo o perímetro do prédio e suas áreas críticas.

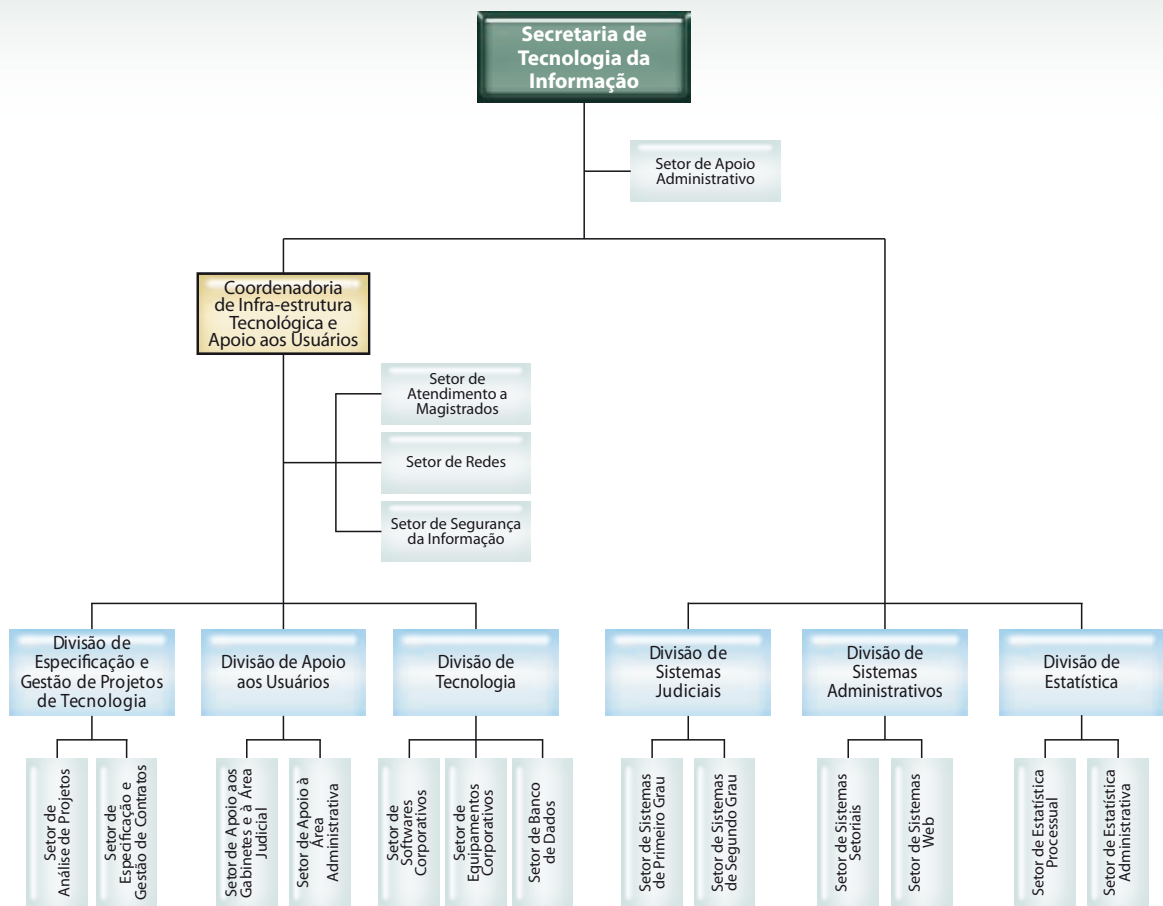
Também já foi instalado, em um dos computadores da sala de vigilância, o sistema Top Ronda. A próxima fase é a apresentação do instrumento e treinamento de pessoal para operacionalização do sistema.

## Frota de veículos

Procedeu-se à renovação de todos os veículos que atendem aos gabinetes de desembargadores federais, transferindo-se para as novas Subseções Judiciárias os veículos substituídos.

# SECIN

Secretaria de Tecnologia da Informação



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

Nenhuma secretaria teve tanto incremento em suas atividades quanto a Secretaria de Tecnologia da Informação – SECIN. A criação de novas Subseções Judiciais, varas, juizados especiais federais, turmas recursais, além de novos órgãos julgadores e gabinetes no Tribunal, trouxe novas demandas e frentes de trabalho.

Em novembro, o Tribunal, visando à adaptação de sua estrutura ao novo contexto de trabalho, promoveu na SECIN pequenas alterações, porém significativas, ampliando seu quadro de cargos e funções comissionadas e modificando as denominações das unidades para torná-las mais condizentes com os objetivos institucionais.

Além de dar cumprimento a suas atividades rotineiras, no que concerne ao gerenciamento e manutenção de equipamentos e desenvolvimento de sistemas informatizados, necessários ao regular funcionamento da Justiça Federal da Primeira Região, a SECIN promoveu grandes avanços tecnológicos, que tiveram como objetivo principal o aumento da eficiência na prestação jurisdicional por meio de melhor suporte tecnológico.

## Fábrica de Softwares

Entre as novidades, destaca-se a criação de novo modelo de desenvolvimento de *software* para a Justiça Federal da Primeira Região — a Fábrica de Softwares interna —, fato inédito na Justiça Federal.

A Fábrica de Softwares trouxe para o Tribunal um conceito de desenvolvimento de *software* baseado em metodologia, métricas e ferramentas muito bem definidas que visam formalizar todos os processos e produtos inerentes a cada etapa da produção. Trata-se de uma solução inovadora, que permitiu alcançar ótimos resultados ao adotar modelo de desenvolvimento baseado em perfis profissionais bem definidos e em processo de trabalho que privilegia o cumprimento de prazos e custos, com a garantia da qualidade esperada pelos usuários gestores da aplicação.

## Execução fiscal virtual

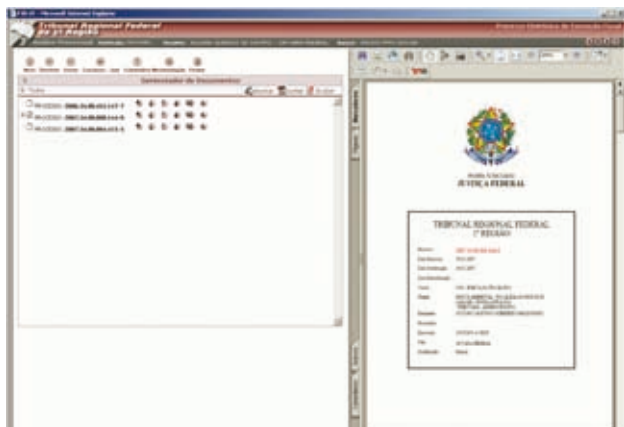
A Justiça Federal deu início, em agosto, ao Projeto de Execução Fiscal Virtual — cobrança judicial dos valores devidos e não pagos à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e respectivas autarquias, inscritos na Dívida Ativa, conforme a Lei de Execuções Fiscais, Lei 6.830, de 22/09/1980.

Magistrados e diretores de secretarias das varas de execução fiscal e técnicos da área de informática das 5 Regiões da Justiça Federal do Brasil participaram de *workshop* sobre o projeto em Brasília, no salão nobre do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

A execução fiscal virtual permite maior rapidez na tramitação dos processos judiciais que envolvem a cobrança de tributos da Receita. Em curto espaço de tempo, todo o procedimento judicial para a cobrança é realizado, e agilizado o pagamento pelo contribuinte devedor.

A implantação do Processo Judicial Digital de Execução Fiscal – PJD-EF — sistema idealizado para atender integralmente às necessidades das varas de execução fiscal, no que se refere à informatização de trâmite e incidentes processuais — integra moderna tecnologia, como o gerenciamento eletrônico de documentos (GED), fluxo eletrônico de documentos (*workflow*), armazenamento e segurança baseada em certificação digital em cartão inteligente (*smart card*), com biometria, criptografia, assinatura manuscrita digitalizada e assinatura eletrônica de documentos.

A virtualização dos processos de execução fiscal, já está em funcionamento experimental na 18ª Vara do Distrito Federal, o que deverá ocorrer também nas demais varas de execução fiscal, em curto espaço de tempo, segundo prioridade definida pela Presidente do Tribunal.



Tela inicial do Processo Judicial Digital de Execução Fiscal – PJD-EF.

## Virtualização das RPVs

Outro trabalho de grande relevância foi a implantação na COREJ do sistema eletrônico para expedição de requisições de pagamento no âmbito da Primeira Região, que permitiu o pagamento de todas as requisições aos beneficiários dos créditos, dentro do prazo legal. Esse sistema eletrônico reduziu significativamente a complexa burocracia antes necessária à expedição de requisições de pagamento, com grande economia de material e de mão-de-obra, trazendo ainda total transparência e eficiência ao pagamento aos jurisdicionados.

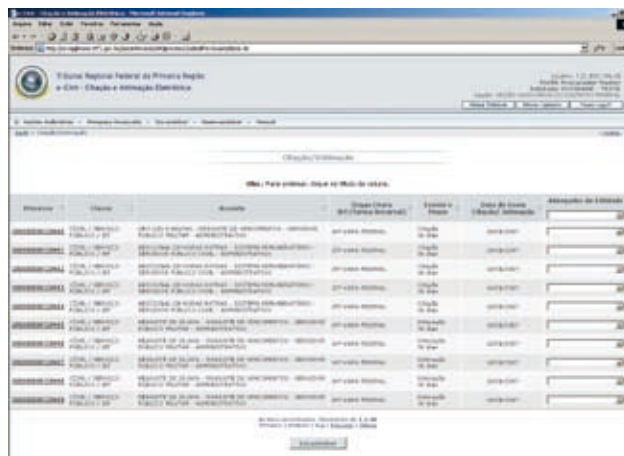
## Assinatura e citação eletrônicas

Foram implantados também, em caráter experimental, o e-Assinador e o e-CINT. O Sistema de Assinatura Digital – e-Assinador tem como principal objetivo garantir a validade jurídica dos documentos e processos digitais da Justiça Federal da Primeira Região, assim como disseminar e popularizar a tecnologia de certificação digital. Permite que sejam assinados documentos individuais ou conjuntos de documentos correlatos (processo) sem a necessidade de se conhecerem em detalhes os procedimentos envolvidos na assinatura digital. O desenvolvimento desse projeto teve como base os padrões definidos pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI e pela auditoria.



Certificação digital – tecnologia inovadora no TRF 1ª Região.

O Sistema de Citação e Intimação Eletrônica – e-CINT é um sistema complementar ao do juizado especial federal virtual e tem como principal objetivo apresentar, por meio da internet, as citações e intimações de forma rápida e segura para as partes, advogados particulares e procuradores de entidades.



Tela do Sistema de Citação e Intimação Eletrônica – e-CINT.



Encontro dos operadores da Justiça Federal Virtual para apresentação dos sistemas e-PROC, JEF Virtual, e-CINT e Execução Fiscal.



## Renovação do parque tecnológico

Foi promovida extensa renovação do parque tecnológico do Tribunal, com instalação e configuração de 200 microcomputadores em substituição aos equipamentos inferiores à configuração Pentium IV; instalação de leitores de código de barras nos gabinetes de desembargadores federais — mínimo de 7 unidades por gabinete; aquisição de novo servidor de *e-mails* e de aplicação para atender às necessidades das Subseções Judiciárias; aumento da capacidade de armazenamento do disco *w*; aquisição de roteadores de *backup*; aquisição de equipamentos para o projeto de modernização da rede das Seções e Subseções Judiciárias.

## Eficiência no atendimento ao usuário interno

No tocante ao atendimento às solicitações de serviço (SIATE), houve uma segmentação das atividades a partir de março de 2006, buscando-se maior controle e qualidade no atendimento ao usuário. As solicitações passaram, desde então, a ser divididas em pedidos de

1º e 2º níveis. As solicitações classificadas como de 1º nível, que compreendem 75% do total, são as que podem ser atendidas prontamente por meio telefônico ou por acesso remoto à máquina do usuário — *help desk*. As demais, cerca de 25% do total, são classificadas como de 2º nível, com a necessidade do apoio técnico *in loco*. Tal procedimento permitiu aumentar o atendimento das solicitações de serviço em cerca de 70% em relação a 2005.

## Modernização de sistemas administrativos

A área administrativa também foi amplamente atendida com novos sistemas ou remodelações dos já existentes, destacando-se os sistemas de folha de pagamento, do PRO-SOCIAL, de recursos humanos, de afastamento de magistrados, de jurisprudência e de recebimento e envio de correspondências.

Para cada sistema implantado, foram ministrados treinamentos em diversos níveis, com vistas a atender os mais variados perfis de usuário.

**Quadro 138**  
**Outras atividades relevantes**

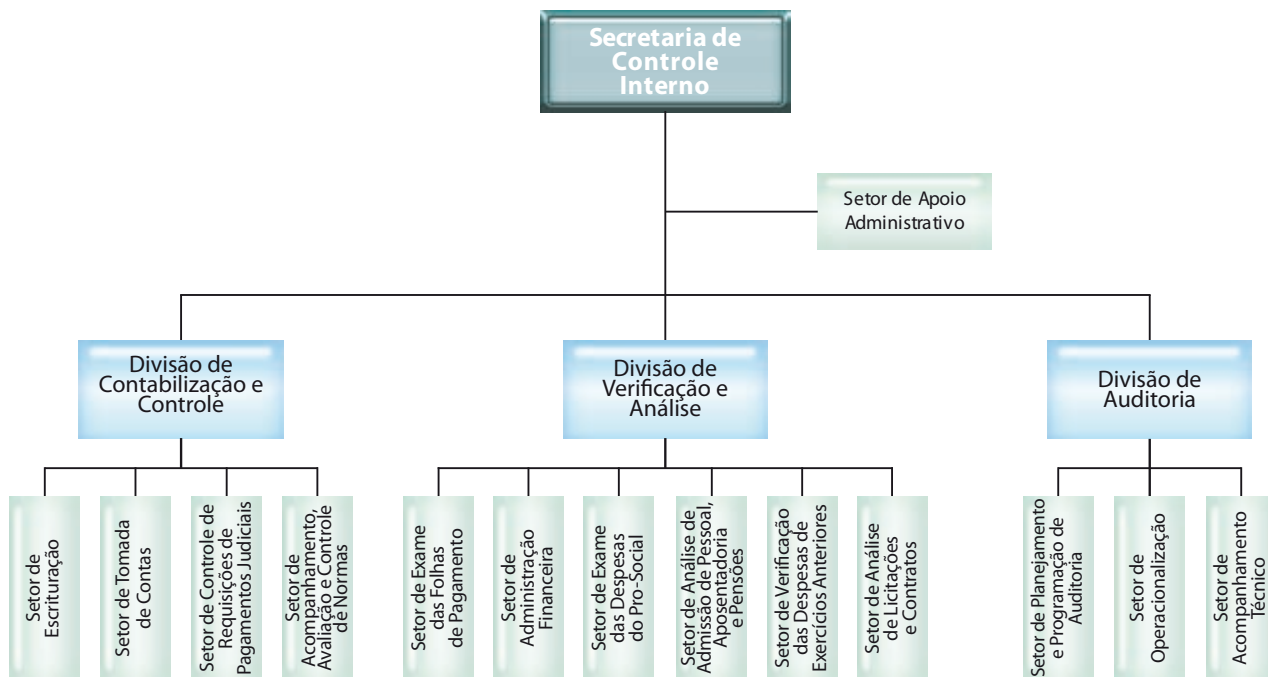
Desenvolvimento/atualização	
Sistemas/Programas	Fases
PRO-SOCIAL	Correção, ajuste e manutenção em diversas rotinas dos 4 módulos principais do sistema: benefícios, auxílios, financeiro e saúde.  Melhoria do sistema na plataforma Oracle, bem como sua preparação para ser adotado nas Seccionais que atualmente o utilizam em Mumps. Várias rotinas foram corrigidas com esse fim e o sistema será reformulado por completo a partir de março de 2007.
Folha de pagamento	Procedimentos de migração de dados do Mumps para o Oracle no sistema da folha de pagamento e implantação do novo plano de rubricas (SISUR).
SARH	Desenvolvimento de módulo de magistrados, servidores e estagiários e migração dos dados dos juízes do banco de dados do Tribunal para os bancos das Seções Judiciárias.
JURIS	Recuperação de informações para atuação e registro de processos.
SIREC	Implantação da nova versão do Sistema de Recebimento e Envio de Correspondências em setembro de 2006.
SISPPA	Geração de relatórios do SISPPA relacionados aos documentos e processos administrativos que foram descartados.
SICAM	Criação de procedimento para envio de <i>e-mail</i> automaticamente pelo sistema SICAM, quando for criado um termo de responsabilidade de bens, para o novo responsável, informando-se os dados do termo e dos tomos.

Desenvolvimento/atualização	
Sistemas/Programas	Fases
E-SIAM	Sistema de Afastamento de Magistrados: sistema que permite aos magistrados solicitar, via <i>web</i> , afastamento de duração inferior a 30 dias em território nacional. Contempla a autorização pela COGER e o registro automático na ASMAG, além da integração com o Sistema de Recursos Humanos.
e-Calendário	Sistema de Calendário Forense: ferramenta que permite o registro centralizado de todos os feriados nacionais, estaduais, regimentais, municipais e das varas em toda a Justiça Federal da Primeira Região.
e-Conteúdo	Sistema de Gestão de Conteúdos: ferramenta que permite aos usuários do Tribunal publicar, sem a necessidade de auxílio da área de tecnologia da informação, avisos, notícias e destaques do e-Sítio do TRF.
e-TAA	Sistema de Terminal de Auto-Atendimento: nova aplicação <i>web</i> desenvolvida para os terminais de auto-atendimento da Justiça Federal da Primeira Região. Permite a consulta aos dados de processos no primeiro e no segundo grau, independentemente do órgão onde se encontra o interessado.
e-SISDEP	Sistema de Permissões: aplicação <i>web</i> que tem o objetivo de centralizar as atualizações de permissão e bloqueio de classes/objetos processuais, promovendo maior agilidade e segurança nas atualizações dessas informações, bem como na autuação dos processos distribuídos. Além disso, permite consultas à Tabela Única de Assuntos – TUA.
G-Doc	Implantação do Gerenciador de Documentos Eletrônicos – G-Doc na COJEF e na ASRET.
JEF Virtual	Implantação do JEF Virtual em Goiás e Minas Gerais. Instalação de sistema de conversão automática de documentos do JEF Virtual para PDF.
Jurisprudência	Implantação do Sistema de Pesquisa Textual Interna de Jurisprudência, incluindo as demais bases de dados para pesquisa, as bases de decisões monocráticas, súmulas, arguições, análise comparativa, acórdãos do JEF e súmulas do JEF.
Outros	Apoio ao CNJ na avaliação de sistema a ser adotado, possivelmente, pelos Tribunais de Justiça. Alteração dos boletins estatísticos e desenvolvimento de relatórios gerenciais – Provimento COGER 24. Projeto de unificação da tabela de entidades. Desenvolvimento de <i>framework</i> PHP para desenvolvimento de sistemas gerenciais da COINT. Implantação da rede do edifício Cabo Frio. Implantação do projeto de modernização da rede do TRF. Implantação do <i>link</i> urbano Giga Ethernet para conexão do edifício Cabo Frio ao edifício Anexo I. Criação de laboratório para efetuar testes de migração do domínio NT 4 para AD (Windows 2003). Instalação do sistema JEF em servidores de aplicação para reduzir trabalho de instalação e suporte. Reestruturação da rede física e lógica do CPD do TRF em conjunto com a COINT. Reestruturação da rede elétrica do TRF com a criação de novos circuitos e melhor distribuição dos já existentes. Criação de rotinas para Outros Custeios (consolidado) no TRF. Mapeamento das rotinas do AVS com a finalidade de desenvolvimento de sistemas. Implantação do módulo de correição virtual. Alteração das rotinas de movimentação para permitir inclusão das fases de remessa e recebimento, com o consequente controle da origem e do destino do processo para se facilitar a coleta de dados estatísticos. Evolução da rotina de certidões diversas.

Desenvolvimento/atualização	
Sistemas/Programas	Fases
Seccionais	Manutenção na rede da SJ/MA e da SJ/MT.
	Reestruturação da rede física e lógica da JF/BA e manutenção da nova sede do JEF em Salvador/BA, com instalação de dois <i>links</i> , via rádio frequência, para interligação do JEF à sede da JF/BA, em Salvador, e elaboração de projeto básico para implantação de fibra ótica de interligação do Edifício-Sede da JF/BA com o Edifício-Sede do JEF.
	Implantação do projeto de modernização e ampliação da rede da JF/PA e da JF/GO.
	Mudança da infra-estrutura de rede da sede antiga para o novo prédio nas sedes da JF/MT, em Cuiabá, e da JF/PI, em Teresina.
	Centralização do banco de dados de Juiz de Fora no TRF.
	Melhoria no sistema de <i>boot</i> remoto das Subseções Judiciárias.
	Melhoria nos servidores de aplicação que atendem ao TRF, Seções e Subseções Judiciárias.
	Suporte, manutenção e atualização dos sistemas operacionais AIX, Linux, e Windows nas Seções Judiciárias.
	Produção dos sistemas SICAM, SISRA, SIREC e SIATE em todas as Seccionais. Últimas implantações em 2006: AM, AC, TO, MT e MG.
	Remodelação do Sistema de Recebimento e Envio de Correspondência – SIREC para que as Subseções possam utilizá-lo em seu próprio banco de dados, pois hoje utilizam o mesmo banco de dados da capital. A nova versão foi desenvolvida visando à integração entre os bancos de dados.
	Implantação da nova versão do SIREC na JF/BA, JF/RO e JF/MG.
	Instalação do Sistema de Folha de Pagamento na SJ/DF.
	Implantação do Sistema de Recursos Humanos – SARH nas seguintes Seções Judiciárias: Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins, com a migração dos dados do Mumps para o Oracle.
	Elaboração de projeto básico para atualização e ampliação das redes de computadores das seguintes Seções Judiciárias: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins.
	Outras atividades
Auxílio na migração dos ativos de rede do TRF.	
Elaboração de um esquema de treinamento do pessoal técnico das Seções Judiciárias em gerência do Active Directory e Exchange 2003, que será ministrado pelos técnicos do Tribunal durante o ano de 2007, aproveitando-se os trabalhos de migração de cada um dos <i>sites</i> .	
Migração de dados de várias unidades, de arquivos em Word, Excel, Access etc. para o banco de dados dos sistemas.	
Criação de consultas e relatórios específicos baseados em dados dos sistemas.	
II Encontro de Tecnologia da Informação do TRF 1ª Região e Seccionais, em agosto.	
Adequação dos documentos aos padrões oficialmente adotados pela Primeira Região.	
Criação do programa de diagnósticos para auxílio da DIATU ao suporte do envio eletrônico de matérias.	
Criação da nova macro de formatação de documentos para envio à Imprensa Nacional, para usuários do Microsoft Office, para usuários do sistema G-Doc e para usuários do sistema SIGET.	
Certificação digital de desembargadores federais.	
Certificação digital de juízes federais e servidores da Seção Judiciária do Distrito Federal.	

# SECOI

Secretaria de Controle Interno



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica

A atividade de controle interno tem por finalidade analisar e aferir a gestão administrativa por meio de procedimentos e ações executadas no âmbito da própria administração, como a execução orçamentária e financeira e a avaliação de metas e objetivos. Tem fundamento legal originário na Constituição Federal de 1988 e é norteada pelos princípios que regem a Administração Pública, em especial o princípio da legalidade.

A Secretaria de Controle interno – SECOI auxilia a atividade de controle externo de competência do Tribunal de Contas da União – TCU. Nesse sentido, planeja, coordena, acompanha e avalia as atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos atos de gestão praticados pelo Tribunal, além de orientar as Seções Judiciárias, visando à identificação e ao saneamento de eventuais impropriedades.

## Controle preventivo

A SECOI buscou aprimorar a uniformização de procedimentos da Primeira Região e seguir a atualização do próprio conceito de controle interno, que passa de mero fiscalizador de atos já ocorridos a gestor de ações preventivas e corretivas.

O controle preventivo, instrumento auxiliar da gestão, permite que o administrador tome decisões por meio de medidas que busquem:

- ▀ racionalidade na aplicação dos recursos públicos;
- ▀ abrangência e eficiência na arrecadação;
- ▀ legalidade e legitimidade nos atos de gestão;
- ▀ adequação dos registros e controle do patrimônio público.

Para atuar sob esse enfoque, preventivo e corretivo, a SECOI contou com a colaboração das diversas secretarias do Tribunal e das Seções Judiciárias.

A SECOI realizou atividades sistemáticas de acompanhamento de processos comprobatórios da despesa, levantamento e conferência das tomadas de contas do TRF e das Seções Judiciárias vinculadas, entre as quais se destacam:

- ▀ acompanhamento do encerramento do exercício financeiro de 2005 e abertura do exercício de 2006 com vistas ao fechamento sem restrições contábeis e legais, em especial no que se refere à inscrição de restos a pagar;
- ▀ elaboração do Relatório Consolidado de Prestação de Contas – Lei de Responsabilidade Fiscal, pertinente ao exercício de 2005, a partir da consolidação das informações prestadas pelas Seccionais e pelo TRF 1ª Região, para remessa ao CJF;
- ▀ consolidação do Relatório de Gestão de 2005 do Tribunal e Seções Judiciárias subordinadas, para composição do processo consolidado de Tomada de Contas de 2005;
- ▀ organização do processo consolidado de Tomada de Contas do TRF e Seções Judiciárias da Primeira Região, em consonância com a Lei 8.443/1992, Instrução Normativa TCU 47/2004 e Decisão Normativa TCU 62/2004;
- ▀ acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Tribunal com registro da Conformidade Contábil, no SIAFI, das Unidades Gestoras 090027 e 090032;
- ▀ registro mensal da Conformidade de Operadores dos sistemas do Governo Federal utilizados no âmbito do Tribunal (SIAFI, SIASG, SIAFI-GERENCIAL).

## I Encontro das Unidades de Controle Interno da Primeira Região

A SECOI promoveu o I Encontro das Unidades de Controle Interno da Primeira Região com o objetivo de solucionar problemas comuns a todas as unidades e discutir questões relevantes para o aperfeiçoamento da gestão.

O evento, aberto pela Presidente do Tribunal, contou com a presença do Diretor-Geral da Secretaria, de outros diretores de secretarias do Tribunal e de representantes do TCU.



Presidente, Assusete Magalhães, e dirigentes do Tribunal na abertura do Encontro das Unidades de Controle Interno.

Nos 3 dias do encontro, as equipes da SECOI e dos núcleos de controle interno analisaram temas como:

- projeto do sistema automatizado para concessão de diárias, a ser implantado a partir de 2007;
- análise da minuta de alteração da resolução do Conselho da Justiça Federal que trata de suprimento de fundos;
- procedimentos contábeis realizados no SIAFI;
- procedimentos e padrões a ser observados na elaboração do Relatório de Auditoria de Gestão referente ao exercício de 2006, processos de tomada e prestação de contas do TCU;
- questões polêmicas relacionadas a licitações, contratos, diárias e cessão de uso de área em bens imóveis;
- dificuldades enfrentadas pelas equipes das Seções e Subseções Judiciárias e possíveis soluções tendo como base a legislação aplicável e a atual jurisprudência do Tribunal de Contas da União.



Representantes das áreas de controle interno, participantes do evento.

A expectativa das equipes participantes é que novos encontros sejam realizados, uma vez que a troca de experiências, a discussão em busca da solução de problemas comuns e a aquisição de conhecimentos proporcionam maior efetividade na atuação do controle interno.

### Quadro 139 Atividades desenvolvidas

Atividades	Quantitativo
Elaboração de informações, relatórios e pareceres decorrentes da análise de processos administrativos.	633
Elaboração de respostas a consultas formuladas pelas unidades do Tribunal e Seções Judiciárias.	516
Análise de processos administrativos relacionados à Tomada de Contas/2006.	41
Cadastramento, reativação, desbloqueio e exclusão de senhas de acesso aos sistemas SIAFI, SIASG e Rede SERPRO.	329
Conferência e acompanhamento de ações corretivas propostas em relatórios de análise de folhas de pagamento.	4

Atividades	Quantitativo
Elaboração de manuais e roteiros de trabalho.	16
Emissão de Relatório de Conformidade de Operadores de Sistemas.	36
Encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, por meio do SISAC, de informações relativas à admissão de pessoal e concessão de aposentadorias e pensões.	534
Emissão de Certificado de Regularidade de Contas.	1
Elaboração de relatórios de auditoria de gestão, operacionais e de contratos.	18
Estudo para reformulação de ato normativo.	1

**Quadro 140**  
**Auditorias realizadas**

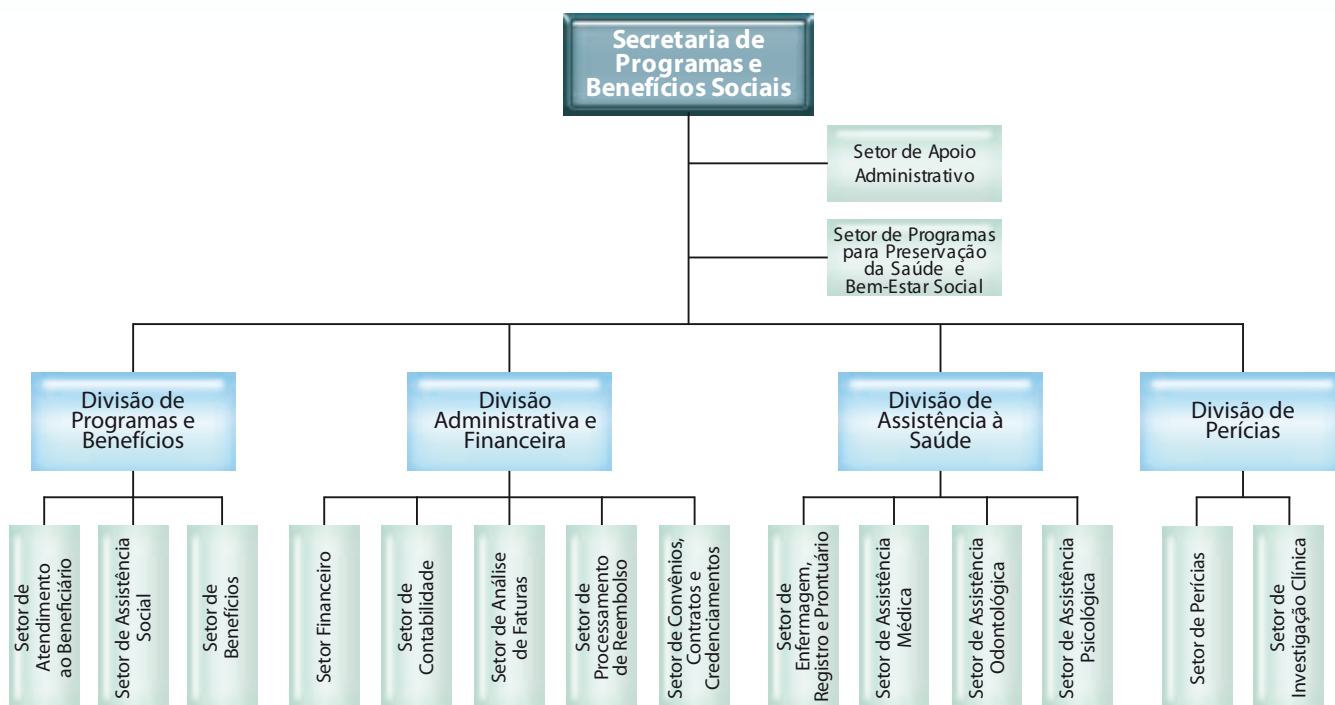
Unidades gestoras	Tipos de auditoria	Período	Auditores
TRF	Operacional	06 a 17/03	5
TRF	Gestão	01/03 a 12/05	7
TRF	Contratos	03/04 a 12/05	5
Seção Judiciária do Estado do Acre	Operacional	31/07 a 04/08	4
Seção Judiciária do Estado da Bahia	Operacional e obras	19 a 23/06	4
Seção Judiciária do Estado de Goiás	Operacional	02 a 06/10	4
Seção Judiciária do Estado de Rondônia	Operacional	06 a 10/11	4
Seção Judiciária do Estado de Roraima	Operacional	28/08 a 01/09	4

**Quadro 141**  
**Processos analisados**

Objeto	Quantitativo
Admissão de pessoal e concessão de aposentadorias e pensões.	1.145
Licitação, contrato administrativo e convênio.	64
Incorporação e desfazimento de bens e outros assuntos relacionados à contabilização da despesa.	331
Concessão de diárias e suprimento de fundos.	743
Despesa médico-hospitalar realizada com recursos próprios.	1.483
Despesa médico-hospitalar realizada com recursos da União.	1.185
Cálculo de vencimentos, vantagens e descontos incidentes sobre a folha de pagamento.	312
Folha de pagamento ordinária e suplementar (ativos, inativos e pensionistas) do Tribunal.	120
Despesa de Exercícios Anteriores referentes à folha de pagamento e à área de pessoal.	289
Processo oriundo das Seções Judiciárias.	61
Assuntos diversos.	21
<b>Total</b>	<b>5.754</b>

# SECBE

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRF 1ª REGIÃO  
RESOLUÇÃO/PRESI 600-9 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006

LEGENDA

- ..... Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica



A Secretaria de Programas e Benefícios Sociais – SECBE é responsável pela gestão administrativa e financeira das ações de promoção à saúde e qualidade de vida no âmbito da Primeira Região. É de sua competência a coordenação do Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores do TRF 1ª Região – PRO-SOCIAL e do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT.

## Assistência direta à saúde

Tem como finalidade oferecer o atendimento por profissionais de saúde, nas áreas médica, odontológica, psicológica e de enfermagem, a todos os servidores — ativos e inativos — magistrados e pensionistas, pertencentes aos quadros de pessoal da Primeira Região, independentemente de inscrição no PRO-SOCIAL, sobretudo nas dependências do Tribunal e das Seccionais.

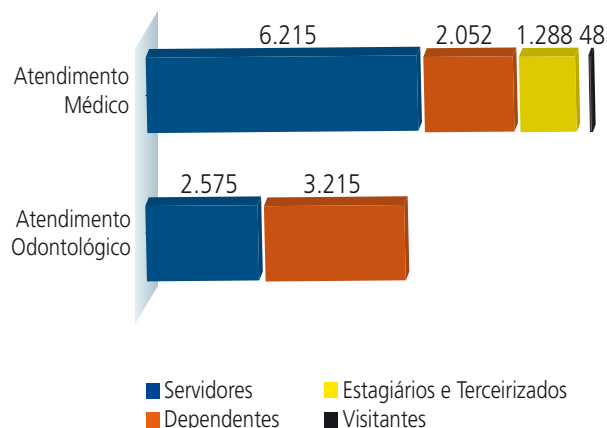
**Quadro 142**

### Atendimentos médicos e de enfermagem no Tribunal

Atendimentos	Quantidade
Consulta	5.871
Autorização	4.218
Homologação de atestado	1.193
Visita hospitalar	30
Visita domiciliar	4
Medicação oral	1.715
Medicação intramuscular	423
Medicação endovenosa	248
Curativo	191
Nebulização	354
Eletrocardiograma	116
Exame admissional e atestado de saúde	116
Sinais vitais	1.154
Controle de peso	8
Junta médica	502
Atendimento ao berçário	209
<b>Total</b>	<b>16.352</b>

**Gráfico 28**

### Clientela atendida pela assistência direta no Tribunal



**Quadro 143**

### Serviços psicológicos

Atividades	Quantidade
Documento expedido	73
Reunião	29
Pesquisa e elaboração de trabalhos	17
Consulta	582
Orientação/aconselhamento	536
Acompanhamento de pacientes	29
Visita a instituições	11
Autorização psicológica	714
Autorização psiquiátrica	266
Autorização fonoaudiológica	127
Parecer	59
Discussão de casos	149
Contato telefônico com pacientes e familiares	255
Contato telefônico com profissionais externos	305
<b>Total</b>	<b>3.152</b>

**Gráfico 29**  
**Causas de afastamento do trabalho no Tribunal**



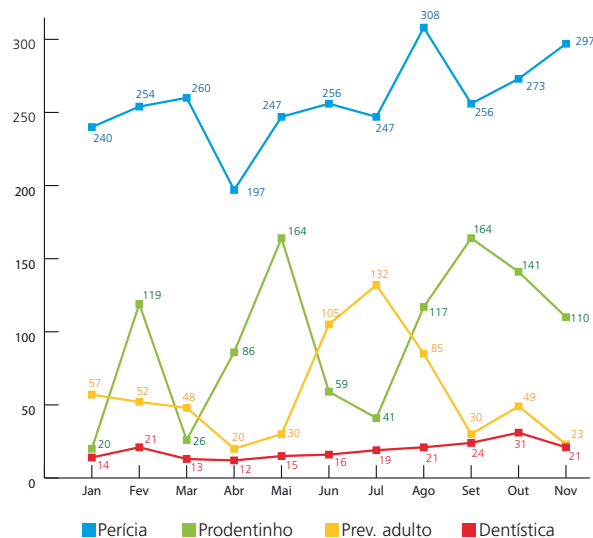
**Quadro 144**  
**Atendimentos odontológicos no Tribunal**

Atendimentos	Quantidade
Consulta	880
Perícia	2.835
Emergência	190
Dentística	209
Prodentinho*	1.047
Prevenção em adulto**	629
<b>Total</b>	<b>5.790</b>

\*Este campo inclui também atendimentos realizados nas campanhas: Primeira Infância, Adolescente e Prevenção Infantil.

\*\*Este campo registra as prevenções realizadas nos magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários.

**Gráfico 30**  
**Atendimentos odontológicos por período**



Apesar de os atendimentos odontológicos ocorrerem durante todo o ano, o gráfico demonstra que o número de atendimentos aumentou consideravelmente nos meses de junho e julho, período da campanha Prevenção em Adulto, e nos meses de fevereiro, maio e setembro, período das campanhas infanto-juvenis, evidenciando-se a importância das campanhas odontológicas na prevenção de doenças bucais.

## Campanha de Vacinação contra a Gripe

Promovida desde 1999, a campanha é dirigida aos magistrados e servidores do Tribunal. Atualmente, é realizada também por quase todas as Seções Judiciárias. Em 2006, no Tribunal, foram vacinadas 800 pessoas.

## Semana do Coração

Realizada anualmente, tem o objetivo de obter dados sobre a saúde dos magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários, para subsidiar ações de acompanhamento e controle dos riscos cardiovasculares dessa população.

Na última Semana do Coração, foram atendidas 1.339 pessoas. Dos examinados, 56 pessoas apresentaram nível de glicose entre 100 e 200, 2 pessoas estavam acima de 200 e 22 apresentaram nível de colesterol acima de 200.

Em 2005, foram detectadas 90 pessoas com alteração de pressão arterial. Ratificando-se a importância de ações preventivas, em 2006, 80 destas pessoas foram novamente atendidas, das quais 44 continuavam com a PA elevada, 24 haviam controlado a PA sem uso de medicamento e 12 com uso de medicamento.

## Assistência indireta à saúde

Modalidade de atendimento oferecida apenas aos beneficiários do PRO-SOCIAL, com assistência médico-hospitalar, ambulatorial e domiciliar — consultas médicas, exames laboratoriais e radiológicos, tratamentos clínicos e cirúrgicos, tratamentos fisioterápicos, fonoaudiológico, psicológico e fora do domicílio — e assistência odontológica — consultas, exames e tratamentos nas áreas de clínica geral, dentística, odontopediatria, endodontia, periodontia, cirurgia, prótese e ortodontia.

## PRO-SOCIAL

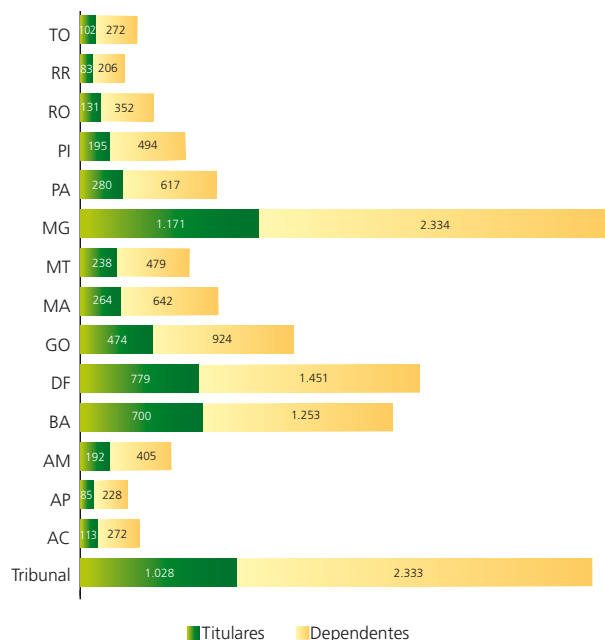
Criado há 17 anos, o PRO-SOCIAL é um programa de saúde de autogestão que oferece ações de saúde no âmbito institucional e acesso a vasta rede de hospitais, clínicas, médicos, dentistas, psicólogos e outros serviços.

Suas diretrizes e estratégias são definidas pelo Conselho Deliberativo, órgão colegiado que zela pela qualidade e eficácia dos serviços e benefícios oferecidos pelo programa. O Conselho apreciou 41 processos em duas sessões extraordinárias.



Foi instituída comissão, formada pelos diretores das Secretarias de Programas e Benefícios Sociais, de Recursos Humanos, de Controle Interno e de Planejamento Orçamentário e Financeiro, para realizar estudos e oferecer sugestões com vistas à revisão do Regulamento Geral do PRO-SOCIAL. Planeja-se, para o início de 2007, a consolidação de proposta a ser submetida à apreciação do Conselho Deliberativo do PRO-SOCIAL.

**Gráfico 31**  
**Beneficiários do PRO-SOCIAL**



Estão incluídos entre os titulares os servidores ativos, inativos e pensionistas.

A contratação de servidores em virtude da instalação de novas varas federais em 2006 aumentou consideravelmente o número de beneficiários do PRO-SOCIAL, um incremento de 6%, aproximadamente, em relação ao ano de 2005.

**Quadro 145**  
Atendimentos realizados pela rede credenciada na Primeira Região

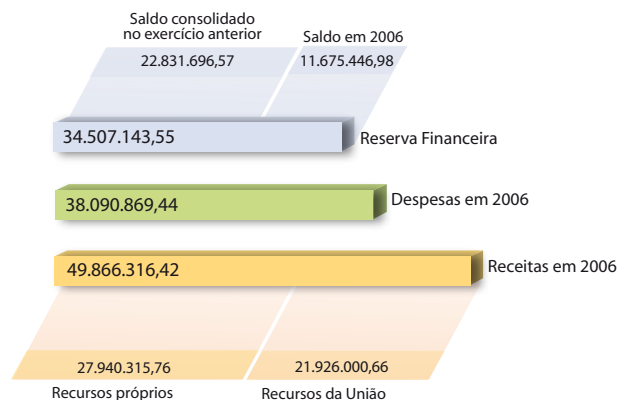
Serviços	Quantidade
Consulta médica	63.381
Exame laboratorial	20.848
Exame radiológico	13.992
Internação	10.954
Fonoaudiologia	1.101
Psicologia	6.677
Medicina física e reabilitação	2.679
Tratamento fora do domicílio	46
Outros – área médica	35.001
Consulta odontológica	6.974
Dentisteria	4.083
Prótese dentária	2.233
Periodontia	3.023
Radiologia	5.617
Endodontia	785
Outros – área odontológica	4.437
<b>Total</b>	<b>181.831</b>

Além dos atendimentos realizados pela rede credenciada, o PRO-SOCIAL mantém convênio com empresa de seguros de vida, com a adesão de 637 segurados na Primeira Região. Ocorreram 8 sinistros, e os respectivos pagamentos das apólices totalizaram R\$ 61.945,61.

**Quadro 146**  
Atividades de credenciamento no Tribunal

Detalhamento	Quantidade
Credenciado (hospital, clínica, médico, dentista, psicólogo etc.)	210
Credenciamento firmados em 2006	14
Processo autuado para pagamento	6.591
Guias de pagamento cadastradas e analisadas	78.838
Documento de crédito pagos	7.818

**Gráfico 32**  
Acompanhamento financeiro do PRO-SOCIAL



As despesas compreendem gastos com assistência médica, odontológica e hospitalar, benefícios e despesas administrativas. O custo mensal *per capita* com despesas médicas e odontológicas foi de R\$ 158,46 (médica: R\$ 132,59; odontológica: R\$ 25,87). Não estão incluídas as despesas com auxílio-alimentação, auxílio-transporte e auxílio-pré-escolar, cujos recursos são repassados pela União e administrados pelo PRO-SOCIAL. As receitas, por sua vez, são provenientes de duas fontes: da União e de recursos próprios do PRO-SOCIAL.

**Quadro 147**  
**Receitas e despesas do PRO-SOCIAL**

Mês	União				Recursos próprios									
	Saldo Anterior	Receitas	Despesas	Saldo	Saldo anterior	Receitas						Despesas	Saldo	
						Contribuição	Participação	Cotas	Custeio	Rendimentos	Outras			Total
Saldo Dez 2005		1.809.941,64		1.809.941,64								22.831.696,57		22.831.696,57
Jan	1.809.941,64	1.880.190,00	246.635,86	3.443.495,78	22.831.696,57	1.736.096,42	36.527,20			323.143,74	71.279,12	2.167.046,48	438.146,83	24.560.596,22
Fev	3.443.495,78		1.950.920,49	1.492.575,29	24.560.596,22	1.755.927,88	2.392,52	166.283,08	131.284,83	325.667,04	132.195,72	2.513.751,07	1.546.053,28	25.528.294,01
Mar	1.492.575,29	764.429,76	1.633.072,26	623.932,79	25.528.294,01	1.780.259,12	1.427,99	41.349,09	125.863,16	319.982,32	72.778,33	2.341.660,01	1.372.441,78	26.497.512,24
Abr	623.932,79	4.373.370,00	848.151,47	4.149.151,32	26.497.512,24	1.775.302,74	2.192,84		1.431,00	379.959,37	82.888,26	2.241.774,21	689.656,33	28.049.630,12
Mai	4.149.151,32	10.683.480,00	2.400.915,36	12.431.715,96	28.049.630,12	1.835.752,66	6.289,20	267,07	879,60	314.246,48	76.742,74	2.234.177,75	1.283.237,67	29.000.570,20
Jun	12.431.715,96		2.122.809,01	10.308.906,95	29.000.570,20	1.822.911,08	105.735,54			8.850,58	82.388,92	2.019.886,12	1.119.686,11	29.900.770,21
Jul	10.308.906,95		4.529.626,46	5.779.280,49	29.900.770,21	1.837.294,54	94.263,77		1.414,27	386.528,73	89.076,51	2.408.577,82	775.111,10	31.534.236,93
Ago	5.779.280,49	350.000,00	2.787.008,34	3.342.272,15	31.534.236,93	1.843.594,58	70.827,22		302,67	413.215,57	93.730,88	2.421.670,92	900.922,39	33.054.985,46
Set	3.342.272,15		1.959.782,74	1.382.489,41	33.054.985,46	1.880.222,88	73.660,16		62.903,96	408.460,30	30.077,70	2.455.325,00	1.066.193,24	34.444.117,22
Out	1.382.489,41	2.211.355,00	1.749.429,74	1.844.414,67	34.444.177,22	1.878.855,33	76.479,59		71.280,34	413.735,46	42.474,17	2.482.824,89	2.011.678,10	34.915.324,01
Nov	1.844.414,67	708.742,00	666.464,92	1.886.691,75	34.915.264,01	1.921.650,21	138.491,17		52.484,13	396.074,30	36.830,65	2.545.530,46	2.217.697,13	35.243.096,74
Dez	1.886.691,75	496.176,00	1.031.184,01	1.351.683,74	35.243.096,74	1.877.860,24	106.841,31		75.670,21	10.209,05	37.510,22	2.108.091,03	2.744.044,22	34.607.143,55
<b>Total 2006</b>		<b>23.277.684,40</b>	<b>21.926.000,66</b>	<b>1.351.683,74</b>		<b>21.945.727,68</b>	<b>715.128,51</b>	<b>207.899,24</b>	<b>523.514,17</b>	<b>3.700.072,94</b>	<b>847.973,22</b>	<b>50.772.012,33</b>	<b>16.164.868,78</b>	<b>34.607.143,55</b>

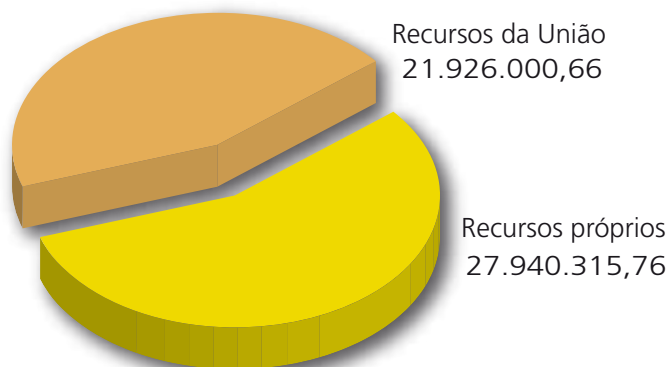
Fonte: Recursos da União – SECOR; Recursos Próprios – SECBE.

O saldo em dezembro/2005 corresponde ao saldo em 31/12/2005.

Recursos próprios: “Rendimentos” = aplicações em CDB e fundos; “Outras” = seguro de vida, devolução de DOCs, patrocínios etc.

As despesas da União não incluem auxílio-alimentação, auxílio-creche e auxílio-transporte.

**Gráfico 33**  
**Receitas do PRO-SOCIAL**



**Quadro 148**  
**Aplicação dos recursos do PRO-SOCIAL por benefício**

Despesa	Benefícios	Valor		
		Recursos da União	Recursos próprios	Total
Área social	Programa de qualidade de vida		208.185,05	208.185,05
	<b>Subtotal I</b>		<b>208.185,05</b>	<b>208.185,05</b>
Área médica	Consulta	2.470.595,45	1.420.214,56	3.890.810,01
	Exame laboratorial	1.837.669,07	1.056.378,67	2.894.047,74
	Exame radiológico	1.490.650,80	856.896,24	2.347.547,04
	Exame cardiológico	491.063,59	282.286,46	773.350,05
	Internação	7.117.148,25	4.091.271,80	11.208.420,05
	Medicina física e reabilitação	399.398,38	229.592,99	628.991,37
	Psicologia	1.006.134,73	578.373,60	1.584.508,33
	Tratamento fora do domicílio		51.190,40	51.190,40
	Outras	3.443.992,62	1.979.769,06	5.423.761,68
	Material de consumo	100.952,36		100.952,36
	<b>Subtotal II</b>	<b>18.357.605,25</b>	<b>10.545.973,78</b>	<b>28.903.579,03</b>
Área odontológica	Consulta	207.337,96	119.187,62	326.525,58
	Dentisteria	934.112,07	536.971,58	1.471.083,65
	Prótese dentária	1.169.822,59	672.469,08	1.842.291,67
	Periodontia	314.280,70	180.663,34	494.944,04
	Radiologia	316.463,20	181.917,94	498.381,14
	Endodontia	192.060,43	110.405,37	302.465,80
	Outras	434.318,46	249.666,69	683.985,15
	<b>Subtotal III</b>	<b>3.568.395,41</b>	<b>2.051.281,62</b>	<b>5.619.677,03</b>

Despesa	Benefícios	Valor		
		Recursos da União	Recursos próprios	Total
Área administrativa	Fenaserjus		2.572.280,40	2.572.280,40
	Seguro de vida		298.125,51	298.125,51
	Passagem e hospedagem (TFD)		43.059,48	43.059,48
	Outras		445.962,94	445.962,94
	<b>Subtotal IV</b>		<b>3.359.428,33</b>	<b>3.359.428,33</b>
<b>Total</b>		<b>21.926.000,66</b>	<b>16.164.868,78</b>	<b>38.090.869,44</b>

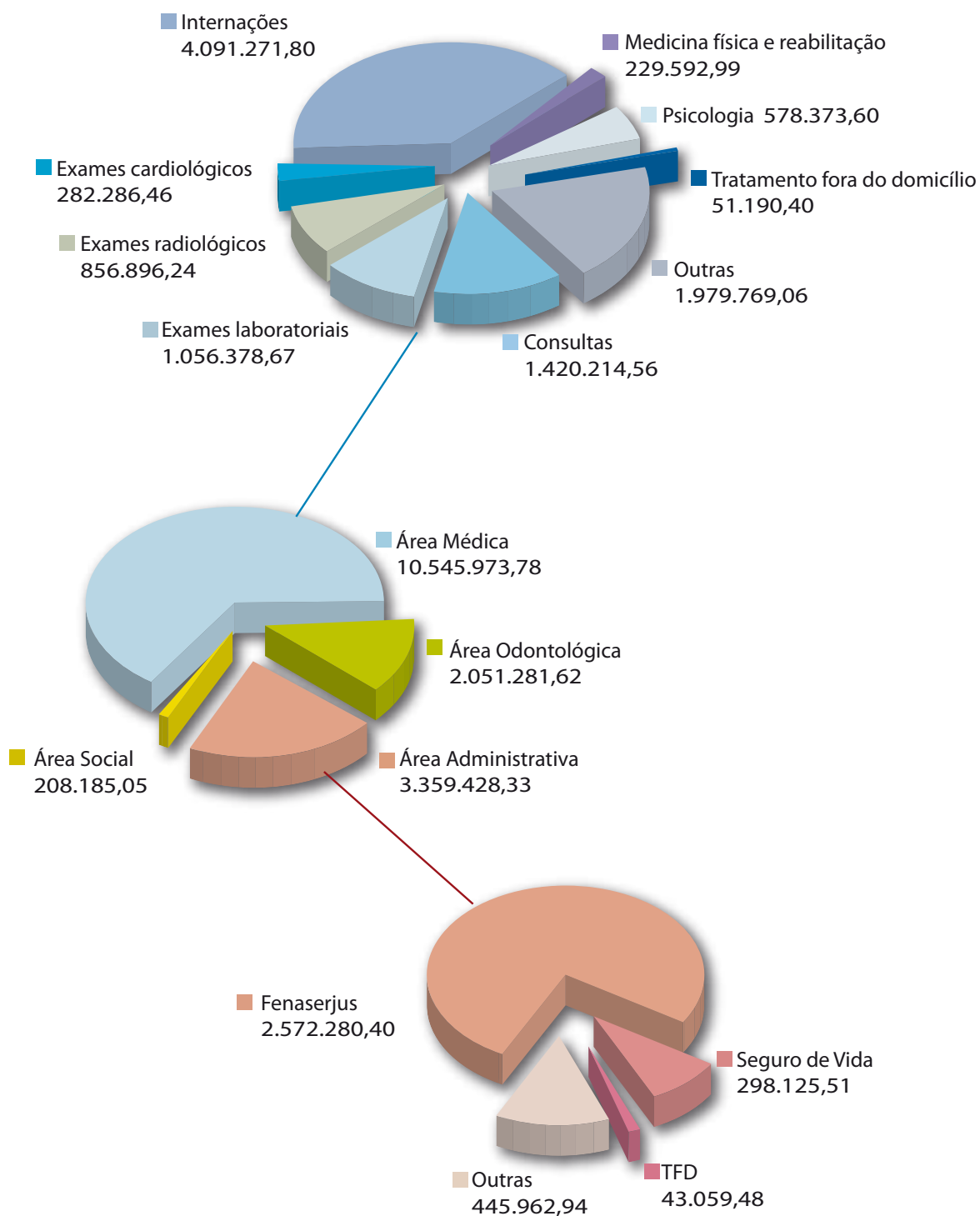
Fonte: Recursos da União – SECOR; Recursos próprios – SECBE.

Outras despesas médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato cirúrgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria e acupuntura.

Outras despesas odontológicas: odontopediatria, cirurgia e prevenção.

Outras despesas administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras UNIMED, manutenção de convênios, material de expediente e INSS autônomos.

**Gráfico 34**  
**Aplicação dos recursos do PRO-SOCIAL**





**Quadro 149**  
**Aplicação dos recursos da União por benefício social**

Benefícios	Valor	Auxílios concedidos
Auxílio-alimentação	42.955.769,56	72.176
Auxílio-pré-escolar	7.138.236,05	24.903
Auxílio-transporte	451.484,64	10.155
<b>Total</b>	<b>50.545.490,25</b>	<b>107.234</b>

Dados relativos ao Tribunal, Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região.

## PGQVT – Qualidade de vida em ação

O Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT tem por objetivo proporcionar um sistema integrado de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida e para a manutenção ou restabelecimento de ambiente de trabalho saudável. É custeado por recursos próprios, do Pro-SOCIAL, que, em 2006, repassou ao PGQVT o valor de R\$ 73.053,98, dos quais R\$ 67.842,00 foram utilizados.

Criado há 6 anos, é coordenado por um comitê gerencial, que reavaliou projetos já implantados e elaborou nova proposta para o biênio 2007-2008, para o atendimento de futuras metas de qualidade. O PGQVT

relançou, ainda em 2006, o boletim informativo *Bem-me-Quero*, tendo sido publicada uma edição em novembro do mesmo ano.

Sempre preocupado com o bom desenvolvimento materno-infantil, o PGQVT promoveu 9 encontros do Programa de Acompanhamento à Gestante e 20 encontros do Programa de Educação Alimentar, além de preencher as 28 vagas do berçário, que atende a crianças de 0 a 1 ano do TRF e da SJ/DF, das 12 às 19 h.

O PGQVT lançou o projeto Viva Melhor – Um Olhar para o Futuro, que objetiva preparar servidores para a aposentadoria e para uma maturidade saudável, e promoveu campanhas de vacinação, de prevenção odontológica, de combate ao tabagismo e de controle dos riscos cardiovasculares, bem como manteve os projetos De Bem com a Vida (oferecendo massagens e aulas de Yoga), Arte e Vida (oferecendo oficinas interativas de artesanato) e Coral Habeas Cantus (que, com o patrocínio do SINDJUS – DF para o pagamento do maestro e pianista, representou o Tribunal em Brasília, Belo Horizonte e Ouro Preto).

Além disso, o PGQVT possibilitou a contratação de nova empresa para atender aos magistrados e servidores no restaurante e lanchonete do Tribunal.



Comitê Gerencial do PGQVT.

## Eventos promovidos pela SECBE



Berçário – Dia das Mães.



Campanha Prodentinho.



Campanha Prodentinho.



Campanha de Vacinação.



Oficina de Culinária Infantil.



Programa de Acompanhamento a Gestantes.



TRF Mix – Dia das Mães.



Projeto Viva Melhor.



Semana do Coração.



Concerto Natalino com Coral Habeas Cantus e corais convidados.



Oficina de Culinária Light.



Homenagem às Mães.



Oficina de Tear.



Teatro Semana do Coração.